desidades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

45

ISSN 2318-9282
número 45
ano 14
maio/mayo - ago 2026

desidades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

REALIZAÇÃO/REALIZACIÓN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO UFRJ

NIAJ NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

UERJ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APOIO/APOYO

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

PARCEIROS/INSTITUCIONES ASOCIADAS

Instituto de Psicologia UFRJ

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS UFRJ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EDU educação

IPUB INSTITUTO DE PSIQUIATRIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CEH

INDEXADORES

DOAJ

PePsic Periódicos de Psicologia

erih+

latindex

Dialnet

BVS Biblioteca Virtual em Saúde Adolec Brasil

CLASE Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

REDIB Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

EDUBASE

CAPES .periodicos.

SHERPA RoMEO

DIADORIM Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

LivRe Revistas de livre acesso

Google Acadêmico

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos

MIAR Matriz de Información para el Análisis de Revistas

Sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

equipe editorial/equipo editorial

EDITORA CHEFE/EDITORA JEFE

Lucia Rabello de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

CO-EDITORAS

Felipe Salvador Grisolia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Juliana Siqueira de Lara – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sabrina Dal Ongaro Savegnago – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Sonia Borges Cardoso de Oliveira – Núcleo de Estudos da Infância, Adolescência e Juventude, NIAJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasill

EDITORES ASSOCIADOS/EDITORES ASOCIADOS

Andrea Szulc – Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina

Antonio Cesar de Holanda dos Santos – Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil

Jimena de Hernández Garay - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Lucia Isabel da Conceição Silva – Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil

Maria Celeste Hernández – Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Roseane Amorim da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

O **Conselho Editorial** é composto pela Editora, Co-Editoras e Editores Associados.

EDITORES ASSISTENTES/EDITORES ASISTENTES

Erica dos Santos Vieira – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Karima Oliva Bello – Universidad Veracruzana, UV, México

Paula Pimentel Tumolo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Renata Tavares da Silva Guimarães – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sofia Hengen – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

EQUIPE TÉCNICA/EQUIPO TÉCNICO

Daniel Rocha Monteiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Davi Alves de Abreu– Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Julia Oliveira Moraes - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Kauan de Paula Sousa - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Luana Perry Martins - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Pedro Sá Campello Queiroz – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sofia Mitie Kamashiro Manzatto– Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

REVISÃO TÉCNICA

Danúbia de Paula Oliveira – Língua Portuguesa

Ana Carolina Henriques – Língua Espanhola

TRADUTORA/TRADUCTORA

Sofia Hengen – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

apresentação/presentación

DESIDADES é uma revista científica eletrônica na área da infância, adolescência e juventude latino-americanas, com periodicidade quadrimestral. Publica textos em português ou espanhol. É uma publicação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida em divulgar a pesquisa científica para além dos muros da Universidade estabelecendo um diálogo com pesquisadores, profissionais, estudantes e demais interessados na área de infância, adolescência e juventude. A revista publica originais inéditos de artigos, entrevistas e resenhas desde uma abordagem multidisciplinar da infância, adolescência e juventude.

O título desta revista - **DESIDADES** - foi cunhado para significar a perspectiva teórica, ética e política que sustenta sua práxis editorial. Assume-se que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência de acordo com uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens e conceitos sobre as relações entre os grupos geracionais.

DESIDADES es una revista científica electrónica en el área de la infancia, adolescencia y juventude latinoamericanas, con periodicidade cuatrimestral. Publica textos en portugués o español. Es una publicación del Núlceo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, de la Universidade Federedal do Rio de Janeiro. Está comprometida en divulgar la investigación científica mas allá de los muros de la Universidad estableciendo un diálogo con investigadores, profesionales, estudiantes, y demás interesados en el área de la infancia, adolescencia y juventud. La Revista publica originales inéditos de artículos, entrevistas y reseñas desde un abordaje multidisciplinario de la infancia, adolescencia y juventud.

El título de esta revista - **DESIDADES** - fue acuñado para significar la perspectiva teórica, ética y política que sustenta su praxis editorial. Se asume que las edades, con criterios fijos que naturalizan comportamientos, habilidades y modos de existencia de acuerdo con una temporalización biográfica linear, precisan ser problematizados de modo que permitan nuevos abordajes y conceptos sobre las relaciones entre los grupos generacionales.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará, Brasil
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília, Brasil
Anna Paula Uziel	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná, Brasil
Heloísa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará, Brasil
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo, Brasil Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí, Brasil
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília, Brasil
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Nair Teles	Universidade Eduardo Mondlane, Brasil
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau, Brasil
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil
Vera Maria Ramos de Vasconcellos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Ceará, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay, Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo, Uruguay
Ana Vergara del Solar	Universidad de Santiago, Chile
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá, Colombia
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo, Uruguay
Germán Muñoz González	Corporación Universitaria Uniminuto, Bogotá, Colombia
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Manuel Valenzuela Arce	Colégio de la Frontera Norte (El COLEF), México
Juan Carlos Amador Baquiro	Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colombia
José Rubén Castillo Garcia	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Rio Negro, Argentina
Lucia Lionetti	Universidad Nacional del Centro, Argentina
Maria Celeste Hernández	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mariana Chaves	CONICET y Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana Garcia Palacios	CONICET y Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henriquez, Chile
Maritza Urteaga Pozo	Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), Instituto Nacional de Antropologia e Historia (INAH), México
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Olga Grijalva Martínez	Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca, México
Pablo De Grande	CONICET y Universidad del Salvador, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
Patricia Guerrero Morales	Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Metropolitana, Chile
Pedro Nuñez	CONICET y Instituto de Investigaciones Sociales de América Latina (IICSAL), FLACSO, Argentina
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Ricardo Fletes Corona	Universidad de Guadalajara, México
Robin Cavagnoud	Pontificia Universidad Católica del Peru, Peru
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Silvina Brussino	CONICET y Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Suzana Sosenski	Universidad Nacional Autónoma, UNAM, México
Valeria Llobet	CONICET y Universidad Nacional de San Martin, Argentina

Índice

EDITORIAL 1

TEMAS EM DESTAQUE - SEÇÃO LIVRE / TEMAS SOBRESALIENTES - SECCÍON LIBRE

Análise dos Efeitos da Covid-19 no Desenvolvimento de Adolescentes em Vulnerabilidade Social do Interior Cearense 9
Patrícia Oliveira Lima; Iohana Guedes Soares; Georgia Maria Melo Feijão; Raul Max Costa; Normanda Araujo de Morais

Saúde Mental de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional: Revisão de Literatura 30
Luziane Zacché Avellar; Janaina Baptista Ferreira; Náthally Dias Cordeiro Silva; Eliza Nemer Neves; Lara Ramos Cabral; Julia Costa Coser

Crecer en las quintas: presencia y participación de niñes en actividades productivas florihortícolas en La Plata (Argentina) 50
Nuria Caimmi

Violências contra crianças e adolescentes: análises dos registros de um Conselho Tutelar no Espírito Santo 69
Maria Vitória Bertolani de Oliveira; Thiago Sandrini Mansur

Percepção de adolescentes em medidas socioeducativas sobre fatores de risco e proteção à prática infracional 91
Rutherford Alves Moura; Felice Teles Lira dos Santos Moreira; Mateus Sampaio de Oliveira; Hildânia Alves Pereira de Morais; Grayce Alencar Albuquerque

"Eu me sinto muito triste quando tem tiro": infâncias, escola e violência em contexto de exclusão social 111
Luciana Lobo Miranda; Simone Cordeiro Lopes Acelino; Tatiana De Oliveira Guerra

Participação juvenil e relações intergeracionais em movimentos sociais na cidade do Rio de Janeiro 129
Caroline de Souza Araujo; Irene Rizzini; Renata Mena Brasil do Couto; Adriana Alice Gomes de Barros

Quando os pais desaparecem atrás das telas: revisão sistemática sobre parentalidade distraída e abandono digital 148
Amanda Machado de Oliveira; Christianne Leduc Bastos Antunes

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS / INFORMACIONES BIBLIOGRÁFICAS

Historia mínima:
Las infancias en México, por Susana Sosenski y Beatriz Alcubierre 168
Resenha de *Elisangela da Silva Machieski*

Diálogos intergeracionais Xukuru-Kariri:
alfabetizando com plantas medicinais na Mata da Cafurna,
por Koram Xukuru-Kariri (Maria Eliete Alves de Souza) e Suzana Santos Libardi 173
Resenha de *Edson Silva*

Levantamento Bibliográfico / Relevamiento Bibliográfico 177

Editorial

A infância mapuche de Neuquén em tempos marcados pelas novas direitas

Neste editorial, abordaremos a complexa conjuntura pela qual passa a infância mapuche na província de Neuquén (Argentina), a partir de uma perspectiva antropológica contextualizada. Com base em 25 anos de pesquisa etnográfica e acompanhamento de famílias e comunidades mapuches nas regiões central e sul dessa província, examinamos as transformações estruturais decorrentes da guinada política para a direita iniciada no final de 2023. A análise concentra-se na precarização das condições de vida das infâncias, no impacto de desastres socioambientais, nos cortes nas políticas de previdência social e educação, no surgimento de discursos governamentais hostis e na subsequente reprivatização dos cuidados. Diante desse cenário, documentam-se as práticas comunitárias de resistência e transmissão de conhecimentos centradas no mapuche *kimvn*, o conhecimento mapuche.

Contextualização política e precarização da vida

A posse do novo governo em nível nacional no final de 2023 inaugurou uma reconfiguração macroeconômica orientada prioritariamente para o controle da inflação e a manutenção de um suposto equilíbrio fiscal. Esse programa foi implementado por meio de severos cortes nos gastos públicos, afetando áreas críticas como saúde, educação, transporte, previdência social e obras públicas. Tais medidas não apenas resultaram em demissões e no desmantelamento de órgãos ministeriais e agências estatais nacionais nas esferas provinciais, mas também agravaram as condições de precariedade do tecido social, com um impacto acentuado sobre as infâncias. Assim, em julho de 2025, o índice de pobreza entre a população infantil e adolescente atingiu 53%, evidenciando que a prevalência desse flagelo é substancialmente maior nesse segmento em comparação com o restante da população.

Essa crise econômica, provocada pelo programa de governo implementado, gerou um endividamento generalizado nas economias domésticas. Nas áreas rurais, as famílias enfrentam graves dificuldades para arcar com os aumentos mensais das tarifas dos serviços públicos e adquirir alimentos essenciais para o consumo. Testemunho disso é o relato de uma mãe da zona rural do Departamento de Huiliches, em agosto de 2025: “As coisas das crianças: você tem que comprar iogurte, fraldas. A carestia é tremenda”.

O desinvestimento estatal se manifesta também na interrupção da trajetória escolar devido à falta de transporte público nas áreas rurais e no desmantelamento de programas de retenção escolar. Um exemplo disso é o programa de bolsas de estudo Progresar, que registrou uma redução de 500 mil beneficiários durante o ano de 2024, diminuindo a cobertura total de 1,8 para 1,3 milhão de jovens. No contexto mapuche de Neuquén, essa perda foi resumida por uma professora local em agosto de 2024, que afirmou que “muitas Progresar foram perdidas”. No que diz respeito à infraestrutura escolar, a falta de manutenção resultou na perda repetida de jornadas letivas devido a colapsos nos sistemas de esgoto e à falta de aquecedores em funcionamento, questão de vital importância na região da Patagônia.

A deterioração da rede de cuidados e alimentação escolar

A precarização estrutural à qual nos referimos também vem corroendo os apoios nutricionais e institucionais básicos da infância. Nas escolas rurais, os refeitórios escolares enfrentam restrições orçamentárias e escassez de suprimentos diante do aumento sustentado dos preços. Uma professora mapuche de uma instituição da província descreveu essa problemática em agosto de 2025: "chegam poucos recursos, os alimentos são caros. Nós nos viramos comendo ensopado e macarrão".

Essa dieta, caracterizada pela escassez de verduras frescas e pela presença marginal de proteínas, diminui sensivelmente o valor nutricional da alimentação que os alunos recebem. Esses fenômenos ilustram a violência que um modelo de capitalismo financeirizado exerce sobre a classe trabalhadora, o qual, segundo Fraser, de maneira sistemática "suga valor dos lares, das famílias, das comunidades e da natureza essencialmente por meio da dívida" (2016, p. 127, tradução nossa).

A negligência do Estado forçou respostas comunitárias extremas diante de eventos críticos. Por exemplo, diante dos incêndios devastadores nas cordilheiras em março de 2025, a demora na assistência governamental obrigou a própria população mapuche, incluindo crianças a partir dos 11 anos de idade, a se auto-organizar em brigadas de emergência para a criação de faixas de proteção contra o fogo. Da mesma forma, a ausência de cobertura de saúde elementar se reflete também na necessidade das famílias de recorrer à organização de rifas comunitárias para financiar tratamentos médicos básicos, como o atendimento odontológico das crianças.

Violências, reprivatização e "destronização da infância"

As reformas regressivas e de ajuste fiscal têm sido promovidas ativamente na arena pública por autoridades nacionais, com uma amplificação acentuada nas plataformas digitais e nas redes sociais. Nesse ambiente virtual, tem-se observado um aumento da violência verbal direcionada às infâncias, um padrão de hostilidade que também se volta contra o sistema científico, as universidades, os aposentados e o setor de pessoas com deficiência. De fato, no momento da redação destas linhas, o corpo docente universitário mantém medidas de força diante do descumprimento da Lei de Financiamento Universitário.

Esse clima de violência simbólica e física se materializa em casos de grande gravidade institucional e social:

1. A agressão física contra uma criança de 10 anos em setembro de 2024, que foi atingida por gás-pimenta pelas forças policiais durante uma manifestação em defesa da mobilidade previdenciária. Sobre esse ocorrido, a menina declarou: "Sinto que os policiais se orgulhavam de atirar gás pimenta em nós; além disso, Patricia Bullrich (na época, ministra da Segurança) culpa minha mãe por ter me levado à manifestação".

2. O assédio digital contra Ian Moche, um ativista neurodivergente de 12 anos com autismo. No contexto das reivindicações contra os cortes nas políticas para pessoas com deficiência, o menino foi alvo de ataques sistemáticos na plataforma X por parte do presidente da Nação e de seus partidários, que divulgaram informações confidenciais de sua vida privada, como sua escola e seu endereço residencial. Posteriormente, em canal aberto, o então diretor da Agência Nacional de Deficiência, Diego Spagnuolo, questionou a mãe do menino, alegando que a responsabilidade por um filho com deficiência cabia exclusivamente à família e não ao Estado.

Essas dinâmicas configuram o que, analiticamente, pode ser definido como um processo de "desentronização da infância", pelo qual se tenta retirar as questões relacionadas aos direitos da infância da esfera do debate público e das obrigações do Estado para realocá-las como um assunto de âmbito estritamente privado e familiar. Busca-se, assim, ofuscar os modelos de desenvolvimento precedentes que consagravam às crianças um papel prioritário, alinhado com as concepções do valor incomensurável da infância (ZELIZER, 1985), construídas historicamente sob a influência das potências do Atlântico Norte.

Essa desestatização anda de mãos dadas com uma reprivatização dos cuidados, que sobrecarrega os lares — e, fundamentalmente, as mulheres — com responsabilidades e tarefas de subsistência (COOPER, 2017; EPELE, 2010). Por sua vez, ela enfraquece e fragmenta o tecido comunitário de apoio (MORANO et al., 2025), ao mesmo tempo em que dificulta a realização de projetos de pesquisa socioantropológica voltados para a infância, devido ao questionamento e ao desfinanciamento das ciências sociais.

Dinâmicas locais, "neuquinidade" e resistência mapuche

Apesar da convergência nacional dessas políticas, os efeitos locais apresentam variações significativas na província de Neuquén. Embora as comunidades mapuches da região sofram episódios de violência institucional e repressão policial no contexto de reivindicações territoriais e identitárias, a agressividade verbal contra as crianças no espaço de discussão pública não atinge a mesma magnitude. Isso está associado à vigência de noções político-culturais ligadas à "neuquinidade", que se caracteriza por altos níveis de articulação comunitária e uma densa rede de mobilização social em defesa dos direitos humanos, dos direitos do povo mapuche e das garantias das crianças e adolescentes.

iante do avanço do capitalismo tardio e das novas direitas, as famílias e comunidades mapuches desenvolvem, de forma persistente, estratégias situadas de resistência. Essas estratégias não se limitam à ação direta no espaço público, mas envolvem a ativação e a aplicação do mapuche *kimvn* (conhecimento ancestral mapuche) como um conjunto de ferramentas para mitigar as adversidades materiais e simbólicas.

Uma dimensão em que se registraram avanços significativos é a da educação. Por um lado, diferentes comunidades continuam fortalecendo suas próprias práticas educacionais na formação de suas crianças. Por outro lado, em diversas escolas de Neuquén, a educação mapuche também está se fortalecendo por meio da incorporação do ensino do *mapuzugun* – a língua mapuche –, da ourivesaria, do tear e de elementos centrais do conhecimento mapuche sobre seu entorno, ministrados por professores das comunidades. Apesar de enfrentarem atritos, questionamentos e desrespeito por parte de setores do corpo docente formal, as crianças e suas famílias demonstram um interesse contínuo e um processo de apropriação ativa desses conhecimentos ligados ao modo mapuche de pensar e de estar no mundo.

Andrea Szulc (Universidad de Buenos Aires - CONICET)
Editora Associada

Referências Bibliográficas

COOPR, M. **Family Values.** Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

EPELE, M**. Sujetar por la herida:** Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FRASER, N. "Las contradicciones del capital y los cuidados". **The new left review,** n. 100, p. 111-132, 2020.

MORANO, L. et al. "Diálogos antropológicos para pensar la niñez y su cuidado en tiempos signados por las nuevas derechas". XIII Congreso de Antropología Social, San Salvador de Jujuy, Universidad Nacional de Jujuy. 2025.

ZELIZER, V. ***Pricing the priceless child***. *The changing social value of children*. New York: Basic Books, Inc. Publishers, 1985.

Editorial

La niñez mapuche de Neuquén en tiempos signados por las nuevas derechas

En el presente editorial nos detendremos en la compleja coyuntura que atraviesa la infancia mapuche en la provincia de Neuquén (Argentina) a partir de una mirada antropológica situada. Con base en veinticinco años de investigación etnográfica y acompañamiento de familias y comunidades mapuche en las regiones centro y sur de esa provincia, se examinan las transformaciones estructurales derivadas del giro político hacia la derecha iniciado a fines de 2023. El análisis se centra en la precarización de las condiciones de vida de las infancias, el impacto de desastres socioambientales, los recortes en las políticas de seguridad social y educación, la emergencia de discursos gubernamentales hostiles y la subsiguiente reprivatización de los cuidados. Frente a este escenario, se documentan las prácticas comunitarias de resistencia y transmisión de saberes nucleadas en el mapuche *kimvn*, conocimiento mapuche.

Contextualización Política y Precarización de la Vida

La asunción del nuevo signo político a nivel nacional a fines de 2023 inauguró una reconfiguración macroeconómica orientada de manera prioritaria al control inflacionario y al sostenimiento de un supuesto equilibrio fiscal. Este programa se ha operativizado a través de severos ajustes del gasto público, impactando en áreas críticas como salud, educación, transporte, seguridad social y obras públicas. Dichas medidas no solo se tradujeron en despidos y en el desmantelamiento de delegaciones de ministerios y agencias estatales nacionales en ámbitos provinciales, sino que agudizaron las condiciones de precariedad del tejido social, con un impacto acentuado sobre las infancias. Así, para julio de 2025, el índice de pobreza en la población infantil y adolescente alcanzó el 53%, evidenciando que la prevalencia de este flagelo es sustantivamente mayor en este segmento en comparación con el resto de la población.

Esta crisis económica, producida por el programa de gobierno aplicado, ha generado un endeudamiento generalizado en las economías domésticas. En áreas rurales, las familias enfrentan severos obstáculos para costear los incrementos mensuales de las tarifas de servicios públicos y adquirir alimentos esenciales de consumo. Testigo de ello es el relato de una madre de la zona rural del Departamento de Huiliches en agosto de 2025: “Cosas para los niños: hay que comprar yogur, pañales. La carestía es tremenda”.

La desinversión estatal se manifiesta asimismo en la interrupción de trayectorias escolares debido a la falta de transporte público en áreas rurales y en la desarticulación de programas de retención escolar. Un ejemplo de esto es el programa de becas Progresar, que registró una contracción de 500.000 beneficiarios/as durante el año 2024, reduciendo la cobertura total de 1,8 a 1,3 millones de jóvenes. En el contexto mapuche de Neuquén, esta pérdida fue sintetizada por una docente local en agosto de 2024 afirmando que “se cayeron muchas Progresar”. A nivel de infraestructura escolar, la falta de mantenimiento ha derivado en la pérdida reiterada de jornadas de clase por colapsos en los sistemas cloacales y por la falta de calefactores en funcionamiento, cuestión de vital importancia en la región de la Patagonia.

El Deterioro de la Red de Cuidados y Alimentación Escolar

La precarización estructural a la que nos referimos viene erosionando también los soportes nutricionales e institucionales básicos de la niñez. En las escuelas rurales, los comedores escolares experimentan restricciones presupuestarias y desabastecimiento frente al aumento sostenido de precios. Una docente mapuche de una institución de la provincia describió esta problemática en agosto de 2025: "llegan pocos recursos, la mercadería es cara. Nos arreglamos comiendo guiso y tallarines".

Esta dieta, caracterizada por la escasez de verduras frescas y una presencia marginal de proteínas, disminuye sensiblemente el valor nutricional de la alimentación que reciben los/as estudiantes. Estos fenómenos ilustran la violencia que ejerce un modelo de capitalismo financiarizado sobre la clase trabajadora, el cual, de acuerdo con Fraser, de manera sistemática "succiona valor de los hogares, las familias, las comunidades y la naturaleza esencialmente a través de la deuda" (2016, p.127).

La desatención estatal ha forzado respuestas comunitarias extremas ante eventos críticos- Por ejemplo, ante los devastadores incendios cordilleranos de marzo de 2025, la dilación de la asistencia gubernamental obligó a la propia población mapuche, incluyendo a niños/as a partir de los 11 años de edad, a auto organizarse en brigadas de emergencia para la confección de líneas cortafuegos. Asimismo, la ausencia de cobertura sanitaria elemental se refleja igualmente en la necesidad de las familias de recurrir a la organización de rifas comunitarios para financiar tratamientos médicos básicos, como la atención odontológica de los niños.

Violencias, reprivatización y "desentronización de la infancia"

Las reformas regresivas y de ajuste fiscal han sido promovidas activamente en la arena pública por funcionarios/as nacionales, con una marcada amplificación en plataformas digitales y redes sociales. En este ámbito virtual se ha evidenciado un incremento de la violencia verbal direccionada hacia la niñez, un patrón de hostilidad también dirigido hacia el sistema científico, las universidades, los jubilados y el sector de discapacidad. En efecto, al momento de redactar estas líneas, el cuerpo docente universitario sostiene medidas de fuerza ante el incumplimiento de la Ley de Financiamiento Universitario.

Este clima de violencia simbólica y física se materializa en casos de alta gravedad institucional y social:

1. La agresión física contra una niña de 10 años en septiembre de 2024, quien fue gaseada con gas pimienta por fuerzas policiales durante una movilización en defensa de la movilidad jubilatoria. Respecto de este suceso, la niña declaró: "Yo siento que los policías se sentían orgullosos de tirarnos gas pimienta, incluso, Patricia Bullrich (entonces ministra de seguridad) le echa la culpa a mi mamá por llevarme a la manifestación".

2. El hostigamiento digital hacia Ian Moche, un activista neurodivergente de 12 años con autismo. En el marco de los reclamos contra los recortes en políticas de discapacidad, el niño fue blanco de agravios sistemáticos en la plataforma X por parte del Presidente de la Nación y sus partidarios, quienes difundieron datos sensibles de su vida privada como su escuela y su domicilio particular. Posteriormente, en televisión abierta, el entonces director de la Agencia Nacional de Discapacidad, Diego Spagnuolo, interpeló a la madre del niño sosteniendo que la responsabilidad ante un hijo con discapacidad correspondía con exclusividad al ámbito familiar y no al Estado.

Estas dinámicas configuran lo que analíticamente se puede definir como un proceso de "desentronización de la infancia", por el cual se intentan desplazar las problemáticas de los derechos de la niñez de la esfera del debate público y las obligaciones estatales para reubicarla como un asunto del fuero estrictamente privado y familiar. Se busca así eclipsar los modelos de desarrollo precedentes que consagraban a los niños y niñas un rol prioritario, alineado con las concepciones del valor inconmensurable de la infancia (ZELIZER, 1985) construidas históricamente bajo la influencia de las potencias noratlánticas.

Esta desestatización va de la mano de una reprivatización de los cuidados que sobrecarga de responsabilidades y tareas de subsistencia a los hogares y, fundamentalmente, a las mujeres (COOPER, 2017; EPELE, 2010). A su vez, debilita y fragmenta el tejido comunitario de contención (MORANO et al., 2025), a la par que obstaculiza la ejecución de proyectos de investigación socioantropológica orientados a las infancias debido al cuestionamiento y desfinanciamiento de las ciencias sociales.

Dinámicas Locales, "neuquinidad" y Resistencia Mapuche

A pesar de la convergencia nacional de estas políticas, los efectos locales presentan variaciones significativas en la provincia de Neuquén. Si bien las comunidades mapuche de la región experimentan episodios de violencia institucional y represión policial en el marco de demandas territoriales e identitarias, el ensañamiento verbal hacia las infancias en el espacio de discusión pública no adquiere la misma magnitud. Esto se asocia a la vigencia de nociones político-culturales vinculadas a la "neuquinidad", que se caracteriza por altos niveles de articulación comunitaria y una densa red de movilización social en defensa de los derechos humanos, los derechos del pueblo mapuche y las garantías de las infancias y adolescentes.

Frente al avance del capitalismo tardío y las nuevas derechas, las familias y las comunidades mapuche despliegan de forma persistente estrategias situadas de resistencia. Estas no se limitan a la acción directa en el espacio público, sino que involucran la activación y puesta en práctica del mapuche *kimvn* (conocimiento ancestral mapuche) como caja de herramientas para mitigar las adversidades materiales y simbólicas.

Una dimensión en la cual se han registrado avances significativos es en torno de la educación. Por un lado, diferentes comunidades continúan fortaleciendo sus prácticas educativas propias en la formación de sus niños y niñas. Por el otro lado, al interior de diversas escuelas neuquinas, también se está fortaleciendo la educación mapuche mediante la incorporación de la enseñanza del *mapuzugun* la lengua mapuche, la platería, el telar y elementos centrales del conocimiento mapuche sobre su entorno, por parte de docentes de las comunidades. A pesar de enfrentar fricciones, cuestionamientos y destratos por parte de sectores del cuerpo docente formal, los niños, niñas y sus familias demuestran un sostenido interés y un proceso de apropiación activa de estos saberes vinculados al modo mapuche de pensar y estar en el mundo.

Andrea Szulc (Universidad de Buenos Aires - CONICET)
Editora Associada

Referencias Bibliográficas

COOPER, M. **Family Values.** Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

EPELE, M**. Sujetar por la herida:** Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FRASER, N. "Las contradicciones del capital y los cuidados". **The new left review**, n. 100, p. 111-132, 2020.

MORANO, L. et al. "Diálogos antropológicos para pensar la niñez y su cuidado en tiempos signados por las nuevas derechas". XIII Congreso de Antropología Social, San Salvador de Jujuy, Universidad Nacional de Jujuy. 2025.

ZELIZER, V. ***Pricing the priceless child.*** *The changing social value of children*. New York: Basic Books, Inc. Publishers, 1985.



Análise dos efeitos da covid-19 no desenvolvimento de adolescentes em vulnerabilidade social do interior cearense

Patrícia Oliveira Lima
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0000-0001-9467-2411

Iohana Guedes Soares
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0009-0000-3231-6630

Georgia Maria Melo Feijão
Faculdade Luciano Feijão, Sobral, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0000-0001-8438-9479

Raul Max Costa
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0000-0002-6283-4890

Normanda Araujo de Morais
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0000-0003-3156-4688

https://doi.org/10.54948/desidades.v1i45.66136

Introdução

A pandemia da covid-19 se consolidou no Brasil em março de 2020, desencadeando uma série de eventos que afetaram o bem-estar físico e mental da população em um cenário de emergência permeado por morte, angústia e isolamento. Os impactos da covid-19 não se resumiram a fatores individuais, mas também afetaram o desenvolvimento econômico e geraram forte repercussão social. Diferentemente da concepção amplamente difundida de que o coronavírus produziria impactos uniformes, por se tratar da exposição a um fator biológico comum, a pandemia foi experienciada de maneiras distintas por grupos sociais específicos. Isso ocorreu em razão das desigualdades existentes em diferentes âmbitos, como no acesso às informações sobre práticas de higiene, aos recursos sanitários para a prevenção da doença, aos serviços de saúde e a outros equipamentos de bem-estar social (ALBUQUERQUE; RIBEIRO, 2020; SILVA et al., 2023).

A partir da definição de desastre adotada pela United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), a pandemia da covid-19 pode ser compreendida como um desastre global por produzir grave perturbação do funcionamento social, excedendo capacidades institucionais de resposta e intensificando vulnerabilidades sociais, econômicas e sanitárias (FREITAS; SILVA; CIDADE, 2020). Diante de um cenário de crise, uma série de ações deve ser pensada e efetivada, a fim de manejar os impactos negativos nas comunidades e na sociedade afetada. Contudo, deve-se compreender que as políticas de intervenção também possuem efeitos não intencionais adversos que funcionam como ponto cego das estratégias (BACH; WEGRICH, 2019). Ademais, grupos sociais historicamente vulneráveis sofrem em intensidade desproporcional os efeitos adversos provocados pelos pontos cegos das políticas públicas (PIRES, 2020). Assim, o isolamento social surgiu como estratégia mais eficaz diante dos recursos disponíveis para lidar com o aumento exponencial do número de casos de covid-19, mas é preciso compreender que, apesar de sua essencialidade no combate à propagação viral, as estratégias de enfrentamento da covid-19, como o isolamento, também impactaram alguns aspectos da saúde e do desenvolvimento dos jovens (MALTA et al., 2021).

Durante a pandemia, foi possível perceber mudanças comportamentais e nos estilos de vida da população, identificando repercussões emocionais nos adolescentes devido aos sentimentos de medo e incerteza intensificados pelas experiências da pandemia, como o consumo de notícias sobre o coronavírus (GADAGNOTO et al., 2022). Outros fatores que afetam diretamente o desenvolvimento físico e mental dos adolescentes, como comportamento sedentário, uso excessivo de telas e aumento do consumo de alimentos industrializados, foram percebidos durante a pandemia da covid-19 (GUIZZO; MARCELLO; MÜLLER, 2020).

Parte dos dados anteriormente relatados foram produzidos considerando o contexto de vida de adolescentes pertencentes às classes média e alta, em geral, moradores de grandes centros urbanos. Embora sejam dados relevantes, têm limites e não são suficientes para abarcar a complexidade da realidade vivida por adolescentes de outras classes sociais, não residentes em centros urbanos e que vivenciam diferentes situações de vulnerabilidade ao seu desenvolvimento, como o fato de estarem matriculados em escolas localizadas em bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de crescerem em acolhimentos institucionais e/ou de estarem em cumprimento de algum tipo de medida socioeducativa (liberdade assistida ou regime fechado).

Ao falar sobre adolescência, é preciso compreender que não existe uma única experiência, por isso fala-se em *adolescências. Uma vez que essa fase do desenvolvimento se constitui a partir de múltiplos fatores – biológicos, sociais, econômicos, históricos e subjetivos – não há uma única forma de vivê-la* (SOUZA; MOREIRA, 2012). Portanto, para discutir o processo de adolescer durante a pandemia, é essencial reconhecer que existem múltiplas formas de adolescer e experienciar a pandemia. Ao abordar as adolescências a partir das teorias do desenvolvimento humano, é necessário considerar essas diferentes trajetórias e concepções de adolescência (SENNA; DESSEN, 2012).

A pandemia da covid-19 alterou as dinâmicas de convivência dos adolescentes e criou um contexto marcado pelo isolamento social, pela maior privação econômica, pelo aumento do desemprego dos familiares, pelo fechamento das escolas e pelo distanciamento de equipamentos importantes de apoio social (saúde, educação e assistência social, por exemplo). Além disso, intensificou preocupações relacionadas ao presente, ao futuro, à morte e à própria experiência de viver em um cenário pandêmico. Diante desse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: como adolescentes em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a diferentes contextos institucionais do interior do Ceará, experienciaram os efeitos da pandemia da covid-19 em seus processos de desenvolvimento?

O presente estudo, portanto, buscou compreender os efeitos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes, moradores de duas cidades do interior do Ceará, e pertencentes a três contextos: escolas localizadas em bairros de baixo IDH, instituições de socioeducação e acolhimentos institucionais. Espera-se que os resultados desse estudo venham somar ao campo de pesquisas e práticas de atendimento voltadas às adolescências que vivenciam diferentes situações de vulnerabilidade ao seu desenvolvimento, cujas experiências permanecem sub-representadas na literatura sobre o contexto pandêmico.

Método

Participantes

O estudo foi realizado com 14 adolescentes em situação de vulnerabilidade, com idades entre 12 e 18 anos. Dentre os participantes, 42,9% (n=6) eram de escolas públicas localizadas em bairros de baixo IDH; 28,6% (n=4) cumpriam medidas socioeducativas em regime semiaberto; 14,3% (n=2) cumpriam medidas socioeducativas no regime fechado; e 14,3% (n=2) estavam vinculados a acolhimentos institucionais. Dentre eles, a maioria (n=8; 57,1%) era do sexo masculino. O estudo foi realizado em duas cidades do interior do estado do Ceará, sendo a maioria (n=10; 71,4%) de Sobral e 28,6% (n=4) de Juazeiro do Norte, no período de novembro de 2022 a abril de 2023. As cidades foram selecionadas por serem as duas maiores em população entre as cidades do interior de acordo com o Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Os participantes foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: ter idade entre 12 e 18 anos no momento da coleta dos dados; ter estado e/ou permanecer em um desses três contextos de vulnerabilidade – escolas em bairros de baixo IDH, instituições de cumprimento de medida socioeducativa (liberdade assistida e fechado) e acolhimento institucional em algum momento durante a pandemia, especificamente

no recorte definido pela pesquisa (fevereiro/2020 a dezembro/2021); ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) assinados. Já os critérios de exclusão considerados foram: apresentar estado alterado da consciência por uso de substância psicoativa ou apresentar algum comprometimento cognitivo que os impedisse de participar da pesquisa.

O número de entrevistas foi definido pelo critério de saturação, ou seja, elas foram interrompidas quando a equipe de pesquisa percebeu que não surgiram novas informações relevantes nas entrevistas subsequentes. Essa saturação indicou que as questões abordadas nas entrevistas estavam sendo suficientemente exploradas e que o repertório de experiências dos adolescentes estava bem representado.

Com o objetivo de preservar o anonimato dos participantes, os trechos das entrevistas foram identificados pela letra "P", seguida de um número sequencial correspondente ao participante (P1, P2, P3...), acompanhados da identificação do gênero e do contexto de inserção do adolescente (escola, acolhimento institucional ou medida socioeducativa). Nos casos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, também foi especificada a modalidade da medida (liberdade assistida ou regime fechado), quando pertinente à compreensão do contexto da fala.

Instrumentos

Foram aplicados um questionário sociodemográfico, com perguntas referentes à idade, ao gênero, à cor, à religião e à escolaridade, e uma entrevista semiestruturada, ambos especialmente elaborados para esta pesquisa. A entrevista foi organizada em torno de temas centrais, com perguntas elaboradas para explorar, em profundidade, cada um deles, a saber: efeitos da pandemia, estratégias de enfrentamento, pós-pandemia e projetos futuros. Algumas das perguntas realizadas foram: O que você fez durante a pandemia para lidar melhor com o isolamento social? e Existe algo que você fazia antes da pandemia e acredita que não fará novamente no futuro?

Procedimentos

Foi solicitada autorização da Secretaria Municipal da Educação para a realização do estudo, sendo escolhidas escolas de baixo IDH. Para o acesso às medidas socioeducativas de regime semiaberto e fechado, foi solicitada autorização ao Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, e para o acolhimento institucional foi solicitada autorização na Secretaria Municipal de Assistência Social. Após a autorização das instituições, foram realizadas visitas às escolas indicadas pela secretaria, ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para acessar os adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, ao centro socioeducativo de privação de liberdade, para acessar aqueles em cumprimento de medidas socioeducativas em regime fechado, e ao serviço de acolhimento institucional.

A coleta de dados teve como base a Inserção Ecológica, um procedimento metodológico, baseado na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que tem por característica a inserção do pesquisador no contexto natural do indivíduo, observando as interações e atividades cotidianas. Além disso, o pesquisador pode participar ativamente do ambiente, interagindo com os participantes e compreendendo suas perspectivas e experiências (PRATI et al., 2008). Dessa forma, foram realizadas visitas anteriores à coleta de dados com a finalidade de promover vinculação entre a equipe de pesquisa e os participantes.

Os participantes foram escolhidos com o apoio das equipes técnicas de cada contexto institucional, considerando critérios como faixa etária entre 12 e 18 anos, vínculo ativo com a instituição no período da coleta e condições emocionais e cognitivas para a participação na entrevista, conforme avaliação dos profissionais responsáveis. Após a indicação inicial, os adolescentes foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa, e aqueles que demonstraram interesse concordaram com os aspectos apresentados no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este último foi assinado pelos pais, no caso dos adolescentes da escola e daqueles em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. No caso dos adolescentes internados em cumprimento de medida de privação de liberdade ou em acolhimento institucional, o TCLE foi assinado pelos coordenadores das respectivas instituições.

Durante o período de Inserção Ecológica, com duração de três meses, os pesquisadores realizaram visitas semanais aos contextos institucionais, acompanhando atividades cotidianas, rotinas, interações entre adolescentes e profissionais e dinâmicas institucionais relacionadas ao contexto pandêmico e pós-pandêmico. As observações registradas em diário de campo auxiliaram na contextualização das entrevistas e na compreensão das experiências relatadas pelos participantes, sendo utilizadas como suporte interpretativo na análise dos dados.

Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas de modo integral e analisadas por meio da Análise Temática (BRAUN; CLARKE; GRAY, 2019). Essa abordagem é organizada em três momentos, a saber: a pré-análise, que consiste na leitura minuciosa do material a ser analisado; a codificação, que é caracterizada pelo agrupamento das unidades de registro; e, por fim, a categorização ou tratamento dos dados, que visa organizar, classificar e interpretar as unidades de registro significativas. Os temas de análise foram definidos a posteriori, com base na análise das entrevistas e dos registros em diário de campo produzidos durante o processo de Inserção Ecológica.

As entrevistas, primeiramente, foram analisadas verticalmente (uma a uma), tendo em vista conhecer a perspectiva de cada participante acerca da pandemia. Em um segundo momento, após a devida compreensão de cada caso, foi feita uma análise horizontal com todas as entrevistas analisadas, a fim de identificar as semelhanças e as diferenças nos relatos (MELETTI; SCORSOLINI-COMIN, 2015). A literatura da área de estudos sobre desenvolvimento humano e as pesquisas produzidas sobre o período pandêmico foram utilizadas para a discussão dos dados.

Procedimentos éticos

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da instituição de origem das autoras e aprovado sob o Parecer nº 5.725.003. A pesquisa atendeu às recomendações bioéticas para pesquisas com seres humanos, em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

Resultados

Com base na análise das entrevistas, os temas de análise foram construídos a partir das codificações de estratos e dos mapas mentais, refinados ao longo do processo. A Figura 1 expõe o mapa mental produzido pelas autoras com base na proposta de análise temática (BRAUN; CLARKE; GRAY, 2019).

Figura 1 – Mapa mental construído pelas autoras a partir da análise temática de Braun, Clarke e Gray



Após a organização e a análise dos dados com o auxílio da análise temática, as narrativas dos adolescentes foram estudadas com o intuito de entender como os participantes vivenciaram a pandemia e o pós-pandemia. Dessa forma, a fim de apresentar os resultados da pesquisa, serão discutidos os seguintes temas: a) adaptando-se ao isolamento: a interação dos sistemas ecológicos durante a pandemia; b) desafios e recursos dos adolescentes durante a pandemia; c) repercussões da pandemia; d) efeitos da pandemia nas projeções futuras dos adolescentes.

Adaptando-se ao isolamento: a interação dos sistemas ecológicos durante a pandemia

Esse tema demonstra o processo de adaptação dos adolescentes ao isolamento a partir da interação dos sistemas ecológicos, conforme proposto pelo Modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo) (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). O processo pode ser ilustrado na fala de um participante, que relata: "Na pandemia eu comecei a falar com meus colegas pelo celular, antes eu não falava muito com ninguém não, mas na pandemia pelo celular aprendi a conversar mais com as pessoas e é importante ter amigos" (P3, masculino, escola). Nesse exemplo, vemos como o processo de desenvolvimento ocorre em meio às restrições do ambiente pandêmico. Ao se adaptar ao isolamento social, o adolescente descobriu novas maneiras de interagir e valorizar as amizades, uma habilidade que antes não considerava tão importante.

A pessoa, por sua vez, é percebida quando P5 afirma: "Não tive nenhum sentimento intensificado por causa da pandemia" (P5, masculino, socioeducativo - fechado), o que demonstra uma disposição adaptativa e uma capacidade de manter a estabilidade emocional em meio às adversidades. No entanto, também reflete o contexto de confinamento e o distanciamento das notícias sobre o impacto da pandemia, o que pode ter reduzido a ansiedade e outras respostas emocionais intensificadas. P6, por sua vez, menciona: "Durante a pandemia, eu tinha aulas de preparo físico, aulas online na internação" (P6, masculino, socioeducativo – fechado), destacando atividades estruturadas que promovem o desenvolvimento físico e cognitivo, além de contribuírem para a manutenção de uma rotina que favoreceu a estabilidade emocional.

Quanto ao contexto, enfatiza-se que contextos que não possuem contato direto com o adolescente afetam indiretamente suas experiências e seu desenvolvimento. Por exemplo, o macrossistema, composto por influências culturais, econômicas e políticas mais amplas, mudou o cotidiano das famílias e das escolas no período pandêmico, gerando, inclusive, a necessidade de os adolescentes estabelecerem novas formas de viver em comunidade, novas formas de se colocar nas relações e buscar novas estratégias de suporte na construção da sua subjetividade.

O ambiente físico das escolas foi fechado, as salas de aula passaram a ser a tela de um celular ou de um computador para os que tinham acesso; aos demais, a quebra abrupta da relação com a escola significou a perda temporária de um grupo de apoio, de um espaço onde estabeleciam relações com os pares e se construíam projeções futuras, como descrito nesta passagem:

> Foi uma das situações mais difíceis de lidar porque foi horrível, mas foi uma medida eficaz [isolamento social]. Eu me sentia mais sozinha do que já sentia [...] o isolamento foi legal porque a gente não tava no meio do mundo pegando a doença, mas foi ruim porque a gente não podia sair de casa e ver os amigos. (P2, feminino, escola).

Por fim, considerando a dimensão temporal do MODELO PPCT, observa-se que a experiência dos adolescentes foi marcada por mudanças ao longo do curso da pandemia, evidenciando como o tempo influenciou os processos de adaptação ao contexto pandêmico. Isso pode ser observado na fala de um participante: "No começo da pandemia eu fiquei com medo [...] depois foi de boa [...] mas no começo foi espantoso" (P9, feminino, acolhimento institucional). A adolescente compartilha sua vivência durante a pandemia, destacando as mudanças ocorridas em sua vida social e em seus hábitos diários no acolhimento institucional. Ela menciona a perda do convívio com muitos colegas e a nova dinâmica de interação decorrente da pandemia. Em meio ao isolamento social, algumas atividades foram realizadas, como dinâmicas conduzidas por uma psicóloga, que promoviam momentos de descontração e socialização, ressaltando a importância dessas interações mesmo em tempos difíceis. Além disso, a experiência levou à adoção de novos hábitos, como a leitura, evidenciando de que modo a adaptação ao contexto pandêmico moldou sua rotina e suas preferências.

Desafios e recursos dos adolescentes durante a pandemia

Algumas experiências foram comuns à maioria dos adolescentes, como a dificuldade emocional de lidar com o isolamento. Muitos relataram sentimentos de medo e solidão, além de apontarem a saudade como uma das partes mais difíceis da pandemia. Os adolescentes expressaram nostalgia em relação aos ambientes escolares e de socialização: "Ficar sem ir pra escola foi uma das partes mais difíceis da covid, ficar sem ver meus amigos. (...) A maior dificuldade que tive na pandemia foi de não ver os meus amigos mesmo" (P11, masculino, socioeducativo – liberdade assistida).

Além disso, os participantes mencionaram sentir falta da vila olímpica, de jogar bola com os amigos ou de viajar. A partir desse tema, foi possível identificar respostas bastante comuns entre os adolescentes acerca do enfrentamento, dividindo as respostas em dois grupos principais: desenvolvimento de atividades de passatempo e uso excessivo de tela. Nos relatos dos adolescentes que utilizaram as telas como forma de enfrentamento, eram frequentes as menções a pouco ou nenhum suporte familiar. Já nas falas daqueles que realizaram atividades de passatempo, percebeu-se maior presença de figuras parentais e de suporte familiar, como pode ser observado a seguir:

> Perdi o desejo de socializar mais com as pessoas na pandemia... não senti que tive apoio de ninguém, porque eu não sou muito aberto com minha mãe, não tenho mais meu pai... para lidar com a pandemia, eu jogava [online] bastante e dormia, mas eu só ficava em casa (P7, masculino, escola).
>
> O mais difícil de lidar foi ver tudo parado, as coisas ficaram difíceis pra todos da família e pra todo mundo. [...] As atividades que eu mais fazia antes da pandemia era jogar bola. Durante a pandemia eu jogava bola também, mas a frequência era menor. Senti muita falta de ir à vila olímpica, eu jogava bola e tomava banho de piscina (P12, masculino, socioeducativo – liberdade assistida).

Repercussões da pandemia

Esse tema enfatiza os efeitos do isolamento social, do fechamento da escola, das transformações na modalidade de ensino e na convivência familiar, bem como a experiência da pandemia em sua totalidade. Foi possível identificar efeitos bastante comuns, e outros constituídos de uma experiência mais individual. Algumas falas comuns acerca dos efeitos se davam em torno da dificuldade na retomada da socialização com os pares, relatando ansiedade e/ou desinteresse: "Por causa da pandemia, perdi o interesse de sair com os amigos, de ficar mais com várias pessoas" (P13, masculino, socioeducativo – liberdade assistida).

Quanto aos impactos a longo prazo das estratégias de enfrentamento utilizadas, foi possível identificar que aqueles que passaram a usar com mais frequência as telas reportaram repercussões desse aumento da frequência de uso no pós-pandemia: "Por causa da pandemia eu passo mais tempo no celular" (P12, masculino, socioeducativo – liberdade assistida); "Só ficava na televisão, e agora eu só fico na televisão" (P11, masculino, socioeducativo – liberdade assistida).

Já os adolescentes que desenvolveram recursos lúdicos para passar o tempo revelaram ter buscado manter essas atividades. Um deles revelou que a maior barreira impeditiva hoje é o tempo: "Um novo hábito que comecei durante a pandemia foi o de desenhar,

mas hoje eu só faço às vezes, porque tenho curso e a escola e às vezes não tenho mais tempo. O que eu fazia antes da pandemia e eu acho que não vou mais fazer é o nada" (P1, feminino, escola).

Efeitos da pandemia nas projeções futuras dos adolescentes

Aqui são enfatizadas as repercussões da pandemia nas projeções para o futuro dos adolescentes, já que frequentemente relacionaram os projetos futuros ao engajamento escolar e discutiram que percebiam déficit na aprendizagem: "A pandemia interferiu na escola, então interferiu também nos planos para o futuro" (P13, masculino, socioeducativo – liberdade assistida). O fechamento das escolas e a política de adoção das aulas no formato digital, além do constante acesso a notícias relacionadas ao aumento da disseminação da doença e ao número crescente de mortes, intensificaram a percepção de vulnerabilidade e insegurança e o desinteresse escolar: "Antes da pandemia, eu era mais dedicado aos estudos, e durante a pandemia perdi essa vontade e dedicação aos estudos" (P7, masculino, escola).

Alguns adolescentes reportaram que no período da pandemia sentiram seus interesses profissionais mudarem: "No começo da quarentena, eu tinha o sonho de ser médico, hoje penso em ser veterinário, biólogo e ser modelo" (P7, masculino, escola). Uma adolescente disse crer que não se tratava do impacto da pandemia. Alguns, como P2, não hipotetizaram a razão para a mudança: "Eu queria fazer medicina veterinária antes da pandemia e hoje eu quero fazer informática, mas não acho que tenha sido por causa da pandemia" (P2, feminino, escola). Outros adolescentes ainda falaram sobre o interesse em trabalhar e explicaram que a pandemia certamente adiou seus planos: "A pandemia interferiu nos meus planos quanto a trabalhar e depois da pandemia ainda vou ter como realizar, mas atrasou e muitas coisas mudaram" (P12, masculino, socioeducativo – liberdade assistida).

Discussão

A discussão foi organizada a partir dos mesmos eixos temáticos identificados na análise dos dados, buscando aprofundar a interpretação de cada tema à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e da literatura científica pertinente.

Adaptando-se ao isolamento: a interação dos sistemas ecológicos durante a pandemia

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano compreende o desenvolvimento a partir da interação dinâmica entre processo, pessoa, contexto e tempo (Modelo PPCT), enfatizando que o desenvolvimento ocorre por meio das relações estabelecidas entre o indivíduo e seus ambientes (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). O isolamento influenciou a percepção dos adolescentes sobre a relevância dos vínculos sociais e, ao mesmo tempo, os levou a se engajarem em novas formas de conexão digital, criando e mantendo interações que possibilitaram a continuidade dos vínculos sociais.

A análise das respostas dos adolescentes sugere que diferentes características pessoais e contextuais influenciam o modo como os adolescentes enfrentaram a situação de confinamento. A manutenção da estabilidade emocional pode ser interpretada como uma disposição adaptativa em que o distanciamento das informações sobre os efeitos

da pandemia atuou como um fator protetor ao reduzir a ansiedade e as respostas emocionais intensas. Estudos apontam que a exposição reduzida a estressores externos e a sobrecarga de informações pode minimizar sintomas de ansiedade em contextos de crise (BROOKS et al., 2020). Outros estudos corroboram que a continuidade de rotinas e atividades organizadas em contextos de restrição ou confinamento melhora a resiliência e regula o desenvolvimento emocional, facilitando a adaptação (MASTEN, 2014). Esses achados são consistentes com a Teoria Bioecológica de Desenvolvimento, que identifica força, recurso e demanda como mediadores no processo de desenvolvimento, especialmente em contextos adversos (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2007).

As características de força representam atributos como curiosidade, disciplina e disposição para o engajamento em atividades, sendo fundamentais para sustentar processos de desenvolvimento em ambientes com limitações. Adolescentes que mantêm uma rotina de atividades demonstram maior capacidade de adaptação emocional e comportamental, principalmente em cenários de vulnerabilidade (ZIMMERMAN, 2013). As características de recurso, que abrangem aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, também desempenham um papel crucial na adaptação. Masten (2014) observa que esses recursos sustentam o desenvolvimento em situações adversas, promovendo uma estrutura de apoio à resiliência. A ausência de estímulos externos nesse contexto pode ser uma limitação, mas também pode atuar como recurso protetor ao reduzir a exposição a estressores. Por fim, as características de demanda, como idade, gênero e contexto socioeconômico, podem gerar diferentes reações no ambiente e influenciar o desenvolvimento, conforme as influências macrossistêmicas. Segundo Ungar (2011), a resiliência é amplamente modulada por fatores ambientais e pelas respostas que o ambiente oferece, de modo que características individuais interagem com o contexto, podendo tanto facilitar quanto dificultar a adaptação.

Quanto ao contexto e ao tempo, defende-se que o desenvolvimento se constrói marcado por diferentes níveis sistêmicos e pela complexa interação entre eles, compreendendo sistemas bioecológicos que se organizam por: microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema (BRONFENBRENNER, 2005). O microssistema do adolescente é o sistema de maior relevância para o seu desenvolvimento, já que é onde acontecem as interações e as experiências diárias e onde constrói o seu ser no mundo; os grupos que se localizam no microssistema são a família, a escola, as comunidades religiosas e os espaços de lazer (SARVAN; MUSLU, 2022). Diante disso, é preciso compreender que, apesar de o microssistema possuir maior impacto no desenvolvimento do adolescente, ele é constantemente transformado pelos outros sistemas que se afetam mutuamente e constroem conjuntamente a experiência de adolescer (BRONFENBRENNER, 2005).

No nível dos microssistemas, as políticas de isolamento e fechamento de escolas impactaram profundamente as famílias e os estudantes (VAZQUEZ et al., 2022). As decisões tomadas no âmbito dos macrossistemas, como as políticas de saúde pública, e dos exossistemas, como as diretrizes governamentais para o ensino, afetaram diretamente os microssistemas, alterando a dinâmica familiar e a estrutura escolar. Essas mudanças, muitas vezes não antecipadas ou negligenciadas nos processos de decisão, evidenciam os pontos cegos das políticas que não consideraram plenamente os efeitos secundários sobre a saúde mental e o bem-estar dos estudantes e suas famílias.

Alguns adolescentes apontaram dificuldades financeiras ocasionadas pelas políticas de isolamento e pela crise econômica decorrente do cenário pandêmico, além de desafios relacionados à empregabilidade. Esses achados destacam que os impactos da pandemia

extrapolaram o campo sanitário, atingindo diretamente as condições materiais de existência e aprofundando processos de vulnerabilização social, conforme discutem Albuquerque e Ribeiro (2020). A pandemia, portanto, foi atravessada por desigualdades socioespaciais que condicionaram diferentes possibilidades de proteção, cuidado e enfrentamento da crise.

Para diminuir os efeitos econômicos e sociais sobre a população durante a pandemia de covid-19, o governo federal adotou políticas como o Auxílio Emergencial, destinado a fornecer suporte financeiro temporário a segmentos vulneráveis diretamente afetados pela crise econômica. Embora sua aplicação tenha sido crucial no contexto de desastre que o Brasil enfrentava, é importante destacar as problemáticas de execução e implementação que prejudicaram os cidadãos em situação de vulnerabilidade. Entre as dificuldades enfrentadas estavam a falta de acessibilidade digital, a insuficiência de servidores nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para auxiliar no cadastramento e a impossibilidade de acesso ao recurso por grupos que não possuíam documentação regularizada (MARINS et al., 2021).

Quanto aos desafios educacionais, os adolescentes relataram falta de interesse nas atividades online devido aos sentimentos emergentes da pandemia, falta de equipamentos tecnológicos para acessar as aulas e dificuldade de adaptação cognitiva e de atenção. Segundo Oliveira (2024), foram identificadas dificuldades relacionadas à ausência de recursos e equipamentos necessários para a realização de atividades remotas, bem como à insuficiência de diretrizes e orientações para a implementação desse formato pelos profissionais. Assim, as dificuldades de atenção e interesse dos alunos também se devem ao despreparo dos profissionais para o cenário de emergência e às transformações metodológicas e de formato das aulas. Vazquez et al. (2022) evidenciam que o isolamento social e o fechamento das escolas também promoveram repercussões emocionais nos adolescentes, afetando seu engajamento escolar.

Esses resultados indicam que as dificuldades relacionadas ao ensino remoto ultrapassaram limitações estritamente tecnológicas, envolvendo também rupturas nos processos proximais sustentados pelas interações presenciais com professores, colegas e ambiente escolar. Na perspectiva bioecológica, o desenvolvimento ocorre por meio de interações recíprocas e progressivamente mais complexas entre sujeito e ambiente, de modo que alterações nos contextos escolares repercutem diretamente nos processos de aprendizagem, socialização e adaptação adolescente (BRONFENBRENNER, 1999).

Destaca-se também a experiência inicial de medo e espanto relatada por alguns participantes, que revela como o tempo, enquanto fator de transição, afetou o desenvolvimento emocional e comportamental. De acordo com Bronfenbrenner e Morris (2006), o cronossistema representa mudanças e transições ao longo da vida, influenciando a maneira como as pessoas se adaptam a eventos significativos. À medida que o tempo passa, observa-se que os adolescentes desenvolvem estratégias de enfrentamento e ajustamento emocional, demonstrando adaptação diante de circunstâncias adversas. Além disso, o relato sobre novos hábitos, como a leitura, destaca o caráter dinâmico do desenvolvimento no cronossistema, permitindo a reorganização de interesses, rotinas e formas de interação conforme os contextos e demandas se transformam. Na perspectiva bioecológica, acontecimentos situados no tempo podem produzir mudanças significativas nas trajetórias desenvolvimentais, favorecendo processos de adaptação e ressignificação das experiências vividas (BRONFENBRENNER, 2005). Segundo Steinhoff et al. (2024), a pandemia foi um evento marcante que transformou as rotinas e os interesses de muitos jovens, levando-os a buscar novas formas de distração e crescimento

pessoal. Esses novos hábitos revelam a adaptação ao contexto pandêmico, que, apesar das limitações, proporcionou oportunidades para o desenvolvimento de habilidades pessoais e interesses que podem ser mantidos e ampliados após o confinamento.

Durante a pandemia, os sistemas ecológicos entraram em crise, já que passaram a adotar outras características pela necessidade de mudança de hábitos, transformações na rotina, barreiras na comunicação, fechamento das escolas, adoção de políticas de enfrentamento, além de mudanças abruptas em regras sociais, o que certamente provocou mudanças simultâneas nos demais sistemas e, consequentemente, impactou o desenvolvimento do adolescente (FREIRE et al., 2022). Entende-se que a Teoria Bioecológica oferece uma visão integral dos indivíduos, pois permite compreender o desenvolvimento a partir das muitas camadas, o que auxilia no desenvolvimento de intervenções mais eficazes que abordam múltiplos níveis de influência, além de considerar o impacto longitudinal no desenvolvimento (ERIKSSON; GHAZINOUR; HAMMARSTRÖM, 2018).

Desafios e recursos dos adolescentes durante a pandemia

A pandemia promoveu um contexto de estresse psicossocial, já que afetou as mais diversas áreas e sistemas dos adolescentes. Para o enfrentamento da crise, foram necessários ajustamentos multidirecionais que envolvem respostas cognitivas, emocionais e comportamentais voltadas à adaptação a situações estressoras (NARVÁEZ et al., 2021). A resiliência não é uma característica individual, mas um conceito dinâmico, resultante das interações entre fatores de proteção e fatores de risco. Enquanto os fatores de proteção são aqueles que aumentam a chance de condições de bem-estar e de qualidade de vida, favorecendo o desenvolvimento de processos de resiliência, os fatores de risco são comportamentos que estão relacionados ao aumento da probabilidade de consequências negativas na vida dos indivíduos (PRIOLO FILHO; RODRIGUES, 2018).

Neste estudo, foram identificados padrões comportamentais no que diz respeito às estratégias de enfrentamento individuais para lidar com as repercussões da pandemia no cotidiano, sendo eles o aumento do uso de telas em um grupo e, em outro, a adoção de atividades de lazer e de passatempo. Esse dado corrobora as contribuições de Pontes e Pessoa (2024), que indicam que habilidades específicas deixaram de ser estimuladas devido às restrições impostas pela pandemia e reportaram carência de atividades de lazer no período pandêmico. O aumento do uso de telas foi sinalizado por um grupo de adolescentes e, embora tenha cumprido uma função importante durante a pandemia – ao aumentar a conexão social e garantir acesso à educação, ao entretenimento, ao lazer, à informação e à atualização –, pode não ter sido tão positivo a longo prazo, resultando em uma carência de atividades de lazer e em uma redução de estímulos sociais. Nesse sentido, o cenário pandêmico intensificou processos de sociabilidade digital e reorganizou formas de interação cotidiana entre adolescentes, produzindo transformações que ultrapassaram o período do isolamento social (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

Repercussões da pandemia

As repercussões do isolamento social na socialização no pós-pandemia podem ter se dado também pelo fechamento das escolas. Isso acontece porque o ambiente escolar se mostra relevante por contribuir não somente para a aprendizagem, mas também por funcionar como espaço vital para a socialização e para o crescimento emocional dos

jovens, a partir das interações diárias com os pares e com os professores. Dessa forma, a ausência dessas interações durante a pandemia aumentou a sensação de isolamento e prejudicou a motivação e o desempenho escolar (PONTES; PESSOA, 2024).

O pós-pandemia vivenciado pelos adolescentes engajados em atividades de passatempo, como hobbies e práticas recreativas, foi apontado com falas mais positivas em relação ao retorno presencial às aulas. Práticas relacionadas ao autocuidado por meio de atividades de interesse pessoal, como atividades de lazer e físicas, promovem melhor bem-estar subjetivo e atuam como fatores de proteção, auxiliando em processos de resiliência (SANTOS; SANTANA; SOUZA, 2020). A principal dificuldade enfrentada pelo grupo mais engajado foi encontrar tempo disponível para manter momentos de lazer criativo. Embora não tenham sido completamente poupados dos impactos negativos, foi possível identificar menores danos neste grupo. Dados quantitativos seriam relevantes para avaliar a correlação entre o desenvolvimento de atividades recreativas e o bem-estar subjetivo no pós-pandemia, além de possibilitar comparações com o grupo que utilizou mais telas.

Já o grupo menos engajado em atividades de passatempo, cujas medidas de enfrentamento se concentraram no aumento do uso de telas, sofreu maiores impactos relacionados à socialização, ao tédio e às repercussões emocionais. Resende et al. (2024) destacam a maior incidência de deficiências visuais, sedentarismo, hábitos alimentares inadequados, ganho de peso, comprometimento da qualidade do sono e prejuízos na saúde mental em adolescentes que aumentaram o consumo de telas durante a pandemia. As repercussões emocionais apontadas como consequência do aumento do uso de telas também são citadas na literatura como consequência dos eventos estressantes associados à pandemia, que exacerbaram os sentimentos de medo e solidão nos adolescentes (BREAUX, 2023; JONES; MITRA; BHUIYAN, 2021; MILIAUSKAS; FAUS, 2020). Essa temática é recorrente na literatura sobre a pandemia por se tratar de uma experiência amplamente compartilhada durante o período em questão.

Efeitos da pandemia nas projeções futuras dos adolescentes

A relevância de se estudar a pandemia hoje se dá pela compreensão de repercussões da pandemia no pós-pandemia, já que adversidades dessa magnitude perpassam o desenvolvimento do sujeito, o cotidiano, a saúde física e mental. Experiências de crise que se relacionam a situações-limite se estendem na história pessoal, por isso, pressupõe-se que há repercussões emocionais e psicológicas provocadas pela pandemia da covid-19 a longo prazo (OLIVEIRA et al., 2020).

Os adolescentes, quando perguntados sobre o impacto da pandemia nos projetos futuros, descreviam que o déficit escolar representava prejuízos e atrasos para seus projetos futuros. Segundo Duarte e Oliveira (2024), a pandemia gerou impactos negativos profundos e desiguais no setor educacional, exacerbando a vulnerabilização de grupos já desfavorecidos. A crise intensificou as desigualdades socioeconômicas e educacionais, acentuadas pelo contexto de isolamento social, que contribuiu para um aumento significativo nas disparidades existentes.

Além disso, alguns adolescentes disseram ter experienciado transformações quanto à escolha profissional. É imprescindível lembrar que o próprio processo de adolescer implica transformações e amadurecimento da escolha profissional. Segundo Fonseca e Canal (2022), uma das questões pertinentes à adolescência é a escolha profissional, que se destaca em virtude de expectativas acerca de sua repercussão em toda a vida adulta

dos indivíduos, uma decisão acerca do que se deseja fazer em termos ocupacionais e de como a pessoa deseja ser no futuro. As transformações vivenciadas durante a adolescência ocorreram simultaneamente às mudanças impostas pela pandemia, influenciando processos de identidade e projeções profissionais.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo compreender os efeitos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes, moradores de duas cidades do interior do Ceará, e pertencentes a três contextos: escolas localizadas em bairros de baixo IDH, instituições de socioeducação e acolhimentos institucionais.

As vivências dos adolescentes durante e após a pandemia revelaram tanto impactos compartilhados quanto especificidades entre os contextos estudados. Em todos os grupos, o isolamento e a ruptura das rotinas afetaram as dinâmicas de socialização, emoções e projetos futuros. Nas escolas, destacaram-se as dificuldades de acesso ao ensino remoto e de retomada dos vínculos sociais; nas instituições de acolhimento, práticas estruturadas de suporte emocional auxiliaram no enfrentamento do período; e, nos centros socioeducativos, atividades físicas e aulas online contribuíram para uma sensação de continuidade, apesar das limitações impostas pelo ambiente restritivo.

Reitera-se a relevância da realização da pesquisa no interior do Ceará, contexto frequentemente pouco explorado na literatura e marcado por desigualdades no acesso a recursos tecnológicos e serviços de apoio psicológico. As narrativas analisadas ampliam a compreensão sobre o desenvolvimento adolescente em contextos interioranos e oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas mais contextualizadas às realidades do semiárido nordestino e de outras regiões interioranas do país.

Em síntese, os achados desse artigo demonstraram impactos persistentes no período pós-pandêmico, como déficit educacional, dificuldades de socialização, atrasos em projetos futuros, aumento do uso de telas e repercussões emocionais, reforçando a necessidade de políticas de promoção e proteção voltadas aos adolescentes. Além disso, os participantes destacaram a importância de atividades de lazer, práticas físicas e ações extracurriculares como estratégias de mitigação dos efeitos da pandemia e promoção de bem-estar.

A partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, foi possível compreender que os efeitos da pandemia atravessaram diferentes sistemas ecológicos, produzindo cascatas do desenvolvimento, isto é, processos dinâmicos e interconectados em que acontecimentos em um nível ecológico repercutem sobre outros níveis ao longo do tempo (FREIRE et al., 2022).

Nesse sentido, as mudanças sociais e institucionais do período afetaram diretamente as relações familiares, as experiências educacionais e os processos emocionais dos adolescentes. Embora a pandemia tenha se constituído como uma experiência coletiva, suas repercussões foram atravessadas por diferentes condições sociais, institucionais e subjetivas, apontando a necessidade de compreender fatores de proteção, processos de resiliência e elementos que intensificaram vulnerabilidades em distintos contextos juvenis.

A despeito das contribuições do estudo, algumas limitações se destacam. Em primeiro lugar, cita-se a dificuldade de acesso aos adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles vinculados a acolhimentos institucionais e medidas socioeducativas, o que envolveu desafios institucionais, éticos e contextuais que impossibilitaram a ampliação da participação. O tamanho reduzido da amostra, portanto, alerta acerca da inviabilidade de generalização dos resultados e da necessidade de situá-los nos contextos específicos em que os dados foram coletados. Outra limitação da pesquisa diz respeito ao fato de a produção dos dados qualitativos ter se baseado predominantemente em entrevistas semiestruturadas, realizadas em um único momento da trajetória dos participantes (delineamento transversal). Embora o questionário sociodemográfico e os registros em diário de campo tenham contribuído para a caracterização dos participantes e para o suporte interpretativo, a ausência de múltiplas estratégias de produção de dados, como observação sistemática ou grupos focias, pode ter limitado a compreensão de alguns aspectos das experiências dos adolescentes. Nesse sentido, sugerem-se estudos com amostras mais amplas e diversificadas, bem como pesquisas longitudinais e investigações sobre intervenções, estratégias de suporte e fatores associados às vivências de adolescentes em contextos de vulnerabilidade.

Agradecimentos

As/os autoras/es agradecem o financiamento das seguintes agências de fomento e instituições: Fundação Cearense de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Edson Queiroz – Universidade de Fortaleza (FEQ-UNIFOR).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. V.; RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, p. e00208720, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>. Acesso em: 10 agosto de 2024.

BACH, T.; WEGRICH, K. (Ed.). **The blind spots of public bureaucracy and the politics of non-coordination**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRAUN, V.; CLARKE, V.; GRAY, D. **Coleta de dados qualitativos**: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Editora Vozes, 2019.

BREAUX, R. et al. Impacts of COVID-19 quarantine and isolation on adolescent social functioning. **Current Opinion in Psychology**, v. 52, p. 101613, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2023.101613>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRONFENBRENNER, U. **Environments in developmental perspective:** theoretical and operational models. 1999.

_____. **Making human beings human:** bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks: Sage, 2005.

BROFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In: FRIEDMAN, S. L.; WACHS, T. D. (Eds.). **Measuring environment across the life span**: Emerging methods and concepts. Washington: American Psychological Association Press. p. 3-28.

_____. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (eds.). **Handbook of Child Psychology**. 6. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2006. v. 1, p. 993-1023.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2479-2486, 2020.

DUARTE, A. W. B.; OLIVEIRA, D. A. Direito à educação e desigualdades: efeitos estruturais e escolares durante a pandemia da covid-19 no Brasil. **Debates em Educação**, v. 16, p. 1-23, 2024.

ERIKSSON, M.; GHAZINOUR, M.; HAMMARSTRÖM, A. Different uses of Bronfenbrenner's ecological theory in public mental health research: what is their value for guiding public mental health policy and practice?. **Social Theory & Health**, v. 16, p. 414-433, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41285-018-0065-6>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FONSECA, L.; CANAL, C. P. P. Processo de escolha profissional de adolescentes: uma perspectiva desenvolvimentista. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.32816>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FREIRE, T. et al. Adolescer in Time of COVID-19's Pandemic: Rationale and Construction Process of a Digital Intervention to Promote Adolescents' Positive Development. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 5, p. 2536, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19052536>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FREITAS, C. M.; SILVA, I. V. M.; CIDADE, N. C. COVID-19 as a global disaster: challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e0115, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200115vu2020L3ID>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GADAGNOTO, T. C. et al. Repercussões emocionais da pandemia da COVID-19 em adolescentes: desafios à saúde pública. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, p. e20210424, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0424>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GUIZZO, B. S.; MARCELLO, F. A.; MÜLLER, F. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. e238077, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046238077>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: População e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JONES, E. A. K; MITRA, A. K.; BHUIYAN, A. R. Impact of COVID-19 on mental health in adolescents: a systematic review. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 5, p. 2470, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18052470>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MALTA, D. C. et al. The COVID-19 pandemic and changes in the lifestyles of Brazilian adolescents. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. e210012, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210012>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 02, p. 669-692, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MASTEN, A. S. **Ordinary magic**: Resilience in development. Nova Iorque: Guilford publications, 2014.

MELETTI, A. T.; SCORSOLINI-COMIN, F. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia**: teoria e prática, v. 17, n. 1, p. 37-49, 2015.

MILIAUSKAS, C. R.; FAUS, D. P. Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. 04, p. e300402, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300402>. Acesso em: 20 ago. 2024.

NARVÁEZ, J. et al. Eventos vitales estresantes, estrategias de afrontamiento y resiliencia en adolescentes en contexto de pandemia. **Psicogente**, v. 24, n. 46, p. 174-190, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17081/psico.24.46.4789>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, W. A. et al. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00150020, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150020>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. A. S. Ensino remoto emergencial e as estratégias pedagógicas durante a pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** v. 18, n. 52, p. 531-561, 2024.

PIRES, R. R. C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 33).

PONTES, L. B.; PESSOA, A. S. G. Repercussões da pandemia da COVID-19 no desenvolvimento de adolescentes de escola pública: contributos da teoria bioecológica. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.9510. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9510>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PRATI, L. E. et al. Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, v. 21, p. 160-169, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100020>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PRIOLO FILHO, S. R.; RODRIGUES, M. Resiliência e a promoção do desenvolvimento saudável na infância, adolescência e adultez: novas discussões dos conceitos psicológicos. **Psicologia Argumento**, v. 36, n. 92, p. 163-174, 2018.

RESENDE, M. A. A. et al. Impactos causados pelo uso de telas durante a pandemia da COVID-19 em crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 42, e2022181, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2024/42/2022181>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SANTOS, L. K. P.; SANTANA, C. C.; SOUZA, M. V. O. Ações para o fortalecimento da resiliência em adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3933-3943, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.22312018>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SARVAN, S.; MUSLU, L. In the eyes of adolescents, is the pandemic an obstacle or a gain? A qualitative study based on the ecological theory. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 66, p. 15-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2022.05.012>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 28, p. 101-108, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, F. S. F. et al. Análise bioecológica de famílias em vulnerabilidade social durante a pandemia de covid-19. **Mosaico:** Estudos em Psicologia, v. 11, n. 2, p. 61-77, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/42490>. Acesso em: 01 de nov. 2024.

SOUSA, M. do C.; MOREIRA, M. I. C. Adolescência em camadas populares: particularidade e singularidade na trama escolar. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 7, n. 1, p. 68-75, 2012.

STEINHOFF, A. et al. Early adolescent predictors of young adults' distress and adaptive coping during the COVID-19 pandemic: Findings from a longitudinal cohort study. **The Journal of Early Adolescence**, v. 44, n. 9, p. 1250-1280, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/02724316231181660>. Acesso em: 25 ago. 2024.

UNGAR, M. The social ecology of resilience: addressing contextual and cultural ambiguity of a nascent construct. **American journal of orthopsychiatry**, v. 81, n. 1, p. 1, 2011.

VAZQUEZ, D. A. et al. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 304-317, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213304>. Acesso em: 01 nov. 2024.

ZIMMERMAN, M. A. Resiliency theory: A strengths-based approach to research and practice for adolescent health. **Health Education & Behavior**, v. 40, n. 4, p. 381-383, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1090198113493782>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Resumo A pandemia da covid-19 impactou o bem-estar físico e mental de adolescentes, mas pouco se sabe acerca dos efeitos específicos sobre adolescentes em vulnerabilidade social. Este estudo buscou compreender os efeitos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes, moradores de duas cidades do interior do Ceará e pertencentes a três contextos: escolas de bairros de baixo IDH, instituições socioeducativas e acolhimentos institucionais. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, conduzida por meio da Inserção Ecológica, utilizando entrevistas semiestruturadas com 14 adolescentes (12-18 anos; 08 do sexo masculino). A análise temática gerou quatro temas: a) adaptando-se ao isolamento: a interação dos sistemas ecológicos durante a pandemia; b) desafios e recursos dos adolescentes durante a pandemia; c) repercussões da pandemia; d) efeitos da pandemia nas projeções futuras dos adolescentes. Semelhanças e especificidades entre os adolescentes dos diferentes contextos são discutidas. Além disso, reitera-se a relevância de ações de proteção visando à mitigação dos efeitos da pandemia a longo prazo.

Palavras-chave: pandemia, desenvolvimento, teoria bioecológica, adolescência.

Análisis de los efectos de la covid-19 en el desarrollo de adolescentes en situación de vulnerabilidad social en el interior de Ceará

Resumen La pandemia de covid-19 ha tenido impacto en el bienestar físico y mental de los adolescentes, pero poco se sabe sobre los efectos específicos en adolescentes socialmente vulnerables. Este estudio buscó comprender los efectos de la pandemia en el desarrollo de adolescentes residentes en dos ciudades del interior de Ceará y pertenecientes a tres contextos: escuelas en barrios de bajo IDH, instituciones socioeducativas y atención institucional. La investigación cualitativa desarrollada mediante la Inserción Ecológica, utilizando entrevistas semiestructuradas con 14 adolescentes (12-18 años; 08 varones). El análisis temático generó cuatro temas: a) adaptación al aislamiento: la interacción de los sistemas ecológicos durante la pandemia; b) desafíos y recursos de los adolescentes durante la pandemia; c) repercusiones de la pandemia; d) efectos de la pandemia en las proyecciones futuras de los adolescentes. Se discuten las similitudes y especificidades entre adolescentes de diferentes contextos. Además, se reitera la relevancia de las acciones de protección destinadas a mitigar los efectos a largo plazo de la pandemia.

Palabras clave: pandemia, desarrollo, teoría bioecológica, adolescencia.

Analysis of the effects of covid-19 on the development of adolescents in social vulnerability in the interior of Ceará

Abstract The covid-19 pandemic has impacted the physical and mental well-being of adolescents, but little is known about the specific effects on adolescents in social vulnerability. This study sought to understand the effects of the pandemic on the development of adolescents living in two cities in the interior of Ceará and belonging to three contexts: schools in low HDI neighborhoods, socio-educational institutions and institutional care. Qualitative study was conducted using Ecological Insertion approach with semi-structured interviews involving 14 adolescents (12-18 years old; 08 male). The thematic analysis generated four themes: a) adapting to isolation: the interaction of ecological systems during the pandemic; b) adolescents' challenges and resources during the pandemic; c) repercussions of the pandemic; d) effects of the pandemic on adolescents' future projections. Similarities and specificities between adolescents from different contexts are discussed. In addition, the relevance of protective actions aimed at mitigating the long-term effects of the pandemic is reiterated.

Keywords: pandemic, development, bioecological theory, adolescence.

DATA DE RECEBIMENTO: 22/01/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 02/06/2026



Patrícia Oliveira Lima

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Brasil. Bolsista de Doutorado CAPES. Integrante do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, famílias e comunidades (LESPLEXOS).

E-mail: patriciaoliveiralima04@gmail.com



Iohana Guedes Soares

Graduanda em Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Cearense de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Integrante do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, famílias e comunidades (LESPLEXOS).

E-mail: iohanaguedesoares@gmail.com



Georgia Maria Melo Feijão

Doutora em Psicologia (UNIFOR), Brasil. Professora e Coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão (FLF), Brasil.

E-mail: georgiafeijao@hotmail.com



Raul Max Costa

Doutor em Psicologia (UNIFOR), Brasil. Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO), Brasil. Psicanalista.

E-mail: raulmaxpsi@yahoo.com.br



Normanda Araujo de Morais

Doutora em Psicologia (UFRGS), Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Brasil. Coordenadora do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, famílias e comunidades (LESPLEXOS). Bolsista de Produtividade do CNPq.

E-mail: normandaaraujo@gmail.com



Saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional:
revisão de literatura

Luziane Zacché Avellar
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-3125-2174

Janaina Baptista Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
https://orcid.org/0009-0008-4513-560X

Náthally Dias Cordeiro Silva
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
https://orcid.org/0009-0002-2820-0947

Eliza Nemer Neves
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
https://orcid.org/0009-0005-9992-5461

Lara Ramos Cabral
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
https://orcid.org/0009-0005-0973-3598

Julia Costa Coser
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
https://orcid.org/0009-0003-2357-607X

Introdução

No contexto brasileiro, as iniciativas voltadas ao desenvolvimento da política de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (SMCA), resultantes do Movimento da Reforma Psiquiátrica, ocorreram em períodos distintos e de forma mais lenta em relação às destinadas à população adulta. Essa mudança redirecionou a assistência e o cuidado a crianças e adolescentes, que, até o início do séc. XXI, estiveram a cargo de instituições asilares vinculadas à filantropia, sendo agora substituídas pelo modelo psicossocial de atenção, conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental. Essa política teve como marco legal a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que estabelece a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, priorizando tratamento em serviços comunitários, promoção da autonomia e reinserção social, e restringindo internação psiquiátrica a situações excepcionais e devidamente justificadas (BRASIL, 2001). Dentre os diversos aspectos relativos a essa problemática, destaca-se a saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, devido às suas particularidades.

A SMCA em situação de acolhimento institucional permanece frequentemente invisibilizada, apesar de sua relevância. Essa invisibilidade decorre da escassez de estudos específicos que abordem as particularidades desse grupo, bem como da insuficiência de práticas de cuidado adequadas e integradas às suas necessidades psicossociais. Blikstein (2019) evidencia essa lacuna ao investigar práticas vigentes no campo da saúde mental infantojuvenil, com ênfase na internação prolongada de crianças e adolescentes em instituições para pessoas com deficiência. A autora ressalta a urgência de novos levantamentos que identifiquem demandas específicas, a fim de promover a efetividade da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011 (BRASIL, 2011) e assegurar os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), os quais, muitas vezes, ainda não são plenamente garantidos a esse público. Embora o acolhimento institucional deva se configurar como medida provisória e excepcional, observa-se a persistência de fragilidades, como a insuficiência de acompanhamento em saúde mental contínuo, limitada articulação com a RAPS, ausência de projetos terapêuticos individualizados e dificuldades nos processos de reintegração familiar e comunitária.

Além disso, o impacto da pandemia de covid-19 intensificou os agravos emocionais enfrentados por crianças e adolescentes em acolhimento, como demonstrado pelo *Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19* (BERNARDI, 2020). Este estudo chama atenção para o isolamento como fator complicador da saúde mental, reforçando a necessidade de articulação entre os serviços de acolhimento e a rede de saúde, com planejamento conjunto e acompanhamento contínuo.

Tais dados evidenciam a necessidade de ampliação das pesquisas nesse campo, com objetivo de não apenas dar visibilidade às vulnerabilidades desse público, mas também de fomentar o desenvolvimento de estratégias integradas que promovam a efetividade e consolidação da RAPS, no atendimento a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A análise das produções científicas na área pode revelar lacunas no conhecimento, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento das políticas públicas e para a garantia dos direitos previstos no ECA.

O ECA estabeleceu em sua normativa que todas as crianças e adolescentes têm o direito de serem cuidados e educados no âmbito de sua família de origem e, de forma excepcional, em família substituta, desde que inseridos em um ambiente que assegure seu pleno

desenvolvimento integral. O Estatuto também garante, como direito fundamental, a convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, prevê que, quando os direitos desses jovens estiverem ameaçados ou violados, poderão ser aplicadas medidas de proteção, dentre elas a de acolhimento institucional (BRASIL, 1990). Essa medida se caracteriza como provisória e excepcional, utilizada na transição para reintegração familiar e/ou colocação em família substituta, não pressupondo privação de liberdade.

No Brasil, estima-se que aproximadamente 30 mil crianças estejam acolhidas em instituições por todo o território nacional, evidenciando a relevância do tema (SILVA, 2023). Os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs) estão vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e possuem sua regulamentação em um documento intitulado *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (BRASIL, 2009). Esses serviços são classificados como de Alta Complexidade do SUAS e, de acordo com suas características, podem ser organizados nas modalidades de Abrigos Institucionais, Casas-Lares, Famílias Acolhedoras e Repúblicas. Estas últimas funcionam como espaços de transição entre a saída do acolhimento institucional e a inserção social autônoma de jovens egressos, de 18 a 21 anos, sem vínculos familiares e sem condições de sustento próprio.

No âmbito do SUAS, esses serviços integram os níveis de proteção social e visam ao restabelecimento de direitos e à integração à rede de proteção que propicie o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e empoderamento de suas famílias (BRASIL, 2009).

Assim, mediante as necessidades apontadas nos estudos citados, a SMCA em situação de acolhimento institucional, devido às inúmeras singularidades, pode estar insuficientemente considerada nos modos predominantes de compreensão e intervenção. Além disso, pode estar sendo tratada como patologia, podendo ser diagnosticado como doença aquilo que é sofrimento em função de múltiplas vulnerabilidades experienciadas por esses sujeitos ao longo da vida e até mesmo pela própria condição de estar acolhido institucionalmente.

Nessa direção, a partir de Dunker (2015), é possível problematizar o diagnóstico para além de sua dimensão técnica, compreendendo-o como um dispositivo que articula práticas discursivas, relações de poder e efeitos sociais. Ao propor o conceito de *diagnóstica,* o autor evidencia que o diagnóstico opera com uma *força de lei*, na medida em que legitima intervenções, regula condutas e delimita formas de sofrimento consideradas reconhecíveis. O ato diagnóstico insere-se em um sistema previamente estruturado de signos, autoridade e normas interpretativas, o que implica reconhecer que tais classificações não são neutras, mas produzem enquadramentos específicos da experiência subjetiva. Assim, a *diagnóstica* pode ser entendida como a condição que sustenta e, ao mesmo tempo, limita os modos possíveis de compreender e intervir sobre o sofrimento psíquico. Vale destacar que uma das consequências desse processo é a medicalização da vida, orientada pela lógica da antecipação diagnóstica e rápida intervenção medicamentosa, também presente no contexto do acolhimento institucional.

Faz-se necessário, portanto, abordar o conceito de saúde proposto por Canguilhem (1966/2011), que transcende a noção da ausência de doença, sendo entendido como capacidade do indivíduo de criar novas possibilidades diante das adversidades. Nesse sentido, a saúde não se configura como um estado fixo, mas se manifesta na habilidade

do sujeito de se reinventar e responder às exigências do meio. Ademais, a noção de saúde como um conceito fixo é negada, enfatizando que o normal e o patológico são categorias relativas ao contexto social, histórico e individual. Sob essa ótica, é fundamental questionar a tendência de patologizar e medicalizar o sofrimento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento, sem considerar as especificidades do ambiente institucional e o histórico de vida desses sujeitos.

Nessa perspectiva, entende-se que a compreensão sobre saúde mental deve ultrapassar a lógica estrita do diagnóstico e da cura, orientando-se pela produção de vida e pela ampliação das possibilidades de existência. Tal compreensão pressupõe reconhecer o sujeito em suas múltiplas dimensões, considerando seus desejos, valores, anseios e modos singulares de viver.

No caso de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, a reflexão sobre saúde mental deve considerar, necessariamente, os processos de vulnerabilização das famílias e dos sujeitos assistidos ou não pelo Estado. Embora o acolhimento institucional seja uma medida protetiva, representa uma ruptura de vínculos afetivos que certamente não corresponde ao que essas crianças e adolescentes desejariam para suas vidas.

Nesse sentido, compreender a saúde mental desse público implica reconhecer o sofrimento decorrente dessa situação como parte da experiência de vida, sem reduzi-lo automaticamente a doença ou patologia. Intervenções que não considerem esse contexto correm o risco de patologizar e medicalizar experiências que são, em grande parte, respostas a situações adversas vividas naquele momento da vida, desviando o cuidado do seu objetivo de promover novas possibilidades de viver e se desenvolver. Por esse motivo, torna-se imperativo compreender como esses sujeitos são atendidos em suas demandas de saúde mental, uma vez que o ECA (BRASIL, 1990) estabelece que seus direitos devem ser assegurados "com absoluta prioridade".

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar pesquisas científicas cujo tema central seja a saúde mental de crianças e adolescentes residentes em instituições de acolhimento. Especificamente, objetiva-se: 1) conhecer os objetivos das pesquisas; 2) identificar os aspectos metodológicos descritos; e 3) verificar os resultados e as conclusões apresentados.

Método

Decidiu-se realizar uma revisão da literatura, metodologia que pode fornecer o estado atual do conhecimento sobre um tema, destacando inovações, métodos e evidências na área especializada (NORONHA; FERREIRA, 2000). Para o levantamento e mapeamento da literatura científica, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial (IA) ResearchRabbit (RESEARCHRABBIT, s.d.), a fim de identificar artigos relevantes ao tema pesquisado.

Segundo Sampaio et al. (2024), as IAs podem otimizar o mapeamento exploratório da literatura, facilitando tanto a compreensão de lacunas quanto de resultados consolidados, como o ResearchRabbit, cujo algoritmo pode ser alimentado pelos pesquisadores para busca de trabalhos com temáticas similares às produções adicionadas à biblioteca pessoal do aplicativo. Além disso, a ferramenta apresenta recursos ilustrativos que indicam a conexão entre citações, referências e colaborações entre diferentes autores ao longo do tempo. O artigo de Castelo et al. (2024) é um exemplo da utilização da ferramenta.

Conforme o site oficial (RESEARCHRABBIT, s.d.), a qualidade da busca reside na integração das produções em rede, pois os artigos não se conectam isoladamente, e na prioridade dada aos trabalhos mais recentes e citados. Todavia, o uso de IAs no cenário acadêmico ainda é incipiente, configurando-se como um paradoxo entre riscos e otimização. Tal cenário impõe implicações que podem impactar no modo de se fazer pesquisa e na qualidade das produções, como a falta de transparência nos algoritmos, vieses dos desenvolvedores e das bases de treinamento, entre outros (SAMPAIO et al., 2024).

No processo de busca inicial, foram utilizados os termos: *criança* OR *adolescente* AND *acolhimento institucional* OR *abrigo* AND *saúde mental*. A busca foi realizada em novembro de 2024, de maneira independente por três duplas de pesquisadoras que, posteriormente, se reuniram para a comparação dos trabalhos encontrados. A exaustividade da busca foi estabelecida por critério de saturação, sendo considerada alcançada quando as recomendações geradas pela ferramenta passaram a apresentar recorrência de estudos já identificados, sem inclusão de novos artigos relevantes ao escopo da pesquisa.

Como critérios de inclusão, os estudos deveriam: a) abordar a saúde mental de crianças e adolescentes que residem em instituições de acolhimento no Brasil; b) constituir relatos de pesquisa, no formato de artigo científico; e c) ter sido publicados no período de 2011 a 2024. Este intervalo de tempo foi escolhido em função da Portaria GM/MS 3.088/2011 (BRASIL, 2011), que recomenda a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Dos 27 trabalhos encontrados, foram excluídos 18 estudos devido aos seguintes critérios: a) artigos duplicados, b) artigos que, apesar de citarem saúde mental, possuíam outro foco de estudo, c) um artigo que tratava do acolhimento de crianças refugiadas. Sendo assim, nove estudos passaram a compor o *corpus* para análise.

Os dados dos artigos selecionados foram extraídos e organizados em planilha previamente estruturada, contendo os seguintes itens: 1) título do artigo, 2) ano de publicação, 3) área do conhecimento, 4) nome do periódico, 5) objetivos, 6) abordagem metodológica, 7) procedimentos/instrumentos de coleta dos dados, 8) métodos de análise dos dados e 9) síntese dos resultados e conclusões. A partir disso, conduziu-se uma análise temática de conteúdo (MINAYO, 2001), na qual os dados foram organizados em núcleos de sentido e identificados temas recorrentes que, por semelhança de conteúdo, foram agrupados. A partir desses agrupamentos, elaboraram-se categorias temáticas capazes de expressar de forma sintética o sentido das unidades reunidas. Em seguida, cada categoria foi reavaliada, verificando-se sua coerência interna e relação com os artigos originais. Por fim, procedeu-se à validação e à interpretação das categorias, confrontando-as com o referencial teórico e discutindo suas implicações para o tema investigado.

Resultados

O quadro 1 abaixo ilustra as características bibliográficas dos nove estudos incluídos na revisão.

Quadro 1 – Dados bibliográficos dos artigos

Autoria (ano)	Periódico	Área do conhecimento
Szortyka, Porto e Heidrich (2012)	Journal of Nursing and Health	Ciência da Saúde
Calcing e Benetti (2014)	Psico	Psicologia
Cubas, Vosgerau e Carvalho (2018)	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	Ciência da Saúde
Braga et al. (2020)	Research, Society and Development	Interdisciplinar
Marques (2020)	Moitará	Serviço Social
Jacinto (2021)	Boletim da Conjuntura	Políticas Públicas
Rodrigues e Sousa (2024)	Revista Sociedade Brasileira	Multidisciplinar
Vázquez e Tasso (2024)	RevistaFT	Multidisciplinar
Vilalva et al. (2024)	Revista Gestão e Saúde	Administração e Políticas Públicas

Fonte: elaboração própria.

Em relação à área de conhecimento, foram encontrados artigos na grande área das Ciências Humanas e da Saúde, sendo três artigos publicados em revistas com escopo multidisciplinar. A publicação em revistas multidisciplinares facilita o diálogo entre diferentes campos, promovendo uma compreensão mais abrangente dos fatores que podem influenciar a saúde mental dessa população e, consequentemente, contribui para o desenvolvimento de estratégias de cuidado, além de fornecer subsídios para formulação de políticas públicas que atendam de forma mais integrada e coordenada as necessidades do público infantojuvenil.

No que diz respeito aos objetivos e delineamentos de pesquisa, os temas foram agrupados, possibilitando a definição de duas categorias temáticas utilizadas na análise: 1) Atenção Psicossocial e Políticas Públicas, composta por quatro artigos; e 2) Processos de Institucionalização, composta por cinco artigos que serão apresentados a seguir.

Atenção psicossocial e políticas públicas

Os estudos que compuseram a primeira categoria temática analisaram processos de organização, funcionamento e implementação das políticas públicas voltadas à saúde mental, com ênfase na atuação da RAPS no atendimento a crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Nesse sentido, a literatura incluída aborda tanto desafios quanto potencialidades dessa rede, como a intersetorialidade, o acesso aos serviços de saúde mental, bem como as lacunas das políticas públicas e seus impactos na saúde mental dos usuários e dos trabalhadores. Além disso, são discutidas as práticas de cuidado desenvolvidas nos serviços, com destaque para suas limitações e possibilidades.

Cubas, Vosgerau e Carvalho (2018), em uma pesquisa de campo, investigaram os fatores que favorecem ou dificultam acesso aos serviços de saúde mental para crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou transtorno mental em situação de acolhimento institucional, por meio da análise de conteúdo. Para isso, realizaram entrevistas com profissionais atuantes nos serviços de acolhimento institucional,

nos Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSIJ) e em escolas especiais. Os resultados mostraram que a reinserção social por meio de serviços substitutivos constitui um fator facilitador. Entretanto, foram identificados obstáculos como a falta de capacitação profissional, ausência de articulação entre os serviços no território, escassez de investimentos em SMCA e falta de estruturas especializadas e atrativas para atender crianças e adolescentes, dificultando a busca e continuidade do tratamento.

O estudo de Marques (2020) teve como objetivo contribuir para o debate sobre Infância, adolescência e Saúde Mental, enfocando a Atenção Psicossocial como uma importante política para construção de uma rede pautada em uma nova ética do cuidado. A autora destaca a importância de discutir Saúde Mental no contexto de acolhimento institucional, propondo que seja fomentado um atendimento institucional que contemple as vulnerabilidades inerentes ao processo de institucionalização. Enfatiza que as práticas de cuidados devem também buscar intervenções em Saúde Mental que promovam ressignificações nas trajetórias de vida marcadas por sofrimento e perdas.

O ensaio reflexivo de Jacinto (2021) apresenta experiências e ponderações embasadas na vivência do autor como psicólogo nas políticas públicas de acolhimento institucional, explorando o impacto da lógica institucional sobre a SMCA. O objetivo do artigo é discutir a relação entre violência institucional e a SMCA em contextos de acolhimento. À vista disso, o autor propõe uma reflexão acerca das práticas institucionais, de modo que sejam repensadas, visto que, em situação de acolhimento institucional, o foco deve ser a reintegração familiar e prevenção de violações de direitos. Nesse sentido, defende a promoção de um ambiente que respeite a dignidade e os direitos dos acolhidos, visando constituir redes de cuidado integradas e éticas.

A revisão de escopo de Vázquez e Tasso (2024) analisa a experiência de educadoras que atuam em serviços de acolhimento institucional no Brasil, destacando os desafios enfrentados nesse contexto. O estudo objetiva mapear produções científicas que abordam a saúde mental de "mães sociais" – educadores ou cuidadores sociais – no serviço de acolhimento ou que discutem a experiência de educadoras diante das demandas de saúde mental dos acolhidos. Evidencia-se, principalmente, a falta de capacitação profissional adequada e condições estressantes de trabalho como fatores que contribuem para sobrecarga desses profissionais. Ademais, esse cenário é agravado por construções sociais que naturalizam o cuidado feminino, deixando de reconhecê-lo como um trabalho formal e demandante. Esse impacto repercute na qualidade do trabalho realizado, afetando também o bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos.

Processos de institucionalização

A segunda categoria temática abrange os estudos centrados no processo de institucionalização e/ou a ele associados, incluindo afastamento familiar e vivências anteriores que motivaram a medida protetiva de acolhimento institucional.

Szortyka, Porto e Heidrich (2012) relatam uma experiência desenvolvida com adolescentes em processo de desacolhimento. O estudo foi construído a partir da atuação em um projeto de extensão universitária, que possibilitou a observação direta dos impactos emocionais e sociais vivenciados pelos adolescentes ao deixarem os abrigos institucionais. O objetivo foi refletir sobre os desafios enfrentados durante essa transição, considerando as fragilidades da rede de apoio e os riscos de exclusão social e agravamento da saúde mental. A discussão destaca que, ao sair do acolhimento, muitos adolescentes não possuem uma estrutura familiar ou comunitária sólida que

os acolha, o que os expõe à vulnerabilidade emocional, insegurança e sensação de abandono. Os resultados reforçam a importância de políticas públicas que garantam acompanhamento psicológico e social efetivo no pós-acolhimento, além da necessidade de articulação entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, para facilitar a reinserção social desses jovens.

Calcing e Benetti (2014) abordam as experiências traumáticas e a prevalência de problemas de comportamento em 41 crianças e adolescentes de 7 a 18 anos de idade em acolhimento institucional no Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e questionários em visitas agendadas, utilizando posteriormente a análise estatística descritiva, testes inferenciais e não paramétricos. O estudo destaca que, quando encaminhados às instituições de acolhimento, esses indivíduos carregam consigo histórias de negligência, violência e maus-tratos, fatores que possivelmente deixam marcas que repercutem nas fases do desenvolvimento. Os resultados indicaram alta prevalência de transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, associados a eventos traumáticos e dificuldades de socialização. Além disso, a pesquisa enfatiza a necessidade de políticas públicas e intervenções especializadas para garantir o bem-estar emocional dessas crianças e adolescentes, promovendo estratégias de apoio e ressignificação de suas experiências de vida.

Braga et al. (2020) buscaram verificar o reconhecimento de cinco emoções básicas em crianças e adolescentes que estão inseridas nos Serviços de Acolhimento Institucional, por meio de um estudo de caso de metodologia qualitativa exploratória, com três crianças entre 5 e 7 anos, através de grupos operativos. O objetivo foi observar a existência ou não de déficits na capacidade de identificar e nomear as emoções básicas (felicidade, tristeza, raiva, medo e ansiedade), além de buscar compreender como a história de vida e o acolhimento podem influenciar nessa capacidade de reconhecimento. A discussão aponta que muitas crianças apresentavam dificuldades significativas em nomear e reconhecer emoções mais complexas, revelando sinais de empobrecimento afetivo e prejuízos na socialização. Os resultados reforçam a hipótese de que o acolhimento, embora necessário para proteger a criança de contextos de violência ou negligência, pode comprometer aspectos do desenvolvimento emocional caso não seja acompanhado de intervenções psicossociais direcionadas à construção de vínculos afetivos e ao fortalecimento da autoestima.

Rodrigues e Sousa (2024) buscam compreender, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os impactos da destituição do poder familiar na SMCA em situação de acolhimento institucional. A pesquisa também aborda, sob uma perspectiva histórica, os conceitos de infância, adolescência e família, além de apresentar o conceito de poder familiar numa abordagem psicossocial. O estudo aponta que a destituição, ao formalizar a separação definitiva da família de origem, pode intensificar sentimentos de rejeição, abandono, culpa e insegurança emocional. O objetivo dos autores é destacar a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre os efeitos dessa decisão, na SMCA envolvidos. A discussão enfatiza a importância de uma rede de apoio qualificada, com acompanhamento psicológico contínuo, e da construção de estratégias de cuidado que considerem as singularidades de cada caso. Os resultados indicam que, sem o suporte necessário, essas crianças e adolescentes tendem a apresentar quadros depressivos, dificuldades de vinculação e prejuízos no desenvolvimento emocional e social. Assim, os autores defendem a articulação entre os sistemas de justiça, saúde e assistência social para promover um acolhimento mais humanizado e integral.

Vilalva et al. (2024) propõem um relato de experiência no qual descrevem um projeto extensionista voltado ao autoconhecimento de crianças de 6 a 12 anos em situação de acolhimento institucional. Foram realizadas dez oficinas abordando identidade, história de vida, emoções, direitos e família, com auxílio de materiais artísticos, jogos temáticos, filmes e fichas de identificação, promovendo reflexões e expressão de sentimentos. Como método de análise, aplicou-se a observação qualitativa baseada na participação e respostas dos participantes durante os encontros. Os autores pretenderam promover o manejo de sentimentos aversivos e incentivar o reconhecimento, pelos acolhidos, de suas próprias trajetórias. Os resultados indicam que o significado do acolhimento varia entre as crianças e que a ressignificação dessa experiência ocorre por meio da fala e de atividades lúdicas. Assim, o estudo destaca a importância de espaços de escuta e apoio para crianças institucionalizadas, considerando a fragilização dos vínculos familiares e a necessidade de encontrar formas de expressar os sentimentos diante dessa complexa realidade.

Discussão

Nos estudos analisados, observa-se que há predominância de metodologia qualitativa para coleta e análise dos dados. Foram utilizadas entrevistas, relatos de experiências, questionários, revisão de literatura e de documentos oficiais, revisão de escopo, bem como grupos operativos. Também foi identificado um estudo de abordagem quantitativa, descritiva e transversal.

Quanto aos resultados obtidos, evidenciou-se que, sob diversas perspectivas teóricas e metodológicas, a SMCA em instituições de acolhimento configura-se como uma questão complexa, urgente e ainda pouco explorada. Essa temática exige esforços significativos para garantir o cumprimento das normativas legais e, embora de extrema relevância, ainda carece de aprofundamento na literatura acadêmica.

Diante dessa lacuna teórica e da complexidade que envolve a temática, torna-se imprescindível recorrer a referenciais que ampliem a compreensão tradicional de saúde mental, permitindo uma análise mais contextualizada e sensível às especificidades desses sujeitos.

As perspectivas de Canguilhem (1966/2011) e Dunker (2015), apresentadas anteriormente, tornam-se particularmente relevantes no contexto do acolhimento institucional, situação em que crianças e adolescentes enfrentam rupturas familiares e precisam adaptar-se a um ambiente regido por normas institucionais, algumas vezes bastante rígidas. Nesse contexto, observa-se o que Foucault (2001) denomina de "docilização dos corpos" – um processo em que os sujeitos, submetidos a normas e mecanismos de vigilância, tornam-se obedientes, disciplinados e moldados conforme os interesses da instituição. Para garantir essa disciplina, que assegura o poder e autoridade do adulto, são estabelecidas rotinas rígidas. Essa abordagem nos leva a considerar não apenas condições estruturais das instituições, mas também normas sociais que as organizam e, sobretudo, seus efeitos na saúde mental dos acolhidos.

Dessa forma, as autoras do presente artigo alinham-se à concepção de Saúde Mental na perspectiva da Atenção Psicossocial. Essa abordagem possui como parâmetro o processo de cuidado feito de maneira integral e no território, considerando aspectos culturais, modos de vida, subjetividades e história dos sujeitos. Para isso, o cuidado é realizado em uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial, com ênfase no trabalho em rede,

não sendo mais aceitas práticas centradas na hospitalização, medicalização e intervenções fragmentadas, especialmente se tratando de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional (FERNANDES et al., 2020; MARQUES, 2020). Destaca-se, ainda, que "o imperativo ético da ação psicossocial exige afirmar a criança e o adolescente como sujeitos psíquicos e de direitos, como atores sociais legítimos que constituem e contribuem para a construção do mundo coletivo, que têm história, experiência e saber próprios e, como tal, integram a vida em sociedade" (REDE NACIONAL DE PESQUISAS EM SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2023, s. p.).

O aumento das publicações sobre SMCA em 2024 pode ser compreendido no contexto dos desdobramentos da pandemia de covid-19, embora seus impactos não tenham se restringido a esse público. Entretanto, a literatura recente tem destacado, de forma específica, o aumento de sintomas de ansiedade e de impacto negativo à SMCA. Nesse sentido, Souza et al. (2024) apontam que a pandemia de covid-19 provocou ou agravou esses sinais e sintomas nesse grupo.

No entanto, o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): *The State of the World's Children 2021: On my mind: Promoting, protecting and caring for children's mental health* (UNICEF, 2021) destaca, na principal publicação da organização, a saúde mental de crianças, adolescentes e cuidadores no século XXI. De acordo com o relatório, mesmo antes da pandemia de covid-19, crianças, adolescentes e jovens já enfrentavam os desafios das condições de saúde mental, sem que houvesse um investimento significativo para abordá-los.

Embora o relatório da UNICEF não trate especificamente de crianças e adolescentes em contexto de acolhimento institucional, ele destaca a importância da saúde mental e a necessidade urgente de políticas públicas específicas para essa população, o que pode ter impulsionado as publicações nessa área.

No âmbito do processo de institucionalização, os estudos de Calcing e Benetti (2014) e Vilalva et al. (2024) abordam os impactos emocionais do acolhimento institucional em crianças e adolescentes, enfatizando tanto as marcas deixadas por experiências traumáticas quanto às estratégias para ressignificá-las. Enquanto os primeiros evidenciam a alta prevalência de transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, e a necessidade de políticas públicas e intervenções especializadas, os segundos destacam que a ressignificação da experiência do acolhimento ocorre por meio da fala e de atividades lúdicas. Dessa forma, os dois estudos se complementam ao sugerirem que, para mitigar os impactos emocionais negativos do acolhimento, é essencial criar espaços de escuta e promover atividades que possibilitem a expressão dos sentimentos. Além disso, ambos ressaltam a importância de intervenções que considerem a fragilização dos vínculos familiares e o desenvolvimento saudável dessas crianças e adolescentes.

É relevante destacar que, embora haja uma diferença de dez anos entre os estudos, alguns aspectos fundamentais permanecem inalterados. Ambos os trabalhos continuam destacando a alta vulnerabilidade emocional das crianças e adolescentes em situação de acolhimento, reforçando que os impactos psicológicos do rompimento dos vínculos familiares seguem como um desafio central. De igual forma, ainda há necessidade de intervenções especializadas e políticas públicas voltadas ao cuidado dessa população. Isso sugere que, apesar dos avanços nas estratégias de ressignificação, a realidade estrutural do acolhimento institucional ainda enfrenta dificuldades para prevenir ou minimizar os sofrimentos associados à institucionalização.

Szortyka, Porto e Heidrich (2012) apontam que os serviços de acolhimento, mesmo ao proporcionar suporte e proteção, também podem limitar as experiências essenciais para a passagem à vida adulta, não promovendo com êxito a autonomia dos acolhidos. As autoras afirmam que as alterações de saúde mental relacionadas à dependência institucional e iminente saída das instituições são diversas, tais como sintomas depressivos, – seja isolamento, desânimo, desesperança e/ou dificuldades com sono –, ataques de ira e sentimentos de raiva persistentes, uso de substâncias psicoativas e, entre aqueles com diagnósticos de transtorno mental, negligência em relação a tratamentos, etc.

Além disso, os autores sublinham a importância de se construir um acolhimento que contribua para integração com o meio social, visando amenizar o impacto da transição para a maioridade e do consequente desacolhimento (SZORTYKA; PORTO; HEIDRICH, 2012).

Nesse cenário, o reconhecimento emocional, segundo Braga et al. (2020), torna-se componente importante no estabelecimento de interações sociais e na adaptação de ações e comportamentos, além de ser indispensável para um desenvolvimento saudável e para a autopercepção da criança enquanto sujeito. As crianças que participaram do estudo demonstraram dificuldades em reconhecer emoções básicas e uma identificação maior com emoções negativas, como tristeza, raiva e medo. Para os autores, esse resultado pode se relacionar com histórias de vida individuais, nas quais as emoções negativas eram mais comuns (fatores que podem ter levado à aplicação da medida protetiva de acolhimento), além do cuidado afetivo reduzido (histórico familiar e/ou cuidado no serviço de acolhimento institucional). A imaturidade dos acolhidos, de acordo com Rodrigues e Souza (2024), também pode ser um elemento que agrava os efeitos sobre seu emocional, o que pode ocasionar a incapacidade de reconhecer seus próprios medos.

A respeito disso, Jacinto (2021) critica a forma como os serviços públicos lidam com crianças e adolescentes em situação de violência, destacando lacunas no atendimento e na prevenção de danos psicológicos. O autor identifica, ainda, a violência institucional e a separação familiar como fatores que agravam o sofrimento psíquico dos acolhidos, destacando que a institucionalização, embora seja uma medida protetiva, pode também ser uma experiência violadora.

Paralelamente, Rodrigues e Sousa (2024) enfatizam que, apesar de a destituição do poder familiar ser uma medida extrema para garantir a segurança da criança, ela também pode acarretar em efeitos negativos na saúde mental, especialmente se o acolhimento provisório não oferecer suporte emocional adequado e não considerar a vulnerabilidade das crianças e adolescentes vítimas de violência. Nesse sentido, pode-se afirmar que infância e adolescência exigem a presença ativa de redes de apoio, compreendidas, no contexto do acolhimento institucional, como profissionais, equipes técnicas e serviços da rede socioassistencial e de saúde, capazes de oferecer segurança emocional, pertencimento e possibilidades de futuro.

Considerando a complexidade da destituição familiar, como apontado pelos autores acima mencionados, reafirma-se a necessidade de um ambiente institucional que, em vez de reproduzir contextos familiares violadores, promova aspectos protetivos da vida cotidiana, como previsibilidade, organização de rotinas e construção de vínculos estáveis.

No entanto, essa nem sempre é a realidade. Conforme destacado por Vázquez e Tasso (2024), os profissionais que integram a equipe responsável pelo cuidado cotidiano nos serviços de acolhimento enfrentam condições de trabalho consideradas precárias. Tais profissionais recebem uma capacitação generalista, que não abarca a complexidade dos desafios presentes no seu campo de atuação. Esse cenário impacta negativamente sua saúde mental, podendo levá-los ao distanciamento afetivo e à desumanização das relações com os acolhidos. Na tentativa de minimizar a sua sobrecarga física e mental, prioriza-se o funcionamento pragmático da instituição em detrimento do vínculo e do cuidado individualizado, o que repercute diretamente na saúde mental das crianças e adolescentes acolhidos.

Nessa perspectiva, Cubas, Vosgerau e Carvalho (2018) e Vázquez e Tasso (2024) chamam atenção para a importância da capacitação adequada dos profissionais, enfatizando a necessidade de atualização dos métodos para alinhá-los à prática e de fortalecer a cooperação no funcionamento do serviço como um todo. Em sintonia com essa visão, Jacinto (2021) não apenas reforça a relevância do cuidado capacitado, mas também destaca a importância do trabalho interdisciplinar e em rede no acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência. É necessário, nesse sentido, uma abordagem intersetorial que vá além da escuta clínica, promovendo ações de proteção e fortalecimento dos laços sociais das crianças e adolescentes acolhidos.

Sob essa ótica, Marques (2020) enfatiza a necessidade de uma atenção psicossocial integrada e crítica à fragmentação dos serviços, que resulta em uma "peregrinação" das crianças em busca de cuidados especializados. Essa dinâmica, além de dificultar o acesso contínuo e adequado ao tratamento, contribui para a cronicidade dos problemas de saúde mental. Assim, a falta de articulação entre os serviços especializados leva a intervenções pontuais e descoordenadas, que não consideram a complexidade das demandas desse público, comprometendo a efetividade do cuidado e intensificando a vulnerabilidade dessas crianças e adolescentes (JACINTO, 2021; MARQUES, 2020).

Entretanto, Vázquez e Tasso (2024) retomam que, sem maiores investimentos financeiros, algumas limitações do acolhimento institucional não serão superadas. A insuficiência de recursos dificulta a implementação de práticas mais humanizadas e eficazes, comprometendo a qualidade do atendimento de crianças e adolescentes acolhidos. De modo similar, Cubas, Vosgerau e Carvalho (2018) corroboram essas reflexões ao apontar que há fragmentação dos recursos destinados a esses serviços, além da falta de prioridade na agenda pública. Há uma carência de estruturas especializadas para o atendimento infantojuvenil, bem como a insuficiência de CAPSIJ. Logo, os autores enfatizam que um acesso mais ágil e eficaz à saúde mental não apenas garantiria melhores resultados para crianças e adolescentes, mas também reduziria custos com intervenções futuras.

É interessante notar que os estudos que compõem o corpus deste trabalho não exploraram as potencialidades das instituições de acolhimento no favorecimento do desenvolvimento infantojuvenil. Esse dado chama atenção, considerando que esses espaços passaram por importantes transformações em sua estrutura e funcionamento após a implementação do ECA (1990) e dos princípios norteadores do SUAS, voltadas à garantia de proteção de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos. Desse modo, estes trabalhos podem carregar uma perspectiva predominantemente pessimista sobre as instituições, uma vez que, historicamente, esses espaços foram marcados por diversas formas de violência contra os acolhidos.

Por outro lado, pode-se refletir sobre o alcance das mudanças implementadas no Brasil no âmbito das Políticas Públicas de SMCA, especialmente nos serviços da RAPS, como os CAPSIJ e as equipes de Atenção Básica, e sobre como esses serviços se articulam com a rede assistencial para garantir um cuidado intersetorial a esse público.

No entanto, esses serviços podem desempenhar um papel protetivo ao proporcionarem um ambiente onde crianças e adolescentes se sintam seguros, estabeleçam vínculos de confiança e tenham sua história e seu contexto sociocultural reconhecidos e respeitados, tornando-se, assim, um lugar de acolhimento e socialização (BERNARDI, 2010).

Ademais, pesquisadores brasileiros (ARPINI, 2003; PARRA; OLIVEIRA; MATURANA, 2019; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006) destacam que o ambiente físico e social em que essas crianças e adolescentes viviam era tão empobrecido e caótico que a inserção em uma instituição de acolhimento pode favorecer a recuperação e o crescimento psicológico e melhorias na saúde física. Argumentam, ainda, que, ao serem retirados de contextos de violência e abandono e inseridos em um ambiente de apoio e acolhimento, as instituições podem representar um espaço seguro e menos ameaçador, sem a carga negativa e destrutiva historicamente associada às instituições tradicionais.

Considerações finais

A partir desta revisão, foi possível verificar que a saúde mental de crianças e adolescentes em acolhimento institucional ainda carece de maior visibilidade. Identificou-se escassez de estudos que se concentram especificamente na temática abordada neste trabalho.

Os nove estudos analisados, a partir das categorias temáticas: 1) Atenção Psicossocial e Políticas Públicas e 2) Processos de institucionalização apontam para a dificuldade na efetivação de políticas públicas já estabelecidas, para a falta de articulação de ações intersetoriais e para uma tendência à patologização dos sofrimentos vivenciados por esses sujeitos. Desse modo, torna-se essencial que as ações de cuidado sejam orientadas para o rompimento com práticas medicalizantes, sustentadas por um discurso que tende a reduzir o sofrimento psíquico a diagnósticos, patologias e tratamentos padronizados. A articulação entre os serviços de acolhimento e a RAPS mostra-se fundamental para garantir um acompanhamento adequado, que respeite as singularidades dos acolhidos e assegure, assim, a proteção de seus direitos, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além disso, os estudos analisados evidenciam que, embora o acolhimento institucional seja uma medida protetiva, ele pode também se tornar uma experiência violadora quando não são garantidas condições adequadas de cuidado e suporte emocional. A institucionalização prolongada, a falta de capacitação dos profissionais e a insuficiência de recursos financeiros são fatores que contribuem para a perpetuação de sofrimentos psíquicos e para a dificuldade de reinserção social de crianças e jovens.

Destaca-se, ainda, a importância de investimentos financeiros e estruturais para a melhoria dos serviços de acolhimento. A falta de recursos compromete a qualidade do atendimento e a efetividade das intervenções, perpetuando ciclos de vulnerabilidade e exclusão do acesso ao serviço. É necessário promover políticas que visem não apenas a proteção imediata, mas também o desenvolvimento integral e a devida reinserção social.

Sugere-se uma revisão crítica dos fundamentos que têm orientado o modelo de cuidado nos diferentes serviços destinados ao atendimento desse público, bem como uma atualização das Orientações Técnicas e a articulação efetiva de políticas de proteção e cuidado nos campos da assistência e da saúde. Para tanto, futuras investigações deveriam incorporar a escuta dos próprios sujeitos, crianças e adolescentes residentes em instituições de acolhimento. Nesse contexto, torna-se urgente ampliar o olhar para além das condições materiais, reconhecendo a saúde mental como elemento central nas estratégias de proteção integral.

Referências Bibliográficas

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 21, n. 3, p. 70-75, set. 2003.

BERNARDI, D. C. F. (Coord.). **Cada caso é um caso**: a voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional. São Paulo: Associação Fazendo História; NECA, 2010. Coleção Abrigos em Movimento. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro5.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BERNARDI, D. C. F. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19**: apresentação dos resultados. 1. ed. [S. l.]: brasilNECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2021/03/E-book_1-LevantamentoNacional.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BLIKSTEIN, F. **Políticas públicas em saúde mental infantojuvenil e filantropia**: estudo sobre as instituições de acolhimento para pessoas com deficiência que atendem crianças e adolescentes no estado de São Paulo. 2019. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRAGA, G. C. et al. Reconhecimento emocional da criança de cinco a sete anos em acolhimento institucional. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e8949108949, 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 jan. 2025.

_____. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 09 abr. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 17 mar. 2026.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html>. Acesso em: 11 jan. 2025.

CALCING, J.; BENETTI, S. P. da C. Caracterização da Saúde Mental em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 559-567, out./dez. 2014.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 (Original de 1966).

CASTELO, J. S. F. et al. Contemporary perspectives in neuromarketing: a systematic literature review. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 18, n. 3, e7, 2025.

CUBAS, J. M.; VOSGERAU, D. S. R.; CARVALHO, D. R. Fatores que interferem no acesso aos serviços de saúde mental por crianças e adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, p. 1-12, 2018.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma:** uma psicopatologia do Brasil entre muros. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, A. D. S. A. et al. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 725-740, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2001.

JACINTO, P. M. dos S. Violência e Saúde Mental na infância e adolescência: um ensaio reflexivo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 7, n. 19, p. 1-12, 2021.

MARQUES, C. F. de O. Saúde Mental no contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: o que o Serviço Social tem a ver com isso? **Revista Moitará**, Duque de Caxias, v. 1, n. 5, p. 119-138, jun. 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V. S.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 191-198.

PARRA, A. C. de O.; OLIVEIRA, J. A. de; MATURANA, A. P. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 155-175, abr. 2019.

REDE NACIONAL DE PESQUISAS EM SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES/ RedePq-SMCA. **Contribuições para o avanço da Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes**. Documento Técnico apresentado ao Departamento de Saúde Mental e Enfrentamento ao Abuso de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde. 2023. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f50ba9fa0eacb11ed976d71393b4c16ff/documento-para-depto-sm-e-ad-do-ms-abril-2023.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RESEARCHRABBIT. [s. d.]. Disponível em: <https://www.researchrabbit.ai/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

RODRIGUES, J. L.; SOUSA, R. D. G. C. A destituição do poder familiar e os impactos na Saúde mental em crianças e adolescentes em estado de acolhimento provisório. **Revista Sociedade Científica**, v. 7, n. 1, p. 4959-4978, jan./dez. 2024.

SAMPAIO, R. C. et al. ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 32, e008, 2024.

SILVA, E. R. A. **Avanços e desafios para a consolidação dos serviços de acolhimento familiar para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. (Texto para Discussão, 2938). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2938-port>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 71-80, jan./abr. 2006.

SOUZA, E. L. N. et al. As repercussões na saúde mental de crianças e adolescentes vulneráveis no período pós-pandêmico: Revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, S. l., v. 12, p. e30485, 2024.

SZORTYKA, A. M.; PORTO, A. M. P.; HEIDRICH, A. V. A saúde mental permeando o desacolhimento de adolescentes dos abrigos institucionais da cidade de Pelotas: um relato de experiência. **Journal of Nursing and Health**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 276-283, jul./dez. 2012.

UNICEF. **The State of the World's Children 2021**: On my mind: Promoting, protecting and caring for children's mental health. Nova Iorque: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-of-worlds-children-2021>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VÁZQUEZ, P. A.; TASSO, B. L. Mães sociais em serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e saúde mental: uma revisão de escopo. **Revista FT**, Uberaba, v. 28, n. 139, p. 56-57, jan./jun. 2024.

VILALVA, S. et al. A vida que eu levo: uma ação voltada ao autoconhecimento de crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Gestão e Saúde**, S. l., v. 26, n. 1, p. 470-478, 2024.

Resumo Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil. O estudo teve como objetivo analisar pesquisas científicas publicadas entre 2011 e 2024, com foco nos aspectos metodológicos e nas contribuições relacionadas à saúde mental desse público. Utilizou-se a ferramenta *ResearchRabbit* para mapear a produção acadêmica. Os resultados foram organizados em duas categorias: 1) Atenção Psicossocial e Políticas Públicas e 2) Processos de Institucionalização. A análise revelou que a saúde mental de crianças e adolescentes acolhidos é um campo pouco explorado, com fragilidade na efetivação das políticas públicas estabelecidas e tendência à patologização do sofrimento. Concluiu-se que há necessidade de maior visibilidade e aprofundamento da temática nas produções científicas, além de uma revisão crítica dos modelos de cuidado vigentes, com o objetivo de promover ações intersetoriais sensíveis às singularidades dos sujeitos e comprometidas com a proteção integral.

Palavras-chave: crianças, adolescentes, saúde mental, acolhimento institucional, atenção psicossocial.

Salud mental de niños y adolescentes en situación de acogimiento institucional: revisión de literatura

Resumen Este artículo presenta una revisión de literatura sobre salud mental de niños y adolescentes en situación de acogimiento institucional en Brasil. El estudio tuvo como objetivo analizar investigaciones científicas publicadas entre 2011 y 2024, con enfoque en los aspectos metodológicos y las contribuciones relacionadas con la salud mental de esta población. Se utilizó la herramienta *ResearchRabbit* para mapear la producción académica. Los resultados se organizaron en dos categorías: 1) Atención Psicosocial y Políticas Públicas y 2) Procesos de Institucionalización. El análisis reveló que la salud mental de niños y adolescentes acogidos es un campo poco explorado, con fragilidad en la efectividad de las políticas públicas establecidas y tendencia a la patologización de los sufrimientos vivenciados. Se concluye que hay necesidad de mayor visibilidad y profundización de la temática en las producciones científicas, además de una revisión crítica de los modelos de cuidado vigentes, con el objetivo de promover acciones intersectoriales sensibles a las singularidades de los sujetos y comprometidas con la protección integral.

Palabras clave: niños, adolescentes, salud mental, acogimiento institucional, atención psicosocial.

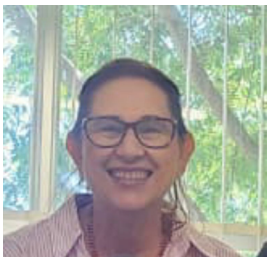
Mental health of children and adolescents in institutional care: a literature review

Abstract This article presents a literature review on the mental health of children and adolescents in institutional care in Brazil. The study aimed to analyze scientific research published between 2011 and 2024, focusing on methodological aspects and contributions related to the mental health of this population. The ResearchRabbit tool was used to map academic production. The results were organized into two categories: 1) Psychosocial Care and Public Policies and 2) Institutionalization Processes. The analysis revealed that the mental health of children and adolescents in care is an under-explored field, with weaknesses in the implementation of established public policies and a tendency to pathologize the suffering experienced. It is concluded that there is a need for greater visibility and in-depth exploration of the topic in scientific productions, in addition to a critical review of current care models, with the aim of promoting intersectoral actions sensitive to the singularities of individuals and committed to integral protection.

Keywords: children, adolescents, mental health, institutional care, psychosocial care.

DATA DE RECEBIMENTO: 04/06/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 07/04/2026



Luziane Zacché Avellar

Professora Titular do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Integrante da Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes.

E-mail: luziane.avellar@ufes.br



Janaina Baptista Ferreira

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, com pesquisa sobre Saúde Mental Infantojuvenil.

E-mail: janabaptistaferreira@gmail.com



Náthally Dias Cordeiro Silva

Bacharel em Psicologia pela Universidade Vila Velha (UVV), Brasil, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil, com pesquisa sobre Saúde Mental Infantojuvenil. Bolsista CAPES.

E-mail: ndias.psicologia@gmail.com



Eliza Nemer Neves

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Voluntária de Iniciação Científica, com pesquisa voltada à Saúde Mental Infantojuvenil.

E-mail: elizanemerpsi@gmail.com



Lara Ramos Cabral

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Pós-graduanda em Psicologia Clínica e Prática Baseada em Evidências pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: lararamoscabral@gmail.com



Julia Costa Coser

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Pós-graduanda em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Neuropsicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Iniciação Científica sobre Saúde Mental Infantojuvenil.

E-mail: juliacoserpsi@gmail.com



Crecer en las quintas: presencia y participación de niñes en actividades productivas florihortícolas en La Plata (Argentina)

Nuria Caimmi
Centro de Estudios en Nutrición y Desarrollo Infantil, Buenos Aires, Argentina
https://orcid.org/0000-0003-0753-1392

https://doi.org/10.54948/desidades.v1i45.68704

Introducción

En las últimas décadas, la categoría de agricultura familiar ha cobrado centralidad en los discursos técnicos, académicos y estatales vinculados al desarrollo productivo agrario, presente en normativas, políticas públicas y declaraciones institucionales. Se trata de una categoría en construcción, ya que su definición y sus alcances son objeto de múltiples negociaciones (SCHIAVONI, 2010). Según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, es una forma de organizar la producción agropecuaria, forestal, pesquera y pastoril, en la cual la administración está a cargo de una familia y depende principalmente del trabajo de sus miembres[1], que pueden ser de varias generaciones (FAO, 2013). De esta manera, es una forma de producción en la cual la unidad doméstica y la unidad productiva están integradas y la fuente de ingresos proviene del grupo familiar que aporta la fracción predominante de la fuerza de trabajo. En algunas situaciones, ciertas actividades comprendidas dentro de la agricultura familiar han sido incluidas entre las peores formas de trabajo infantil, generando discusiones y controversias (BEVILAQUA MARIN, 2018).

Es precisamente este punto el que interesa indagar etnográficamente. Si el trabajo en la agricultura se define como "familiar", ¿cómo no considerar que esa definición incluye, en muchos casos, a niñes y adolescentes como parte activa de la fuerza laboral? Es por eso que este manuscrito busca estudiar, desde una perspectiva antropológica, la relación de les niñes con las actividades productivas. Para ello, se basa en una investigación etnográfica en el cordón florihortícola de La Plata, una de las principales regiones de producción agraria de Argentina, habitada mayoritariamente por familias migrantes. El análisis se centra en la presencia y participación de niñes que habitan estas unidades doméstico-productivas, excluyendo para este artículo las formas de trabajo asalariado por fuera de dichos espacios familiares[2].

La investigación adopta una perspectiva cualitativa con metodología etnográfica, que permite documentar lo no registrado (ROCKWELL, 2009) y analizar las prácticas cotidianas desde las perspectivas nativas, integrándolas coherentemente a los resultados (BALBI, 2012). Desde 2021 se realiza trabajo de campo con productoris del cordón platense, participando en espacios productivos, domésticos, organizativos y comerciales. Se llevaron a cabo entrevistas abiertas, en profundidad y semiestructuradas, así como observación participante, lo que permitió recoger materiales mediante conversaciones informales, registros de campo y participación prolongada. Se sostuvieron intercambios con más de treinta productoris florihortícolas, cuyos nombres han sido ficcionalizados para preservar el anonimato.

El artículo se organiza en tres secciones. Primero, se revisan los principales debates conceptuales en torno al trabajo infantil en la agricultura familiar; luego se recupera el carácter familiar de la florihorticultura platense; finalmente se analizan los hallazgos etnográficos que permiten visibilizar y complejizar la presencia y participación de niñes en ella.

1 Emplearé la "e" como marca gráfica para aludir de forma inclusiva a personas de todos los géneros, evitando el uso exclusivo del masculino genérico. En los casos en que la "e" coincida con el género masculino (por ejemplo, "actores" como masculino plural), optaré por la "i" ("actoris").

2 Se registró también trabajo asalariado fuera de las unidades doméstico-productivas, aunque en esta ocasión el análisis se centra en la participación infantil en el ámbito doméstico y predial, en el marco de la unidad familiar de producción.

Debates conceptuales sobre el trabajo infantil en la agricultura familiar

La relación entre niñes y actividades productivas agrarias ha estado históricamente atravesada por el extenso debate en torno al trabajo infantil. La lectura de sus presencias y participaciones en esferas productivas está signada por una tensión persistente en torno a dos enfoques contrapuestos: el abolicionista y el regulacionista. El primero, sostenido por organismos como la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), parte del supuesto de que todo trabajo infantil vulnera derechos fundamentales y debe erradicarse. Esta es la postura adoptada por el marco legal argentino, ya que, desde la sanción de la Ley 26.390 de Prohibicion del Trabajo Infantil y Proteccion Del Trabajo Adolescente sancionada en 2008, se considera trabajo infantil a toda actividad económica y/o estrategia de supervivencia, remunerada o no, realizada por personas menores de 16 años, en tanto se entiende que obstaculiza el ejercicio de derechos y el desarrollo integral, definición que ubica al trabajo infantil como un problema regulado e ilegal. Frasco Zuker (2016) observa que toda esta visión se basa en una noción de "desarrollo normal" con estándares definidos por edad, género y etnia. Así, el trabajo infantil se vuelve ilegítimo en tanto impide alcanzar esos estándares, y pasa a ser calificado como explotación laboral infantil.

El enfoque regulacionista, sin negar las desigualdades estructurales, plantea que no todo trabajo es perjudicial *per se*, destacando que ciertas formas de trabajo pueden constituir espacios de socialización y transmisión de saberes dado que el problema no reside en el trabajo en sí, sino en las condiciones en las que se realiza. Este enfoque propone una crítica a la mirada adultocéntrica implícita en muchas normativas universales, y promueve el reconocimiento de niñes como sujetes capaces de intervenir en decisiones sobre su presente y futuro (LIEBEL, 2003).

Si bien ambos enfoques coinciden en rechazar las formas más peligrosas del trabajo infantil, particularmente en menores de 14 años, difieren en su valoración general del trabajo de niñes y en las políticas a implementar. Mientras que el abolicionismo promueve su erradicación total, el regulacionismo aboga por su reconocimiento y protección, destacando el valor social y subjetivo que puede adquirir el trabajo en contextos de vulnerabilidad estructural. Para el caso agrario, y en trabajos extraprediales por fuera de la unidad familiar, suele haber mayor consenso en torno a la necesidad de su erradicación (APARICIO, 2009). Este contraste permite ilustrar cómo las formas en que se define un problema condicionan sus posibles intervenciones, una cuestión que, como veremos, adquiere especial relevancia en el contexto de estudio.

Diversos estudios han señalado que los mercados laborales agrarios presentan condiciones estructurales que favorecen la participación infantil (APARICIO, 2007, 2009; APARICIO; CROVETTO, 2015). Entre ellas se destacan el pago por productividad que incentiva el trabajo del grupo familiar incluyendo a niñes; y la superposición entre unidad doméstica y unidad productiva que dificulta trazar fronteras claras entre lo reproductivo y lo productivo, habilitando lógicas de participación familiar sin distinción etaria (AGUILERA; CROVETTO, 2009).

En los cordones periurbanos del país, diversas pesquisas han abordado el trabajo infantil en unidades doméstico-productivas, enfatizando las condiciones de desigualdad socioeconómica como causal de la participación de niñes (BLANCO RODRÍGUEZ, 2024; DAHUL, 2018, 2019, 2022; LABRUNEE; DAHUL, 2015, 2017; NOCETI, 2017; ROMERO, 2020). Romero (2020), en el cordón productivo de Florencio Varela (una ciudad lindante con La Plata y con características socioproductivas similares), muestra cómo el ingreso infantil

resulta clave para la subsistencia familiar. A partir de entender al trabajo de niñes como causa y consecuencia de la desigualdad económica, la autora propone otorgar becas educativas, de modo que elles no necesiten trabajar.

Estudios como el de Noceti (2017) lo interpretan como parte de las estrategias de vida de familias migrantes, destacando componentes culturales como el aprendizaje, la socialización y la formación, que muchas familias valoran. Esta autora identifica que en el sur de la provincia de Buenos Aires los programas estatales de erradicación del trabajo infantil no logran adhesión ni efectividad, ya que, en nombre de la protección de los derechos del niño, se avasallan tradiciones locales de socialización.

En el cordón frutihortícola de General Pueyrredón, existen una serie de investigaciones (BLANCO RODRIGUEZ, 2024; LABRUNEE; DAHUL, 2015; 2017) que analizan las perspectivas de agentes del sistema educativo y de instituciones públicas de cuidado infantil. Estos estudios advierten que la interpretación institucional del trabajo infantil como fenómeno cultural tiende a estigmatizar a la comunidad boliviana (principal afluencia migratoria en este lugar), invisibilizando formas familiares de organización del trabajo y transmisión de conocimientos (BLANCO RODRÍGUEZ, 2024). Además, apuntan que ciertas formas de organización laboral, como la mediería, reproducen mecanismos que vulneran derechos sociales y favorecen la persistencia del trabajo infantil (LABRUNEE; DAHUL, 2015, 2017). Destacan también la escasa oferta de cuidados como un factor clave en que la dificultad para conciliar trabajo y crianza empuja a las familias a incorporar a les niñes en tareas productivas, tanto domésticas como no domésticas.

Profundizando esta línea de análisis, Dahul (2018, 2019, 2022) incorpora la mirada de las familias productoras. Señala que la porcentajería, y no ya solamente la mediería, predominante en este cordón intensifica el uso de mano de obra familiar como estrategia para evitar la contratación de asalariades. Afirma que, si bien existen situaciones de asalariamiento infantil, no serían las más frecuentes; e identifica un gradiente de valoraciones entre las familias sobre la participación infantil, que va desde la "ayuda" (compatible con juego y escolaridad) hasta la "explotación" (ligada a la obligatoriedad y el abandono escolar). En ellas, la escuela aparece como criterio clave para distinguir entre ambas, además de ser valorada como espacio de cuidado y recreación ante la baja oferta de servicios en zonas periurbanas.

Años después, su lectura se complejiza al adoptar un enfoque antropológico; en el marco de su tesis doctoral, abandona el uso de la categoría "trabajo infantil-adolescente" y adopta la expresión en gerundio de "niñes y adolescentes trabajando", lo que habilita un enfoque atento a los sentidos que las propias familias atribuyen a estas prácticas (DAHUL, 2022). Esto apunta a la relevancia de los aportes antropológicos al debate sobre la participación de niñes en actividades productivas, para no reducirla a su definición normativa, legal, o moralizante, abriendo el camino a una comprensión más contextualizada (FRASCO ZUKER, 2016).

Configuración familiar del trabajo en el cordón florihortícola platense

El partido de La Plata es la capital de la provincia de Buenos Aires y, en su periurbano oeste, se concentran los principales aglomerados productivos: Poblet, Etcheverry, Olmos, Abasto y El Peligro. Aunque no pertenece al partido, se incluirá en esta investigación la localidad de El Pato, situada en el límite con La Plata, por sus cercanías espaciales y socioproductivas.

En esta zona se desarrollan actividades agropecuarias centradas en flores de corte, horticultura y algunos frutales, aunque también existen industrias. En los últimos años, el avance de barrios cerrados ha desplazado parte de la actividad productiva (MUSANTE, 2023). Históricamente, este territorio fue pensado para abastecer a la ciudad de La Plata (RINGUELET, 2008) y, hasta mediados del siglo XX, predominó la inmigración europea. Desde los años 80 se incrementó la presencia de personas del norte argentino, de Paraguay, Bolivia y Perú. Este fenómeno ha sido conceptualizado como la "bolivianización de la horticultura" (BENENCIA; QUARANTA, 2006), aunque, como señala Archenti (2008), la categoría "bolivianos" ha tendido a homogeneizar a personas de distintas regiones de Bolivia, de otros países cercanos o migrantes internos.

En la misma década en que se agudizó este recambio migratorio, la expansión de una tardía Revolución Verde modificó la matriz productiva mediante el uso intensivo de invernaderos y paquetes tecnológicos (GARCÍA, 2012). Hoy estos invernáculos, emblema del paisaje, cubren cerca del 60% del territorio y se acompañan del uso masivo de agroquímicos, fertilizantes y semillas híbridas (BLANDI, 2016), generando riesgos sanitarios para quienes trabajan y habitan la región.

Las quintas son predios de 1 a 2 hectáreas donde coincide la unidad doméstica con la productiva, habitadas generalmente por madre, padre e hijes, aunque también hay hogares monoparentales o ampliados. Las jornadas laborales oscilan entre 8 y 16 horas, son físicamente exigentes y se desarrollan tanto bajo cubierta como a cielo abierto, en condiciones climáticas extremas y con alta precariedad estructural (LEMMI; MUSCIO, 2023).

Las relaciones laborales en este sector adoptan distintas formas. Benencia y Quaranta (2006) utilizaron la expresión "escalera boliviana" para describir una jerarquía interna de posiciones laborales dentro del sector hortícola, lo que supone un posible ascenso económico y social. Esta secuencia va desde peones, porcentajeres (que reciben un porcentaje de la producción, el 30 o 35%), medieres (que dividen costos y ganancias con le propietarie, 50 y 50%), hasta arrendataries (que alquilan la tierra y asumen todos los costos y beneficios). En la actualidad, se estima que el 90% de quienes habitan este cordón son arrendataries, aunque la mayoría carece de contratos formales, lo que impide construir viviendas permanentes o diversificar la producción con árboles y sombra.

La organización familiar de la producción está relacionada con las trayectorias migratorias de su población principal, la boliviana, caracterizada históricamente por ser una migración de grupos familiares (COURTIS; PACCECA, 2010). Aunque las migraciones paraguaya y peruana también forman parte del cinturón platense, y, en algunos casos, iniciaron sus recorridos individualmente, en el ámbito agrario fue usual que se diera la reunificación familiar en el lugar de destino.

Esta organización familiar se vincula directamente con el tipo de trabajo agrario en el que las familias se insertan, que no solo permite, sino que, en muchos casos, requiere la participación de les niñes en las tareas productivas. En la florihorticultura intensiva, las familias buscan aumentar la productividad ampliando hectáreas o mejorando el rendimiento, trabajando en conjunto para evitar contratar mano de obra externa y reducir costos (GARCÍA, 2011). Esta lógica se ha descrito en la literatura especializada como de productores capitalistas con rasgos campesinos (GARCÍA, 2012), que combinan una racionalidad capitalista, como inversión de capital, búsqueda de ganancias, mano de obra asalariada, con rasgos campesinos de orientación al autoconsumo y predominio del trabajo familiar. De esta manera, la composición del hogar busca maximizar la

fuerza laboral familiar, con poca contratación externa, intensificando la participación de cónyuges y la incorporación selectiva de hijes (GARCÍA; QUARANTA, 2022). En crisis aumenta el trabajo familiar; en bonanza, se acumula capital (CIEZA et al., 2015).

Como señalaron estudios previos, la participación infantil en estas labores se manifiesta en figuras como la mediería (LABRUNEE; DAHUL, 2017) o la porcentajería (DAHUL, 2022). Sin embargo, los hallazgos de campo muestran que les niñes participan también en situación de arriendo y propiedad. Esto se explica porque la variable clave que condiciona la necesidad de participación infantil es la comercialización, donde la familia actúa como unidad vendedora de su fuerza de trabajo a través de consignatarios e intermediarios, quienes retiran la producción y pagan días después, sin que se pueda prever el ingreso. Esta incertidumbre obliga a maximizar el rendimiento mediante trabajo familiar, incluyendo, en algunos casos, la participación de niñes.

Cabe señalar que la presencia y participación de niñes no es reciente, sino que data de los inicios de las trayectorias migrantes familiares. Muchas infancias de quienes hoy son productoris estuvieron marcadas por regímenes de trabajo familiar y formas de circulación infantil típicas de contextos rurales y migrantes, donde el trabajo formaba parte de la crianza y el aprendizaje de la vida productiva.

Cuando tenía 12 años, Elodia Choque, de 49 años, fue captada por una mujer que la llevó, desde su hogar en Chuquisaca (Bolivia), hasta La Plata, prometiéndole empleo doméstico. Encerrada durante meses junto a otres 30 niñes, muches monolingües en quechua, permaneció en una finca de hortalizas sin paga ni contacto con el exterior. En otros casos registrados en el trabajo de campo, las personas recordaban haber llegado a La Plata trabajando previamente en otros circuitos agroindustriales, como Rosmery de 42 años, quien había trabajado desde niña junto a sus hermanes en fincas tabacaleras de Jujuy; o Patricia, de 44 años, con su familia en la producción cañera. Si bien sus trayectorias y llegadas a La Plata contienen singularidades que fueron recuperadas en otro trabajo (CAIMMI, 2024), baste señalar aquí que en todas aparece el trabajo familiar como trama que las atraviesa. En los registros se identifica que la actual conformación social de este espacio productivo ha sido traccionada por escenas de explotación, abuso o necesidad económica en los recorridos que llevaron a las familias a asentarse en el cordón platense. Además, estos relatos permiten trazar un puente con el presente, como señalaron durante una reunión unas quinteras "Sí, sigue pasando. Es conocido que algunas quintas traen menores de edad de Bolivia o del norte. No sé qué les prometen, pero los traen y los encierran para trabajar" (Registro de campo, febrero de 2024). Estas historias no agotan la complejidad de las trayectorias de quienes hoy producen alimentos en el cinturón florihortícola platense, pero permiten identificar la forma en que el trabajo infantil constituyó este espacio social.

Negociar la norma: regulaciones y estrategias familiares

La regulación del trabajo de niñes y las normativas asociadas constituyen un eje de negociaciones cotidianas entre las familias productoras del cinturón platense, ya que estas regulaciones funcionan como un horizonte moral y jurídico, a la vez que generan incertidumbre frente a prácticas familiares y cotidianas.

Cecilio (36 años), un productor florícola paraguayo, aloja en su memoria un recuerdo que permite observar el contraste de los cambios normativos en el tiempo. Su llegada al cinturón platense fue de niño, tras la visita de su padre, quien confirmó la disponibilidad

de trabajo en el lugar. Se instalaron así como medieres y Cecilio comenzó a trabajar con 7 años. Él destaca especialmente el apoyo de su maestro escolar, quien lo ayudó con documentación y acompañamiento. "Siempre voy a estar agradecido a la escuela, porque gracias a ella aprendí el oficio", comentó. Añadió: "Ahora no podría contarlo en una escuela, porque sería trabajo infantil, pero en ese entonces se podían hablar esas cosas" (Registro de campo, mayo de 2025).

El conocimiento de las regulaciones y normativas generaba dudas entre les propies productoris, quienes rara vez expresaban abiertamente la presencia de niñes en las quintas. Durante una asamblea para constituirse como cooperativa, al leer el reglamento que exigía la ausencia de trabajo infantil para el reconocimiento formal, surgió una discusión. "Si los chicos están en las quintas, ¿cómo hacen? ¿Hasta qué edad es ese límite?", preguntaron. "Hasta los 18", respondió alguien, y hubo un silencio (Registro de campo, diciembre de 2024).

Esta ambivalencia surcaba sus experiencias laborales, como el caso de la familia Choque, que llegó a Argentina en 2011, encabezada por Elodia, junto a hijes, todes de entre 5 y 16 años. Se instalaron como porcentajeres primero, medieres luego, en una quinta orgánica, donde la normativa de esa certificación orgánica prohibía que les niñes residieran, aunque todes participaran del trabajo. Por eso, durante ese período, vivían en una casilla ubicada en la quinta de un familiar cuya producción no contaba con certificación, por lo que esa unidad productiva no estaba alcanzada por dichas regulaciones. Sin embargo, cada día, la madre y sus hijes se trasladaban a trabajar a la quinta orgánica. Cuando ocurría algún hecho delictivo en la zona, el patrón les pedía que se retiraran del predio, procurando que no quedaran rastros de la presencia infantil al llegar policiales (Registro de campo, febrero de 2025).

Una tarde luego del fin de semana de carnaval, Solana (38 años), referente de género de una organización del sector, me compartió su preocupación porque a algunas compañeras les habían comenzado a inspeccionar las quintas en busca de niñes en los predios, con intención de denunciarlas por trabajo infantil. En algunos casos, eso derivó en multas que las mujeres debieron afrontar (Registro de campo, febrero de 2024). Ambas estrategias, sortear las regulaciones o afrontarlas con una multa, eran parte de la realidad productiva del sector.

El posicionamiento respecto a las nociones de infancia y trabajo infantil no es uniforme, sino que varía entre marcos jurídicos nacionales y entre actoris sociales. Por ejemplo, mientras que Bolivia y Paraguay contemplan ciertas excepciones al trabajo infantil desde los 10 y 14 años, respectivamente, en Argentina la edad mínima es de 16, con algunas salvedades para el trabajo familiar. A la vez, se observaba cierta ambivalencia entre les productoris, ya que a veces remarcaban que sus hijes no trabajaban porque eran pequeñes; en otras ocasiones afirmaban que querían que lo hicieran para que pudieran aprender, orgulloses de su propia experiencia infantil en el oficio.

A continuación, abordaré las formas específicas de esa relación entre niñes y actividades productivas, organizando los registros en dos modalidades: presencia y participación.

Que estén en las orillas y no en la casa: acerca de la presencia de niñes en actividades productivas

Durante el trabajo de campo, fue frecuente observar escenas en que madres, padres, abueles o hermanes mayores, llevaban a les niñes a la quinta como forma de supervisarles y así evitar dejarles soles en espacios percibidos como inseguros, señalando que, de esta forma, "permite tenerles a la vista". He visto a les niñes en diversos espacios de las quintas, según las condiciones del momento y las tareas que estuvieran desarrollando les adultes. Solían ubicarse en las orillas de los invernaderos o del cultivo, en los surcos donde no hay siembra, especialmente en predios diversificados o en descanso, o dentro del invernadero, sobre todo durante los meses fríos cuando allí se concentra el trabajo y la temperatura resulta más templada. Los espacios donde se produce suelen ser el atajo para llegar a otro predio, donde hay vecines, arroyos, así como lugar al que acudir cuando algune adulte indica traer algo de producción (Imagen 1). También les he observado jugando o dialogando en sectores del predio que no están sembrados, ya sea a campo abierto o cercanos a alguna casilla.

Imagen 1 – Hermanas cruzando el invernadero para buscar producción para el almuerzo



Fuente: autoría propia.

Esta presencia aparece como una decisión reflexionada por parte de quienes estaban a cargo de su cuidado. Amanda (27 años), madre de dos niñes de 7 y 9 años, incorporó la práctica de llevarles consigo y que permanecieran en la orilla del invernadero o de la zona de producción, luego de que dos niños vecinos, hermanos entre sí, sufrieran quemaduras al quedar solos en una casilla (Registro de campo, junio 2023). Esto porque, debido al carácter transitorio de la permanencia en el predio, se construyen casillas que suelen ser precarias, con instalaciones eléctricas deficientes y uso de garrafas, condiciones que las convierten en escenarios frecuentes de incendios. La persistencia de estos incendios, y la asociación de estas escenas con niñes soles, configura un imaginario local que refuerza

la necesidad de llevarlos a las áreas de trabajo. En ciertas ocasiones, y cuando podía, Amanda les dejaba al cuidado de su madre, quien habitaba en el mismo predio, lo cual resalta que las tareas de cuidado suelen organizarse en relación al parentesco.

La práctica de llevar a les niñes al predio se constituye así como una forma local de cuidado que contiene en sí misma una tensión: la exposición de les niñes a los agroquímicos, ya sea por manipulación directa o por permanecer en zonas contaminadas. En efecto, este sector es reconocido por su ambiente altamente tóxico (GARCÍA, 2011). En uno de los lugares centrales de esta investigación, Colonia Urquiza (La Plata), Auge (1990) señalaba hace más de 30 años, la presencia de nitratos en el agua en cantidad suficiente como para generar serios problemas de salud. Uno de los insumos aplicados con mayor frecuencia son los fertilizantes inorgánicos, cuyos envases vacíos conservan restos tóxicos en su interior.

El argumento que sostiene la necesidad de erradicar la participación infantil en la florihorticultura suele centrarse en los graves casos de intoxicación vinculados al trabajo en sistemas productivos intensivos (ROMERO, 2020). Sin embargo, es importante señalar que la intoxicación no es intrínseca a esta actividad y trabajo, sino a una forma específica de producción basada en el uso de insumos altamente tóxicos. Esta problemática no es documentada en aquellos predios que han transicionado a la agroecología, aunque en muchos casos sean más demandantes en las labores productivas (Registro de campo, febrero de 2024).

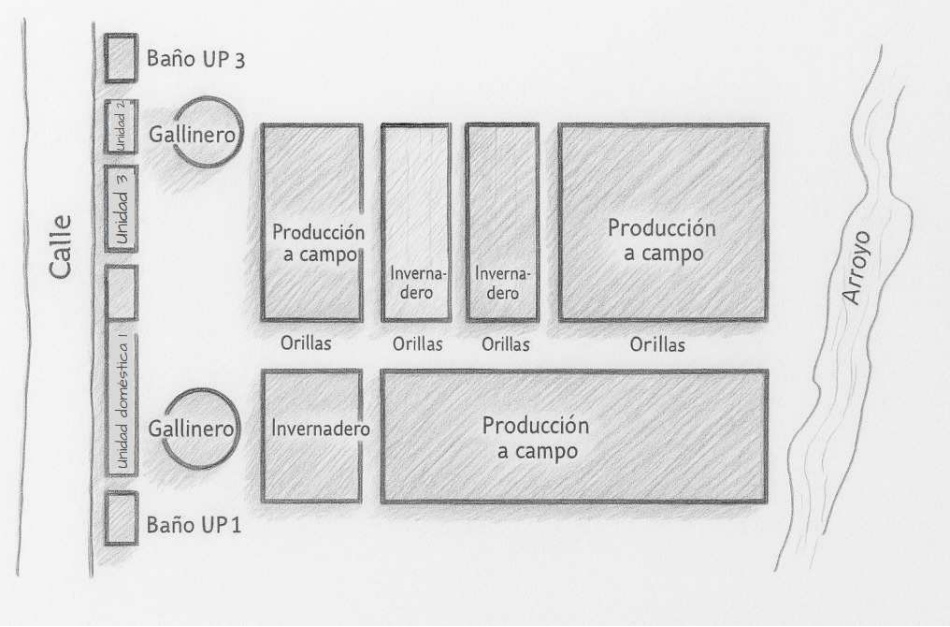
En distintas ocasiones me fueron relatadas situaciones de intoxicación vinculadas a la cercanía con fumigadores, al contacto con ropa contaminada, o a la exposición ambiental persistente derivada del uso intensivo de plaguicidas. En este contexto, las familias despliegan estrategias para reducir la exposición como dejar a les niñes en la casa durante las aplicaciones, pedir que quien fumigó se bañe y cambie de ropa antes de ingresar al hogar, o aislar los espacios domésticos y de juego con bolsas (Registro de campo, noviembre de 2024). Aunque muchas veces ineficaces frente a la toxicidad persistente en el aire, estas medidas incrementan las tareas de cuidado e implican una internalización doméstica de los costos ambientales y sanitarios de este sistema productivo.

Estas situaciones confluyen en la necesidad de pensar los espacios de cuidado. Blanco Rodríguez (2024) identificó la demanda por una guardería en el cordón hortícola de General Pueyrredón. Para las familias, el objetivo principal de este espacio era prevenir accidentes en espacios donde vivienda y producción se superponían; para los agentes institucionales la demanda se vinculaba a impedir el trabajo infantil. Ahora bien, aunque la existencia de espacios públicos de cuidado podría contribuir a reducir el trabajo infantil, se trata de una hipótesis contrafáctica difícil de evaluar empíricamente (DAHUL, 2022) y, en contextos como el que analizo, la confianza en las instituciones externas es limitada. Por ejemplo, Amanda (27 años) me contó que, tras el secuestro de un niño en el sector quintero, reforzó su decisión de no permitir que sus hijes salieran del predio familiar (Registro de campo, febrero de 2025).

Aunque les niñes habitan un predio familiar de grandes extensiones (que involucra a otras familias dentro de una misma quinta, como fue señalado previamente), no todos los espacios de ese territorio les están permitidos. Este aspecto puede relacionarse con el análisis de Szulc (2019) en comunidades mapuches, donde la autora encuentra que les niñes desarrollan autonomía desde muy temprana edad, moviéndose libremente en amplios espacios domésticos y participando en tareas y decisiones cotidianas.

Al igual que en este caso de estudio, esta autonomía es fundamental, pero no absoluta ni individual, no todos los espacios sean amigables o accesibles. En las quintas, existe una clara demarcación entre sitios seguros e inseguros (Figura 1). Mis observaciones en distintos predios del cordón florihortícola señalaron que les niñes no suelen estar soles en la calle ni en los alrededores de las quintas; su movilidad está restringida al interior del predio e, incluso dentro de ese espacio, el acceso está segmentado, ya que existen zonas habilitadas para jugar, como los invernaderos o las orillas; otras de tránsito limitado, como la entrada al predio o los pasillos que separan los predios de cada familia al interior de una misma quinta; y algunas prohibidas o en determinados momentos debido a riesgos vinculados al uso de agroquímicos o maquinaria (como al fumigar o pasar el tractor). Asimismo, estas restricciones y segmentaciones del espacio se asemejan a lo que describe Rausky (2011), quien analiza que las calles son espacios socialmente producidos, regulados y apropiados por quienes allí se desplazan; de manera similar, les niñes en las quintas interactúan con un espacio delimitado, normado y atravesado por relaciones de cuidado que les permiten moverse con libertad relativa y seguridad. Además, suelen estar bajo la vigilancia de algune adulte, como se observa en el caso de Amanda, que les deja al cuidado de su madre, sostenida por redes de cuidado cruzadas por el parentesco que permiten a les niñes desenvolverse con libertad dentro de un entramado social que les brinda seguridad en sus movimientos (LEAVY, 2019).

Figura 1 – Croquis de quinta florihortícola platense



Fuente: autoría propia.

La participación de niñes en labores productivas

Además de estar presentes en los espacios productivos, les niñes también participan en las labores agrícolas. En cuanto al tipo de tareas que realizan, suelen involucrarse en actividades como la siembra (de semilla o de plantines), el desyuyado, especialmente en quintas agroecológicas, la cosecha o el empaquetado de variedades. No participan en tareas consideradas riesgosas o técnicas, como la fumigación, el uso de biopreparados o la preparación del suelo. He observado que, a partir de los 11 o 12 años, su rol tiende a cambiar, asumiendo responsabilidades más propias del mundo adulto, en línea con lo señalado por Aparicio y Crovetto (2015) sobre la brevedad de la adolescencia en contextos de trabajo.

Resulta significativo señalar que la sistematicidad de la participación infantil difiere de la jornada laboral adulta, que suele ser continua y con escasos descansos. En el caso de les niñes, la frecuencia de su participación varía, les más pequeñes suelen alternar el trabajo con el juego, en los márgenes del predio o entre los surcos. Dado que el hogar y el espacio de trabajo coinciden, pero pueden estar separados por hasta 200 metros, les niñes cumplen tareas auxiliares como buscar objetos en las viviendas, revisar mensajes o atender urgencias mientras les adultes trabajan.

Imagen 2 – Unidad doméstica y unidad productiva, distancia entre ambas



Fuente: autoría propia.

En todos los casos observados, los momentos en que les niñes trabajan se ubican fuera del horario escolar. En el poblado de estudio, muches asistían a una escuela de jornada completa (de 9 a 16 horas) y luego, al regresar a sus quintas, merendaban, ayudaban en las tareas productivas y realizaban sus deberes escolares. Esta conciliación entre escuela y quinta ha sido referida para este mismo sector por García y Quaranta (2022),

quienes encontraron que el 70,4% de adolescentes entre 15 y 17 años y el 90,2% de jóvenes mayores de 18 asisten regularmente a la escuela. Además, para el 98% de les productoris entrevistades, la educación representa una aspiración central, lo que tensa la correlación directa planteada por la OIT entre trabajo infantil y deserción (FRASCO ZUKER, 2016).

En este contexto es que conocí a Juana, una niña de 9 años. Una tarde de otoño, mientras conversaba con su abuela, a quien llamaba "mami" y que oficiaba como tal, hablaban sobre la escuela. Juana comentó que esa tarde no podría ayudar con la carga porque al día siguiente tenía una prueba en la escuela. Su abuela le respondió que podía ir un rato a la quinta y luego estudiar, agregando que muchas veces usaba de argumento la tarea para evitar el trabajo. A esto, la niña respondió: "es que a veces es aburrido" (Registro de campo, mayo de 2025). Esta posibilidad de negarse, de objetar o de, al menos, protestar, apareció en el trabajo de campo como un elemento novedoso para muches de quienes eran adultes respecto a estes niñes, indicando cierto margen de autonomía en el marco de relaciones intergeneracionales jerárquicas. Situaciones similares documenta Romero (2020), quien describe cómo algunes alumnes pedían tareas extra en la escuela para evitar tener que ayudar luego en la quinta.

Ahora bien, ¿Por qué estes niñes debían recurrir a diversas estrategias para eludir una tarea que no deseaban cumplir? Podemos pensar estas preguntas en dos órdenes. Por un lado, atendiendo al adultocentrismo que atraviesa nuestras sociedades, por el que se toman decisiones por les niñes invisibilizando sus voces y necesidades, incluso bajo la intención de protegerles (LIEBEL, 2003). Por otro lado, y remitiendo al inicio de este escrito, se trata de una disposición laboral que los necesita para la subsistencia, por lo que, como veremos, no existiría un horizonte de resolución posible sin abordar esa subsistencia material ligada a la explotación familiar.

Esa misma tarde, aunque su abuela no insistiera, Juana fue igualmente a trabajar y, mientras lo hacía, me explicaba con soltura las cantidades encargadas, cómo acomodar cada variedad en las jaulas y el monto que podían ganar. Solía decir que le gustaba vivir en la quinta porque podía tener gallinas, chivas y jugar al aire libre, diferenciándose así de algunes compañeres que no tenían esa posibilidad. Dentro de las tareas productivas, su favorita era el empaquetado, el ordenar hortalizas y frutas le resultaba "divertido y fácil" (Registro de campo, marzo de 2025).

Este rango de valoraciones entre lo "aburrido" y lo "divertido" permite explorar las formas en que les niñes se vinculan con la producción en las quintas, abarcando un abanico de emociones que va del tedio y el cansancio al disfrute y la satisfacción de dominar una técnica. El caso de Juana permite destacar a les niñes como actoris que negocian su participación, expresan sus deseos y preferencias, y contribuyen a la construcción cotidiana de los arreglos productivos y educativos en sus hogares. La coexistencia de protestas o estrategias para sortearlas da cuenta de su participación en relaciones intergeneracionales jerárquicas, aunque de manera menos rígida que las registradas por generaciones anteriores, como sus ma-padres o abueles.

En una jornada realizada en un comedor del sector al que asisten niñes que viven en las quintas, participaron también dos niñas, hijas de una docente, quienes permanecieron durante toda la mañana aferradas a su madre. Cuando las niñas del lugar las invitaron a recorrer la quinta, las visitantes se sumaron con recelo, temerosas de ensuciarse o alejarse demasiado de su madre. A medida que comenzaban a caminar entre los cultivos a campo abierto, las niñas locales señalaban con soltura cada variedad, cuáles habían sembrado, cuáles estaban por crecer y cuáles ya habían cosechado. Al llegar al

invernáculo, comentaron que una tormenta fuerte había volado el nylon que protegía a las plantas del frío, también explicaron cómo usaban ortiga para preparar purines que funcionaban como fertilizante. Más adelante, al encontrarnos con una cabra y chanchos, las niñas del lugar se acercaron, con confianza los acariciaron y acomodaron el pasto para que la cabra pudiera comer mejor. Las hijas de la docente, en cambio, permanecieron inmóviles, sorprendidas de ver esos animales tan cerca (Registro de campo, abril de 2022).

Este pasaje advierte la presencia de un proceso formativo más amplio, que incluye aprendizajes como el reconocimiento de variedades hortícolas, las técnicas de cosecha y acopio y el conocimiento de animales. Como señala Szulc (2019), les niñes se sienten atraídes por saberes con aplicación directa en su entorno. En esta línea, Padawer (2010, 2018) resalta que las leyes que prohíben el trabajo infantil tienden a dividir rígidamente lo que cuenta como "educación" y lo que no, deslegitimando los aprendizajes adquiridos en contextos doméstico-productivos. Esta mirada dificulta que las escuelas integren estos aprendizajes, e incorporen a les adultes con quienes les niñes conviven como agentes relevantes en su formación. De manera complementaria, Frasco Zuker (2019) problematiza la condena moral del trabajo infantil y muestra que la ilegalidad y el discurso abolicionista pueden funcionar como obstáculos epistemológicos, impidiendo comprender la dimensión sustantiva de estas prácticas. Desde su etnografía en la provincia de Misiones, la autora evidencia que la participación de niñes en actividades productivas contribuye tanto a la adquisición de saberes prácticos como a la organización de los tiempos y a la generación de vínculos familiares y sociales, lo que permite valorar estos aprendizajes como experiencias formativas legítimas y significativas, más allá de su clasificación normativa como "trabajo".

A la vez, en las discusiones sobre trabajo infantil, suele invisibilizarse una serie de actividades que les niñes realizan al interior de las unidades domésticas fundamentales para el sostenimiento de la vida, que en muchos casos implican mayor sobrecarga que el realizado en la labor productiva. Durante la estadía de campo, observé con frecuencia a niñas encargadas de la limpieza, el lavado de ropa, la organización del hogar y la preparación de alimentos, incluyendo tareas que implican manejo de dinero y cierto grado de autonomía, como hacer compras en el almacén o utilizar cuchillos desde los 7 u 8 años. También la transmisión intergeneracional de conocimientos culinarios relacionados con el corte de hortalizas sin tabla, en que mujeres adultas enseñaban a sus hijas técnicas específicas según la variedad de verdura, aludiendo que así podrían delegar esas tareas en adelante (Registro de campo, diciembre de 2023).

En relación con estas labores, Amanda (27 años) rememoraba una infancia atravesada por el cuidado constante de sus cinco hermanes mientras su madre trabajaba, subrayando el agotamiento físico y emocional derivado de esas responsabilidades. Estas experiencias revelan una distribución genérica del trabajo doméstico infantil (LEAVY, 2019), que integran las tareas de cuidados y del hogar, aunque habitualmente sea desestimado por los diagnósticos oficiales (QUECHA REYNA, 2015). De esta manera, se reconoce la necesidad de una lectura de la participación infantil atenta a las desigualdades del género y la generación, y a las articulaciones que se dan entre los espacios productivos y reproductivos, en contextos de desigualdad y diversidad (LEAVY; SZULC, 2021; PADAWER, 2018).

Palabras finales

La presencia y participación laboral infantil en el cordón florihortícola forma parte del entramado estructural del sector y adopta múltiples formas, las cuales van desde la vigilancia y el cuidado hasta el juego, el aprendizaje, la escolarización, la ayuda, la obligación, la negociación cotidiana y el trabajo doméstico, por lo que merece ser entendida en toda su complejidad.

Correr la mirada desde el trabajo infantil a "niñes trabajando" permite reconocerles como actoris actives dentro de las dinámicas familiares, cuyas acciones, deseos y valoraciones complejizan las interpretaciones convencionales sobre infancia y trabajo infantil. Los datos resultantes de esta investigación indentifican que, en algunos casos, les niñes no desean ir a trabajar, pero terminan haciéndolo igual. Este tipo de situaciones permite profundizar en un aspecto que el propio material etnográfico deja entrever, como la autonomía infantil dentro de relaciones familiares marcadas por jerarquías. Asimismo, los resultados identifican que esta participación está atravesada por condiciones de alta desigualdad y precariedad, en contextos de sistemas productivos intensivos y tóxicos que refuerzan la centralidad de la institución familiar como unidad productiva.

Esta investigación busca aportar a los debates sobre las posibilidades de intervención pública, proponiendo una perspectiva que apunte prioritariamente a cambiar ese entorno doméstico-productivo, garantizar ambientes no tóxicos mediante el reemplazo de agroquímicos por prácticas agroecológicas; limitar la posición de les actoris intermediaries que fijan los precios de forma unilateral dejando a las familias productoras sin capacidad de previsión ni negociación; y asegurar el acceso a la tierra para producir, lo cual, al promover formas más estables de tenencia, como la propiedad o contratos de arrendamiento protegidos, permitiría a las familias construir hogares más seguros y una vida más justa para todes les integrantes.

Referencias Bibliográficas

AGUILERA, M. E.; CROVETTO, M. M. El trabajo infantil rural en dos valles de la Patagonia argentina. In: **Trabajo infantil**: investigación y acción. Sistematización de los trabajos presentados en los Seminarios Regionales. 2008–2009. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social; CONAETI; UNICEF; PNUD; OIT, 2009. p. 1-14.

APARICIO, S. El trabajo infantil en el agro argentino. In: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (Comp.). **El trabajo infantil en la Argentina**: análisis y desafíos para la política pública. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social; Organización Internacional del Trabajo, 2007. p. 197-232.

_____. Trabajos y relaciones de trabajo en la producción tabacalera empresarial. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 30, p. 1-29, 2009.

APARICIO, S.; CROVETTO, M. Los jóvenes en el agro argentino: inicios tempranos en el mundo del trabajo. **Revista Carta Económica Regional**, Guadalajara, v. 27, n. 115, p. 90-113, 2015.

ARCHENTI, A. Visibilización, configuración identitaria y participación de migrantes. I **Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales**, La Plata, 2008.

ARGENTINA. **Lei n. 26.390, de 4 de junho de 2008**. Prohibición del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente. Buenos Aires: Boletín Oficial de la República Argentina, 25 jun. 2008.

AUGE, M. Aptitud del agua subterránea en La Plata, Argentina. In: **SEMINARIO LATINOAMERICANO DE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO**. Buenos Aires, 1990. p. 191-201.

BALBI, F. La integración dinámica de las perspectivas nativas en la investigación etnográfica. **Intersecciones en Antropología**, Olavarría, v. 13, n. 2, p. 485-499, 2012.

BENENCIA, R.; QUARANTA, G. Mercados de trabajo y economías de enclave: la "escalera boliviana" en la actualidad. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 60, n. 8, p. 413-432, 2006.

BEVILAQUA MARIN, J. O. Infancia rural y trabajo infantil: concepciones en situaciones de cambio. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 46-58, 2018.

BLANCO RODRIGUEZ, G. "El niño en el campo no tiene a dónde irse": las demandas de la colectividad boliviana por una guardería para las quintas hortícolas de General Pueyrredon, Buenos Aires, Argentina. **Cuadernos FHyCS-UNJU**, San Salvador de Jujuy, v. 65, p. 155-181, 2024.

BLANDI, M. L. **Tecnología del invernáculo en el Cinturón Hortícola Platense**: análisis de la sustentabilidad y los factores que condicionan su adopción por parte de los productores. 2016. Tesis (Doctorado en Ciencias Agrarias) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

CAIMMI, N. La desigualdad racial del modelo agroalimentario: análisis en el cordón fruti-flori-hortícola platense. **Revista Salud Colectiva**, Lanús, v. 20, 2024.

CIEZA, R. I. et al. Aportes a la caracterización de la agricultura familiar en el Partido de La Plata. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 114, n. esp. 1, p. 129-142, 2015.

COURTIS, C.; PACCECA, M. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Papeles de Población**, Toluca, v. 16, 2010.

DAHUL, M. L. **Formas de organización del trabajo y trabajo infantil en horticultura**: un estudio sobre la actividad de la comunidad boliviana en el cinturón hortícola del partido de General Pueyrredón. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, 2018.

_____. La incorporación de trabajo infantil-adolescente en la horticultura de General Pueyrredón. In: ARCIDIÁCONO, P. (Ed.). **Trabajo Social y Políticas Públicas desde una perspectiva histórica**. Tomo II. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2019. p. 123-152.

_____. Niñes y adolescentes trabajando: reflexiones en los intersticios de la investigación y la intervención. **Cátedra Paralela**, Rosario, n. 20, p. 83-110, 2022.

FAO. **¿Por qué una definición de la FAO de agricultura familiar?** Food and Agriculture Organization, Roma, 2013.

FRASCO ZUKER, L. Investigación etnográfica sobre experiencias de trabajo infantil en el noreste argentino. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 14, n. 2, p. 1205-1216, 2016.

_____. **Cuidar a la gurisada**: etnografía sobre trabajo infantil y cuidado en la localidad de Colonia Wanda, Misiones. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidad Nacional de San Martín, San Martín, 2019.

GARCÍA, M. El cinturón hortícola platense: ahogándonos en un mar de plásticos. Un ensayo acerca de la tecnología, el ambiente y la política. **Theomai**, Buenos Aires, n. 23, p. 35-53, 2011.

_____. **Análisis de las transformaciones de la estructura agraria hortícola platense en los últimos 20 años**: el rol de los horticultores bolivianos. Tesis (Doctorado en Ciencias Agrarias y Forestales) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2012.

GARCÍA, M.; QUARANTA, G. Análisis de las estadísticas hortícolas de Buenos Aires: un aporte para la cuantificación de los establecimientos hortícolas de La Plata. **Geograficando**, La Plata, v. 18, n. 1, e108, 2022.

LABRUNÉE, M. E.; DAHUL, M. L. Protección social para el abordaje de la problemática del trabajo infantil en el cordón frutihortícola del Partido de General Pueyrredón: las miradas e intervenciones posibles por parte de las instituciones educativas en el marco de la institucionalidad vigente. In: **CONGRESO NACIONAL DE ESPECIALISTAS EN ESTUDIOS DEL TRABAJO**, 12, Buenos Aires: ASET, 2015.

_____. Bienestar de niños y niñas en el cordón frutihortícola del Partido de General Pueyrredón: los espacios de cuidado como promotores de derechos y la prevención del trabajo infantil. **FACES**, Mar del Plata, v. 23, n. 49, p. 33-53, 2017.

LEAVY, M. P. Entre las fincas y la escuelita bíblica... o policial: un análisis etnográfico sobre el cuidado infantil en contextos rurales de Orán, Salta. **Runa: Archivo para las Ciencias del Hombre**, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 75-91, 2019.

LEAVY, P.; SZULC, A. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio. Una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **INDIANA**, Berlín, v. 38, p. 79-101, 2021.

LEMMI, S.; MUSCIO, L. Hablemos de desigualdad: trabajo y condiciones de vida en el periurbano hortícola platense desde una perspectiva de género. In: ATTADEMO, S.; FERNÁNDEZ, L.; LEMMI, S. (Comps.). **Periurbano hortícola del Gran La Plata**: reconfiguraciones en las tramas socioculturales y productivas en el siglo XXI. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2023. p. 321-355.

LIEBEL, M. **Infancia y trabajo**. Lima: Ifejant Ediciones, 2003.

MUSANTE, F. **Cada vez mais bairros e menos quintas**: formas, processos e atores da expansão para o periurbano oeste de La Plata, Argentina. Tese (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

NOCETI, M. B. Caracterización cuali cuantitativa del trabajo infantil en Bahía Blanca, provincia de Buenos Aires, Argentina (2010–2013). **Kairos**, San Luis, v. 21, n. 39, p. 76-95, jun. 2017.

PADAWER, A. Tiempo de estudiar, tiempo de trabajar: la conceptualización de la infancia y la participación de los niños en la vida productiva como experiencia formativa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 349-375, 2010.

_____. Chicas de la colonia: aprender y trabajar en la infancia rural. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 33-45, 2018.

QUECHA REYNA, C. Niñas cuidadoras en contextos migratorios: el caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. **Cuicuilco**, México D.F., v. 22, n. 64, p. 155-175, 2015.

RAUSKY, M. La calle y los niños: estrategias laborales en espacios públicos. **Avá**, Posadas, v. 19, p. 319-346, 2011.

RINGUELET, R. La complejidad de un campo social periurbano centrado en las zonas rurales de La Plata. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 9, n. 17, 2008.

ROCKWELL, E. **La experiencia etnográfica**: historia y cultura en los procesos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2009.

ROMERO, A. C. **Trabajo infantil en la agricultura en la localidad de Florencio Varela**: un análisis y sugerencias para su erradicación. Tesis (Licenciatura en Relaciones del Trabajo) – Universidad Nacional Arturo Jauretche, Florencio Varela, 2020.

SCHIAVONI, G. Describir y prescribir: la tipificación de la agricultura familiar en Argentina. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (Comps.). **Las agriculturas familiares del Mercosur**: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: Ciccus, 2010.

SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles: reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **Runa: Archivo para las Ciencias del Hombre**, Buenos Aires, v. 40, n. 1, p. 53-63, 2019.

Resumen Desde una perspectiva antropológica, este artículo analiza la presencia y participación de niñes en las quintas florihortícolas del periurbano de La Plata, un espacio productivo mayoritariamente habitado por familias migrantes. Se identifica que estas prácticas no son excepcionales, sino que representan una dimensión estructural del sector, vinculada a dinámicas migratorias y a formas particulares de organización de la producción y comercialización. El estudio propone dialogar con los modos en que les niñes participan, cuidan, ayudan, se forman, entretienen, negocian y crecen en contextos marcados por la intensificación productiva, la precariedad y la toxicidad. A través de diversos arreglos familiares, elles participan en la esfera productiva, otorgándole sentidos propios. El artículo concluye en la necesidad de orientar las intervenciones para modificar la habitabilidad y las condiciones de vida de todo el grupo familiar.

Palabras clave: infancia, agricultura familiar, trabajo infantil, horticultura intensiva, cordón platense.

Crescer nas quintas: presença e participação de crianças em atividades produtivas florihortícolas em La Plata (Argentina)

Resumo A partir de uma perspectiva antropológica, este artigo analisa a presença e participação de crianças nas quintas florihortícola do periurbano de La Plata, um espaço produtivo majoritariamente habitado por famílias migrantes. Evidencia-se que tais práticas não são excepcionais, mas que representam uma dimensão estrutural do setor, vinculada a dinâmicas migratórias e a formas particulares de organização da produção e comercialização. O estudo propõe dialogar com os modos nos quais crianças participam, cuidam, ajudam, se formam, se divertem, negociam e crescem em contextos marcados pela intensificação produtiva, pela precariedade e pela toxicidade. Por meio de diferentes arranjos familiares, elas participam na esfera produtiva, atribuindo-lhe sentidos próprios. O artigo conclui que há necessidade de orientar as intervenções para a modificação da habitabilidade e das condições de vida de todo o grupo familiar.

Palavras-chave: infância, agricultura familiar, trabalho infantil, horticultura intensiva, região de La Plata.

Growing up on the farms: children's presence and participation in floricultural and horticultural production activities in La Plata (Argentina)

Abstract From an anthropological perspective, analyses of the presence and participation of children in the horticultural farms of the La Plata greenbelt, a productive space predominantly inhabited by migrant families. It shows that these practices are not exceptional, but rather represent a structural dimension of the sector, linked to migratory dynamics and specific forms of organizing production and commercialization. The paper proposes a dialogue with the situated ways in which children participate, care, help, learn, entertain themselves, negotiate, and grow up in contexts marked by productive intensification, precariousness, and toxicity. Through various family arrangements, they participate in the productive sphere, attributing personal meanings to it. The article concludes that interventions must be geared towards improving the living conditions and quality of life of the entire family group.

Keywords: childhood, family farming, child labor, intensive horticulture, La Plata area.

FECHA DE RECEPCIÓN: 09/06/2025

FECHA DE APROBACIÓN: 19/05/2026



Nuria Caimmi

Licenciada y Profesora en Ciencias Antropológicas en la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina; Especialista en Políticas Sociales por la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Doctoranda en Antropología por la Universidad de Buenos Aires, con beca del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina.

E-mail: nuriacaimmi@gmail.com



Violências contra crianças e adolescentes:
análises dos registros de um Conselho Tutelar no Espírito Santo

Maria Vitória Bertolani de Oliveira
Faculdade América, Cachoeiro de Itapemirim, Brasil
https://orcid.org/0009-0004-5621-8436

Thiago Sandrini Mansur
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação, Viçosa, Brasil
https://orcid.org/0000-0001-7565-2001

https://doi.org/10.54948/desidades.v1i45.69066

Introdução

As violências contra crianças e adolescentes são um fenômeno histórico, social e cultural que se manifesta de múltiplas formas. Elas podem ser definidas como toda ação ou omissão que resulte em danos nesses sujeitos, impactando sua saúde e desenvolvimento biopsicossocial (MILANI; LOUREIRO, 2008; NUNES; SALES, 2016). Assim, considerando essa multiplicidade de manifestações, optou-se por falar em "violências", no plural.

Essas violências podem ser classificadas como física, quando envolve atos que resultem em lesão ou sofrimento corporal; psicológica, manifestada por agressões verbais ou gestuais que busquem humilhar, ameaçar ou intimidar a vítima; ou sexual, caracterizada pela exposição ou participação do indivíduo em atividades sexuais, presenciais ou virtuais, sob a forma de abuso ou exploração (BRASIL, 2017). A negligência consiste em toda omissão praticada por pais ou responsáveis legais, incluindo instituições, caracterizada pelo não provimento das necessidades básicas para a saúde, bem-estar e desenvolvimento da criança ou adolescente, sendo o abandono sua forma extrema (BRASIL, 2002).

Por sua vez, define-se violência autoprovocada como aquela em que o indivíduo pratica agressões contra si mesmo, sem ou com ideação suicida (LUIS et al., 2021). A violência autoprovocada sem ideação suicida é denominada de autoagressão e consiste em causar lesões físicas ou agressões psicológicas contra si mesmo. A violência autoprovocada com ideação suicida é classificada em suicídio consumado e tentativa de suicídio, de acordo com o resultado da conduta, isto é, se culminou em morte ou não.

Além dessas já mencionadas, há uma forma de violência que atinge crianças e adolescentes de maneira indireta, a qual Henriques (2024) denomina de violência interparental. Ela acontece quando a pessoa presencia ou é exposta a gritos, xingamentos e violências físicas entre os genitores ou responsáveis, causando-lhes danos emocionais que podem ser duradouros.

A literatura mostra que todas essas violências ocorrem, majoritariamente, nos contextos domésticos e intrafamiliares (COSTA et al., 2007; MILANI; LOUREIRO, 2008; NUNES; SALES, 2016). Em um estudo realizado com base em dados provenientes de Conselhos Tutelares no estado da Bahia, Costa et al. (2007) constataram que cerca de 80% dos casos se passaram no domicílio, sendo a negligência o tipo de violência predominante, e os pais/responsáveis legais os principais agressores. Nunes e Sales (2016) conduziram uma revisão integrativa de literatura e os resultados foram semelhantes. Ademais, pesquisas recentes (MACEDO et al., 2019; SILVA; GONÇALVES, 2019) também revelam a preponderância de casos de violências contra crianças e adolescentes praticados por membros familiares e em ambientes domésticos, corroborando os achados anteriores.

Os direitos das crianças e adolescentes e as funções do Conselho Tutelar

Desde o período colonial até o início do século XX, as leis brasileiras praticamente ignoravam os direitos infantojuvenis, numa total indiferença quanto às suas especificidades (LIMA et al., 2017). Crianças e adolescentes eram tratados com base em práticas familiares arcaicas fundamentadas no patriarcado (CHABAN, 2019; MINAYO, 2001). Neste sentido, valorizava-se a obediência a uma autoridade inquestionável e detentora do poder sobre os filhos, sendo que o uso de castigos físicos e da violência era visto como normal (CHABAN, 2019; MINAYO, 2001; ROSA; TASSARA, 2012).

Embora os Códigos de Menores de 1927 e de 1979 tenham dado visibilidade aos direitos das crianças e dos adolescentes, ambas as leis os consideravam objetos de intervenção, o que não representou um grande avanço em termos de transformação social (LIMA et al., 2017; MINAYO, 2001; ROSA; TASSARA, 2012). Assim, foi somente a partir do final do século XX, com a emergência da doutrina de proteção integral (BRASIL, 1988, 1990; ONU, 1989), que crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento e que, por isso, devem ser protegidos de qualquer forma de violência (LIMA et al., 2017; ROSA; TASSARA, 2012). Esta doutrina é sustentada por três pilares jurídicos – a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU, 1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) –, os quais posteriormente foram reforçados por outras legislações federais (vide, por exemplo, BRASIL, 1991, 2017).

Neste contexto, surgiu o Conselho Tutelar (CT), órgão autônomo e permanente, formado por representantes da sociedade civil eleitos pela população, com presença obrigatória em todos os municípios do país, cujo objetivo é proteger os direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990, 1991, 2017). Para tanto, dentre as atribuições do CT está o recebimento e o encaminhamento de denúncias de violências (BRASIL, 1990, 1991), tornando-o parte importante do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (SGDCA; BRASIL, 2017). Dessa maneira, o CT é um órgão que, além de relevantes funções sociais, pode fornecer dados valiosos a respeito das violências que esses sujeitos sofrem cotidianamente e subsidiar ações protetivas e preventivas.

Haja vista o exposto, pretende-se responder às seguintes perguntas: Quais são as violências notificadas ao Conselho Tutelar de um município do interior do Espírito Santo entre 2020 e 2023? Quem são as vítimas e em quais contextos tais violências ocorrem? Visando a responder esses questionamentos, o objetivo deste artigo é descrever as notificações registradas e identificar as características pessoais das crianças e adolescentes vitimados, bem como os contextos em que as violências acontecem.

Método

Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, realizada por meio de um estudo de caso único (YIN, 2001). A unidade-caso foi um Conselho Tutelar situado em um município no interior do estado do Espírito Santo e as unidades de análise, as informações contidas nos registros das denúncias recebidas pelo referido Conselho. Os dados foram coletados diretamente dos arquivos do referido CT, nos meses de agosto e setembro de 2024. Devido ao fato de o referido ano ainda não ter sido encerrado, optou-se por não coletar seus registros, haja vista que os dados estariam incompletos. Assim sendo, o material coletado consistiu nas informações contidas nos registros das denúncias recebidas nos anos de 2020 até 2023.

A coleta foi feita pela autora principal, em uma sala específica dentro das instalações do CT, isolada das demais repartições do órgão, em horários e dias previamente acordados com sua gestão. Foram consultados os registros dos prontuários físicos, uma vez que o órgão investigado não utilizava o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo Conselho Tutelar (SIPIA-CT)[1].

1 No momento em que a pesquisa foi realizada, nenhum dos conselheiros era capacitado para preencher o SIPIA-CT. De acordo com o governo do estado (ESPÍRITO SANTO, 2024), a capacitação está prevista para ser realizada apenas no segundo semestre de 2026.

Os prontuários estavam guardados dentro de caixas de "arquivo morto" empilhadas nos armários da referida sala, misturados a documentos de natureza administrativa. Devido à desorganização em que esses materiais se encontravam, a autora principal teve de vistoriar caixa por caixa à procura dos prontuários, pois na maioria delas não havia etiquetas ou informações que identificassem o conteúdo, constando tão somente o ano em que os documentos haviam sido produzidos.

À medida que foram organizados pela autora principal, os prontuários receberam números sequenciais, com base na ordem cronológica dos registros, começando com o primeiro no ano de 2020 até o último de 2023. Em seguida, os dados foram transcritos para uma planilha eletrônica, cujas linhas eram os números dos prontuários e as colunas foram divididas em categorias definidas a priori, a saber: (a) contextualização das denúncias: local da agressão (domicílio, via pública, escola etc.), tipos de violências (física, psicológica, sexual, negligência, autoprovocada ou interparental) e origem da denúncia (presencialmente pela própria vítima ou por responsável legal, disque 100/181, Ministério Público, Boletim de Ocorrência, etc.); (b) caracterização das vítimas: sexo (masculino ou feminino), raça/etnia (branca, preta, parda ou indígena), faixa etária (de 0 a 6 anos; de 7 a 11 anos; de 12 a 17 anos) e responsável legal (pai, mãe, pai e mãe, etc.); (c) caracterização dos suspeitos (pai, mãe, padrasto, madrasta, avô, avó, etc.); e (d) encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, que busca investigar o teor manifesto em um texto ou comunicação (CAREGNATO; MUTTI, 2006). O procedimento foi conduzido com base nas categorias definidas a priori e apresentadas anteriormente. Para tanto, inicialmente, a autora principal realizou uma leitura flutuante dos prontuários, no intuito de ter uma aproximação inicial com os materiais e compreender a dinâmica dos registros. Algumas informações, como idade, sexo e responsável legal da vítima, constavam em campos específicos do formulário e foram categorizadas com base nos registros neles contidos. Outras, como os tipos de violências sofridas, foram inferidas a partir da leitura dos prontuários. Dessa maneira, se no relato constava que uma criança havia sido agredida com socos, chutes e xingamentos, por exemplo, ela era classificada como vítima de violência física e psicológica, respectivamente. Em caso de dúvidas quanto à categorização de alguma informação, a autora principal apresentava o relato ao coautor, e ambos o discutiam até chegarem a um consenso. Ao final desse processo, os achados foram organizados em tabelas, considerando-se as categorias previamente definidas.

A pesquisa foi autorizada previamente por todos os membros do CT. Em seguida, ela foi submetida, avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CAAE nº 80116524.0.0000.8095), tendo seguido todos os requisitos éticos preconizados pelas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, a fim de garantir o sigilo e o anonimato das informações (BRASIL, 2012, 2016).

Resultados e discussão

Foram encontrados 173 registros de denúncias de violências contra crianças e adolescentes entre os anos de 2020 e 2023, totalizando 255 vítimas durante esses quatro anos. Isso significa que em muitas denúncias houve mais de uma criança ou adolescente vitimizado. Do mesmo modo, também foram encontrados mais de um tipo de violência por denúncia, considerando que foram categorizadas 450 agressões para o total de registros. Além disso, em muitas denúncias também houve mais de um agressor (total de 331).

Essa multiplicidade de vitimizações sobre a mesma criança ou adolescente, fenômeno denominado por Finkelhor et al. (2005) e Finkelhor, Ormrod e Turner (2007) como polivitimização, potencializa os impactos das violências e aumenta consideravelmente as vulnerabilidades a que estes sujeitos estão submetidos. No entanto, como esses mesmos autores ressaltam, tal fenômeno é muitas vezes negligenciado, sendo que a visibilidade geralmente recai sobre os tipos de violências mais graves, obscurecendo os efeitos das demais agressões. Assim, é importante que o CT – bem como todo o SGDCA – esteja atento a situações de polivitimização e crie protocolos de atendimento e encaminhamento específicos para esses casos.

Quando se comparam os números de registros de denúncias a cada ano (Tabela 1), percebe-se que houve uma pequena variação entre os anos de 2020, 2021 e 2022, e, em seguida, um aumento vertiginoso em 2023. Estas diferenças podem ser explicadas pelo fato de os três primeiros anos analisados se referirem ao período da pandemia de covid-19. Assim, é bastante provável que mais casos de violências contra crianças e adolescentes tenham sido subnotificados nos anos iniciais da análise, em comparação com o último ano.

A subnotificação de casos de violências contra crianças e adolescentes tem sido constatada em diversos estudos (GONÇALVES; MACHADO, 2025; REINACH, 2021; RUBENS; CÉSAR, 2023). Na maioria das vezes, isto se deve, dentre outros fatores, ao medo das vítimas serem retaliadas, à relação de dependência com os agressores e, também, à falta de preparo dos profissionais da rede em identificar os sinais das violências (MALTA et al., 2025; ROLIM et al., 2014).

Tabela 1 – Caracterização das denúncias registradas por ano e total

Local da ocorrência	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**	**%**
Domicílio da vítima	29	21	34	68	152	88%
Via pública (rua, avenida, praça, etc.)	0	5	2	0	7	4%
Estabelecimento comercial	0	1	2	2	5	3%
Escola	0	0	0	3	3	2%
Delegacia	1	0	0	0	1	1%
Veículo automotivo	0	1	0	0	1	1%
Redes sociais	1	1	1	1	4	2%
Total (n / %)	**31**	**29**	**39**	**74**	**173**	**100%**
Tipos de violências	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**	**%**
Física	19	14	27	72	132	29%
Psicológica	30	9	16	68	123	27%
Sexual	5	8	7	11	31	7%
Negligência	16	20	30	69	135	30%
Interparental	11	5	1	7	24	5%
Autoprovocada e/ou tentativa de suicídio	0	0	3	2	5	1%
Total	**81**	**56**	**84**	**229**	**450**	**100%**
Origem da denúncia	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**	**%**
Disque 100 / Disque Denúncia 181	13	10	27	49	99	57%
A própria vítima e/ou o responsável legal (presencial)	7	5	3	3	18	10%
Telefone de Plantão do Conselho Tutelar	4	3	0	3	10	6%
Boletim de ocorrência da Polícia Civil	0	7	4	6	17	10%
Outros Conselhos Tutelares	2	0	0	0	2	1%
Ministério Público	1	1	0	3	5	3%
Denúncia anônima (presencialmente no Conselho Tutelar)	1	2	0	7	10	6%
Vigilância Epidemiológica	0	0	2	0	2	1%
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	0	0	0	3	3	2%
Escola	0	0	2	0	2	1%
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)	3	1	1	0	5	3%
Total	**31**	**29**	**39**	**74**	**173**	**100%**

Nota: %: porcentagem em relação ao total de registros. Algumas porcentagens contêm arredondamentos ao suprimirem as casas decimais.

Fonte: elaboração própria com base nas denúncias registradas.

Ainda conforme a Tabela 1, o domicílio da vítima foi o principal local de ocorrência das violências registradas, representando 88% do total de notificações. Neste sentido, este resultado corrobora diversos estudos anteriores, mostrando que o lugar que deveria ser de proteção e cuidado se revelou como um espaço no qual múltiplas formas de violências podem ser a realidade para muitas crianças e adolescentes (COSTA et al., 2007; MACEDO et al., 2019; NUNES; SALES, 2016; SILVA; GONÇALVES, 2019).

Além disso, na Tabela 1 é possível constatar que a negligência (30%), as agressões físicas (29%) e as psicológicas (27%) são os principais tipos de violências sofridos pelas crianças e adolescentes, sendo que, em muitas ocasiões, elas aconteciam de maneira concomitante. Isso mostra a grave situação de vulnerabilidade em que as vítimas se encontravam, pois, conforme exposto, a polivitimização agrava os efeitos deletérios das violências sofridas (FINKELHOR et al., 2005; FINKELHOR, ORMROD E TURNER, 2007).

Estudos anteriores mostram que, de fato, estas são as principais formas de violência contra o público infantojuvenil notificadas nos Conselhos Tutelares (COSTA et al., 2007; MACEDO et al., 2019; NUNES; SALES, 2016; SILVA; GONÇALVES, 2019). Entretanto, quando a fonte dos dados são os Boletins de Ocorrência das Polícias, a maior parte dos casos registrados refere-se à violência sexual (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Por fim, a Tabela 1 também mostra que o Disque 100 e/ou o Disque 181 são as principais fontes das denúncias (57%). A grande proporção de denúncias advindas por meio desses órgãos pode estar relacionada ao fato de que os principais agressores são pessoas da família das vítimas. Com isso, na maioria das vezes, são os vizinhos ou outras pessoas de fora do domicílio das vítimas, ou até mesmo as próprias vítimas, que realizam as denúncias de maneira anônima. Afinal, a própria família não iria denunciar a si mesma e quebrar um possível pacto de silêncio.

Assim sendo, por um lado, isto indica que estes canais de denúncia são ferramentas eficazes para o combate às violências contra crianças e adolescentes (COSTA et al., 2007; SILVA; CAMARGO, 2023). Por outro lado, o fato de serem denúncias anônimas também pode indicar o medo de o denunciante identificar-se e sofrer retaliações por parte dos agressores. Ademais, ressalta-se, ainda, a pequena proporção de casos notificados por órgãos e instituições públicas, tais como escolas, unidades de saúde e serviços da assistência social. Isto mostra a necessidade de capacitação e sensibilização das equipes profissionais para a identificação de possíveis casos de violências.

Já a Tabela 2 apresenta a caracterização das vítimas, a saber: sexo, raça/etnia, faixa etária e vínculo familiar com seu responsável legal. Em primeiro lugar, ressalta-se que, conforme já exposto, em diversas notificações de violências registradas foram encontradas mais de uma vítima. Outro ponto importante é que em todas as categorias elencadas nesta tabela houve crianças e adolescentes que não tiveram características identificadas.

Nesse sentido, destaca-se a categoria raça/etnia, em que não foi possível identificar praticamente metade das vítimas (48%). Na verdade, constatou-se que a ficha padrão de registro do CT não continha um campo específico para informar sobre a raça/etnia das vítimas, de modo que somente as denúncias advindas de outros órgãos, instâncias ou setores é que continham dados a este respeito.

Embora em menor porcentagem, também é relevante que não foi possível encontrar informação sobre o sexo da vítima (6%), sua idade (7%) e o vínculo familiar de seu responsável legal (8%). A ausência de todos estes dados é preocupante, uma vez que indica um lapso do CT em identificar as vítimas e suas características. Isto compromete significativamente o processo investigativo da denúncia, a tomada de decisões quanto às medidas protetivas, bem como a formulação de políticas públicas voltadas à população infantojuvenil que eventualmente possam tomar como referência os dados do CT.

Tabela 2 – Caracterização das vítimas por ano e total

Sexo	2020	2021	2022	2023	Total	%
Masculino	17	24	26	49	116	45%
Feminino	27	17	30	49	123	48%
Não informado	0	0	3	13	16	6%
Total	**44**	**41**	**59**	**111**	**255**	**100%**
Raça/etnia	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**	**%**
Branca	11	6	13	29	59	23%
Preta	2	2	8	3	15	6%
Parda	3	9	20	27	59	23%
Não informado	28	24	18	52	122	48%
Total	**44**	**41**	**59**	**111**	**255**	**100%**
Faixa etária (em anos)	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**	**%**
0 a 6	13	16	19	49	97	38%
7 a 11	14	10	17	20	61	24%
12 a 17	17	15	21	27	80	31%
Não informado	0	0	2	15	17	7%
Total	**44**	**41**	**59**	**111**	**255**	**100%**
Responsável legal	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**	**%**
Mãe	16	15	37	44	112	44%
Pai	4	3	2	3	12	5%
Mãe e pai	20	20	9	42	91	36%
Avó e/ou avô	2	0	4	10	16	6%
Tia	0	0	0	3	3	1%
Não informado	2	3	7	9	21	8%
Total	**44**	**41**	**59**	**111**	**255**	**100%**

Nota: %: porcentagem em relação ao total de registros. Algumas porcentagens contêm arredondamentos ao suprimirem as casas decimais.

Fonte: elaboração própria com base nas denúncias registradas.

Em relação ao sexo das vítimas (Tabela 2), houve um equilíbrio entre meninos (45%) e meninas (48%). A este respeito, estudos sobre a vitimização infantojuvenil mostram que, em geral, há diferentes perfis quanto ao sexo de acordo com os tipos de violências sofridas. As meninas tendem a sofrer mais violências sexuais e psicológicas, e até mesmo agressões físicas (COSTA et al., 2007; ELIAS et al., 2023; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021; REINACH, 2021; SILVA; GONÇALVES, 2019), enquanto os meninos tendem a ser mais vítimas de homicídio (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Ainda em relação ao sexo das vítimas, outra questão relevante diz respeito a uma tendência de maior subnotificação de casos de violências contra meninos, especialmente quando se trata de crimes sexuais, a qual pode ter influenciado na quantidade de registros. Segundo Veloso et al. (2026), isso se deve, sobretudo, à construção social da masculinidade, estando intimamente associada ao machismo e fazendo com que as vítimas não denunciem.

No que concerne à raça/etnia (Tabela 2), o dado mais contundente é o fato de que, conforme exposto, quase metade das vítimas (48%) não pôde ser categorizada devido à inexistência da informação. Por outro lado, dentre as vítimas cuja raça/etnia foi

identificada, houve uma ligeira predominância de vítimas não brancas, isto é, pretas e pardas, em relação às brancas. Este achado está em conformidade com o estudo de Paungartner et al. (2020) que, com base nos dados epidemiológicos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2009 e 2017, identificaram semelhantes proporções. É provável que a explicação para esta constatação advenha da desigualdade étnico-racial presente no Brasil (ZAMORA, 2012), que também atinge crianças e adolescentes.

Na análise das idades das vítimas (Tabela 2) optou-se por realizar uma divisão em faixas etárias, com base nos critérios do Ministério da Saúde e da Organização das Nações Unidas (VENANCIO, 2020). Assim, elas foram divididas em: (a) primeira infância: de 0 a 6 anos; (b) segunda infância: de 7 a 11 anos; e (c) adolescência: de 12 a 17 anos. Os dados na Tabela 2 indicam que crianças de 0 a 6 anos formaram o maior grupo nos registros das denúncias (38%). De modo semelhante, Silva e Gonçalves (2019), a partir de uma investigação em outro Conselho Tutelar, também encontraram mais vítimas nesta mesma faixa etária. Esses autores destacam que crianças nesta idade apresentam maior fragilidade física e psíquica, tornando-as mais vulneráveis às violências (SILVA; GONÇALVES, 2019).

Esta constatação é preocupante, pois os impactos dessas violências em indivíduos em fases iniciais do desenvolvimento podem ser irreparáveis e comprometer diversos aspectos da vida, como a saúde física e mental, as habilidades sociais e a aprendizagem (SANTOS et al., 2024). Além disso, também podem fazer os sujeitos naturalizarem relações violentas, perpetuando ciclos de violência por meio da transmissão intergeracional (HENRIQUES, 2024; SANTOS et al., 2024; SILVA et al., 2021).

O grupo dos adolescentes (12 a 17 anos) também se destacou, compondo 31% do total de vítimas. Outros estudos também mostram haver grande vulnerabilidade nesta faixa etária, sobretudo, quando os adolescentes estão envolvidos em conflitos familiares, fazem uso abusivo de álcool e outras drogas ou estão envolvidos com tráfico de drogas e/ou prostituição (ANTUNES; MACHADO; MALTA, 2020; HILDEBRAND et al., 2015).

É necessário, todavia, contextualizar que esses dados expressam o fluxo institucional do CT, cujo público-alvo é majoritariamente composto pelas classes populares. A concentração de registros nessa faixa não deve ser interpretada como uma propensão natural da pobreza à violência, o que seria uma leitura incauta e estigmatizante. Pelo contrário, tal vulnerabilidade deve ser compreendida como o resultado de um modo de produção da vida – o sistema capitalista – que gera desigualdades estruturais e expõe as juventudes periféricas a múltiplas formas de violências (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

A Tabela 2 também indica que em praticamente metade das denúncias (49%) as vítimas eram provenientes de famílias monoparentais (44% dos responsáveis legais eram somente as mães e 5%, somente os pais), isto é, cujas crianças e adolescentes tinham apenas um responsável legal. Já o principal responsável legal desses sujeitos foram as mães solos (44%), seguidas das mães e pais em conjunto (36%).

Estes dados revelam que a ausência da figura paterna em casa pode estar associada à maior proporção de violências contra crianças e adolescentes, configurando, principalmente, negligência paterna. Ademais, isto pode resultar em ainda maior sobrecarga de tarefas domésticas às mães, que, consequentemente, terão mais dificuldade em cuidar dos filhos. Em convergência com este raciocínio, Silva et al. (2024) analisaram dados do SINAN e constataram que a recorrência de agressões contra crianças e adolescentes

teve relação positiva com negligência/abandono dos genitores e com maior proporção de agressores do sexo masculino.

A Tabela 3 mostra os dados relacionados à caracterização dos suspeitos. Foi possível constatar que, nos registros de diversas denúncias, houve mais de um agressor, ou seja, múltiplos autores de agressão para uma mesma vítima. Isto reforça a percepção de que, geralmente, as vítimas estão inseridas em contextos de grande vulnerabilidade e cujas relações interpessoais podem estar fundamentadas em práticas de violência intergeracional (HENRIQUES, 2024; SANTOS et al., 2024; SILVA et al., 2021).

Tabela 3 – Caracterização dos suspeitos por ano e total

Suspeito	2020	2021	2022	2023	Total	%
Mãe	18	18	35	68	139	42%
Pai	13	14	11	44	82	25%
Irmão	0	1	0	2	3	1%
Irmã	1	0	0	0	1	0%
Padrasto	9	6	7	8	30	9%
Madrasta	4	0	0	1	5	2%
Avô	2	1	1	0	4	1%
Avó	1	0	1	10	12	4%
Tio	1	2	3	0	6	2%
Tia	0	0	1	3	4	1%
Familiar não especificado	0	0	1	0	1	0%
Namorado	1	0	1	2	4	1%
Conhecido da vítima e/ou da família	1	3	9	5	18	5%
Outros adolescentes, sem vínculo especificado	0	0	0	4	4	1%
Pessoa desconhecida	2	4	3	7	16	5%
Suspeito não informado	0	1	0	1	2	1%
Total	**53**	**50**	**73**	**155**	**331**	**100%**

Nota: %: porcentagem em relação ao total de registros. Algumas porcentagens contêm arredondamentos ao suprimirem as casas decimais.

Fonte: elaboração própria com base nas denúncias registradas.

No que se refere aos suspeitos (Tabela 3), as mães foram apontadas como as principais agressoras. Isto pode estar relacionado ao fato de que, conforme exposto anteriormente, grande parte das vítimas resida somente com as mães, em famílias monoparentais. De fato, esta proporção segue os dados nacionais, em que as genitoras chefiam grande parte das famílias brasileiras, isto é, há muitas crianças e adolescentes que são cuidadas apenas ou sobretudo pelas mães (HENRIQUES, 2024).

Apesar disso, a Tabela 3 também indica que pais e padrastos aparecem com muita frequência como agressores – respectivamente, 25% e 9% do total de suspeitos. Em um estudo epidemiológico feito por Elias et al. (2023), entre os anos de 2017 e 2022, os autores também identificaram que muitos agressores eram do sexo masculino, sobretudo, pais e padrastos. O grande número de agressores representados pela figura paterna indica que o patriarcado e a dominação masculina são um problema que afeta diretamente a população infantojuvenil, principalmente nas instituições familiares, seja pela agressão, seja pela negligência (SILVA; HACK, 2022).

De maneira geral, ao observar a Tabela 3, percebe-se que a maioria das vítimas (93%) sofreram violências de pessoas de sua própria família, que convivem na mesma casa, são conhecidas e/ou têm algum tipo de proximidade com elas. Estes dados corroboram muitos estudos que igualmente constataram que, nas situações de violência contra crianças e adolescentes, os suspeitos ou agressores são predominantemente pessoas com quem as vítimas possuem alguma relação próxima (HENRIQUES, 2024; MACEDO et al., 2019; NUNES; SALES, 2016; SILVA; GONÇALVES, 2019). Assim, estes resultados contrariam o senso comum de que, para se protegerem das violências, crianças e adolescentes não devem falar com estranhos, quando, na maioria absoluta das vezes, o perigo pode estar no interior do ambiente doméstico e familiar.

Isto não quer dizer que a família não exerça um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos. Ao contrário, ela é uma das principais instituições de socialização primária das crianças (WIECZORKIEVICZ; BAADE, 2020). Todavia, os dados encontrados neste e em outros estudos indicam que essas violências são práticas que tendem a ser normalizadas e perpetuadas, dentro da família, de geração em geração (HENRIQUES, 2024). Em outras palavras, o sujeito que sofreu violências na infância e adolescência pode se tornar propenso a reproduzi-las no futuro com seus próprios filhos e/ou ser suscetível a relações familiares abusivas (HENRIQUES, 2024).

Este caráter intergeracional das violências está fundamentado em práticas difundidas durante muito tempo, e ainda presentes na sociedade brasileira, conservando a ideia de que a educação é eficaz por meio de agressões e coerções (HENRIQUES, 2024; MENEZES, 2020; SILVA et al., 2021). Entretanto, com o apoio dos vários estudos sobre o desenvolvimento humano entende-se que tais práticas se configuram como crimes que produzem impactos negativos no desenvolvimento e na saúde mental de crianças e adolescentes (MENEZES, 2020; NUNES; SALES, 2016; SILVA et al., 2021).

Com relação aos encaminhamentos do Conselho Tutelar em face das denúncias recebidas, a Tabela 4 mostra que dos 173 registros identificados, foram encontradas informações em somente 45 deles (26%). Isto significa que, no período analisado, em apenas uma a cada quatro denúncias foi identificado algum tipo de encaminhamento feito pelo CT aos demais setores e membros do SGDCA, ou outros serviços públicos.

Ressalta-se que a proporção de encaminhamentos em relação ao total de denúncias recebidas é significativamente mais baixa, sobretudo, em 2022 e 2023 – respectivamente, 21% e 15%. Por outro lado, estes são justamente os dois anos com as maiores quantidades de registros de ocorrências e, também, o período que marca o final da pandemia. Assim, considerando-se que durante o surto de covid-19 os atendimentos presenciais do CT foram reduzidos e os conselheiros estavam trabalhando, via de regra, remotamente, era de se esperar que a proporção de encaminhamentos fosse maior em 2022 e 2023, e não o contrário.

Não foi possível identificar o motivo da ausência desses encaminhamentos, visto que o período a que se referem os dados analisados (2020 a 2023) estava sob responsabilidade da gestão anterior à da coleta (2024). Uma hipótese plausível é a de que os encaminhamentos tenham sido realizados, mas não foram registrados nos prontuários. Outra hipótese, igualmente plausível, é a de que, de fato, não houve encaminhamentos por parte dos conselheiros que receberam a denúncia.

De todo modo, qualquer que seja o motivo, trata-se, sem dúvida, de uma proporção considerável de denúncias que aparentemente não obtiveram respostas satisfatórias. Tal fato mantém – e pode agravar ainda mais – situações de risco e vulnerabilidade social e pessoal das vítimas, podendo se caracterizar, inclusive, como negligência institucional.

Tabela 4 – Encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar por ano e total

Resposta do Conselho Tutelar	2020	2021	2022	2023	Total
Encaminhou para outro setor da Assistência Social (Creas, Cras, etc.)	4	3	1	2	10
Encaminhou para Atenção Primária de Saúde e/ou requisitou Atendimento Psicológico	0	2	3	2	7
Realizou acolhimento institucional da vítima	1	0	0	0	1
Encaminhou para outro Conselho Tutelar	2	6	1	0	9
Entregou a vítima para outro responsável ou familiar	4	1	0	3	8
Encaminhou para o Ministério Público, Vara da Infância e Juventude ou Delegacia	1	2	3	4	10
Total de respostas	**12**	**14**	**8**	**11**	**45**
Total de denúncias recebidas	**31**	**29**	**39**	**74**	**173**
Proporção de respostas / denúncias	**39%**	**48%**	**21%**	**15%**	**26%**

Nota: Algumas porcentagens contêm arredondamentos ao suprimirem as casas decimais.

Fonte: elaboração própria com base nas denúncias registradas.

No que concerne aos órgãos e setores cujas denúncias foram encaminhadas pelo CT (Tabela 4), destaca-se o Sistema Único de Assistência Social, especialmente por meio dos serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e, sobretudo, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Embora sob perspectivas diferentes, ambos os centros são responsáveis pela proteção social da população, oferecendo serviços imprescindíveis a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social (MELO et al., 2020).

Destaca-se, ainda, que em um desses casos a vítima teve de ser enviada a um serviço de acolhimento institucional, que é uma medida protetiva de alta complexidade oferecido pelo SUAS. Isto indica que o CT considerou que a denúncia recebida se configurava como uma situação de grave ameaça à integridade física e/ou psíquica da criança, haja vista ser esta uma medida excepcional e temporária (BRASIL, 1990).

Ainda no que diz respeito à Tabela 4, optou-se por reunir, em uma mesma categoria, os encaminhamentos ao Ministério Público, Vara da Infância e Juventude e Delegacia. Tal decisão fundamenta-se no argumento de que, embora cada órgão possua funções específicas, todos eles sejam componentes do SGDCA atuando de maneira articulada no processo investigatório e judicial referente a denúncias de violências contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2017). Em todos esses casos, o encaminhamento aos órgãos mencionados indica que se tratava de situações mais graves, cujas intervenções fossem drásticas ou mais amplas, esgotados os limites de atuação do CT.

Na análise da Tabela 4 também se constataram nove encaminhamentos para Conselhos Tutelares de outras cidades. Isto indica situações em que as violências podem ter ocorrido em outros municípios ou, se ocorreram no município de jurisdição do CT em questão, a vítima residia em outra localidade, ou, ainda, mudou-se para alhures.

Além disso, averiguou-se que em oito denúncias o CT encaminhou a vítima para os cuidados de outro responsável ou familiar. Nestes casos, ao retirá-la do ambiente de violência, o CT procura algum parente próximo para cuidar da vítima e, assim, os vínculos familiares não são totalmente rompidos, em vistas de preservá-los (BRASIL, 2017).

A Tabela 4 também mostra que em sete casos a vítima foi encaminhada a algum serviço de atenção básica à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), designadamente o atendimento psicológico. Tendo em vista os impactos deletérios da violência sofrida, tal medida configura-se como uma forma de proteção à vítima e de promoção de sua saúde mental (MEDEIROS, 2020). Neste sentido, apesar de ser uma medida aparentemente isolada e sem conexão com os demais setores e órgãos do SGDCA, não se pode negar que ela represente avanços na proteção das vítimas e na promoção de seu bem-estar.

Por fim, ao analisar os resultados em conjunto, é fundamental considerar que as noções de infância e adolescência não constituem categorias universais da natureza humana, mas são produzidas historicamente (ARIÈS, 2016). Conforme enfatizam Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), a desnaturalização desses conceitos permite identificar como as subjetividades infantojuvenis são moldadas. Nesse contexto, o CT assume uma função ambivalente: ao mesmo tempo em que atua como rede de apoio socioafetivo, configura-se como um mecanismo de vigilância e controle (BRITO; NASCIMENTO; ROSA, 2018).

Remete-se, dessa maneira, à lógica da "polícia das famílias", termo cunhado por Donzelot (1980) para se referir a todo um aparato de instituições e profissionais que têm como função normatizar a vida familiar, servindo aos interesses da ordem econômica e social hegemônica. Isto revela que a intervenção do CT não é neutra, funcionando como um dispositivo de gestão que protege a infância e a juventude enquanto exerce sobre elas, e especialmente sobre as famílias das classes populares, uma rigorosa vigilância e regulação social (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Considerações finais

Com o presente estudo foi possível descrever as denúncias de violências notificadas no Conselho Tutelar de um município no interior do estado do Espírito Santo, desde 2020 até 2023. Também se identificaram as características pessoais e contextuais das vítimas com base nos registros analisados. Nesse sentido, os resultados apontaram para a existência de algumas circunstâncias relevantes para a vitimização das crianças e dos adolescentes.

Primeiramente, destaca-se que, do total de denúncias registradas, 88% se referiram a episódios ocorridos dentro do domicílio das vítimas. Além disso, 93% dos suspeitos eram pessoas muito próximas às vítimas e pertenciam, sobretudo, ao seu grupo familiar, rompendo com o senso comum de que o agressor é, na maioria das vezes, uma pessoa desconhecida da vítima.

Em segundo lugar, ressalta-se que, em muitas denúncias, identificaram-se dois ou mais tipos de violências sofridas concomitantemente, sendo a maioria delas negligências, agressões físicas e psicológicas. Essa polivitimização agrava os impactos das violências, aumentando a vulnerabilidade das crianças e adolescentes aos seus efeitos deletérios. Dessa forma, faz-se necessário que os protocolos de atendimento reconheçam essa situação e realizem os devidos encaminhamentos.

No que diz respeito às características das vítimas, embora os resultados tenham sido limitados por muitas informações ausentes nos registros, especialmente quanto à raça/etnia, foi possível traçar um perfil desses sujeitos. Assim, as vítimas foram predominantemente crianças da primeira infância (de 0 a 6 anos de idade) e adolescentes (12 a 17 anos), de ambos os sexos e em sua maioria pretas e pardas.

Esses resultados evidenciam o caráter estrutural, histórico e multifacetado das violências, atingindo crianças e adolescentes de diferentes maneiras. Destaca-se, neste sentido, que nem as violências nem a infância e a adolescência são fenômenos naturais, e que, portanto, devem ser compreendidos como resultados de um processo social que produz e reproduz desigualdades.

Com esta pesquisa também foi possível vislumbrar que em somente uma a cada quatro denúncias havia informação sobre algum tipo de encaminhamento feito pelo CT a outros órgãos do SGDCA. Dentre os encaminhamentos identificados, prevaleceram aqueles feitos aos serviços vinculados ao SUAS, sobretudo o CREAS, e também aos órgãos investigativos e judiciários, como delegacias de polícia, Ministério Público e Juizado da Infância e da Juventude.

É importante salientar mais uma vez a ausência de informações em muitos registros de denúncias, o que inviabilizou, ou ao menos limitou, analisar todas as características das vítimas, dos suspeitos e os encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar. De todo modo, quando os resultados desta pesquisa são tomados em conjunto é possível identificar um panorama geral sobre esse fenômeno.

Este panorama geral conduz a vários motivos para preocupação. Um deles é que muitos acontecimentos que se passam entre a infância e a adolescência tendem a influenciar o desenvolvimento dos sujeitos ao longo da vida, assim como sua saúde física e mental. Dessa maneira, crianças e adolescentes vítimas de violências podem carregar feridas emocionais difíceis de cicatrizar, ainda mais quando praticadas por indivíduos que são – ou ao menos deveriam ser – seus cuidadores. Com isso, elas podem crescer e se desenvolver com a autoestima fragilizada e reproduzir práticas deturpadas de afeto e respeito, visto que suas primeiras experiências foram marcadas pelas violências.

Neste sentido, as famílias, que deveriam prover cuidado e proteção às crianças e adolescentes, revelaram-se como as principais responsáveis pelas violências praticadas. Conforme exposto, tais práticas estão historicamente arraigadas nas estruturas patriarcais da sociedade brasileira, que durante muito tempo não apenas negaram direitos ao segmento infantojuvenil, como também o consideraram objeto de intervenção. Dessa forma, de geração em geração, pais, mães e responsáveis legais, bem como outros familiares mais velhos (irmãos/ãs, tios/as, avôs/ós, etc.), reproduzem e naturalizam essas violências. Novamente, isto faz com que as vítimas também se sujeitem a reproduzi-las e naturalizá-las, tornando-se mais vulneráveis a estabelecerem relações abusivas quando adultas.

Tendo em vista todas essas situações identificadas, é necessário que as famílias, a sociedade e o Estado – designadamente, os órgãos que fazem parte do SGDCA – estejam comprometidos em efetivar as leis e previnam todas as formas de violação dos direitos da população infantojuvenil. Em sendo assim, é igualmente necessário que o Conselho Tutelar, como um desses órgãos e parte da estrutura do Estado, aperfeiçoe seus sistemas de informação, de modo que as denúncias recebidas e suas ações sejam adequadamente registradas e documentadas de modo a cumprir seus deveres legais.

Em suma, conforme exposto, a infância e a adolescência devem ser compreendidas como categorias históricas, e não naturais. Essa perspectiva evidencia a ambivalência do Conselho Tutelar, que oscila entre a proteção e a vigilância, incidindo prioritariamente sobre as famílias pobres. O desafio institucional, portanto, é garantir que a intervenção não se resuma ao controle social, mas que confronte as desigualdades estruturais que sustentam a vulnerabilidade dessa população.

Os resultados desta pesquisa se circunscrevem ao contexto em que foram produzidos e descrevem, tão somente, um recorte da realidade do CT investigado, restringindo-se a um determinado momento histórico e social. Outra limitação diz respeito à própria fonte da pesquisa. Conforme apontado, a inexistência de alguns dados prejudicou análises mais refinadas do objeto de estudo, especialmente no que tange à raça/etnia e aos encaminhamentos. Além disso, a ausência de registros no SIPIA-CT e a desorganização na guarda dos materiais são situações que revelam o descaso público e a precariedade do trabalho no CT, fatos que também circunscreveram as análises.

Considerando-se esta e outras limitações do estudo, sugere-se que futuras pesquisas investiguem períodos de tempos mais longos, visando compreender, por exemplo, as eventuais mudanças e continuidades nas características das violências, dos contextos e das vítimas. Sugere-se, ainda, que se investiguem, de maneira qualitativa e aprofundada, os encaminhamentos realizados pelos conselheiros tutelares, bem como se comparem as realidades em diferentes CTs.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, J. T.; MACHADO, Í. E.; MALTA, D. C. Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, e200003.SUPL.1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200003.supl.1>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm>. Acesso em: 21 mar. 2024.

_____. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais:** um passo a mais na cidadania em saúde. Normas e Manuais Técnicos, série A, nº 167. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/notificacao-de-maus-tratos-contra-criancas-e-adolescentes-pelos-profissionais-de-saude/view>. Acesso em: 21 mar. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2026.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2026.

_____. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRITO, C. O. de; NASCIMENTO, C. R. R.; ROSA, E. M. Conselho tutelar: rede de apoio socioafetiva para famílias em situação de risco? **Pensando Fam., Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 179-192, jun. 2018. Disponível em:** <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2026.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2023.

CHABAN, L. Abuso sexual: infância, relações sociais e patriarcado. **Revista do CEAM, v. 5, n. 1, p. 125-136, 2019. Disponível em:** <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/26629/23297>. Acesso em: 4 abr. 2024.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2026.

COSTA, M. C. O. et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1129-1141, 2007. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v12n5/04.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ELIAS, A. R. R. et al. Violência contra crianças e adolescentes em Uberlândia - MG: um estudo epidemiológico de 2017 a 2022. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 23224-23253, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2471>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Direitos Humanos (SEDH). **Plano Estadual Interinstitucional de Implantação, Implementação e Monitoramento do SIPIA CT no Estado do Espírito Santo**. Vitória: SEDH, 2024. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/media/Documentos2025/PLANO%20INTERINSTITUCIONAL%20ESTADUAL%20DE%20IMPLANTA%C3%87%C3%83O%20IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O%20E%20MONITORAMENTO%20DO%20SIPIA%20CT.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026.

FINKELHOR, D. et al. Measuring poly-victimization using the Juvenile Victimization Questionnaire. **Child Abuse & Neglect**, v. 29, p. 1297-1312, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.06.005>. Acesso em: 25 abr. 2026.

FINKELHOR, D.; ORMROD, R. K.; TURNER, H. A. Poly-victimization: A neglected component in child victimization. **Child Abuse & Neglect**, v. 31, p. 7-26, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.06.008>. Acesso em: 25 abr. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021)**. São Paulo: Fundação José Luiz Egydio Setúbal, nov. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GONÇALVES, F. S.; MACHADO, D. F. Violência contra as crianças durante a covid-19: aprendizagens deixadas pela pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 148, n. 1, e6628427, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NCJ88JVBqc8JCV5kQY6G5WS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

HENRIQUES, C. G. P. **Violência emocional intrafamiliar**: vivências, conexões e repercussões. Cachoeirinha: Fi, 2024.

HILDEBRAND, N. A. et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, v. 28, n. 2, p. 213-221, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/Z3kbwM6w7wjQKVb5XPdMMhq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2025.

LIMA, R. M. de et al. A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, 2017, p. 313-329. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4796/pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.

LUIS, M. A. et al. Lesão autoprovocada entre adolescentes: prevalência e fatores associados, Espírito Santo, Brasil. **Aquichan**, Bogotá, v. 21, n. 3, e2133, set. 2021. Disponível em: <https://aquichan.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/15015/6529>. Acesso em: 4 out. 2024.

MACEDO, D. M. et al. Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 487-496, fev. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VVYZWH4qZc7ynkCpMNwczhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MALTA, D. C. et al. Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, e00572024, 2025. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2025.v30n2/e00572024/pt>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MEDEIROS, R. H. A. de. Psicologia, saúde e território: experiências na Atenção Básica. **Psicologia em Estudo**, v. 25, e43725, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/43725/751375151191>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MELO, R. A. et al. Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 41, 2020, e20190380. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Xh3VpkDDc93qyDpc4BQwkkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2024.

MENEZES, L. S. **A violência intrafamiliar e suas consequências no contexto social da criança e do adolescente.** Caiapônia: UniRV, 2020. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Lhiara%20Silva%20Menezes.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

MILANI, R. G.; LOUREIRO, S. R. Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do Conselho Tutelar**. Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 28, n. 1, p. 50-67, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KCDsyNbbpcmmg4V4vyPDhBH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MINAYO, M. C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 1, n. 2, p. 91-102, maio 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTBf77s6Jcx8Wntkgg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2024.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 3 abr. 2024.

PAUNGARTNER, L. M. et al. Análise epidemiológica das notificações de violência contra crianças e adolescentes no Brasil de 2009 a 2017. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 9, e4241, set. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4241/2661>. Acesso em: 18 out. 2024.

REINACH, S. A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/13-a-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-na-pandemia-analise-do-perfil-das-vitimas.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

ROLIM, A. C. A. et al. Subnotificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na Atenção Básica e análise de fatores associados. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 103, p. 794-804, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/N4crDBR3FKWY8Z4dcvmHJkG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ROSA, E. M.; TASSARA, E. T. O. A produção das infâncias e adolescências pelo direito. In: JACÓVILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 269-284.

RUBENS, C.; CÉSAR, A. Subnotificação dos casos de violência de crianças e adolescentes durante a pandemia de covid-19. **Global Scientific and Academic Research Journal of Multidisciplinary Studies**, 2023. Disponível em: <https://gsarpublishers.com/wp-content/uploads/2023/06/GSARJMS572023-Gelary-script.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SANTOS, J. L. D. de M. et al. O impacto da violência no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 3, e5571, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5571>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SILVA, A. C. da; ORO, G. Z.; BOSSARDI, C. N. Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 239-255, dez. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SILVA, A. T. F. da; HACK, N. S. Redes de proteção e enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Humanidades em Perspectivas**, v. 6, n. 15, p. 40-51, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Xh3VpkDDc93qyDpc4BQwkkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2024.

SILVA, B. P. da; CAMARGO, D. de. As práticas profissionais realizadas em situações de maus-tratos infantis: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 6, p. 1703-1715, jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JySm8L9HchJtYZ57y3g7B5J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 de jun. 2025.

SILVA, J. C. F. da; GONÇALVES, S. M. M. Perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros do Conselho Tutelar de um município da Baixada Fluminense. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2, p. 2-9, 2019. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1931/1251>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SILVA, S. M. da et al. Fatores associados à recorrência de violência em crianças e adolescentes. Mato Grosso-Brasil, 2013 a 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, e02912024, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xsVzYfBsHtPV48pXnHHhtnc/#>. Acesso em: 5 nov. 2024.

VELOSO, M. M. X. et al. Violência sexual contra meninos: caracterização das notificações do setor saúde em Belém-Pará de 2015 a 2019. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 29, n. 3, p. 303-308, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/95461>. Acesso em: 27 abr. 2026.

VENANCIO, S. I. Por que investir na primeira infância? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 28, e3253, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/bv5zZdjNh79spvnL9H7jkLm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2024.

WIECZORKIEVICZ, A. K.; BAADE, J. H. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 20, jun. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/19/familia-e-escola-como-instituicoes-sociais-fundamentais-no-processo-de-socializacao-e-preparacao-para-a-vivencia-em-sociedade>. Acesso em: 4 out. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal:** Revista de Psicologia, v. 24, p. 563-578, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Qnm4D67j4Ppztvz3tfb4kwx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2024.

Resumo Este artigo descreve as violências registradas no Conselho Tutelar de um município do interior do Espírito Santo entre 2020 e 2023. Os dados foram coletados nos arquivos do Conselho e analisados mediante a análise de conteúdo. Organizaram-se os resultados em quatro categorias: (1) caracterização das denúncias, (2) das vítimas e (3) dos suspeitos, e (4) encaminhamentos do Conselho Tutelar. Encontraram-se 173 registros, com 255 vítimas. As violências ocorreram predominantemente no domicílio das vítimas, e o Disque 100/181 foi o principal canal de denúncias. Negligência, agressão física e psicológica foram os tipos mais notificados. As vítimas mais frequentes eram crianças da primeira infância e adolescentes, de ambos os sexos, majoritariamente pretas e pardas. Os suspeitos eram, em sua maioria, familiares. Apenas 26% dos registros indicaram encaminhamento a serviços da rede de proteção. Conclui-se que a família, a sociedade e o Estado devem se comprometer a prevenir todas as violações dos direitos infantojuvenis.

Palavras-chave: violência, maus-tratos infantis, proteção da criança, Conselho Tutelar.

Violencia contra niños, niñas y adolescentes:
análisis de registros de un Consejo Tutelar en Espírito Santo

Resumen Este artículo describe las violencias registradas en el Consejo Tutelar de un municipio en Espírito Santo, Brasil, entre 2020 y 2023. Los datos se recolectaron de archivos del Consejo y se analizaron mediante análisis de contenido. Los resultados se organizaron en cuatro categorías: (1) caracterización de las denuncias, (2) de las víctimas, (3) de los sospechosos y (4) derivaciones del Consejo. Se encontraron 173 registros, con 255 víctimas. Las violencias ocurrieron predominantemente en sus domicilios, siendo Disque 100/181 (una línea de denuncia anónima) el principal canal de denuncias. Negligencia, agresión física y psicológica fueron los tipos más notificados. Las víctimas más frecuentes fueron niños en la primera infancia y adolescentes, de ambos sexos, mayoritariamente negros y mestizos. Los sospechosos eran, en su mayoría, familiares. Solo el 26% de los registros indicaron derivación a servicios de protección. Familia, sociedad y Estado deben comprometerse a prevenir las violaciones de derechos infantojuveniles.

Palabras clave: violencia, maltrato a los niños, protección a la infancia, Consejo Tutelar.

Violence against children and adolescents:
analysis of records from a Guardianship Council in Espírito Santo

Abstract This article describes instances of violence recorded by the Guardianship Council in a municipality in Espírito Santo, Brazil, from 2020 to 2023. Data were collected from the Council's archives and analyzed using content analysis. Results were organized into four categories: (1) characterization of reports, (2) victims, (3) suspects, and (4) Guardianship Council referrals. A total of 173 records were found, involving 255 victims. Violence predominantly occurred at the victims' homes, with "Disque 100/181" (an anonymous tip line) being the primary reporting channel. Neglect, physical aggression, and psychological aggression were the most frequently reported types. The most common victims were young children and adolescents of both sexes, predominantly black and brown. Suspects were mostly family members. Only 26% of records indicated referral to protection network services. It is concluded that families, society, and the State must commit to preventing all violations of child and adolescent rights.

Keywords: violence, child abuse, child welfare, Guardianship Council.

DATA DE RECEBIMENTO: 19/07/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 30/04/2026



Maria Vitória Bertolani de Oliveira

Especialista em Psicologia da Saúde pela Universidade de Uberaba (UniUbe), Brasil. Pós-graduanda em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Psicóloga pela Faculdade América, Brasil. Atua como psicóloga clínica na área de neurodesenvolvimento infantil.

E-mail: mariavbertolani@gmail.com



Thiago Sandrini Mansur

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Psicólogo e Especialista em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral pela UFES. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (DPE/UFV), Brasil.

E-mail: tsmansur@hotmail.com



Percepção de adolescentes em medidas socioeducativas sobre fatores de risco e proteção à prática infracional

Rutherford Alves Moura
Universidade Regional do Cariri, Crato, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-8985-1121

Felice Teles Lira dos Santos Moreira
Universidade Regional do Cariri, Crato, Brasil
https://orcid.org/0009-0009-9753-0190

Mateus Sampaio de Oliveira
Universidade Regional do Cariri, Crato, Brasil
https://orcid.org/0009-0006-4464-4301

Hildânia Alves Pereira de Morais
Universidade Regional do Cariri, Crato, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-1979-5232

Grayce Alencar Albuquerque
Universidade Regional do Cariri, Crato, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-8726-0619

https://doi.org/10.54948/desidades.v1i45.xxxxx

Introdução

A adolescência corresponde ao período entre o surgimento da puberdade e o início da vida adulta, sendo marcada por significativas mudanças na cognição, nas emoções e nas relações interpessoais, que ocorrem simultaneamente às transformações biológicas dessa fase (BACKES; BONNIE, 2019). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como a faixa etária entre 12 e 18 anos. Contudo, em situações específicas previstas em lei, suas disposições protetivas e socioeducativas podem ser aplicadas, excepcionalmente, a indivíduos entre 18 e 21 anos de idade (BRASIL, 1990). Esse estágio envolve um processo de amadurecimento em que o indivíduo se depara com desafios relacionados à construção de sua identidade e ao alinhamento com as expectativas culturais da sociedade em que está inserido.

Diante desse cenário, os adolescentes encontram-se em uma situação complexa e decisiva na construção de seus caminhos. O processo de tomada de decisão tem ligação direta com as vivências da pessoa, sendo influenciado, positiva ou negativamente, pelo meio social em que convive (ROCHA; RIBEIRO, 2017). Em ambientes socialmente vulneráveis, marcados por comportamentos desviantes e práticas criminosas, os indivíduos tendem a reproduzir essas condutas, por enxergá-las como normais dentro daquele contexto (GOMES, 2024).

Esse padrão de comportamento é refletido em dados concretos. Segundo dados divulgados pelo Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2017 existiam 26.109 adolescentes cumprindo sanções em regime fechado, de privação de liberdade, no Brasil (BRASIL, 2019). Em estudo realizado na Fundação Estadual Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP), observou-se que as infrações por roubo (45,8%), furto (16,7%) e tentativa de homicídio e homicídio (14,5%) foram as infrações mais recorrentes que levaram à reclusão desses jovens (PRIULI; MORAES, 2007).

No Brasil, em relação aos jovens infratores, aplica-se o ECA, que estabelece sua responsabilização por meio de um sistema jurídico específico, em vez do julgamento pelo código penal, com a intenção de garantir a proteção integral desses jovens (BRASIL, 1990). Nesse contexto, os adolescentes que cometem atos infracionais estão sujeitos a Medidas Socioeducativas (MSEs), como advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida ou internação em unidades de privação de liberdade, sempre com a finalidade de promover sua ressocialização e seu desenvolvimento (BRASIL, 1988). Considerando sua inimputabilidade penal, essas medidas possuem caráter predominantemente pedagógico e protetivo, buscando responsabilização sem comprometer as possibilidades de desenvolvimento futuro.

Estudos apontam como principais aspectos que contribuem para a prática de atos infracionais os desarranjos familiares, escolares, sociais, distúrbios cognitivos, baixa escolaridade, dificuldades de aprendizagem, violência intrafamiliar, início precoce do consumo de drogas e pobreza (GALLO; WILLIAMS, 2005).

Alguns estudiosos afirmam que, além desses fatores de risco, os adolescentes, por inúmeras vezes, podem se sentir pressionados no seio familiar e na sociedade quanto aos papéis responsáveis que são compelidos a assumir precocemente, como o alcance de bons resultados escolares, profissionais e familiares (SENNA; DESSEN, 2015). Devido a essas tensões e conflitos, o adolescente pode ficar sujeito a um elevado grau de vulnerabilidade e, consequentemente, vir a cometer erros e a adotar práticas delituosas.

Assim, no intuito de reduzir a possibilidade de adolescentes se envolverem em atos infracionais, o ECA afirma que é dever da família, do poder público, da sociedade e da comunidade em geral promover estratégias que garantam o acesso aos direitos básicos, como alimentação, saúde, educação, dignidade, esporte, lazer, cultura, profissionalização e convivência familiar harmoniosa, a todas as crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Todos esses elementos são considerados fatores de proteção, capazes de minimizar os riscos de condutas delitivas dos adolescentes.

É importante destacar que os fatores de proteção para a prática de atos infracionais também podem estar presentes na família, nas pessoas e sociedade em geral. No que concerne às características pessoais, estes fatores se concentram na autoestima, inteligência e autonomia do sujeito em questão; na esfera familiar se destacam a harmonia e a ausência de conflitos violentos; e ao nível comunitário pode-se citar o acesso aos recursos institucionais de qualidade, escolarização e apoio das políticas sociais (CONDE; TEIXEIRA, 2018).

Dado esse cenário de vulnerabilidades para ações delituosas por adolescentes, este estudo objetiva examinar a percepção de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade sobre a presença de fatores de risco e de proteção para a prática infracional.

Método

Trata-se de um estudo transversal, com abordagem qualitativa, realizado entre os meses de julho de 2022 a abril de 2023, com adolescentes que estavam regularmente cumprindo as Medidas Socioeducativas nas três Unidades Socioeducativas (USEs) existentes em Juazeiro do Norte.

O município de Juazeiro do Norte está localizado na região do Cariri, interior do estado do Ceará, e possui uma área territorial de 259 km^2, com uma população estimada em 286 mil habitantes, sendo a segunda maior população do Estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Atualmente o município possui três Unidades Socioeducativas de acolhimento aos adolescentes para cumprimento das Medidas Socioeducativas de privação de liberdade, sendo uma de Semiliberdade, uma de Internação Provisória (45 dias) e uma de Internação (seis meses a três anos). Estas três Unidades Socioeducativas recebem adolescentes de até 48 comarcas do interior do Ceará, sendo referência para o Sistema Socioeducativo do Estado.

A capacidade estrutural máxima dessas Unidades Socioeducativas são: Semiliberdade com 20 vagas, Internação Provisória com 48 vagas e Internação com 90 vagas. Segundo a Superintendência Estadual do Atendimento Socioeducativo (SEAS) do Estado do Ceará, existiam 44 adolescentes em cumprimento das Medidas Socioeducativas no município de Juazeiro do Norte no mês de agosto de 2022, último censo realizado à época da pesquisa.

As coletas foram iniciadas com autorização do juiz de direito responsável pela Vara Única da Infância e Juventude de Juazeiro do Norte, juntamente com a assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis legais e assinatura dos adolescentes que foram coletadas através dos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas que duraram em média 30 minutos, foram gravadas e realizadas em local privativo nas Unidades Socioeducativas. O roteiro de entrevista buscou compreender as percepções e trajetórias dos adolescentes, abordando seus entendimentos sobre fatores de risco e proteção, cotidiano na unidade e relações estabelecidas com profissionais e familiares. Também contemplou aspectos relacionados às experiências de vida, como infância e adolescência, histórico de uso de substâncias psicoativas, além de dimensões projetivas, incluindo sonhos, expectativas e planos para o futuro.

Os discursos obtidos por meio das entrevistas foram processados pelo software IRaMuTeQ, desenvolvido por Ratinaud (2009) em sua versão 0.7 alpha 2, o qual permite a análise estatística clássica do texto e de tabelas do tipo indivíduos/palavras. Para o estudo, foram utilizadas as formas de análise do corpus textual, usando o método Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que dividiu o corpus em classes, agrupando as palavras de acordo com a maior associação com a classe e apresentando o percentual de representação no corpus estudado (CAMARGO; JUSTO, 2013; MARCHAND; RATINAUD, 2009).

Para análise dos dados, foi utilizada como referencial teórico a *Tidal Model* (Teoria da Maré). Barker e Buchanan-Barker (2005) destacam que a Teoria da Maré compreende que a vida humana é semelhante ao movimento de vaivém das marés no oceano, tendo seus variados momentos de altos e baixos. O adolescente em privação de liberdade pode experimentar episódios constantes de crises emocionais e existenciais, que podem reforçar fatores de risco à prática infracional. Ainda, o adolescente pode não compreender a importância do processo de ressocialização que lhe é oferecido dentro das Unidades Socioeducativas, que atuam como fatores de proteção para a não reincidência destes atos (SILVA et al., 2023).

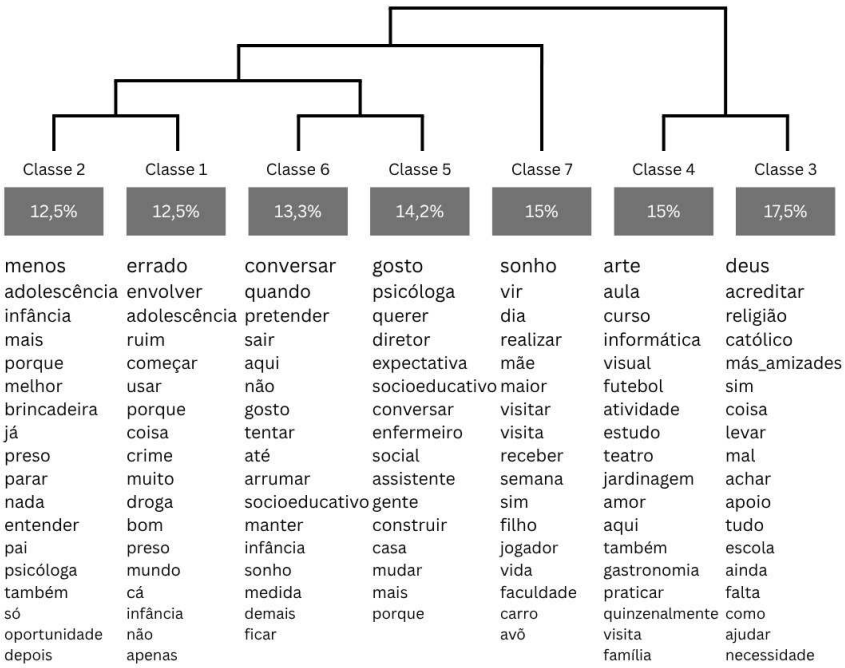
O referido estudo respeitou todos os aspectos éticos e legais, tendo sido submetido ao Comitê de Ética da Universidade Regional do Cariri (URCA), com parecer favorável 5.496.457.

Resultados e discussão

Este estudo contou com a participação de 41 adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de privação de liberdade, distribuídos entre as três Unidades Socioeducativas localizadas no município de Juazeiro do Norte. O processo analítico do IRaMuTeQ, por meio do qual foram processadas as informações contidas nos relatos dos participantes, apresentou alto nível de aproveitamento, uma vez que, dos 147 segmentos de texto analisados, 120 foram retidos, resultando em um percentual de retenção de 81,63%.

A CHD dividiu o corpus textual referente aos discursos dos adolescentes em sete classes, tendo as palavras valores equânimes de $p<0,0001$, em que a classe 3 obteve a maior prevalência (17,5%), como ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente com os relatos dos participantes do estudo advindos do Questionário da Juventude Brasileira, Juazeiro do Norte-CE, Brasil 2023



Fonte: Dados processados pelo IRaMuTeQ (RATINAUD, 2009).

As narrativas examinadas pelo software tornaram possível o reconhecimento de classes e suas palavras destacadas, que revelou repercussões negativas dos fatores de risco e benefícios dos fatores de proteção na prática infracional de adolescentes submetidos a Medidas Socioeducativas de privação de liberdade. Esses achados estão organizados nas categorias a seguir, apresentadas em ordem decrescente de prevalência.

Categoria 1)
Religiosidade e crença em Deus: a fé como proteção

Esta categoria correspondeu à classe 3, obtendo a maior representação entre todas as classes apresentadas, alcançando um quantitativo de 17,5% do corpus textual, com 10 palavras se sobressaindo com o valor de *p<0,0001* sendo: *Deus, acreditar, religião, católico, sim, coisa, levar, mal, achar e apoio*, representando as crenças em Deus e doutrinas religiosas professadas pelos participantes da pesquisa, conforme pode ser observado: "Acredito sim em Deus e eu sou católico desde criança." (Participante 13); "Sim, acredito em Deus, mas não tenho religião ainda." (Participante 12); "Sim, acredito em Deus e eu sou católico." (Participante 19).

As primeiras manifestações de fé na adolescência fundamentam a profissão de uma crença religiosa definida, as quais podem melhor nortear os passos juvenis nesta fase complexa da vida, abstendo-os muitas vezes, do cometimento de atos infracionais, elementos que claramente estiveram presentes nos relatos dos adolescentes do estudo.

Diante das falas, fica evidente a crença e proximidade com Deus que muitos demonstraram ter, bem como manifestações de fé, com frases acompanhadas do *sim*, sinalizando a existência de um fator de proteção para a prática infracional que pode ser melhor aproveitado pelas famílias, sociedade e Unidades Socioeducativas em que adolescentes vivenciam o processo de ressocialização.

Segundo Oliveira (2007), muitos desses adolescentes buscam uma religião pela necessidade de obtenção de igualdade entre as pessoas, resoluções de problemas sociais e conflitos familiares, fato este que demanda uma participação efetiva da igreja na vida destes e no enfrentamento dos entraves comunitários que se apresentam diversificadamente.

Também, de acordo com o artigo 124, inciso XIV do ECA, por ocasião da inserção de Medidas Socioeducativas, é direito do adolescente receber assistência religiosa segundo sua crença, desde que assim o deseje, não podendo o Estado negar ou negligenciar a prática religiosa do adolescente custodiado (BRASIL, 1990).

A *Tidal Model* também retrata a dimensão espiritual em pessoas que estejam atravessando um período de sofrimento psíquico, fornecendo subsídios práticos para o manejo adequado destas experiências de vida. Esta Teoria enfatiza que os problemas enfrentados na vida, capazes de colocarem os indivíduos em risco de "afogamento", possuem uma conotação espiritual, necessitando assim de cuidados efetivos dos profissionais que estão lhe assistindo (BARKER, 2001). Portanto, conhecer, considerar e estimular a fé dos adolescentes em execução das Medidas Socioeducativas de privação de liberdade pode impactar em melhores resultados na sua reabilitação.

De fato, constata-se que a efetivação desse direito ao adolescente que cumpre Medidas Socioeducativas é de suma importância no processo de ressocialização, não apenas contribuindo para o afastamento da reincidência, mas também favorecendo uma reflexão intrínseca no contexto religioso, que, diante dos discursos dos participantes, mostrou-se relevante.

Categoria 2)
Atividades desenvolvidas nas Unidades Socioeducativas como medidas protetivas

Esta categoria corresponde à classe 4 e apresentou representatividade de 15% do corpus textual com 10 palavras se sobressaindo com valor de *p<0,0001*, sendo elas: *arte, aula, curso, informática, visual, futebol, atividade, estudo, teatro e jardinagem*, representando na ótica dos adolescentes as atividades mais atrativas desenvolvidas dentro das Unidades Socioeducativas e, ao mesmo tempo, os fatores de proteção para o impedimento da prática dos atos infracionais em suas trajetórias de vida. Nesta classe se sobressaíram as respostas dos participantes apresentadas a seguir:

> As atividades daqui eu gosto de informática, gastronomia, aula de artes visuais, futebol e sala de aula. (Participante 35);
>
> Aqui de atividades eu faço aulas de artes, tem curso de informática, tem futebol e também eu estudo. Toda minha família me visita, mas apenas nos fins de semanas. (Participante 08);
>
> Eu estudo, faço curso profissionalizante, aulas de teatro, futebol, artes visuais, aulas de pintura e jardinagem. (Participante 20).

Conforme se observa nas frases acima, as falas dos adolescentes se direcionaram para um leque de atividades desenvolvidas no cotidiano das Unidades Socioeducativas e que chamam a atenção dos mesmos, pois proporcionam a prática do lazer, da diversão e socialização saudável entre seus pares, sendo efetivamente reconhecidas como atividades valorosas. Dessa forma, elevam a autoestima frente à execução das Medidas Socioeducativas privadas de liberdade, o que sinaliza a necessidade de serem ofertadas também fora do contexto das Unidades Socioeducativas, por ocasião do retorno ao convívio familiar e comunitário, às quais reconhecidamente têm o poder de diminuir a reincidência no Sistema Socioeducativo do público estudado.

De acordo com o artigo 94, inciso XI do ECA, todas as Unidades Socioeducativas que trabalham com adolescentes privados de liberdade têm a incumbência de promover atividades esportivas, culturais, de lazer, escolares, de assistência em saúde, assistência social, sendo estes direitos assegurados a essas pessoas (BRASIL, 1990).

É importante ressaltar que, de acordo com o SINASE, o tempo prolongado dos adolescentes em alojamentos indica insuficiência de atividades ressocializadoras, podendo ainda ser compreendido pelos órgãos fiscalizadores como desvirtuamento dos princípios elementares das Medidas Socioeducativas. Ainda, de acordo com esta Lei, atividades profissionalizantes, escolares, de visitações e ações de cuidados em saúde não podem ser comprometidas por ocasião de sanções disciplinares (BRASIL, 2012).

As atividades em grupo, de acordo com a *Tidal Model*, têm o objetivo de promover atitudes de respeito, solidariedade e harmonia ao ambiente, sentimentos estes que oferecem mais segurança entre as pessoas, contribuindo para uma reflexão positiva e centralizada no próprio indivíduo (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2007), e, portanto, devem ser trabalhadas no sentido da reabilitação destes adolescentes.

Segundo o ECA, em seu artigo 121, inciso I, adolescentes durante as aplicações das Medidas Socioeducativas com caráter de privação de liberdade devem ter acesso também a atividades sociais e ressocializadoras externas às Unidades Socioeducativas, a não ser em casos expressamente proibidos pelo poder judiciário (BRASIL, 1990). De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu manual de orientação técnica para preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) estas atividades objetivam auxiliar o adolescente no processo de preparo para o retorno ao convívio comunitário, e em casos que sejam identificados riscos à integridade física, estas ações devem ser repensadas e reorganizadas, mas nunca deixadas de ser ofertadas (BRASIL, 2022).

Os estudos que implementaram os cuidados da *Tidal Model* em unidades de internações forenses, constataram a presença de vários benefícios na assistência profissional prestada, baseada na relação interpessoal (COOK; PHILLIPS; SADLER, 2005), identificando ainda a redução do tempo de internação, a diminuição do índice de violência interna, automutilação e restrição física (BROOKES; MURATTA; TANSEY, 2008), ressignificando o processo de internação, através do desenvolvimento do cuidado holístico (BILEY, 2010), favorecendo a posterior autorização judicial para o retorno das medidas em meio aberto e comunitárias (HENDERSON, 2013).

Ainda, quando atividades com caráter profissionalizante são ofertadas e incentivadas nas Unidades Socioeducativas, estas se apresentam como um fator de proteção à prática infracional, como uma alternativa benéfica no processo de ressocialização e

no alívio da tensão que a Medida Socioeducativa naturalmente oferece, sendo que a inserção dos adolescentes nestes programas pode facilitar a sua saída perante o juiz responsável por seu processo (PEDRO; LIMA, 2018).

Categoria 3)
Vínculos familiares e perspectivas de futuro: motivações para a não prática infracional

A categoria três correspondeu à classe 7, que, igualmente à anterior obteve representatividade de 15% do corpus textual com 10 palavras se sobressaindo com valor de *p<0,0001*, sendo elas: *sonho, vir, dia, realizar, mãe, maior, visitar, visita, receber e semana*, representando as perspectivas de futuro dos adolescentes e a importância que os mesmos atribuem às visitas familiares nas Unidades Socioeducativas, tendo ainda a figura materna o papel mais significativo neste contexto, como demonstram as falas dos participantes a seguir:

> Recebo visitas, a minha mãe sempre vem com meu filho todas as semanas e eu fico muito feliz. Sonho um dia ser professor e quando sair daqui pretendo trabalhar e sair dessa vida errada. (Participante 15);
>
> Sim, vem me visitar minha mãe meu pai avó e eles vem todas as semanas, sei que um dia posso realizar o sonho de ser um jogador de futebol. (Participante 27);
>
> Recebo visita, minha mãe e minha avó, e eu tenho muitos sonhos a realizar, mas o maior é trabalhar e um dia, poder dar um carro para a minha mãe. (Participante 03).

Verifica-se a tamanha importância que os adolescentes atribuem às visitações de seus familiares, em especial das suas genitoras ao cumprirem Medidas Socioeducativas de privação de liberdade. De fato, este elo é indispensável para o processo de ressocialização do adolescente, necessitando do empenho do Estado em fortalecer estes vínculos e os que porventura estejam fragilizados, por inúmeras possibilidades. Constata-se também, nesta categoria, que os adolescentes que respondem às Medidas Socioeducativas possuem inúmeras perspectivas e projetos futuros de vida, sendo que na maioria deles se encontra a família no centro destes projetos, sendo a maior beneficiada.

Mais do que um trivial direito do adolescente submetido às Medidas Socioeducativas a efetivação das visitas, se insere em um contexto maior de concretização do direito à convivência familiar salvaguardado pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1989, cabendo ao Estado estimular estes elos e subsidiar condições adequadas para que eles aconteçam de formas regulares e seguras (DIGIÁCOMO, 2020).

De acordo com as diretrizes especificadas no SINASE, a família aparece como um dos elementos principais na concretização da socioeducação do adolescente inserido na Medida Socioeducativa, recomendando que ela e a comunidade participem efetivamente das experiências socioeducativas (BRASIL, 2012), fortalecendo assim estes elos de convivências que muitas vezes encontram-se inexistentes ou enfraquecidos.

A *Tidal Model* também enfatiza a importância da participação da família na recuperação do indivíduo, direcionando-o ao próprio protagonismo da sua vida, segurando, metaforicamente, o leme de suas vivências, iniciando a trajetória de volta para sua casa (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2005).

Segundo Medeiros e Paiva (2015), tudo que diz respeito ao adolescente privado de liberdade passando pela Medida Socioeducativa, diz respeito também à sua família, sendo que o processo de ressocialização dos mesmos não pode estar distante da sua família e da sua comunidade.

Também o ECA, em seu artigo 100, menciona a relevância das atividades familiares dos adolescentes em execução das Medidas Socioeducativas, onde estas serão impostas sob um cunho pedagógico, preferindo aquelas que fortaleçam os elos familiares e comunitários (BRASIL, 1990). Ainda neste mesmo Estatuto está assegurado no artigo 124, inciso VI o direito do adolescente cumprir a Medida Socioeducativa na mesma localidade ou em Unidade Socioeducativa mais próxima do domicílio dos seus pais/responsáveis.

Em uma pesquisa que analisou a importância da convivência familiar no processo de ressocialização de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de privação de liberdade, foi constatada predominantemente a presença da figura materna que se apresentava como responsável do adolescente, e que em geral, também eram provedoras destas famílias (MEDEIROS; PAIVA, 2015), dados que igualmente foram encontrados neste estudo, corroborando com seus achados.

Muitos dos adolescentes inseridos nas Medidas Socioeducativas fazem menção ao apoio familiar, porque além da família atuar como suporte psicossocial neste processo, a mesma está inserida nos projetos futuros, pelo desejo de proporcionar auxílio a ela por ocasião do término do processo de responsabilização socioeducativa e pelo anseio de construção da sua própria família (MELSERT; BOCK, 2015).

Sendo assim, é de responsabilidade da comunidade socioeducativa, dos gestores públicos, da família e sociedade civil, a fiscalização da efetivação destes direitos dos adolescentes que respondem às Medidas Socioeducativas de privação de liberdade, uma vez que os mesmos atravessam um importante processo de desenvolvimento físico e psíquico, necessitando do apoio familiar irrestrito e da convivência harmoniosa com a sua família.

Categoria 4)
Diálogos com profissionais e ressocialização

Esta categoria representou a classe 5, alcançando representatividade de 14,2% de todo o corpus textual com oito palavras sobressaindo-se com valor de *p<0,0001*, sendo elas: *gosto, psicóloga, enfermeiro, mudar, expectativa, diretor, socioeducador e conversar*, representando os profissionais que os adolescentes são mais próximos e com quem mais gostam de interagir dentro das Unidades Socioeducativas e as suas principais expectativas imediatas ao retornar para o contexto familiar e comunitário. Tais aspectos são evidenciados nos discursos apresentados a seguir:

> Minhas expectativas é que quero mudar de vida, sair daqui primeiro e estudar depois. Gosto de conversar com o socioeducador, diretor e a psicóloga. (Participante 07);

> Quero comprar uma casa e ter um emprego bom para sustentar minha família. Gosto muito de conversar com o enfermeiro e com a psicóloga, eles são gentes boas. (Participante 27);
>
> Gosto de conversar com a psicóloga, socioeducador, diretor, assistente social e meus professores. (Participante 21).

De acordo com os relatos, pode-se constatar elementos importantes, como o evidente desejo de mudança de vida, de abandonar a prática infracional e de não mais se envolverem em futuros atos infracionais, reflexões que podem representar um processo positivo de ressignificação pessoal e de uma correta compreensão do processo de ressocialização. Muitas vezes tais perspectivas surgem do vínculo/diálogos constantes estabelecidos com profissionais das Unidades Socioeducativas, como citados pelos adolescentes, constatando haver boa convivência com os mesmos, existência de elos de confiança e formação de vínculos efetivos.

O relatório da Companhia de Planejamento (CODEPLAN) do Distrito Federal, ao avaliar a percepção dos adolescentes sobre a assistência dos profissionais que atuavam em Unidades Socioeducativas de privação de liberdade, constatou a existência de uma relação positiva entre adolescentes e equipe técnica, bem como a existência de incentivos por parte desses profissionais para o desenvolvimento de atividades de escolarização, expressando ainda os adolescentes se sentirem à vontade para conversar sobre assuntos diversos com esta equipe multiprofissional (CODEPLAN, 2013), dados que são igualmente encontrados neste estudo, corroborando com seus achados.

Para a *Tidal Model*, nesses casos, é importante que os profissionais estabeleçam relações próximas com as experiências anteriormente vivenciadas, sendo identificadas as necessidades dos cuidados individuais, sendo o bom relacionamento profissional um dos principais elementos a se trabalhar na busca da reabilitação do indivíduo (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2005).

A Teoria da Maré é tida como uma ideologia pragmática, que preza por impulsionar a prática direcionada ao processo de reabilitação da pessoa assistida, considera que os profissionais são estimulados a suscitar as necessidades reais para que o cuidado de qualidade seja efetivado (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2005).

Na pesquisa de Costa, Alberto e Silva (2019), em que os autores investigaram os planos para o futuro de adolescentes em cumprimento das Medidas Socioeducativas de privação de liberdade, foram identificados como principais anseios o desejo de mudança de vida, aquisição de um trabalho, formação profissional, convivência familiar harmoniosa e conclusão dos estudos, consolidando a saída da prática infracional.

Segundo Zappe et al. (2013), abordar os adolescentes que estão passando pelas Medidas Socioeducativas a respeito das suas expectativas e sonhos, subsidia uma reflexão importante neste processo, funcionando como um fator de proteção à prática infracional, estimulando ainda o desenvolvimento saudável na adolescência, motivando-os à correta tomada de decisões futuras.

De acordo com Monteiro et al. (2011), as expectativas de adolescentes submetidos às Medidas Socioeducativas de privação de liberdade abrangem aspirações de um futuro melhor em esfera global, sendo estes bastante otimistas, demonstrando haver motivação e confiança para realizar todos os sonhos e objetivos de vida traçados. Apesar disso, Souza, Oliveira e Rodrigues (2014) afirmam que muitas vezes as vulnerabilidades

sociais continuam a interagir com o adolescente egresso do Sistema Socioeducativo, prejudicando-o na efetivação dos planos para o seu futuro, fenômeno este que aumenta a desproteção social, influenciando negativamente o desenvolvimento adequado do adolescente.

Neste contexto, é urgentemente necessário o fortalecimento das políticas públicas e da elaboração de programas para o acompanhamento dos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo, fomentando o protagonismo juvenil, subsidiando melhores condições para a concretização dos seus projetos de vida, visto que, conforme constatado nos relatos, os participantes do estudo possuem as mais variadas expectativas positivas ao concluírem as Medidas Socioeducativas, alternativas estas que diminuiriam a ociosidade, e consequentemente, a reincidência dos adolescentes no cometimento dos atos infracionais.

Categoria 5)
Amizades e vínculos construídos: interações saudáveis

Esta categoria correspondeu à classe 6, alcançando representatividade de 13,3% de todo o corpus textual, com cinco palavras sobressaindo-se com valor de p<0,0001, sendo elas: *gosto, conversar, quando, pretender e sair*, representando o que os participantes deste estudo mais gostam de fazer quando estão cumprindo as Medidas Socioeducativas de privação de liberdade, conforme revelado nos relatos dos entrevistados: "O que mais gosto aqui é de conversar com todos." (Participante 22); "Não sei, gosto de conversar, fico pensando em sair." (Participante 29); "Gosto mais de conversar." (Participante 18).

Em concordância com o que foi constatado nos relatos dos adolescentes nesta categoria, adolescentes privados de liberdade realizando as Medidas Socioeducativas gostam de interagir e conversar com os profissionais atuantes nas Unidades Socioeducativas, existindo uma boa relação entre eles e uma disposição para conhecer novas histórias e projetos de vida, sendo esta uma oportunidade favorável à absorção de novos conhecimentos, podendo ser repassadas experiências positivas por cada agente ressocializador.

A *Tidal Model* propõe a valorização da voz da pessoa, da escuta de suas histórias de vida, da troca de diálogos saudáveis, pois admite ser este um encontro de ajuda relevante. Este momento não se direciona apenas para os sofrimentos da pessoa assistida, mas também no enfoque propositivo das suas resoluções, sendo o momento em que os profissionais começam a ajudar as pessoas a se refazerem e a enxergarem uma saída em meio ao "oceano turbulento" (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2005).

Destaca-se que convivências positivas por meio de interações saudáveis entre adolescentes e profissionais, podem favorecer a ressocialização dos adolescentes, aumentando a assimilação do valor da reeducação de princípios de vida, passando a valorizar e reproduzir as ações de toda a equipe multiprofissional que o acompanha (ALMEIDA; LIMA; LEITE, 2022).

Inspirados em teorias de Martin Heidegger (2008), é possível inferir que as vivências dos adolescentes nas Medidas Socioeducativas poderão se tornar uma importante referência para uma possível reorganização da condição da sua vida, traçando novas possibilidades de enfrentamento das condições negativas que os levaram à prática infracional.

A Avaliação Holística proposta pela *Tidal Model,* auxilia os profissionais a manejar as pessoas na dimensão do mundo, tendo como propósito a implementação de diálogos transparentes e sinceros, estimulando a segurança do indivíduo em partilhar as suas histórias de vida, as razões que levaram aos atuais problemas enfrentados, suscitando ainda as melhores formas de lidar com os seus problemas de vida (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2005).

Categoria 6)
Adolescência como uma fase vulnerável a fatores de risco contribuintes para a prática infracional

Esta categoria alcançou representatividade de 12,5% do corpus textual e correspondeu à classe 1, com oito palavras sobressaindo-se com valor de *p<0,0001*, sendo elas: *errado, envolver, adolescência, ruim, começar, usar, porque e coisas*, que representam a análise da qualidade, do desenvolvimento da adolescência e os fatores de risco que os influenciaram a adentrar na prática dos atos infracionais, tendo como destaque o início do uso de drogas e as vivências com a prática infracional, definida como "coisas erradas", segundo os relatos dos participantes a seguir:

> Minha adolescência foi ruim porque me envolvi com coisa errada e estou preso e também porque conheci e comecei a usar drogas. (Participante 39);
>
> Minha adolescência foi muito ruim porque me envolvi apenas com coisas erradas, comecei a usar drogas e fazer o errado e tive que vir para cá pra poder tentar mudar de vida. (Participante 41);
>
> Minha adolescência foi muito ruim porque comecei a me envolver com coisas erradas, usar drogas, assaltar e ter contato com más amizades. (Participante 09).

Segundo Martínez, Banqueri e Lozano (2012), existe um vertiginoso aumento na ligação do abuso de substâncias psicoativas e a prática infracional de adolescentes, sendo que tal processo se inicia em idades precoces e se estende até a adolescência e é considerado um preditor no aumento do uso de outras substâncias mais agressivas ao organismo.

Frente aos relatos dos adolescentes, que mencionaram e reconheceram o uso de drogas ilícitas como sendo um fator de risco para a prática infracional, Savaşan e Çam (2017), ao implementarem as proposições do *Tidal Model* em um contexto de pessoas em uso de substâncias psicoativas, constataram que essa abordagem favoreceu o desenvolvimento de estratégias ativas de enfrentamento, o aumento da autoestima e a melhora do apoio social e emocional. Nessa mesma linha, Juan, Ocáriz e Germán (2009) afirmam que as drogas, principalmente o álcool, são substâncias que desregulam o controle emocional e comportamental dos adolescentes e são responsáveis, por inúmeras vezes, pelas condutas violentas praticadas por estes, influenciando-os ainda na prática de múltiplos comportamentos de riscos e atos infracionais.

A análise dos discursos evidencia que os adolescentes reconhecem seus erros e assumem que se envolveram em situações de riscos, que os levaram a caminhos indesejados e ao cometimento dos atos infracionais. Estas falas sinalizam o início de uma reflexão positiva no processo de ressocialização do indivíduo, reconhecendo quais pontos devem ser melhorados para não passarem pelas Medidas Socioeducativas novamente, mudando assim, suas trajetórias de vida.

Categoria 7)
Aspectos negativos da Infância e vulnerabilidades

A categoria sete correspondeu à classe 2, que igualmente à anterior obteve representatividade de 12,5% no corpus textual, sendo a última a se apresentar, com quatro palavras se sobressaindo com valor de *p<0,0001*, sendo elas: *menos, infância, mais e porque*, representando a autopercepção dos adolescentes em relação à avaliação e desenvolvimento das suas infâncias, traçando, no ponto de vista próprio, possíveis justificativas para a entrada na prática infracional. Essas interpretações são evidenciadas nas falas a seguir:

> Minha infância foi mais ou menos ruim, não tenho boas lembranças não. (Participante 04);
>
> Minha infância foi mais ou menos porque foi nela que teve o início das brigas minhas e da família. (Participante 03);
>
> Foi meio ruim minha infância porque eu não tive o meu pai por perto e nem o apoio dele, foi mais ou menos. (Participante 35).

Diante dos relatos dos adolescentes entrevistados, infere-se que houve a presença de elementos negativos que implicaram em avaliações da infância tidas como "ruins" ou "mais ou menos", indicando na ótica dos adolescentes a presença de variáveis que prejudicaram os processos de formação pessoal, tais como a falta da figura do pai, início de brigas e discussões familiares e ausências de lembranças boas da infância.

De acordo com os achados de Duke et al. (2010), na pesquisa em que examinaram cerca de 140 mil alunos em Minnesota, Estados Unidos das Américas (EUA), investigando as possíveis associações de diversos traumas sofridos na infância e a prática posterior de atos infracionais, esses autores identificaram ligações diretas entre estas duas variáveis, constatando que adolescentes envolvidos em atos antissociais haviam sofrido abuso físico, sexual, feito uso de substâncias e testemunhado violência física, o que desencadeou posteriormente atitudes de perpetração de *bullying*, violência no namoro, luta física e porte ilegal de armas.

Segundo as proposições da Teoria da Maré, há certos momentos em que há a necessidade da "utilização do kit de ferramentas disponíveis" traçando-se a história pessoal de cada indivíduo, resgatando e destacando diversos acontecimentos que deram certo, desde a sua infância, e os que podem posteriormente melhorar, fazendo os devidos ajustes, sendo uma das principais estratégias a ser usada para construir uma nova história de vida (BARKER; BUCHANAN-BARKER, 2005).

De acordo com o que afirmam Leban e Gibson (2019), as más experiências na infância podem trazer prejuízos impactantes em idades ainda muito precoces, como no início da adolescência, e estão frequentemente associadas ao envolvimento com práticas de atos infracionais e comportamentos de riscos ainda nesta fase inicial de vida.

Já em relação aos efeitos negativos da ausência da figura do pai no seio familiar e no desenvolvimento psíquico dos filhos, Dias, Arpini e Simon (2011) afirmam que vários estudos têm evidenciado não apenas a falta estrutural que este faz, mas também prejuízos na adequação de valores e no desenvolvimento de uma estrutura familiar mais adequada.

Ainda para Malvaso, Delfabbro e Day (2016) ter pais separados, com baixas escolaridades, com distúrbios psiquiátricos, conviver em famílias monoparentais e que fazem uso e abuso de substâncias psicoativas foram características encontradas no contexto de vida de adolescentes que tinham maiores riscos de cometerem atos infracionais.

É sabido que o papel da família é de sobremaneira indispensável no desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois é através dos bons princípios repassados por ela que estes vivenciam a experiência positiva da proteção integral e dos cuidados exercidos pelos pais/responsáveis, construindo adequados espaços de respeito, afeto, de limites adequados, sobretudo na fase da adolescência, em que aumentam-se os fatores de risco e as vulnerabilidades (WRIGHT; LEAHEY, 2012), elementos estes que se apresentam como fatores de proteção para o impedimento de práticas infracionais.

Com isso, observa-se, de acordo com os relatos desta categoria, que a maioria dos adolescentes entrevistados teve contato precoce com fatores de risco desde as suas infâncias, vindo a aumentar estas interações na adolescência, predispondo-os à entrada no cometimento de atos infracionais posteriormente.

Considerações finais

A presente pesquisa evidenciou que adolescentes em privação de liberdade estão expostos a múltiplos fatores de risco, os quais acabam por impactar de forma negativa sua trajetória e favorecem o envolvimento em atos infracionais, especialmente relacionados a crimes patrimoniais e tráfico de drogas. No entanto, fatores de proteção são considerados importantes, possibilitando a não ocorrência de atos infracionais, bem como permitindo aos adolescentes em medidas socioeducativas a sua reinserção social e não reincidência.

Assim, os dados analisados apontam para a complexidade que envolve a realidade dos adolescentes em privação de liberdade, marcada por uma sobreposição de fatores de risco que atravessam suas trajetórias de vida de forma precoce, em sua maioria, resultantes de vulnerabilidade social, o que contribui para o envolvimento destes adolescentes em atos infracionais. Ao mesmo tempo, os fatores de proteção apontados podem ser levados em consideração diante da elaboração de estratégias que fortaleçam vínculos familiares, acesso à educação, oportunidades e acompanhamento contínuo.

Dada a importância do estudo, recomenda-se que estudos futuros incorporem, além de metodologias robustas, com dados empíricos qualificados e escuta ativa dos adolescentes, avaliações críticas sobre as políticas socioeducativas em vigor. Tal postura permitirá não apenas ampliar os fatores de proteção, como também construir intervenções mais eficazes, centradas na garantia de direitos e na promoção da dignidade e cidadania dos adolescentes em conflito com a lei.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, T. F. de; LIMA, M. J. S. de; LEITE, I. N. Aspectos do cotidiano de uma escola cidadã integral para adolescentes autores de atos infracionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2022, Maceió. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88779>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BACKES, E. P.; BONNIE, R. J. Adolescent development. In: NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE (Org.). **The promise of adolescence:** realizing opportunity for all youth. Washington, D.C.: National Academies Press, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK545476/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BARKER, P. The tidal model: the lived-experience in person-centred mental health nursing care. **Nurs Philos**, v. 2, n. 3, p. 213-223, 2001.

BARKER, P.; BUCHANAN-BARKER, P. **The Tidal Model**: A Guide for Mental Health Professionals. London: Brunner-Routledge, 2005.

_____. **El modelo Tidal**: salud mental, reivindicación y recuperación. Sevilla: Servicio Andaluz de Salud, 2007.

BILEY, F. C. My life: my encounters with insanity. **Journal of Holistic Nursing**, v. 28, n. 2, p. 150-155, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e altera dispositivos de outras leis. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2025.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Manual de orientação técnica para preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS)**: meio fechado. Brasília: CNJ, nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/11/manual-orientacao-cniups-mf-291122.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

BROOKES, N.; MURATTA, L.; TANSEY, M. Tidal waves implementing a new model of mental health recovery and reclamation. **Canadian nurse**, v. 4, n. 8, p. 22-27, 2008.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Perfil e percepção social dos adolescentes em medidas socioeducativas do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado da Criança; Governo do Distrito Federal, 2013.

COOK, N. R.; PHILLIPS, B. N.; SADLER, D. The tidal model as experienced by patients and nurses in a regional forensic unit. **Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing**, v. 12, p. 536-540, 2005.

CONDE, R.; TEIXEIRA, S. Delinquência juvenil em Portugal: estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 47-59, 2018.

COSTA, C. S. S.; ALBERTO, M. F. P.; SILVA, E. B. F. L. Vivências nas medidas socioeducativas: possibilidades para o projeto de vida dos jovens. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 39, e186311, 2019.

DIAS, A. C. G.; ARPINI, D. M.; SIMON, B. R. Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 526-535, 2011.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. de A. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Anotado e Interpretado. 8. ed. Curitiba: Fempar, 2020.

DUKE, N. N. et al. Perpetração de violência na adolescência: associações com vários tipos de experiências adversas na infância. **Pediatria**, v. 125, e778-e786, 2010.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicol. Teoria Prática**, v. 7, n. 1, p. 81-95, 2005.

GOMES, B. da S. **Crime na adolescência**: o impacto do contexto socioeconómico nas decisões dos jovens. Relatório de Estágio (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2024. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/162139/2/693192.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2008.

HENDERSON, J. How the tidal model was used to overcome a risk-averse ward culture. **Mental Health Practice**, v. 17, n. 1, p. 34-37, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 27. mar. 2026.

JUAN, C. S.; OCÁRIZ, E.; GERMÁN, I. Menores infratores y consumo de drogas: perfil psicosocial y delictivo. **Revista Criminalidad**, v. 51, n. 1, p. 147-62, 2009.

LEBAN, L.; GIBSON, C. L. The role of gender in the relationship between adverse childhood experiences and delinquency and substance use in adolescence. **Journal of Criminal Justice**, v. 6, p. 1-11, 2019.

MALVASO, C. G.; DELFABBRO, P. H.; DAY, A. The child protection and juvenile justice nexus in Australia: A longitudinal examination of the relationship between maltreatment and offending. **Child Abuse & Neglect**, v. 64, p. 32-46, 2016.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. Exploração e análise textual do corpus IRaMuTeQ: da formulação da questão à interpretação dos resultados. **Les Cahiers du Numérique**, v. 8, n. 2, p. 109-133, 2012.

MARTÍNEZ, L. C.; BANQUERI, V. M.; LOZANO, M. C. C. Consumo de drogas em adolescentes com condutas infratoras: análise de variáveis psicossociais implicadas. **Adicciones**, v. 24, n. 1, p. 31-38, 2012.

MEDEIROS, F. C.; PAIVA, I. L. A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. **Revista Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 568-586, 2015.

MELSERT, A. L. M.; BOCK, A. M. B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 773-789, 2015.

MONTEIRO, E. M. L. M. et al. Percepção de adolescentes infratoras submetidas à ação socioeducativa sobre assistência à saúde. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 323-330, 2011.

OLIVEIRA, C. B. E. **Psicologia escolar e a relação família-escola no ensino médio**: estudando as concepções desta relação. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2535>. Acesso em: 19 abr. 2025.

PEDRO, F. R. A. O.; LIMA, M. E. A. De "bandido" a "trabalhador": um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 61-71, 2018.

PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. de. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, p. 1185-1192, 2007.

RATINAUD, P. **IRaMuTeQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Software]. Toulouse: LERASS, 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ROCHA, F. N. da; RIBEIRO, C. A. Escolhas na adolescência: implicações contemporâneas dos grupos sociais e da família. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 8, n. 2, 2017.

SAVAŞAN, A; ÇAM, O. The Effect of the Psychiatric Nursing Approach Based on the Tidal Model on Coping and Self-esteem in People with Alcohol Dependency: A Randomized Trial. **Archives of Psychiatric Nursing**, v. 31, n. 3, p. 274-281, 2017.

SENNA, M. S.; DESSEN, A. M. Reflexões sobre a saúde do adolescente brasileiro. **Psicologia Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 217-229, 2015.

SILVA, A. C. et al. Utilidade dos conceitos da Teoria da Maré ao cuidado de adolescentes em privação de liberdade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 44, e0210340, 2023.

SOUZA, T. Y.; OLIVEIRA, M. C. L.; RODRIGUES, D. S. Adolescência como fenômeno social: contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. In: BISINOTO, C. (Org.). **Docência na socioeducação**. Brasília: Faculdade UnB Planaltina; Universidade de Brasília, 2014. p. 119-145.

WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. **Enfermeiras e Famílias**: Guia para Avaliação e Intervenção na Família. 5. ed. São Paulo: Roca, 2012.

ZAPPE, J. G. et al. Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 16, n. 1, p. 91-100, 2013.

Resumo A adolescência é uma fase marcada por maior vulnerabilidade à prática de atos infracionais, influenciada pela presença de fatores de risco e de proteção. Este estudo objetivou examinar a percepção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade acerca da presença desses fatores relacionados à prática infracional. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado em três unidades socioeducativas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, processadas em software específico e analisadas à luz da Teoria da Maré. Participaram do estudo 41 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Entre os fatores de risco identificados destacaram-se o uso de drogas, a prática infracional anterior, a ausência da figura paterna, a violência intrafamiliar e a ausência de lembranças positivas da infância. Quanto aos fatores de proteção, evidenciaram-se a monitoria parental, a convivência familiar harmoniosa, a prática de atividades de lazer, a assistência religiosa e a formação profissionalizante. Conclui-se que a presença de múltiplos fatores de risco, associada à ausência de fatores de proteção, aumenta a vulnerabilidade de adolescentes à prática de atos infracionais.

Palavras-chave: adolescente, fatores de risco, fatores de proteção, socioeducação.

Percepción de los adolescentes en medidas socioeducativas sobre los factores de riesgo y de protección en relación con la comisión de delitos

Resumen La adolescencia es una etapa caracterizada por una mayor vulnerabilidad a la comisión de actos delictivos, en la que influyen tanto factores de riesgo como de protección. El objetivo de este estudio fue examinar la percepción que tienen los adolescentes que cumplen medidas socioeducativas de privación de libertad sobre la presencia de estos factores relacionados con la comisión de delitos. Se trata de un estudio cualitativo, realizado en tres centros socioeducativos. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante entrevistas semiestructuradas, procesadas con un software específico y analizadas a la luz de la Teoría de la Marea. Participaron en el estudio 41 adolescentes que cumplían medidas socioeducativas. Entre los factores de riesgo identificados destacaron el consumo de drogas, los antecedentes de conducta delictiva, la ausencia de la figura paterna, la violencia intrafamiliar y la falta de recuerdos positivos de la infancia. En cuanto a los factores de protección, se pusieron de manifiesto la supervisión parental, la convivencia familiar armoniosa, la práctica de actividades de ocio, la asistencia religiosa y la formación profesional. Se concluye que la presencia de múltiples factores de riesgo, asociada a la ausencia de factores de protección, aumenta la vulnerabilidad de los adolescentes a la comisión de actos delictivos.

Palabras clave: adolescente, factores protectores, factores de riesgo, socioeducación.

Perception of adolescents in socio-educational measures regarding risk and protective factors for delinquent behavior

Abstract Adolescence is a stage marked by greater vulnerability to engaging in delinquent behavior, influenced by the presence of risk and protective factors. This study aimed to examine the perceptions of adolescents serving socio-educational measures involving deprivation of liberty regarding the presence of these factors related to delinquent behavior. This is a qualitative study conducted in three socio-educational facilities. Data were collected through semistructured interviews, processed using specialized software, and analyzed in light of the Tide Theory. Forty-one adolescents serving socio-educational measures participated in the study. Among the risk factors identified were drug use, prior delinquent behavior, the absence of a father figure, domestic violence, and the absence of positive childhood memories. As for protective factors, the following were evident: parental supervision, a harmonious family environment, participation in leisure activities, religious support, and vocational training. It is concluded that the presence of multiple risk factors, combined with the absence of protective factors, increases adolescents' vulnerability to committing offenses.

Keywords: adolescent, protective factors, risk factors, socioeducation.

DATA DE RECEBIMENTO: 20/08/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 20/04/2026



Rutherford Alves Moura

Enfermeiro. Mestre em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil.

E-mail: rutherford.moura@urca.br



Felice Teles Lira dos Santos Moreira

Enfermeira. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil.

E-mail: felice.teles@urca.br



Mateus Sampaio de Oliveira

Graduando em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Enfermagem da Universidade Regional do Cariri.

E-mail: mateus.sampaio@urca.br



Hildânia Alves Pereira de Morais

Enfermeira. Graduada pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil. Ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Enfermagem da Universidade Regional do Cariri.

E-mail: hildania.morais@urca.br



Grayce Alencar Albuquerque

Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), Brasil. Docente do Mestrado Acadêmico de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil, e do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família pela RENASF nucleadora da URCA. Tutora do PET Enfermagem da URCA.

E-mail: grayce.alencar@urca.br



“Eu me sinto muito triste quando tem tiro”: infâncias, escola e violência em contexto de exclusão social

Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal Do Ceará, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0000-0002-7838-8098

Simone Cordeiro Lopes Acelino
Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0009-0001-9830-9481

Tatiana De Oliveira Guerra
Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Ceará, Brasil.
https://orcid.org/0009-0001-7194-3191

https://doi.org/10.54948/desidades.v1i45.69473

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia[1]. O estudo que fundamentou esta escrita teve como objetivo compreender os sentidos que os estudantes do 5º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública da Rede Municipal de Fortaleza atribuem à escola a partir de suas narrativas, afetos e experiências vividas no contexto pós-pandemia. Duas das autoras deste trabalho são professoras da rede, sendo que uma delas atua diretamente na escola onde a pesquisa foi desenvolvida. Essa condição de pertencimento e de envolvimento cotidiano com a realidade escolar nos coloca em uma posição de implicação ética, afetiva e política com o território, com a comunidade escolar e, sobretudo, com as crianças. Tal perspectiva se ancora em uma proposta metodológica de pesquisa-intervenção que, segundo Moreira (2008), fundamenta-se em dois princípios: a consideração das realidades sociais e cotidianas dos participantes e o compromisso ético-político com a produção de práticas inovadoras e transformadoras.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da Rede Municipal de Fortaleza, situada em um território marcado por vulnerabilidades sociais e violência urbana. Durante a imersão no campo, deparamo-nos com sentimentos e emoções que não derivam diretamente da pandemia, mas da vivência no território no contexto atual. Esses elementos evidenciam uma demanda que ultrapassa os muros da escola: a violência estrutural e territorial, naturalizada nas periferias, impõe medo, silêncio e insegurança. Conforme reforça Paiva (2024, p. 70), "a intensificação da violência pelas facções ajudou a fazer prosperar sentimentos de insegurança e medo". O medo constante de confrontos armados, a sensação de insegurança no trajeto de casa até a escola e a consciência de viverem em um território vulnerável à lógica do conflito se fizeram presentes nas narrativas das crianças.

Durante os encontros com os/as estudantes, chamou-nos a atenção que as emoções elaboradas no contexto da pesquisa tinham marcas advindas de um histórico de processos de vulnerabilização agravados com a pandemia e com as sequelas de quase dois anos de ensino remoto, bem como pelo acirramento da violência urbana marcada pelas disputas entre facções no território onde a escola é sediada. Conforme destaca Paiva (2019), a facção é

> Um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam (PAIVA, 2019, p. 170).

Essa investigação reconhece a criança como participante ativa do processo investigatório. Ouvir crianças dentro do espaço escolar, acerca do território faccionado em que vivem, produziu um reposicionamento da pesquisa, que buscou integrar à

1 Pesquisa financiada pelo CNPq, vinculada ao projeto guarda-chuva Escola, Promoção de Saúde e Modos de Subjetivação em Tempos de Pandemia, inserido na linha de pesquisa Subjetividade e Crítica do Contemporâneo.

análise não somente aspectos emocionais que estão engendrados na vida escolar após o retorno a presencialidade, mas também afetos relacionados ao território onde a escola encontra-se inserida e que atravessam seus muros sem pedir licença.

As interações com os alunos do 5° ano foram estruturadas como espaços de escuta e troca, em que as crianças se expressaram espontaneamente sobre suas experiências no contexto pós-pandemia, dentre elas, aquelas relacionadas à violência que atravessa a escola. Nesse processo, a escuta foi além de um dispositivo para coletar dados. Constituiu-se como a própria cena enunciativa da pesquisa, em um espaço no qual as crianças narraram, elaboraram e ressignificaram vivências de seu cotidiano. Ao compartilharem sentimentos, rotinas escolares e relacionamentos, surgiram relatos marcantes, repletos de experiências de violência, que evidenciaram feridas não cicatrizadas e decorrentes do cenário de exclusão social e insegurança em que vivem.

Assim, a investigação que, a princípio, buscava entender os aspectos afetivos e emocionais no retorno às aulas presenciais após a pandemia, deparou-se com uma questão igualmente urgente: como a violência urbana relacionada às facções em territórios periferizados permeia o cotidiano das infâncias e se manifesta nas suas formas de sentir, brincar e aprender?

Diante desse contexto, o presente artigo parte dos seguintes problemas de pesquisa: Como crianças que vivem em territórios marcados pela violência urbana significam suas experiências escolares e emocionais? E de que modo essas vivências tensionam o papel da escola como espaço de proteção e cuidado?

Assim, o objetivo deste estudo é analisar como a violência territorial atravessa as emoções, narrativas e relações das crianças com o espaço escolar, a partir de uma escuta sensível, evidenciando os sentidos que atribuem à escola em contextos de exclusão social.

Ao valorizar a fala das crianças e praticar uma escuta ética e sensível, a pesquisa gerou conhecimento, atuou como intervenção simbólica, promovendo vínculos, acolhimento e reconhecimento.

A(s) infância(s) como construção social

A infância, enquanto construção social, encontra-se repleta de marcadores sociais que produzem experiências distintas e moldam a forma como as crianças compreendem seu entorno. As instituições que fazem parte desse processo são fundamentais, e a escola se destaca como espaço significativo (SARMENTO, 2003). O conceito de infância vai além de um determinante cronológico; ele emerge como uma construção social e cultural profundamente ligada às transformações histórico-culturais.

O Renascimento Europeu, aos poucos, deixou de ver de forma indiferenciada a infância aristocrática ou burguesa. Até então, a criança era percebida como um "miniadulto". Com o passar do tempo, a criança ganhou um espaço próprio e distinto da vida adulta. Esse novo olhar era marcado pelo entretenimento e pela concepção de uma fase que exigia cuidado e tutela por parte dos adultos que a cercavam (ARIÈS, 1981).

No mesmo período, no Brasil, as crianças indígenas sofriam com a catequização imposta pelos jesuítas. O objetivo era moldar seus comportamentos aos padrões europeus, ignorando completamente as culturas que já existiam (SOARES et al., 2021). Na mesma

linha, as crianças negras escravizadas vivenciavam uma realidade brutal, sendo privadas de direitos fundamentais, obrigadas ao trabalho e expostas à violência sem ter a experiência de uma infância protegida. Essa situação evidencia como a construção social da infância no Brasil tem raízes profundas nas desigualdades raciais e sociais, que persistem e manifestam-se nas vivências infantis em contextos de exclusão social até os dias de hoje.

Com o avanço da escolarização e o reconhecimento da criança como sujeito em desenvolvimento, novos paradigmas foram estabelecidos. A infância passou, então, a ser concebida como etapa fundamental na formação do indivíduo, sendo cada vez mais protegida e valorizada. O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos é resultado de um processo histórico e político. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989, e a Constituição Federal de 1988, no Brasil, afirmam que é dever da família, sociedade e Estado garantir à criança direitos fundamentais (BRASIL, 1988; ONU, 1989). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, aprofunda essa perspectiva, exigindo proteção integral e participação nas decisões que as envolvem (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que não existe infância única, mas múltiplas infâncias (SARMENTO, 2003), marcadas por contextos econômicos, culturais e sociais diversos. Atualmente, no Brasil, por exemplo, as infâncias vividas em espaços de vulnerabilidade social, como as escolas públicas situadas em áreas periferizadas, apresentam especificidades que demandam atenção sensível às suas experiências.

Em contextos de exclusão social, essas experiências de infância são frequentemente atravessadas por formas de violência que impactam diretamente o desenvolvimento emocional e a participação infantil na escola. Costa et al. (2020) apontam para o atravessamento da violência na vida de crianças periferizadas. Essa perspectiva nos convida a compreender que as desigualdades vividas pelas crianças nas escolas hoje têm raízes estruturais e históricas profundas. As marcas das negligências e violências impostas durante o processo de escravização de crianças negras e o descaso com as crianças indígenas no período de colonização continuam a se atualizar nas formas como as infâncias são percebidas, tratadas e, muitas vezes, vulnerabilizadas. Como afirmam os autores:

> A marcas históricas das negligências e violências [...] se atualizam cotidianamente quando estamos diante dos modos de se perceber as infâncias periféricas/periferizadas, assim como nas vulnerabilizações a que estão submetidas e nos enfrentamentos que mobilizam em seus contextos (COSTA et al., 2020, p. 207).

Em territórios marcados pela desigualdade social e pela violência urbana, a escola assume um papel paradoxal. Ao mesmo tempo em que representa um espaço de proteção e cuidado, também reflete as tensões e os conflitos do território onde se encontra inserida.

Percurso metodológico: a fala das crianças como bússola

> "Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciados cursos de escutatória. Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir" (ALVES, 2023, p. 24).

A frase em epígrafe ecoa a sabedoria poética de Rubem Alves, ressoa como um chamado à delicadeza de quem escolhe ouvir com o coração aberto. Escutar crianças vai além de decifrar palavras, é estar presente aos seus silêncios, às entrelinhas dos desenhos, ao brilho dos olhos e às pausas carregadas de sentido. Escutar, aqui, é reconhecer que as crianças não apenas têm o que dizer, mas que suas vozes tecem compreensões próprias do mundo. Assim, a escuta sensível se estabelece como gesto ético, com compromisso com o encontro, como modo de construir conhecimento com as mesmas, e não sobre elas.

Assim, a pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se na perspectiva da pesquisa-intervenção e na valorização do lugar de fala das crianças como sujeitos de conhecimento. A abordagem propicia uma interação constante entre o pesquisador e os participantes, reconhecendo-os como protagonistas do processo de construção do conhecimento. De acordo com Miranda et al. (2020), a pesquisa-intervenção é uma proposta que busca investigar de maneira dinâmica uma realidade específica, assumindo caráter de intervenção política e social. Tal abordagem concentra-se no processo de construção do conhecimento por meio da transformação da realidade em estudo, posicionando igualmente tanto o sujeito e o objeto do conhecimento quanto a teoria e prática. Essa abordagem rompe com a visão tradicional de pesquisa como atividade de observação neutra, privilegiando a escuta sensível e a transformação dos sujeitos e do próprio contexto investigado.

Como ressaltam Natividade e Coutinho (2012), a construção da realidade é um processo contínuo ao longo da vida, tendo início ainda na infância, período em que o sujeito começa a atribuir sentidos ao mundo, elaborar valores e formar opiniões, sempre em diálogo com os contextos histórico-culturais nos quais está inserido. Nesse sentido, esse trabalho assumiu o compromisso ético fundamental de realizar uma pesquisa *com* crianças e não apenas *sobre* ou *para* elas. Essa escolha epistemológica e metodológica está alinhada à perspectiva defendida por Almeida e Costa (2021), ao destacarem que a diferença entre pesquisar *com*, *para* ou *sobre* crianças não é meramente gramatical, mas ética e conceitual. A pesquisa *com* implica um fazer compartilhado, no qual a proposta é construída junto às crianças, em um movimento de escuta e coautoria, e não simplesmente direcionada ou entregue a elas de forma pronta.

Para Moreira (2008), na condução da pesquisa-intervenção com crianças, é fundamental reconhecer que os aspectos psicológicos e sociais estão entrelaçados e vinculados aos processos de construção da subjetividade. Ela argumenta que crianças são sujeitos ativos, com capacidade de atribuir significados às suas vivências, além de comunicá-los e partilhá- los. Inseridos em contextos históricos e sociais, são protagonistas de suas trajetórias e possuem potencial para transformar a realidade em que vivem. A autora fala da imprevisibilidade inerente à pesquisa-intervenção. Na presente pesquisa, isso de fato ocorreu. Buscávamos as narrativas e experiências vividas por estudantes de 10 e 11 anos no contexto de pós-pandemia, e eles/elas nos trouxeram experiência de medo e terror ativadas cotidianamente, aquém e além do vírus da covid-19. Não se trata de corroborar ou não uma hipótese previamente elaborada, mas de estarmos abertas à transformação ocorrida no próprio processo de construção da pesquisa, principalmente, quando realizada com crianças.

A escola onde a pesquisa foi realizada é marcada por profundas vulnerabilidades sociais que se expressam nas precárias condições de moradia, nos serviços públicos essenciais insuficientes e na recorrência de episódios de violência urbana. O bairro apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade, com IDH de 0,229,

classificado como "muito baixo", de acordo com dados da Prefeitura de Fortaleza, baseados no Censo Demográfico de 2010 (DIÁRIO DO NORDESTE, 2025). O bairro é um microcosmo que reflete as complexas interações entre vulnerabilidade social, violência e as condições de desenvolvimento humano que permeiam a exclusão urbana contemporânea.

Nesse contexto, a análise da realidade torna-se essencial para entender como a dinâmica da vulnerabilidade se entrelaça com a violência urbana, uma vez que esses fenômenos estão interligados de maneira intrínseca. A presença de facções criminosas, o controle territorial e as frequentes trocas de tiros evidenciam a insegurança vivenciada pela comunidade. Essa conjuntura de exclusão e vulnerabilidade é também reconhecida por estudos sociais e comunitários. O bairro é descrito no Dicionário de Favelas como a maior das favelas do Ceará e uma das maiores do Brasil, caracterizando-se como espaço marcado por disputas territoriais e carência de políticas públicas eficazes (WIKIFAVELAS, 2025).

A escola em questão atende um total de 426 estudantes, distribuídos nos turnos da manhã e da tarde, em turmas de 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental, cada uma atendida por três professores/as. A equipe gestora é composta por uma diretora, uma coordenadora pedagógica e uma secretária escolar, além de 24 professores/as, entre efetivos e substitutos. O prédio, recém-reformado, é composto por sete salas de aula, biblioteca, sala de recursos multifuncionais, sala de inovação, pátio, quadra esportiva, refeitório e ampla área destinada à recreação.

A pesquisa foi realizada com 32 estudantes do 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com idade entre 10 e 11 anos, entre os meses de novembro e dezembro de 2024. Os estudantes foram divididos em dois grupos; cada um dos grupos participou de cinco vivências, totalizando dez encontros, cuja duração foi de uma hora e trinta minutos cada, com atividades previstas para acontecer uma vez por semana. As atividades foram elaboradas com base em princípios da ludicidade, linguagem simbólica e escuta sensível, valorizando a participação das crianças e suas formas próprias de expressão. A proposta envolveu a criação de um espaço coletivo de compartilhamento de experiências, sentimentos e histórias de vida, por meio de jogos, desenhos, colagens, contação de histórias, rodas de conversa e escrita em um caderno individual, que intitulamos *Diário das Emoções* [2].

Entre os procedimentos utilizados, destacam-se: rodas de conversa, construção de uma linha do tempo coletiva (abordando os períodos da pandemia, retorno às aulas e momento atual), customização e escrita do *Diário das Emoções*, produção de narrativas a partir de imagens e palavras, além de brincadeiras relacionadas ao cotidiano escolar. As atividades foram concebidas como convites ao diálogo e à escuta sensível, favorecendo o protagonismo das crianças no processo. Ao longo das vivências, emergiram relatos que evidenciaram os impactos emocionais provocados pela pandemia, pós-pandemia e situações de violência presentes no cotidiano. Esses elementos revelaram a potência de escuta como caminho para acessar realidades frequentemente silenciadas. A produção

2 O Diário das Emoções consistiu em um caderno individual elaborado no contexto da pesquisa intervenção, no qual cada criança registrava, por meio de escritas, desenhos, colagens e outras formas de expressão, sentimentos e experiências ao longo das vivências. Este instrumento de registro se tornou um dispositivo de escuta sensível, que favoreceu a expressão emocional, a produção de narrativas e a construção de sentidos sobre a escola e o cotidiano vivido pelas crianças.

dos dados se deu durante os encontros com os/as estudantes, por meio de uma postura de observação participante. Estar presente de forma ativa e empática permitiu acompanhar de perto as interações, as falas espontâneas e os gestos que emergiram nas atividades, compondo um material rico e significativo para a análise. Além disso, foi utilizado um diário de campo como instrumento fundamental de registro, no qual foram anotadas impressões, percepções, situações significativas e movimentos subjetivos observados ao longo do processo. Todos os momentos foram gravados e filmados, transcritos e cuidadosamente analisados. Essa combinação de estratégias permitiu acessar camadas mais profundas da experiência das crianças, respeitando seus tempos, modos de ser e formas singulares de comunicar sentimentos e vivências escolares.

As vivências realizadas com os estudantes foram pensadas como espaço de escuta, expressão emocional e produção de sentidos sobre a experiência escolar. Os encontros foram conduzidos de forma interativa e sensível, criando um ambiente seguro para que os alunos pudessem expressar sentimentos, memórias e percepções sobre o contexto pós- pandemia e sua vivência escolar.

As falas das crianças foram identificadas com nomes fictícios, criados unicamente para esta pesquisa, de modo a preservar a confidencialidade dos participantes e, ao mesmo tempo, manter a vivacidade de suas narrativas. Todos os responsáveis pelas crianças consentiram a participação, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As crianças também manifestaram sua concordância em participar, por meio do Termo de Assentimento (TA), observando-se os cuidados éticos de autoria que envolvem pesquisas com crianças (KRAMER, 2002).

Resultados e discussão: da escuta à visibilidade

A análise das produções, falas e expressões das crianças foi organizada a partir de eixos temáticos construídos no próprio processo de pesquisa, considerando a recorrência de sentidos e afetos emergentes nas vivências. Nesse movimento, foram identificados quatro analisadores, compreendidos como acontecimentos que dão visibilidade ao que estava invisível nas dinâmicas cotidianas (LOURAU, 1995): (1) o medo e a insegurança como afetos estruturantes; (2) a escola como espaço ambíguo entre proteção e vulnerabilidade; (3) o silenciamento e as formas de "falar sem dizer"; e (4) as infâncias como produtoras de sentidos e estratégias de resistência. Esses analisadores não foram definidos a priori, mas emergiram da escuta sensível e do acompanhamento das experiências compartilhadas pelas crianças ao longo das vivências. Desse modo, estes quatro analisadores se articulam na presente análise.

Falar sobre infância em territórios vulnerabilizados exige reconhecer a complexidade das experiências infantis diante da violência estrutural, cotidiana e simbólica presentes em suas vidas. A escola é uma instituição social, portanto, não está imune a essas dinâmicas e, frequentemente, reproduz desigualdades, ao mesmo tempo que pode configurar como espaço de acolhimento, resistência e proteção.

Desde o início da pesquisa, as crianças, ao abordarem seus sentimentos, falavam do medo, insegurança e tensões relacionadas à presença constante da violência no bairro, destacando o medo como um afeto estruturante de suas experiências. Como pesquisadoras, não estávamos alheias a isso, por isso, acolhemos os testemunhos de insegurança advindos do território e aqueles que não se relacionavam a questões pandêmicas. No entanto, no dia em que estava prevista a terceira vivência, a escola

precisou ser fechada, em razão de uma troca de tiros ocorrida nas proximidades, o que resultou no adiamento da atividade. A partir desse episódio, nas vivências seguintes, emergiram falas mais explícitas das crianças acerca da violência que atravessa o cotidiano delas. Esse episódio povoou as produções escritas e as falas das crianças durante as vivências seguintes: *"Tia, às vezes tenho medo de entrar bala perdida pelos buracos da sala* (cobogós) *e pela janela (da escola)"* (Gabriel, 10 anos); *"Acho melhor estar na escola, porque aqui ninguém entra"* (João, 10 anos). Estes são trechos de falas extraídas das gravações de áudio e imagens e dos diários de campo que comprovam como a experiência escolar dessas crianças encontra-se marcada pelo medo e pela violência que extrapolam os muros da instituição.

A realização da terceira vivência da pesquisa, que havia sido adiada pelo fechamento da escola, também foi entrecruzada por um episódio de tensão no território: naquele dia, em razão de riscos à segurança da comunidade, as crianças sairiam mais cedo da escola. Por essa razão, a proposta inicial, que previa atividades separadas com cada grupo, precisou ser adaptada para um único encontro coletivo. Essa mudança, aparentemente logística, carrega marcas da instabilidade que penetram a rotina escolar nos territórios periferizados: há sempre um plano B, uma urgência que interrompe o cotidiano e impõe reconfigurações que tentam minimizar o horror para as crianças.

As falas também apontaram para um duplo sentimento, indicando a escola como espaço ambíguo entre proteção e vulnerabilidade. Se por um lado a escola é vista como refúgio, lugar relativamente mais seguro em comparação à comunidade, por outro, é também percebida como ambiente vulnerável, pois não está isolada das violências externas. A violência, nesse sentido, infiltra-se no cotidiano escolar, atravessa muros e janelas e torna-se um elemento constituinte da experiência educacional. Os relatos das crianças, que retratam o receio de "bala perdida" ou o medo de barulhos de tiros, por exemplo, são questões que refletem a constante tensão emocional que constitui seus modos de subjetivação.

Em diferentes momentos das vivências, surgiram expressões de medo, raiva, cansaço e irritabilidade. Esses afetos não devem ser compreendidos como manifestações isoladas ou indícios de um suposto transtorno individual, e, sim, como expressões legítimas de sujeitos que habitam territórios marcados por profundas desigualdades sociais.

Candau (2012) discute a violência urbana como um processo social e simbólico que afeta a vida nas cidades, os vínculos comunitários e, especialmente, os espaços escolares em territórios de exclusão, e não apenas como um evento isolado. A escola, portanto, frente a essa realidade, não pode se omitir. Logo, a escuta das crianças torna-se um caminho potente para compreender como elas sentem, interpretam e elaboram as adversidades que enfrentam cotidianamente.

Ao mesmo tempo, é fundamental não reduzir a infância à condição de vítima ou de passividade diante da violência. Como afirma Rizzini (2021), é necessário considerar as crianças para além de sujeitos de direitos, também como protagonistas capazes de transformar a realidade em que vivem, o que demanda escuta atenta e valorização da diversidade das infâncias. Essa perspectiva reconhece que as crianças produzem sentidos, criam estratégias de enfrentamento das adversidades e mobilizam afetos para lidar com os riscos cotidianos, inclusive em contextos de violência estrutural. Assim, ao reconhecer tanto os relatos das crianças quanto o contexto em que estão inseridas, compreende-se que a violência presente no entorno escolar configura-se

como estrutural, manifestando-se cotidianamente na insegurança urbana, precariedade dos serviços públicos, marcadores territoriais de exclusão e sentimentos de medo e incerteza.

As expressões da violência não estão descoladas do processo educacional, ao contrário, impactam diretamente a aprendizagem, a presença nas aulas, a atenção, o afeto e o pertencimento. A escola precisa ser pensada a partir da realidade concreta das crianças, não a partir de um ideal universalizado e descontextualizado da infância. Nesse sentido, práticas pedagógicas sensíveis ao território e ao sofrimento emocional tornam-se desejáveis e urgentes. Assumir a escuta como método implicou construir espaços em que as vozes das crianças pudessem emergir de forma legítima, sem molduras prévias ou julgamentos. Assim, o planejamento das vivências foi apoiado na escuta sensível como ferramenta central. Ressalta-se que o delineamento desta pesquisa parte do entendimento de que escutar a voz das crianças não se limita à leitura da linguagem verbal delas, pois a expressão infantil se manifesta de maneira ampla, envolvendo gestos, movimentos corporais, expressões faciais, silêncios, desenhos, brincadeiras e outras formas simbólicas (DELACOURS-LINS, 2008; ROCHA, 2008). Isso requer a adoção de múltiplos suportes expressivos, em tempos e contextos distintos, atentos às interações e ao ambiente em que estão inseridas.

As crianças, em suas breves narrativas, expressam o mundo tal como o percebem. Assim, nos encontros seguintes, emergiram falas potentes sobre a violência no entorno da escola, revelando um cotidiano marcado pelo medo. Expressões como: *"Quando tem bala ninguém pode sair de casa"* (Maria, 10 anos); *"Eu que não venho para escola, porque no caminho pode ter bala"* (Pedro, 11 anos); *"Tem que fechar* (a escola)*, porque pode ter bala perdida, no caminho fica tudo fechado quando tem bala"*; *"Quando eles* (membros da facção) *mandam fechar, tem que obedecer; eles avisam a escola quando é para fechar"* (Paulo, 11 anos); e *"Eu já vi gente morrer na minha frente e eu me sinto muito triste quando tem tiro"* (Ana, 10 anos) foram compartilhadas em diferentes momentos da pesquisa, como nas rodas de conversa, nos tempos de acolhida, em interações informais com as pesquisadoras, também registradas no *Diário das Emoções*. A fala de Ana, além de ter sido compartilhada nas rodas de conversa também compõe seu desenho (Figura 1).

Figura 1 – Desenho de Ana no *Diário das Emoções*



Fonte: Arquivo do grupo de pesquisa.

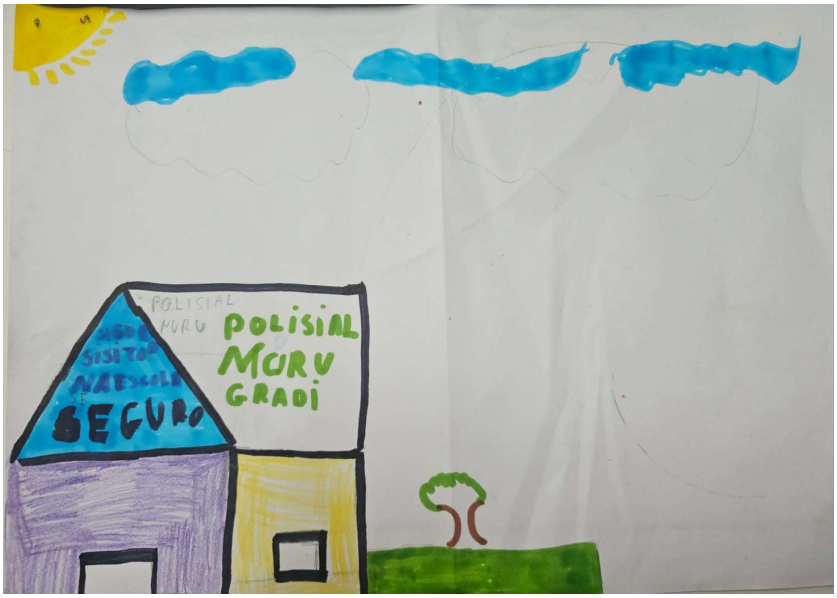
Em seus relatos e desabafos durante os encontros, as crianças também propunham soluções para minimizar a insegurança na escola: *"Era para ter mais porteiro, ter muros mais altos"* (Rafael, 11 anos), trazendo à tona formas de perceber e reagir ao ambiente escolar a partir de suas vivências. As crianças apresentaram diferentes percepções acerca de como veem as escolas, seus problemas; e manifestaram também soluções, ao sugerir mudanças arquitetônicas. Alguns desenhos (Figura 1 e Figura 2) representaram a escola como lugar seguro, mas, por outro lado, mesmo sentindo-se seguros, Miguel propôs estratégias de proteção, como muros, grades e policiais (Figura 2). Em seu desenho, Rafael descreve o espaço como seguro e dentro dele escreve palavras como medo, nervoso, tristeza, revelando a contradição entre o que deveria ser proteção e o que é vivido emocionalmente. O carro da polícia e os cones ao lado da escola reforçam a ideia de controle do espaço e de circulação como elementos que indicam o que a criança associa a segurança e proteção (Figura 3).

Figura 2 – Desenho de Miguel no *Diário das Emoções*



Fonte: Arquivo do grupo de pesquisa.

Figura 3 – Desenho de Rafael no *Diário das Emoções*



Fonte: Arquivo do grupo de pesquisa.

A violência que circunda o cotidiano de muitas crianças brasileiras é múltipla e persistente. A infância nas periferias é marcada por formas específicas de silenciamento e controle social, o que faz com que a escuta das crianças nesses contextos represente um gesto político de valorização de suas narrativas e modos de existir. Em seus desenhos e escritas, as crianças reproduzem a lógica presente na sociedade contemporânea, que equivale a um Estado mais armado por meio da polícia, embora, muitas vezes, seja esta a mesma instituição que promove uma política de morte à população periferizada como estratégia necropolítica (MBEMBE, 2018). Subjetivizadas também por esta lógica de segregação como proteção, as crianças reivindicam grades e muros em um território periferizado, que por sua vez encontra- se segregado do centro e das regiões ricas da cidade. Como afirmam Costa, Moura Júnior. e Barros (2020), pesquisar em contextos periféricos exige deslocamentos epistemológicos e políticos que rompam a lógica colonial da ciência, reconhecendo saberes historicamente silenciados, como os das crianças, jovens e populações empobrecidas.

As vozes das crianças participantes desta pesquisa ecoam as resistências cotidianas já evidenciadas por Costa et al. (2020), ao investigarem infâncias em territórios periféricos cearenses. Em meio a desigualdades históricas e múltiplas formas de invisibilidade, elas constroem estratégias de existência e reexistência que desafiam a noção de infância passiva.

No contexto investigado, marcado pela violência urbana e pelo medo que atinge o entorno escolar, as falas dos estudantes – por exemplo, o receio de uma "bala perdida" atravessar os buracos da sala ou a sensação de segurança apenas dentro da escola – revelam um cotidiano tensionado. Assim como no estudo citado, as crianças aqui operam territórios simbólicos e afetivos, onde narram suas vivências e expressam sentidos singulares sobre o mundo que habitam.

As experiências de fechamento da escola e interrupção do horário de aula demonstraram, de forma concreta, o impacto direto do território sobre o cotidiano escolar e as atividades planejadas. Essa interrupção, assim como a necessidade de ajustar os horários para garantir a segurança dos estudantes, revelam uma realidade em que o medo e a insegurança são elementos estruturantes das experiências das crianças.

Em um cenário de crescente medicalização e aumento de diagnósticos que frequentemente desconsideram os fatores contextuais, é preciso perguntar: como não considerar o desgaste físico e mental de crianças que escutam tiros à noite, que temem a bala perdida em suas casas, que não podem andar livremente por seu território? O cansaço relatado por muitos estudantes pode estar relacionado à dificuldade de descansar em ambientes seguros, enquanto a "raiva" e a "irritabilidade" podem revelar frustrações diante da ausência de espaços de cuidado, escuta e lazer em seus cotidianos. O medo, por sua vez, foi um sentimento recorrente, tanto em relação à violência nas ruas, quanto em relação ao que pode acontecer ao sair da escola, mostrando como a violência externa atravessa e conforma suas emoções, comportamentos e percepções.

Além dos relatos explícitos sobre a violência, também foram percebidas formas sutis de silenciamento, que se expressavam em gestos, pausas e hesitações, revelando modos de "falar sem dizer" diante de um contexto marcado pelo medo e pela possibilidade de represálias, como expressões corporais de hesitação, olhares desviados, sussurros ou falas entrecortadas, especialmente quando o tema envolvia situações vividas fora da escola. Em muitos momentos, parecia que evitavam dizer abertamente, indicando receio de expor detalhes por possíveis represálias. Esses gestos silenciosos evidenciam os limites da palavra diante do risco real que atravessa suas vidas.

Esse movimento de "autocensura" por parte das crianças encontra ressonância nas falas dos/as professores/as, quando compartilharam a dificuldade de tratar abertamente dessas temáticas em sala de aula, revelada em conversas informais durante o trabalho de campo. A escola, apesar de ser espaço de acolhimento e proteção, também está situada no mesmo território de medo e insegurança, o que impõe limites à escuta e ao enfrentamento direto da violência. Assim, forma-se um "pacto de silêncio", por meio do qual todos sabem e sentem, mas nem sempre podem dizer. Como nos alertaram os/as docentes: *"ouvir demais pode nos colocar em risco"*, sinalizando que os muros da escola não são capazes de isolá-la das ameaças externas, nem garantir uma escuta plena.

Diante dos relatos e vivências compartilhadas pelas crianças, torna-se evidente que discutir Infâncias em contextos de exclusão social implica reconhecer os atravessamentos da violência como constitutivos da experiência escolar e emocional desses sujeitos. A escuta sensível revelou dores, medos e tensões, bem como estratégias de enfrentamento, modos de significar o mundo e de reivindicar proteção e dignidade. A escola, nesse cenário, se apresenta como espaço possível de cuidado, resistência e construção de vínculos, por isso pensar em práticas educativas comprometidas com a realidade concreta das infâncias periféricas é uma urgência ética e política. Valorizar a fala das crianças, acolher seus afetos e integrar seus saberes à construção pedagógica é um caminho necessário para uma educação que não silencie, mas promova escuta, reconhecimento e transformação.

Sem silenciar: algumas considerações

sta pesquisa-intervenção, ao propor vivências atravessadas pela escuta sensível, buscou reconhecer as crianças como sujeitos de saber que, mesmo diante de adversidades, mobilizam afetos, medos e desejos em suas narrativas. Esse reconhecimento é fundamental para que as práticas pedagógicas e os projetos escolares não silenciem suas experiências, mas se alinhem às realidades concretas que as impactam.

As vivências propostas possibilitaram a escuta sensível, funcionando como dispositivos por meio dos quais emergiram narrativas marcadas por medo, insegurança, resistência e desejo. Longe de serem relatos isolados, revelaram uma compreensão sofisticada da realidade escolar e social, ao mesmo tempo que funcionam como denúncia e forma de resistência.

Como nos mostram Costa et al. (2020), as crianças não estão caladas, mesmo quando enfrentam o silêncio institucional. No contexto aqui discutido, a cena enunciativa da pesquisa se configurou como território existencial inédito, ou seja, espaço institucional em que, pela primeira vez, as crianças falaram do medo da violência que as ronda cotidianamente.

Os relatos evidenciaram uma tensão constante entre o sentimento de proteção proporcionado pela escola e a vulnerabilidade imposta pela violência urbana em seu entorno, à qual a escola também se encontra exposta. Apesar de dizerem se sentir seguras dentro da escola, o medo dos tiroteios e da violência na comunidade afetava diretamente as emoções e interações cotidianas vivenciadas pelas crianças. Nesse cenário, a escola surge como espaço pedagógico, território de afeto e abrigo, ainda que instável. Em contextos marcados por disputas de facções, fechamento forçado da escola e medo constante, as crianças elaboram compreensões complexas sobre si, o outro e o mundo. Reafirma-se aqui a potência das infâncias periféricas em nomear, narrar e ressignificar o que vivem, mesmo diante de experiências traumáticas.

A escuta dessas vozes infantis revela camadas profundas de sentido: medos, desejos, formas de lidar com o cotidiano. Mais do que considerar falas, trata-se de reconhecer tais expressões como legítimas, no entanto, isso exige que repensemos o lugar da escola nesse processo. Como acolher, mesmo sem poder ouvir tudo? Como considerar a realidade das crianças sem patologizá-las, especialmente, em contextos onde a violência se tornou parte da rotina? O desafio está em construir práticas pedagógicas relacionadas ao território, sem sobrecarregar a instituição escolar nem individualizar o sofrimento. Escutar, nesse contexto, é também ter posicionamento ético diante das infâncias, que demanda políticas públicas de suporte e uma compreensão ampliada do papel da escola como espaço de cuidado, sem que ela seja o único responsável pela proteção integral da criança.

Ao trazer à tona suas emoções, as crianças nos levaram a refletir sobre qual cidade estamos construindo. Ao compartilharem suas emoções, as crianças estão falando de si e afirmando que a escola precisa ser, também, um espaço de cuidado, segurança e apoio emocional em meio a uma cidade que produz segregação, violência e medo. Escutar tais emoções, portanto, não se configura como gesto neutro ou empático, mas como posicionamento ético e político diante da infância.

Observou-se, ao longo da pesquisa, que o tempo da escola parece estar sempre consumido, não há espaço para o pensamento. Larrosa (2002) destaca que a escola, ao adotar um ritmo acelerado e produtivista, vai esvaziando as possibilidades de tempo

para a experiência. Nesse cenário, acolher as emoções e escutar as crianças torna-se ainda mais desafiador. A escola vive o dilema de escutar sem se ferir, acolher sem se sobrecarregar, lidar com histórias de sofrimento sem reduzir os sujeitos a diagnósticos ou rótulos. Reforça-se, assim, a importância de políticas institucionais que abram brechas no currículo para a escuta e fortaleçam os vínculos sem exigir da escola a reparação de todos os danos sociais. A escuta, nesse contexto, exige sensibilidade, tempo, estrutura e vontade coletiva não só da escola, mas da sociedade em sua totalidade.

A escola não pode ser apenas lugar de resultados, precisa ser morada de encontros, sentidos partilhados, ambiente de troca, significação e humanidade, mas como repensar o tempo dentro da escola? Como criar brechas no currículo que favoreçam o acolhimento das emoções, a escuta atenta e a construção de vínculos? Talvez seja nas pequenas práticas, pausas, convites ao diálogo e rodas de conversa que a escola reencontre sua potência de formar com sensibilidade. Pesquisar e intervir se constituíram como um dos espaços de respiro. Ao reconhecer a palavra da criança como narrativa legítima sobre si e sobre seu território, reafirma-se a importância de práticas educativas que abracem a complexidade da infância.

Sob essa perspectiva, este estudo contribui para o campo da educação e da psicologia ao evidenciar que as experiências emocionais das crianças em contextos de violência não devem ser compreendidas de forma individualizada ou descontextualizada, mas como expressões de condições sociais, históricas e territoriais específicas. Ao valorizar a escuta das crianças como prática ética, política e metodológica, a pesquisa reafirma a importância de reconhecê-las como sujeitos produtores de sentidos sobre suas próprias vivências. Além disso, aponta para a necessidade de práticas pedagógicas e políticas públicas que considerem a complexidade dos territórios em que as escolas estão inseridas, superando abordagens que invisibilizam ou individualizam o sofrimento infantil.

Como desdobramento, sugere-se a ampliação de estudos que articulem escuta infantil e contextos de violência em diferentes territórios, bem como investigações que incluam as perspectivas de professores/as e gestores/as sobre os limites e possibilidades da escuta no ambiente escolar. Tais caminhos podem contribuir para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a escuta das infâncias e com a construção de contextos escolares mais sensíveis às realidades da exclusão social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, T.; COSTA, B. Cartografia infantil: enfoques metodológicos seguidos de experiências com crianças e jovens de Portugal e Brasil. **Childhood & Philosophy**, v. 17, p. 1-24, 2021.

ALVES, R. **Por uma educação sensível**. Curitiba: Principis, 2023.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CANDAU, V. M. **Direitos Humanos, Violência e Cotidiano Escolar**. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_dhviolencia.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COSTA, A. F. et al. Resistência de crianças em territórios periféricos cearenses. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 20, n. 3, p. 1171–1196, 2020.

COSTA, E. A.; MOURA JÚNIOR, J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: SANTOS, E. C. S.; ARAÚJO, L. F. de A. (Org.). **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13-31.

DELACOURS-LINS, S. Representações gráficas de aprendizes leitores. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 304-306.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Proporção de pessoas pretas é maior nos bairros de Fortaleza com menor IDH**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/proporcao-de-pessoas-pretas-e-maior-nos-bairros-de-fortaleza-com-menor-idh-veja-dados-por-local-1.3589524>. Acesso em: 19 abr. 2025.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, 2002.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças.** 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos- da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2025.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELO, J. S. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, jan. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil- conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MIRANDA, L. L. et al. Jovens pesquisadores do cotidiano escolar: uma análise do processo de pesquisa. In: BARROS, J. P. P.; MELLO, D. C. A.; ANTUNES, R. P. (Org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos:** estudos do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2020. p. 264283.

MOREIRA, M. I. Pesquisa-intervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa. In: CASTRO, L.; BESSET, V. (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa; FAPERJ, 2008. p. 409-432.

NATIVIDADE, M. R. da; COUTINHO, M. C. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 430-439, 2012.

NOBRE, I. B. C.; RIBEIRO, M. S. S. A vez e a voz das infâncias: os direitos da criança e do adolescente. Revista Desidades, 39, 2024, p.1-17. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/62716/42799>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PAIVA, L. F. S. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

_____. No Ceará, o crime se espalhou: sobre as facções criminosas nas periferias da cidade de Fortaleza. **Teoria e Cultura**, v. 19, p. 60-76, 2024.

RIZZINI, I. **Crianças, adolescentes e direitos**: abordagens teórico-metodológicas e pesquisas na América Latina. Rio de Janeiro: CIESPI; PUC-Rio, 2021.

ROCHA, E. A. C. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 15-38, 2003.

SOARES, L. K. da S. R. et al. Educação Indígena no Brasil: Avanços e retrocessos na História da Educação no Brasil. In: SILVA. G. B. **Educação**: pesquisa em linguagens, leitura e cultura. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021. p.125-138.

WIKIFAVELAS. Pirambu (favela). **Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Pirambu_%28favela%29>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Resumo Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado em Psicologia desenvolvida em uma escola pública da Rede Municipal de Fortaleza, situada em um território marcado por exclusão social e violência urbana. A investigação teve como objetivo analisar como a violência territorial atravessa as emoções, narrativas e relações das crianças com o espaço escolar, a partir de uma escuta sensível, evidenciando os sentidos que atribuem à escola em contextos de exclusão social. Adotou-se a abordagem metodológica da pesquisa-intervenção, com vivências coletivas de expressão emocional e construção de sentidos, as quais possibilitaram compreender como as crianças elaboram suas experiências escolares em território vulnerabilizado. Os resultados indicam que afetos como medo, raiva e insegurança constituem expressões legítimas de sujeitos que constroem sentidos em meio a contextos adversos. Destaca-se, assim, a importância de práticas pedagógicas que acolham as vozes infantis e reconheçam a escola como espaço de escuta, proteção e resistência.

Palavras-chave: violência, infâncias, escola, pesquisa-intervenção, escuta ética.

***"Me siento muy triste cuando hay disparos"*:**
infancias, escuela y violencia en contextos de exclusión social

Resumen Este artículo presenta los resultados de una investigación de máster en Psicología desarrollada en una escuela pública de la Red Municipal de Fortaleza, situada en un territorio marcado por la exclusión social y la violencia urbana. La investigación tenía como objetivo analizar cómo la violencia territorial atraviesa las emociones, narrativas y relaciones de los niños con el espacio escolar, desde una escucha sensible, evidenciando los significados que atribuyen a la escuela en contextos de exclusión social. Se adoptó el enfoque metodológico de investigación-intervención, con experiencias colectivas de expresión emocional y construcción de significados, lo que permitió comprender cómo los niños elaboran sus experiencias escolares en un territorio vulnerable. Los resultados indican que afectos como el miedo, la ira y la inseguridad son expresiones legítimas de sujetos que construyen significados en medio de contextos adversos. Así, se destaca la importancia de prácticas pedagógicas que acojan las voces de los niños y reconozcan la escuela como un espacio de escucha, protección y resistencia.

Palabras clave: violencia, infancias, escuela, investigación-intervención, escucha ética.

***"I feel so sad when I hear gunshots"*:**
childhoods, schooling, and violence in contexts of social exclusion

Abstract This article presents the results of a master's research in Psychology developed in a public school of the Municipal Network of Fortaleza, located in a territory marked by social exclusion and urban violence. The investigation aimed to analyze how territorial violence crosses the emotions, narratives and relationships of children with the school space, from a sensitive listening, evidencing the meanings they attribute to the school in contexts of social exclusion. The methodological approach of research-intervention was adopted, with collective experiences of emotional expression and construction of meanings, which made it possible to understand how children elaborate their school experiences in vulnerable territory. The results indicate that affects such as fear, anger and insecurity are legitimate expressions of subjects who construct meanings in the midst of adverse contexts. Thus, the importance of pedagogical practices that welcome children's voices and recognize the school as a space for listening, protection and resistance is highlighted.

Keywords: violence, childhoods, school, intervention research, ethical listening.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/08/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 07/05/2026



Luciana Lobo Miranda

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da City University of New York (CUNY), Estados Unidos. Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

E-mail: luciana.miranda@ufc.br



Simone Cordeiro Lopes Acelino

Mestra em Psicologia e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza-Ceará, Brasil.

E-mail: simonecordeirolopes@gmail.com



Tatiana de Oliveira Guerra

Mestra em Psicologia e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza-Ceará, Brasil.

E-mail: tatiana8guerra@yahoo.com.br



Participação juvenil e relações intergeracionais em movimentos sociais no Rio de Janeiro

Caroline de Souza Araujo
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Rio de Janeiro, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-4964-5750

Irene Rizzini
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Rio de Janeiro, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-1154-7998

Renata Mena Brasil do Couto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Rio de Janeiro, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-2030-0636

Adriana Alice Gomes de Barros
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, Brasil
https://orcid.org/0000-0001-9321-5964

https://doi.org/10.54948/desidades.v1i45.71375

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a participação juvenil e as relações intergeracionais em movimentos sociais, com ampla ou exclusiva participação juvenil, atuantes no Rio de Janeiro, Brasil, a partir de entrevistas realizadas junto a integrantes com idades entre 19 e 29 anos, realizadas entre maio e setembro de 2024, no âmbito do projeto *Participação Cidadã: população infantil e juvenil em foco*[1]. O recorte da pesquisa aqui apresentado buscou compreender os desafios e as possibilidades da participação juvenil em diferentes iniciativas, movimentos, coletivos ou grupos[2], considerando a intergeracionalidade como um aspecto central, intrínseco à dinâmica desses espaços.

Para contextualizar essa discussão, é importante apresentar os marcos normativos que fundamentam o direito à participação de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e, de forma mais direta, no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Esses instrumentos permitem compreender a trajetória da garantia legal da participação, que se inicia ainda na infância, oferecendo o pano de fundo para a análise que se segue.

Iniciaremos a discussão sobre o direito à participação de crianças, adolescentes e jovens a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização da Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990 (ONU, 1989). A CDC constitui-se como um marco significativo que reconhece nesses sujeitos o direito de expressarem suas opiniões e serem ouvidos nas questões que os afetam, defendendo, assim, a sua participação na sociedade e contribuindo para a valorização das vozes infantis e juvenis. Lundy (2007) reforça a importância dessa diretriz ao destacar que ela contribui para a compreensão da criança como sujeito pleno de direitos e capacidade de participação ativa na sociedade, em oposição à lógica tutelar que, historicamente, deslegitimou suas opiniões.

No Brasil, o ECA, nos artigos 16 e 17, reafirma o direito à participação de crianças e adolescentes, articulando esse direito aos princípios da liberdade, do respeito e da convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No caso dos jovens, o Estatuto da Juventude, adota uma abordagem ainda mais direta ao tratar do direito à participação, ao estabelecer, já em seu artigo 3º, políticas voltadas à juventude que devem estimular a participação efetiva dos jovens em todas as etapas de formulação, execução e avaliação. Com isso, a legislação reforça o reconhecimento da juventude como sujeito político nos processos decisórios que impactam suas vidas (BRASIL, 2013).

A discussão proposta por Rizzini (2024) amplia esta análise ao evidenciar que a participação cidadã de crianças, adolescentes e jovens ocupa um lugar central no desenvolvimento de um sentido de autonomia e de consciência como cidadão, ultrapassando a mera

1 Coordenado pela professora Irene Rizzini (DSS/CIESPI/PUC-Rio) com apoio da FAPERJ (CNE - Processo E-26/201.113/2022).

2 Neste artigo, vamos nos referir aos movimentos entrevistados, ora como movimentos sociais e/ou juvenis, ora como coletivos ou grupos. Optamos por tratar os termos como sinônimos, já que os próprios participantes usam essas denominações de forma variada. Essa escolha busca apenas facilitar a leitura, sem desconsiderar possíveis distinções conceituais.

formalidade legal e concretizando-se em experiências cotidianas. A autora mostra que, mesmo diante de posturas adultocêntricas ainda presentes em muitos contextos, a atuação protagônica da população infantil e juvenil tem potência para questionar e transformar relações historicamente desiguais entre gerações, abrindo espaço para práticas mais horizontais e democráticas.

A partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, o debate sobre a participação infantil e juvenil passou a ocupar maior espaço tanto na formulação de políticas públicas quanto na produção acadêmica (RIZZINI; TABAK; SAMPAIO, 2019). Esse movimento contribuiu para o reconhecimento da participação de crianças, adolescentes e jovens não apenas como princípio normativo, mas como um direito que deve orientar práticas institucionais, sociais e políticas. Ainda assim, persistem desafios relacionados à sua efetivação.

Nessa perspectiva, a cidadania juvenil não deve ser compreendida como concessão, mas como um direito que se consolida no reconhecimento desses sujeitos como atores legítimos da vida pública e política. A participação, portanto, não deve ser restrita à dimensão normativa, mas deve ser reconhecida como prática política, processo coletivo e exercício cotidiano de cidadania. Diversos estudos têm apontado que a existência de garantias legais e de teorias universalizantes sobre participação social e política, muitas vezes descoladas dos diferentes contextos sociais, políticos e históricos, não assegura, necessariamente, a efetivação da participação nos espaços institucionais e políticos (JAMIESON et al., 2022; RIZZINI, 2024; RUIZ-CASARES et al., 2017).

No debate sobre participação infantil e juvenil, de acordo com Rizzini (2024), os conceitos de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo ocupam lugar central nas produções latino-americanas, especialmente por evidenciarem as tensões presentes nas relações entre gerações e os obstáculos ao reconhecimento da participação social e política de crianças, adolescentes e jovens.

Para Rizzini (2024), apesar das práticas adultocêntricas ressaltadas nas pesquisas, crianças, adolescentes e jovens podem construir formas próprias de atuação política, mobilização e resistência, inclusive em espaços coletivos e movimentos sociais marcados por tensionamentos relacionados ao reconhecimento das vozes juvenis por parte dos adultos. Segundo a autora: "O papel protagônico de jovens ativistas tem o potencial de desestabilizar e de remodelar as relações desiguais de poder entre gerações nos espaços nos quais atuam" (RIZZINI, 2024, p. 239), o que reforça a importância de refletirmos sobre os limites presentes no reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos com possibilidades de participação nos espaços coletivos e políticos.

Neste estudo, buscamos discutir o conceito de juventude para além de análises homogêneas e restritas a um recorte etário. Apesar das delimitações etárias serem importantes para a formulação de políticas públicas, compreender as juventudes exige considerar as diferentes condições sociais, culturais e históricas que atravessam as experiências juvenis.

Conforme discutem Pais (1990), Carrano (2012) e Abramo (2005), as juventudes são marcadas por diferenças de classe, raça, gênero, território e pertencimento cultural, produzindo distintas formas de participação e inserção social. Pais (1990, p. 140) questiona a ideia de juventude como categoria homogênea ao afirmar que "não se vê como possam englobar-se numa mesma geração [...] indivíduos que [...] pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos ideológicos ou grupos profissionais diferentes".

Assim, falar em juventudes, no plural, significa reconhecer a diversidade de trajetórias, vivências e experiências juvenis que atravessam os modos de participação e inserção política nos contextos nos quais estão inseridos.

Os movimentos sociais também assumem papel fundamental enquanto espaços de construção coletiva, participação cidadã e luta pela ampliação de direitos, por meio das quais diferentes grupos sociais organizam demandas, constroem identidades coletivas e ampliam formas de participação política (GOHN, 2007). No Brasil, especialmente a partir do processo de redemocratização, os movimentos sociais passaram a ocupar lugar central na luta pela ampliação de direitos e na construção de mecanismos de participação social e política.

No entanto, os avanços produzidos no processo de redemocratização brasileira também passaram a conviver com contradições relacionadas às transformações econômicas, políticas e sociais, marcadas pela ampliação das desigualdades sociais, pela fragilização de direitos e pela incorporação, muitas vezes limitada, das demandas coletivas aos espaços institucionais. Conforme problematiza Osório (2017, p. 27), "o Estado é a condensação das correlações de forças", sendo atravessado por disputas e limites estruturais relacionados às formas de organização da vida social e política no capitalismo dependente.

Nesse contexto, entendemos que os rebatimentos dessas relações e disputas incidem sobre a organização da vida social, a efetivação dos direitos sociais e as possibilidades de participação política. Assim, os movimentos sociais enfrentam desafios relacionados tanto à ampliação da participação social quanto aos limites impostos pelas formas institucionais de incorporação das demandas coletivas.

Dagnino (1994) discute a cidadania como um processo histórico construído nas lutas sociais e na atuação de sujeitos coletivos, defendendo uma concepção de participação que ultrapassa o acesso formal a direitos previamente definidos. Para a autora, a participação cidadã envolve também a possibilidade de os próprios sujeitos participarem da definição e redefinição dos espaços políticos e sociais nos quais estão inseridos. Ao mesmo tempo, de acordo com Dagnino (2004), os processos participativos podem ser atravessados por tensionamentos e redefinições produzidas no contexto neoliberal, em que a participação social, por vezes, é incorporada de forma limitada e institucionalizada, esvaziando parte de seu potencial crítico e transformador.

É importante refletirmos sobre a atuação de crianças, adolescentes e jovens não apenas como presença simbólica ou consultiva, mas como participação social e política, atravessada por conflitos, negociações e disputas por reconhecimento.

Essas experiências de participação não ocorrem de forma homogênea ou isenta de contradições. Isso implica refletir sobre as tensões presentes nas relações intergeracionais e sobre os desafios produzidos pela permanência de práticas adultocêntricas. Embora essas relações possam favorecer experiências coletivas mais horizontais, conforme destaca Rizzini (2024), também revelam desigualdades de poder entre adultos e jovens. Em muitos casos, essas desigualdades aparecem por meio de posturas paternalistas e de dificuldades no compartilhamento efetivo dos processos decisórios.

Por isso, compreender as relações intergeracionais é fundamental não apenas para observar, de forma superficial, as interações entre crianças, jovens e adultos, mas para reconhecer se elas constituem, ou não, um diálogo e um aprendizado mútuos entre gerações, considerando que essas relações são atravessadas por negociações,

conflitos e disputas por legitimidade. Ainda assim, experiências construídas a partir do reconhecimento mútuo, da escuta e da valorização das experiências juvenis podem contribuir para o fortalecimento de práticas participativas mais democráticas e menos adultocêntricas (MAIA et al., 2024; RIZZINI, 2024).

Nesse sentido, a intergeracionalidade pode ser compreendida como um processo dinâmico, que envolve possibilidades de diálogo e aprendizagem, bem como tensões e disputas, aspectos que serão discutidos ao longo deste artigo.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, buscando analisar as experiências e os significados atribuídos pelos jovens às suas formas de participação nos movimentos sociais e às relações intergeracionais construídas nesses espaços. Conforme discute Minayo (2004), a pesquisa qualitativa possibilita apreender dimensões relacionadas aos sentidos, experiências e interpretações produzidas pelos sujeitos em seus contextos sociais. A análise do material empírico toma por referência a leitura interpretativa e reflexiva dos relatos, conforme as contribuições de Bardin (2006).

Inicialmente, buscava-se focar exclusivamente nos movimentos sociais juvenis da cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de articular mais diretamente o estudo ao escopo original da pesquisa. No entanto, identificou-se um número reduzido de coletivos juvenis na capital fluminense com perfis diversos. Diante disso, optou-se por ampliar o recorte territorial, incluindo movimentos de outros municípios do estado, a fim de contemplar coletivos com características variadas. Ainda assim, cabe destacar que todos os movimentos que compõem a nossa amostra possuem atuação efetiva na cidade do Rio de Janeiro, embora nem todos desenvolvam pautas específicas voltadas somente ao município[3].

A seleção dos jovens[4] ativistas integrantes de movimentos sociais atuantes no Rio de Janeiro combinou diferentes estratégias de busca. Foram realizadas consultas em redes sociais, como o Instagram e o Facebook, em sites institucionais e, também, a partir de recomendações da rede de contatos das pesquisadoras do projeto e de jovens já envolvidos em coletivos. Esse mapeamento inicial resultou em um conjunto variado de organizações, do qual foram selecionados dez movimentos a partir de critérios específicos: presença ativa nas redes sociais, indicando atividades em curso; abertura para entrevistas, identificada em conversas preliminares; coordenação composta por jovens, permitindo observar a juventude em posições de liderança; e diversidade temática. A partir daí, foram incluídos na pesquisa: Zona Oeste Ativa (ZOA), Associação Youca Brasil, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Grêmio Estudantil

3 Além da cidade do Rio de Janeiro, alguns entrevistados residem em Duque de Caxias, Niterói, Japeri, Paracambi e Resende. Ademais, a Associação Youca Brasil possui sede no município de Duque de Caxias.

4 Reconhecemos a relevância da discussão sobre linguagem inclusiva para uma escrita mais alinhada à diversidade de gênero. No entanto, neste artigo, adotamos o masculino genérico com base no conceito de "gênero não marcado", de Mattoso Câmara Jr. (1972). Evitamos ainda o uso de sinais gráficos por entendermos que podem dificultar à leitura, especialmente para aqueles que acessam o conteúdo através de telas e áudios. Isso não significa excluir outras identidades ou pronomes.

Contra-atacar (CEFET/RJ), Fórum Estadual da Juventude do Rio de Janeiro, Coletivo Indígena da UERJ, Pastoral da Juventude, Movimento Negro Unificado (MNU), Jovens Negociadores pelo Clima e Levante Popular da Juventude.

As entrevistas foram realizadas entre maio e setembro de 2024, tiveram formato semiestruturado e ocorreram de forma remota, conforme a disponibilidade dos participantes, com duração média entre 40 minutos e 1 hora. As questões que nortearam as entrevistas organizaram-se em torno de três eixos principais: as formas de participação nos movimentos sociais, as relações intergeracionais construídas nos espaços de atuação coletiva e as possibilidades de fortalecimento e ampliação da participação juvenil. Embora os entrevistados fossem jovens entre 19 e 29 anos, alguns dos movimentos investigados contavam com participação de adolescentes, aspecto que emergiu nos relatos e análises desenvolvidas ao longo do estudo. O tempo prolongado do processo se deveu à dificuldade de contato com algumas organizações e à demora na devolução dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados por todos os participantes. Os convites para participação foram enviados por e-mail institucional ou pelas redes sociais, tanto para pessoas já reconhecidas por sua atuação em movimentos sociais quanto para representantes de organizações, que indicaram jovens para serem entrevistados. Por razões de sigilo, este artigo não divulgará os nomes dos entrevistados, apenas os das organizações. No total, participaram das entrevistas 11 jovens, sendo um representante de cada organização participante, com exceção da Associação Youca Brasil, que contou com a participação de dois jovens, a pedido dos próprios participantes.

A pesquisa apresentou alguns limites e desafios metodológicos que precisam ser considerados na análise dos resultados. No plano operacional, destacam-se as dificuldades de contato com alguns movimentos e a demora na devolução dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que contribuiu para a extensão do período de coleta e para a limitação do número de entrevistas realizadas. A realização das entrevistas em formato online, embora tenha viabilizado a participação de diferentes atores, pode ter implicado menor aprofundamento do vínculo entre pesquisadoras e participantes, além de restringir a observação de elementos não verbais.

O referencial teórico que fundamenta este artigo apoia-se majoritariamente em autores que discutem a participação infantil e juvenil, o adultocentrismo e a intergeracionalidade. Para sua construção, recorreu-se principalmente à Base de Dados Bibliográficos do CIESPI/PUC-Rio, intitulada *Participação infantil e juvenil - produção acadêmica na América Latina (2005-2023)*[5], que reúne artigos em português e espanhol sobre o tema, articulando também contribuições de autores que discutem juventudes, cidadania e movimentos sociais. A interlocução com essa produção bibliográfica possibilitou ampliar o diálogo com perspectivas latino-americanas voltadas à problematização da participação juvenil, das relações intergeracionais e das desigualdades presentes nos movimentos juvenis ou espaços coletivos pesquisados.

5 Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/collections/26>. Acesso em: 09 jul. 2025.

Características dos jovens e dos movimentos sociais

Os jovens entrevistados nos dez movimentos sociais selecionados compõem um grupo marcado pela diversidade, tanto no recorte etário quanto nas pautas que mobilizam suas ações. Suas atuações e objetivos transitam entre iniciativas comunitárias nos territórios onde vivem e mobilizações que dialogam com agendas globais, como a justiça climática. Como também discutido por Couto, Rizzini e Bush (2022), os jovens ativistas não se limitam a reivindicações tradicionalmente associadas à sua faixa etária. Faz parte da dinâmica a articulação de diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade, direitos humanos e inserção produtiva. Sposito, Tarábola e Ginzel (2021) também apontam a multiplicidade de temas e formas de engajamento expressa nas distintas realidades juvenis, acarretando a ampliação e diversificação das formas de participação política entre os jovens.

Os entrevistados têm entre 19 e 29 anos, mas alguns de seus movimentos contam com forte presença de adolescentes, como o Grêmio Estudantil Contra-atacar, do CEFET/RJ, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Nesses espaços, predominam integrantes entre 15 e 18 anos, por serem, em sua maioria, estudantes do ensino médio ou técnico – o que também reflete a faixa etária mais comum entre os alunos do próprio CEFET/RJ –, segundo a entrevista realizada. Por outro lado, iniciativas como o Movimento Negro Unificado e o Coletivo Indígena da UERJ apresentam uma composição mais heterogênea, incluindo jovens e adultos, muitos deles já inseridos no ensino superior ou no mercado de trabalho.

Entre os objetivos centrais dos grupos que participaram da pesquisa, destacam-se pautas relacionadas à educação pública de qualidade, passe livre e assistência estudantil (UBES e Grêmio Contra-atacar/CEFET), ao enfrentamento ao racismo estrutural e à defesa do bem viver (Movimento Negro Unificado e Coletivo Indígena da UERJ), além da adaptação climática com foco em grupos vulneráveis (Jovens Negociadores pelo Clima). Outros coletivos, como a Associação Youca Brasil e o Levante Popular da Juventude, concentram seus esforços na formação política, na educação popular e no direito ao acesso à cidade.

A atuação dos jovens no Rio de Janeiro ocorre em um contexto de desigualdades sociais e desafios socioterritoriais específicos. Movimentos como o Zona Oeste Ativa surgem justamente para combater o isolamento geográfico e a escassez de equipamentos culturais em bairros afastados do Centro do Rio, como Padre Miguel e Bangu, utilizando a ocupação de praças públicas como estratégia de resistência. No entanto, essa atuação territorial enfrenta desafios severos, como a presença de forças de controle (polícia e milícia) e o risco de agressões verbais e físicas em áreas marcadas pela violência e pelo silenciamento.

Além disso, a militância no Rio de Janeiro possui uma forte dimensão intergeracional e histórica das lutas sociais; no Movimento Negro Unificado e na Pastoral da Juventude, por exemplo, os jovens estabelecem diálogos com membros antigos que vivenciaram a redemocratização na década de 1980, conectando memórias de luta com novas linguagens e ferramentas digitais de mobilização. Organizacionalmente, esses grupos priorizam estruturas horizontais e decisões baseadas na escuta ativa, buscando romper com o adultocentrismo que frequentemente deslegitima as vozes juvenis nos espaços de decisão política.

As experiências relatadas pelos entrevistados evidenciam que os movimentos juvenis pesquisados são atravessados por diferentes formas de participação, organização coletiva e relações intergeracionais, construídas em contextos marcados por desigualdades sociais, disputas políticas e distintas experiências juvenis.

Relações intergeracionais: por que falar sobre elas é importante?

As interações entre diferentes gerações nos movimentos sociais juvenis do Rio de Janeiro são fundamentais para compreender como essas iniciativas se consolidam e avançam em suas pautas. Mesmo em grupos com forte protagonismo jovem, como o Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET/RJ e a Pastoral da Juventude, é frequente a presença de adultos atuando como apoiadores, mentores ou parceiros estratégicos.

No entanto, as relações intergeracionais não se constituem de forma homogênea ou isenta de conflitos. Elas não se restringem a diferenças etárias, mas envolvem experiências sociais, políticas e históricas distintas, que influenciam as formas de participação política, reconhecimento e inserção nos espaços coletivos (CARRANO, 2012; PAIS, 1990). A partir do debate de Morales e Magistris (2019), tais relações são atravessadas por disputas de poder, hierarquias geracionais e limites relacionados ao reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos políticos. De acordo com os autores, "Se trata de reconocer el carácter conflictivo de las relaciones entre las generaciones en tanto vínculo asimétrico que contiene y reproduce autoritarismo y desigualdad" (MORALES; MAGISTRIS, 2019, p. 4).

As práticas adultocêntricas podem limitar a participação efetiva de crianças, adolescentes e jovens nos espaços de decisão, produzindo tensionamentos relacionados às formas de participação política construídas nos espaços coletivos. Ao mesmo tempo, Rizzini (2024) destaca que o protagonismo de jovens ativistas pode contribuir para desestabilizar relações desiguais de poder entre gerações e favorecer experiências participativas mais igualitárias nos espaços em que atuam.

Mais do que compreender as relações intergeracionais como simples colaboração entre diferentes gerações, a análise que segue se dedica a examinar esses aspectos, identificando o que tem funcionado e quais tensões, desafios e possibilidades construídas, a partir das experiências concretas dos jovens envolvidos nos movimentos sociais pesquisados.

Possibilidades e potencialidades das relações intergeracionais

As experiências relatadas pelos jovens indicam que as relações intergeracionais, embora atravessadas por tensões, também podem produzir possibilidades de escuta, colaboração e fortalecimento das ações coletivas nos movimentos juvenis pesquisados.

Um dos aspectos positivos das relações intergeracionais observado, a partir da perspectiva dos jovens, é a convivência respeitosa entre diferentes faixas etárias, o que contribui para a construção de espaços colaborativos. No caso da Zona Oeste Ativa, a apropriação do espaço público, como uma praça muito popular no território entre Padre Miguel e Bangu, favorece interações espontâneas entre crianças, adolescentes, jovens e adultos mais velhos, promovendo vínculos que ultrapassam as barreiras geracionais. Com o objetivo de garantir a participação de todos, os organizadores ajustam a linguagem e os temas abordados conforme o público presente:

> *É uma relação de praça mesmo. Numa praça pública, os mais velhos, as crianças, os adolescentes, eles estão ocupando o mesmo espaço. Existem ali as regras sociais que não são ditas, né? Quando se tem crianças ali, as pessoas evitam usar certos tipos de coisas, certos tipos de linguagem. Tem uma linguagem mais lúdica, né? Mais suave. Com os mais velhos também têm um respeito maior com as palavras ou com as temáticas abordadas. Mas as diferentes idades, elas se sentem à vontade de participar da roda* (27 anos, integrante do ZOA).

Em outros movimentos, as experiências intergeracionais também aparecem associadas à construção de relações mais horizontais entre jovens e adultos. Na Youca Brasil, observa-se uma relação intergeracional marcada por respeito mútuo e parceria. Os adultos, muitas vezes descritos pelos próprios jovens como pessoas de "*alma jovem*" *(25, integrante da Youca Brasil)*, não ocupam posições de autoridade rígida, mas atuam como aliados no processo coletivo, principalmente nas questões burocráticas. Essa postura marcada por relações menos verticalizadas entre jovens e adultos abre espaço para que os jovens contribuam com ideias inovadoras e atualizadas, como o uso de ferramentas digitais, como o TikTok, para ampliação do engajamento do movimento, enquanto os adultos, por sua vez, oferecem a experiência acumulada e o olhar estratégico para garantir foco e sustentabilidade das ações, como relatou uma das jovens entrevistadas: "A gente propõe ideias novas, tipo usar TikTok para engajar, e eles trazem estratégias de como fazer isso dar certo sem perder o foco. É como se fosse uma parceria, não uma imposição" (19 anos, integrante da Youca Brasil). Essa construção coletiva entre gerações não apenas fortalece as ações do grupo, mas também tensiona estruturas tradicionais de hierarquia.

Nesse sentido, a escuta dos mais velhos às vozes juvenis não só permite a circulação de afetos, memórias e aprendizados compartilhados, como também abre caminho para formas de resistência mais inclusivas e plurais (POSADA-ESCOBAR; BRICEÑO-ALVARADO; MUNAR-MORENO, 2017). Contudo, para que essa participação intergeracional seja de fato efetiva é necessário romper com padrões hierárquicos enraizados nas relações adultocêntricas, como apontam Rizzini, Tabak e Sampaio (2019), ao defenderem a superação das estruturas verticalizadas entre gerações como condição para o protagonismo juvenil, assim como pôde ser observado no relato da entrevistada da Youca Brasil.

Uma lógica semelhante aparece no relato do entrevistado dos Jovens Negociadores pelo Clima. Segundo ele, o respeito pelas experiências dos mais velhos, entendido como reconhecimento da ancestralidade e das trajetórias de luta, é um dos pilares do movimento. Embora a composição majoritária dos Jovens Negociadores pelo Clima seja de jovens, os adultos que participam atuam como mentores e, também, como colaboradores e parceiros, contribuindo com estratégias políticas que fortalecem a organização.

No Movimento Negro Unificado, as trocas entre gerações acontecem de forma orgânica e profundamente significativa. Os membros mais antigos, conhecidos como *griôs*, compartilham suas vivências e histórias, muitas delas ligadas ao período de redemocratização do país, iniciada na década de 1980, oferecendo uma perspectiva histórica para os jovens sobre as lutas por direitos e justiça social da população negra. Ao mesmo tempo, os jovens trazem pautas atuais e urgentes, como o enfrentamento do racismo nas redes sociais, ampliando o alcance e a atualidade da militância do movimento, como destacou uma das entrevistadas:

> Os griôs do MNU são como uma biblioteca viva. Eles contam como foi lutar na redemocratização, as marchas, as conquistas. A gente, mais jovem, traz pautas novas, como o racismo no Instagram, e eles ajudam a conectar isso com a história do movimento. É uma troca que fortalece a gente, porque sem o passado a gente não entende o presente, e sem a gente o movimento não vai pro futuro (22 anos, integrante do MNU).

A importância do olhar jovem, especialmente no uso estratégico das tecnologias, também foi destacada pelo entrevistado da Pastoral da Juventude. O jovem apontou como os meios digitais têm ampliado o alcance das mobilizações e renovado as formas de engajamento político, apesar de os mais velhos contribuírem significativamente para o entendimento dos jovens sobre a perspectiva histórica do movimento. Na sua opinião:

> Na Pastoral, os mais velhos nos ensinam sobre a história da resistência, tipo as comunidades eclesiais de base nos anos 70. A gente, por outro lado, está mais ligada nas redes sociais, falando sobre racismo e desigualdade de um jeito que chega nos jovens de hoje. Eles respeitam nossa voz, e a gente aprende com a experiência deles. É uma construção juntos (29 anos, integrante da Pastoral da Juventude).

Essa lógica de troca intergeracional, em que o saber dos mais velhos se articula com as contribuições tecnológicas e comunicacionais dos mais jovens, também é observada por Freitas e Gouvea (2023). Ao analisarem o Movimento Sem Terrinha do MST, os autores destacam como as crianças, por meio de linguagens próprias, transformam as dinâmicas do coletivo e ensinam, ao mesmo tempo em que aprendem. Infere-se, portanto, que em movimentos como a Pastoral e outros coletivos, especialmente no que diz respeito ao uso das mídias digitais, jovens e adolescentes assumem um papel ativo ao ensinarem aos adultos novas estratégias de comunicação e mobilização, evidenciando os processos de aprendizagem que podem ser construídos entre diferentes gerações.

Os dados indicam que as trocas entre gerações aparecem associadas ao compartilhamento de vivências, saberes políticos e experiências históricas de militância, ao mesmo tempo em que os jovens contribuem com novas formas de comunicação, mobilização e engajamento político, especialmente por meio das mídias digitais. Tais experiências podem fortalecer a continuidade das lutas coletivas, ainda que atravessadas por diferentes experiências geracionais, formas de atuação política e modos de compreender as dinâmicas dos movimentos.

No caso do Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET/RJ, observa-se uma mediação entre gerações marcada por respeito, principalmente entre os professores, diretores de departamento e alunos de graduação – apesar da entrevistada destacar alguns desafios, que serão melhor explicitados no tópico seguinte. A relação mais forte do Grêmio é com os alunos de graduação, já que eles lutam por pautas conjuntas, como a diminuição do valor da comida no "bandejão"[6].

A integrante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas entende a participação juvenil como uma ferramenta potente de transformação pessoal e social, a ponto de influenciar sua própria mãe, já adulta, a retomar os estudos e ingressar na universidade.

6 Nome informal dado ao Restaurante Universitário, que oferece refeições a baixo custo ou, em alguns casos, gratuitas para estudantes.

Esse envolvimento intergeracional nos espaços estudantis reforça o que Gohn (2018) já apontava: associações como grêmios e entidades estudantis costumam atrair também a adesão de adultos, como pais, professores, diretores e membros da sociedade civil, compondo um tecido coletivo de engajamento que fortalece a luta por direitos.

No Fórum Estadual da Juventude do Rio de Janeiro, a idade máxima para participação gira em torno dos 24 anos. No entanto, há trocas intergeracionais importantes entre adolescentes e jovens com mais tempo de militância, que assumem papéis de liderança e apoio. O entrevistado destacou a diferença de maturidade política entre uma participante de 14 anos e os demais, revelando um tipo de intergeracionalidade "interna" à juventude, ou seja, entre adolescentes e jovens.

Este relato evidencia como as relações intergeracionais também podem ser atravessadas por compreensões distintas acerca da participação política e da legitimidade das vozes juvenis nos espaços coletivos. Conforme discutem Morales e Magistris (2019), as relações entre gerações são atravessadas por hierarquias e disputas de reconhecimento, que podem produzir assimetrias na forma como crianças, adolescentes e jovens são percebidos nos espaços de participação.

No caso do jovem entrevistado pelo Coletivo Indígena da UERJ, foi relatado que o diálogo dentro do movimento flui justamente porque os membros compartilham uma realidade semelhante e possuem agendas flexíveis para as ações. Contudo, eles não têm ampla participação dos adolescentes, pois os eventos são distantes de onde moram, impossibilitando sua presença em razão do tempo de deslocamento no trajeto evento-casa:

> Mas entre a gente mesmo, acho que é mais fluido também, porque a gente acaba estando nos mesmos campos, então a gente também tem essa questão dessa agenda um pouco mais flexível, porque no sentido de deslocamento mesmo, porque, por exemplo, ontem teve essa roda que era lá em Niterói, e terminou muito tarde, então eu cheguei em casa bem tarde. E aí, às vezes, para levar esse adolescente já não é a coisa mais fácil do mundo. Então, o coletivo em si também, ele não tem essa participação de adolescente (26 anos, integrante do Coletivo Indígena da UERJ).

Por fim, essas experiências dialogam com o que Morales e Magistris (2019) discutem ao analisarem coletivos de base comunitária na América Latina, nos quais a troca entre gerações constitui um elemento central da cultura política local. Embora o foco das autoras seja na relação entre crianças e adultos, suas reflexões também contribuem para compreender as dinâmicas intergeracionais construídas entre jovens e adultos nos movimentos pesquisados.

Desafios nas relações intergeracionais

As diferenças geracionais representam um desafio significativo para alguns dos movimentos sociais entrevistados, seja nas interações entre jovens e adultos, seja entre distintas faixas etárias da própria juventude, como entre adolescentes e jovens mais velhos. Assim, apesar dos pontos positivos analisados anteriormente, essas relações também estão marcadas por conflitos, que incluem resistências à interação, dificuldades de compreensão do papel intergeracional e barreiras de comunicação.

Os jovens entrevistados não mencionaram apenas desafios internos nas relações intergeracionais. Ressaltaram, sobretudo, que eles se fazem presentes nas interações entre os movimentos e outros grupos e espaços. Em especial, a subestimação das contribuições juvenis por parte dos adultos, associada às divergências de visão e prioridades, configura um entrave às relações intergeracionais, como será exemplificado a seguir.

Um obstáculo recorrente à intergeracionalidade nos espaços de participação é a resistência de adultos à atuação ativa de jovens, expressa em atitudes marcadamente etaristas. Uma jovem da Youca Brasil relatou, por exemplo, sua experiência no Fórum da Criança e do Adolescente de Duque de Caxias, quando foi desqualificada por um adulto que afirmou que ela estava "*saindo da fralda agora*" e que precisava "*aprender mais*" *(25 anos, integrante da Youca Brasil).* Esse tipo de postura, que insiste em tratar a juventude como imatura e "ainda não pronta", reforça a lógica de que os jovens devem "esperar sua vez" e acaba deslegitimando suas contribuições. A própria entrevistada destacou que não buscava substituir o papel dos adultos, mas sim aprender com eles: "Tá, mas eu estou aqui realmente para aprender. Eu quero que você me ensine, já que você sabe, eu quero que você me ensine" (25 anos, integrante da Youca Brasil). Ainda assim, diante da resistência enfrentada, chegou a repensar sua permanência no espaço, apesar de reconhecer a relevância do grupo e a importância da sua presença em um Fórum voltado justamente à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Esse episódio ilustra como o adultocentrismo, ao desvalorizar as vozes juvenis, pode não apenas inibir a participação, mas também afastar jovens de espaços coletivos fundamentais.

Como apontam Branco et al. (2015, p. 22), "quando [os adultos] valorizam mais as carências do que as potencialidades [dos jovens], acabam menosprezando as suas possibilidades de atuação". A entrevistada em questão destaca, ainda, que é preciso incluir jovens "de fato, não só pra fazer número" (25 anos, integrante da Youca Brasil), reforçando a urgência de espaços que não apenas permitam a presença, mas valorizem efetivamente a contribuição juvenil.

Além das hierarquias etárias, as diferenças de perspectivas entre gerações também geram atritos. O entrevistado da Pastoral da Juventude observa que adultos que participaram do movimento nas décadas de 1980 e 1990 tentam aplicar práticas ultrapassadas a uma juventude atual, mais conectada à tecnologia, ele aponta que: "Muitas vezes, adultos [...] tentam reproduzir práticas e visões daquele período, que não correspondem à realidade da juventude atual" (29 anos, integrante da Pastoral da Juventude). Essa desconexão é agravada pela dificuldade de engajar jovens "desigrejados"[7], refletindo uma mudança geracional de valores. Em síntese, a resistência em adotar abordagens contemporâneas, como o uso de mídias digitais, limita o diálogo intergeracional.

O relato anterior coaduna com o exposto pelo entrevistado dos Jovens Negociadores pelo Clima ao relatar a resistência interna ao uso de ferramentas modernas para facilitar o engajamento, como o TikTok: "A gente apanhou muito, por exemplo, porque a gente não tinha TikTok" (29 anos, integrante dos Jovens Negociadores pelo Clima). Essa resistência reflete como até mesmo os jovens podem estar desalinhados internamente em suas abordagens, dificultando a comunicação e a mobilização, segundo o entrevistado: "a

7 Denominação dada pelo entrevistado às pessoas que não pertencem a nenhuma igreja, embora ele não tenha deixado claro se se referia apenas à Igreja Católica Apostólica Romana ou também a outras denominações religiosas.

forma de comunicar e engajar jovens mais novos é um dos desafios mais complexos" (29 anos, integrante dos Jovens Negociadores pelo Clima). Contudo, é possível observar que esses embates impulsionam a atualização de práticas e ideias dentro dos movimentos.

Na UBES, são apontadas diferenças de maturidade entre adolescentes e jovens mais velhos, porém estas são reconhecidas e respeitadas, sendo as tarefas distribuídas de acordo com as capacidades de cada faixa etária, segundo a entrevistada: "[...] a gente entende que a maturidade de uma pessoa de 14, 15 anos não vai ser a maturidade de uma pessoa de 25 anos, no caso de um diretor de uma entidade" (19 anos, integrante da UBES). Ela informou que adolescentes entre 14 e 15 anos geralmente se dedicam a atividades locais, como visitar escolas, engajar estudantes e mobilizar grupos para participarem de atos, podendo trazer dezenas de jovens para os eventos. Já os jovens mais velhos, acima dos 25 anos, desempenham um papel mais institucional, atuando em espaços como gabinetes legislativos para defender pautas relevantes para eles, como o passe livre. Ou seja, o desafio está em lidar com as diferentes experiências de participação e formas de inserção política entre adolescentes e jovens adultos, articulando processos de orientação, formação e viabilização das ideias propostas: "(...) nós temos que ter uma formação que tem que ser simultânea, paralela e obrigatoriamente, tem que acontecer, que é para que esse jovem se entenda enquanto um sujeito de direitos, enquanto um ser crítico, que entenda quem ele é, qual é a história dele" (19 anos, integrante da UBES).

As experiências apresentadas pelos entrevistados da Pastoral da Juventude e da UBES, evidenciam o que Mendonça e Pires (2020) discutiram ao apontar que a troca intergeracional não apenas enriquece os movimentos sociais, mas também exige ajustes constantes de rota para lidar com as diferentes realidades geracionais. Nesse processo, como alertam Couto, Rizzini e Bush (2022, p. 21), "ouvir o outro, planejar e executar ações em conjunto e intergeracionalmente é um processo que demanda tempo, algo muitas vezes limitado na execução de projetos e pesquisas sociais". Quando esse tempo é respeitado e incorporado como parte do processo formativo, como ocorre na UBES, a intergeracionalidade se revela como uma potente ferramenta pedagógica e política, mas, ainda assim, não deixa de constituir um desafio.

Os principais desafios que a entrevistada do Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET-RJ identifica estão relacionados à falta de compreensão sobre a importância do trabalho do Grêmio e de colaboração mútua, tanto por parte dos funcionários da escola, como dos próprios membros:

> Então, acaba que a nossa maior questão é essa, da dedicação das pessoas. E aí, acho que entra também a questão da compreensão das pessoas colaborarem e tudo mais. Então, acaba que é uma das maiores dificuldades, a falta de colaboração das pessoas. Porque tem algumas pessoas que não têm essa visão do quão importante é o Grêmio Estudantil (19 anos, integrante do Grêmio Estudantil Contra-atacar do CEFET-RJ).

Sposito, Tarábola e Ginzel (2021, p. 7) apontaram em sua pesquisa um desafio referente à confiança nos Grêmios Estudantis. Segundo os autores: "A desconfiança em relação às formas tradicionais de representação, como grêmios estudantis, reflete a percepção de que essas estruturas muitas vezes não atendem às demandas reais dos jovens". Ainda na seara da educação, o entrevistado do Coletivo Indígena da UERJ explicou que algumas reitorias possuem mais sensibilidade que outras, o que facilita o diálogo, mas diz que

não é algo tão fácil: "Por mais que, novamente, não foi tão simples assim, eu acho que foi também fruto de muitos embates, mas eles têm tido uma sensibilidade bem maior, menos resistência" (26 anos, integrante do Coletivo Indígena da UERJ).

O entrevistado do Levante Popular da Juventude reconhece que conviver e organizar-se com pessoas de diferentes gerações apresenta desafios, uma vez que cada faixa etária possui formas distintas de lidar com as situações. No entanto, ele afirmou que acompanha com menor frequência as dinâmicas intergeracionais cotidianas.

A entrevistada do Zona Oeste Ativa não citou desafios nas relações intergeracionais dentro do movimento, mas sim, externas. A presença de forças de controle, como a polícia e a milícia, e de adultos contra movimentos de esquerda geram tensões diante de alguns temas polêmicos abordados nas atividades, incluindo agressões verbais e abuso da força policial:

> [...] por serem assuntos polêmicos, algumas pessoas se sentem à vontade de estarem ali ouvindo e outras se sentem à vontade de estarem ali nos agredindo verbalmente, de alguma forma. Tem esse risco de você perceber diferentes expressões, tanto para o bem quanto para o mal, por conta das polêmicas e de ser um território muito marcado pela violência também, o silenciamento (27 anos, integrante do ZOA).

Essas situações exemplificam o que Ribeiro (2015) já ressaltava ao afirmar que crianças e adolescentes não são sujeitos passivos das políticas de proteção, mas atores ativos que elaboram estratégias de resistência e sobrevivência. A tensão no território e a agressão simbólica também reforçam a observação de Noronha e Tebet (2023), que destacam como a participação infantil e juvenil frequentemente desafia o senso comum, sendo vista como uma manifestação inadequada ou desordenada, ou algo a ser deslegitimado dentro dos próprios espaços participativos, uma expressão clara do adultocentrismo que tenta silenciar vozes que os incomodam.

A seguir, concluímos este artigo trazendo uma reflexão acerca das possibilidades de ampliação das relações intergeracionais, a partir da análise dos relatos trazidos pelos entrevistados nesta pesquisa.

Considerações finais: possibilidades para o fortalecimento das relações intergeracionais

Este artigo analisou as dinâmicas intergeracionais presentes em dez movimentos sociais, com ampla ou exclusiva participação juvenil, atuantes no Rio de Janeiro. A partir de entrevistas foi possível identificar que a cooperação entre diferentes gerações exerce um papel relevante na construção e continuidade dessas iniciativas. Embora essas trocas possam favorecer processos coletivos importantes também emergem tensões e conflitos, demonstrando que essas relações estão longe de serem homogêneas ou isentas de disputas, como discutido ao longo deste artigo.

Entre os aspectos positivos observados, destaca-se a convivência respeitosa entre gerações, que favorece a criação de espaços mais inclusivos. Em diversos contextos, a complementaridade entre a experiência acumulada dos adultos e o olhar inovador da juventude revelou-se fundamental. No Movimento Negro Unificado, por exemplo, essa

troca se expressa de forma marcante: pessoas de outras gerações, identificadas como *griôs*, mantêm viva a memória das lutas históricas, como a redemocratização, enquanto os jovens atualizam a pauta antirracista nas redes sociais, ampliando seu alcance. Essa articulação entre saberes e práticas intergeracionais evidencia como diferentes experiências geracionais podem contribuir para a continuidade e atualização das lutas coletivas.

No entanto, os desafios permanecem expressivos. O adultocentrismo frequentemente desvaloriza as contribuições juvenis, criando desafios à participação ativa, com posturas que subestimam a capacidade dos jovens ou deslegitimam suas vozes em espaços de decisão. Além disso, divergências quanto ao uso de tecnologias digitais emergem como ponto de tensão, com resistências tanto por parte de adultos, que podem se apegar a práticas tradicionais, quanto entre os próprios jovens, que nem sempre convergem sobre as melhores estratégias de comunicação e mobilização. Essas diferenças revelam a necessidade de ajustes contínuos para alinhar perspectivas geracionais e promover um diálogo mais fluido.

Para enfrentar esses desafios, os coletivos juvenis analisados adotam estratégias que priorizam a participação coletiva e a inclusão. Os jovens buscam construir formas de organização mais horizontais, promovendo decisões baseadas no diálogo e na escuta ativa, como observado nas entrevistas. Essa abordagem pode fortalecer a autonomia e a responsabilidade compartilhada, ampliando as possibilidades de participação juvenil nos processos decisórios. Alguns dos movimentos entrevistados também investem na formação política contínua, capacitando jovens para ocupar espaços institucionais, como conselhos e conferências, enfrentando diretamente o adultocentrismo institucionalizado.

A construção de relações intergeracionais mais dialógicas e abertas à escuta não é apenas desejável, mas importante para a sustentabilidade e ações dos movimentos juvenis. A criação de ambientes acolhedores, onde os adolescentes e jovens se sintam valorizados, tem se mostrado essencial para atrair e manter sua participação em espaços intergeracionais. Isso exige uma mudança cultural profunda, capaz de tensionar hierarquias etárias historicamente consolidadas e valorizar, de fato, a escuta das crianças, adolescentes e jovens. Ou seja, superar o adultocentrismo implica reconhecer as experiências de crianças, adolescentes e jovens como legítimas, sem projetar sobre elas concepções adultas ou expectativas baseadas unicamente no olhar adulto. Como demonstrado ao longo deste artigo, esse processo é inevitavelmente atravessado por tensões, já que exige o enfrentamento de lógicas cristalizadas.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil.** São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-40.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRANCO, V. M. C. et al. Caminhos para a institucionalização do protagonismo juvenil na SMS-Rio: dos adolescentros ao RAP da Saúde. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 14-22, mar. 2015.

BRASIL. **Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 03 jul. 2025.

_____. **Lei federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 83-99, 2012.

COUTO, R. M. B.; RIZZINI, I.; BUSH, M. **Jovens em Ação:** reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho. 1. ed. Rio de Janeiro: CIESPI, 2022.

DAGNINO, E. Os movimento sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90:** Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 103-115.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, out. 2024.

FREITAS, F. A.; GOUVEA, M. C. S. Ação política e intencionalidade formativa na participação das crianças no Movimento Sem Terra. **DESIDADES**: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, Rio de Janeiro, p. 194-210, dez. 2023.

GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade - uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, p. 117-133, abr. 2018.

JAMIESON, L. et al. International perspectives on the participation of children and young people in the Global South. **Third World Thematics**, v. 7, n. 1-3, p. 56-74, 2022.

LUNDY, L. "Voice" is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. **British Educational Research Journal**, Belfast, v. 33, p. 927-942, dez. 2007.

MAIA, G. C., et al. Teias da intergeracionalidade na universidade da maturidade: uma triangulação por revisão sistemática. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, e5196, 2024.

MATTOSO CÂMARA JUNIOR, J. Língua e cultura. In: UCHÔA, C. E. F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 51-59.

MENDONÇA, K. J. R.; PIRES, F. F. "A gente vinha porque queria e não porque era pressionado": crianças e direitos de participação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e237794, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORALES, S.; MAGISTRIS, G. El co-protagonismo como nuevo paradigma de infancia. Hacia un horizonte emancipatorio en las relaciones intergeneracionales. **KAIROS.** Revista de Temas Sociales, San Luis, ano 23, n. 44, p. 1-21, dez. 2019.

NORONHA, J. E. G.; TEBET, G. Tornar-se calunga: participação e subjetivação política de crianças e jovens. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-26, mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/1990/09/19900902%2003-14%20AM/Ch_IV_11p.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

OSÓRIO, J. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília DF, ano 17, n. 34, p. 25-51, jul./dez. 2017.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

POSADA-ESCOBAR, J. J.; BRICEÑO-ALVARADO, P. P.; MUNAR-MORENO, Y. A. Análisis de experiencias y dispositivos en construcción de paz desde una perspectiva intergeneracional-intercultural. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 15, p. 505-517, 2017.

RIBEIRO, F. B. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de "crianças e adolescentes" em contextos da "proteção à infância". **Política & Trabalho:** Revista de Ciências Sociais, Paraíba, n. 43, p. 49-64, jul./dez. 2015.

RIZZINI, I. Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Sociedad e Infancias**, Madrid, v. 8, p. 239-263, dez. 2024.

RIZZINI, I.; TABAK, J.; SAMPAIO, E. O bem-estar da criança e o direito à participação na América Latina. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CRIANÇA, 4., 2018, Goiânia. **Anais** .... Goiânia: Editora Vieira, 2019. v. 4, p. 853-863.

RUIZ-CASARES, M. et al. Children's rights to participation and protection in international development and humanitarian interventions: nurturing a dialogue. **The International Journal of Human Rights**, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2017.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. S.; GINZEL, F. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, e36719, jun. 2021.

Resumo Este artigo analisa a participação juvenil e as relações intergeracionais em movimentos sociais atuantes no Rio de Janeiro, a partir de entrevistas com jovens ativistas. Os jovens, de origens diversas, relataram suas experiências em diferentes iniciativas, apontando tanto o que funciona quanto os desafios das relações intergeracionais nesses espaços. Identificaram práticas colaborativas, mas também tensões marcadas pelo adultocentrismo e por hierarquias etárias, que dificultam sua participação. Os resultados revelam que, embora assumam papéis ativos na formulação e na condução das ações coletivas, os jovens enfrentam situações como a subestimação, a escuta limitada e a resistência ao uso de linguagens contemporâneas, como as mídias digitais. Conclui-se que o fortalecimento do diálogo entre gerações é fundamental para potencializar a participação juvenil e superar dificuldades ainda presentes na dinâmica dos movimentos.

Palavras-chave: juventude, participação e protagonismo juvenil, movimentos sociais, intergeracionalidade.

Participación juvenil y relaciones intergeneracionales en movimientos sociales en Rio de Janeiro

Resumen Este artículo analiza la participación juvenil y las relaciones intergeneracionales en movimientos sociales activos en Río de Janeiro, a partir de entrevistas con jóvenes activistas. Los jóvenes, de orígenes diversos, relataron sus experiencias en diferentes iniciativas, señalando tanto lo que funciona como los desafíos de las relaciones intergeneracionales en esos espacios. Identificaron prácticas colaborativas, pero también tensiones marcadas por el adultocentrismo y por jerarquías etarias, que generan obstáculos a su participación. Los resultados revelan que, aunque asumen roles activos en la formulación y conducción de acciones colectivas, los jóvenes enfrentan dificultades como la subestimación, la escucha limitada y la resistencia al uso de lenguajes contemporáneos, como las redes digitales. Se concluye que el fortalecimiento del diálogo entre generaciones es fundamental para potenciar la participación juvenil y superar las dificultades aún presentes en la dinámica de los movimientos.

Palabras clave: juventud, participación y protagonismo juvenil, movimientos sociales, intergeracionalidad.

Youth participation and intergenerational relations in social movements in Rio de Janeiro

Abstract This article analyzes youth participation and intergenerational relations in social movements in Rio de Janeiro, based on interviews with young activists. The young people, from diverse backgrounds, shared their experiences in different initiatives, highlighting both what works and the challenges of intergenerational relations in these spaces. They identified collaborative practices, but also tensions marked by adultcentrism and age hierarchies, which create challenges to their participation. The results reveal that, although they take on active roles in shaping and leading collective actions, young people face challenges such as underestimation, limited listening, and resistance to the use of contemporary languages, such as digital media. It is concluded that strengthening dialogue across generations is essential to enhance youth participation and overcome difficulties that remain in the dynamics of social movements.

Keywords: youth, youth participation and protagonism, social movements, intergenerationality.

DATA DE RECEBIMENTO: 21/11/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 05/06/2026



Caroline de Souza Araujo

Assistente de Pesquisa no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), Brasil. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), Brasil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.

E-mail: carolaraujo.ciespi@gmail.com



Irene Rizzini

Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil, e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio).

E-mail: irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com



Renata Mena Brasil do Couto

Pesquisadora no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), Brasil. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Brasil.

E-mail: renatabr83@gmail.com



Adriana Alice Gomes de Barros

Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil. Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Brasil.

E-mail: adriana.barros@uemg.br



Quando os pais desaparecem atrás das telas:

revisão sistemática sobre parentalidade distraída e abandono digital

Amanda Machado de Oliveira
Universidade de Passo Fundo, Instituto da Saúde, Passo Fundo, Brasil
https://orcid.org/0009-0003-9864-0937

Christianne Leduc Bastos Antunes
Universidade de Passo Fundo, Instituto da Saúde, Passo Fundo, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-1149-3715

Introdução

Nas últimas décadas, as estruturas familiares têm passado por transformações significativas, inseridas em um contexto sociocultural marcado pela diversidade de composições e dinâmicas (SCHOLZ et al., 2015). Nesse cenário, a família é reconhecida como o sistema de maior influência no desenvolvimento infantil, desempenhando um papel central na socialização e na construção das bases para o crescimento da criança (MILANEZ et al., 2019; THOLL; BEIRAS, 2017).

A família constitui-se como um sistema complexo, moldando-se continuamente às transformações econômicas, religiosas, sociais, culturais e tecnológicas. Com essas mudanças, os desafios para preservar relações saudáveis entre seus membros também têm se intensificado (MARUCO; RAMPAZZO, 2020).

Atualmente, um dos principais desafios consiste em integrar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) às demandas cotidianas, especialmente na orientação dos filhos. Contudo, enquanto os impactos negativos não se tornam imediatamente visíveis, muitos cuidadores lidam com essa nova dinâmica de forma desorganizada e instável (WAGNER et al., 2010).

O termo parentalidade, derivado do francês *parentalité*, começou a ganhar destaque na década de 1980, tornando-se cada vez mais presente na mídia e nos discursos políticos. A expressão surgiu como alternativa ao termo *função parental*, considerado mais técnico e carregado de significados. A adição do sufixo ité ao termo *parental* responde à necessidade de nomear uma realidade ainda em construção no que se refere às relações entre pais e filhos, evidenciando a relevância dos vínculos estabelecidos entre ambos (SOUZA; FONTELLA, 2016). Trata-se, portanto, de um processo dinâmico e em constante transformação, que envolve o exercício das funções parentais na interação cotidiana com os filhos (ZORNIG, 2010).

Enquanto fenômeno social e culturalmente construído, a parentalidade refere-se à atuação dos pais ou responsáveis no provimento das condições essenciais para o desenvolvimento saudável da criança nos aspectos físicos, emocionais e sociais. Os parâmetros que definem esse papel são influenciados por valores culturais, percepções individuais e pelas especificidades de cada contexto, variando entre diferentes culturas. Assim, de modo geral, a parentalidade envolve cuidados afetivos, sociais e disciplinares fundamentais ao desenvolvimento infantil (MARQUES, 2015).

Sob essa perspectiva, o conceito também é entendido como um conjunto de formas de vivenciar e exercer o papel parental, sem se restringir a um único modelo de ser pai ou mãe. Portanto, trata-se de uma construção que assume diferentes configurações, moldadas pelas experiências dos cuidadores em interação com os contextos sociais e culturais nos quais estão inseridos (NÓBREGA; GOUVEIA; PORCINO, 2021).

Inicialmente, as discussões sobre o uso precoce e excessivo de TICs concentravam-se em crianças e adolescentes. No entanto, observou-se que outros membros da família também demandam maior atenção. As TICs deixaram de ser um domínio quase exclusivo dos jovens, revelando uma crescente imersão dos pais no universo digital. Aqueles que deveriam ter maior consciência sobre os riscos da midiatização no ambiente doméstico também se veem envolvidos pelo desejo constante de conexão e pela busca por informação e pertencimento. Como consequência, há uma alteração na dinâmica doméstica e nos modos de convivência entre os membros da família (FALCÃO, 2019).

Outros conceitos relevantes, que podem fragilizar a parentalidade e a qualidade das relações interpessoais, são os termos *technoference* e *phubbing*. A *technoference* refere-se às interrupções na comunicação e na convivência familiar ocasionadas pelo uso das TICs, comprometendo a qualidade do tempo compartilhado entre pais e filhos (BRANDON, 2019). O *phubbing* é o comportamento de desviar a atenção do interlocutor durante a interação social, priorizando um dispositivo móvel (ÁGUA et al., 2019).

Nesse contexto, surge o conceito de parentalidade distraída, entendido como um produto do contexto sociocultural contemporâneo, no qual a ausência ou a interrupção da interação entre pais e filhos provoca um afastamento, direto ou indireto, no interior das relações familiares (FALCÃO, 2019; FROTA; EISENBERG, 2025; KUSHLEV; DUNN, 2019; MCDANIEL; RADESKY, 2018a; MUHAMMAD; FARZAND, 2022). Dessa forma, esse fenômeno caracteriza-se como uma forma de abandono simbólico, em que a atenção que os cuidadores deveriam dedicar aos filhos passa a ser disputada pelo uso de TICs, comprometendo o exercício do afeto e da presença parental. Em muitos casos, o vínculo emocional se fragiliza ou se torna ausente, impactando o desenvolvimento infantil e a qualidade da convivência. Mais do que simplesmente coexistir, pais e filhos precisam construir laços de convivência genuínos, pautados no diálogo, no cuidado, na empatia, no zelo e no compartilhamento de experiências (FALCÃO, 2019).

O abandono digital refere-se à negligência dos pais quanto à supervisão e orientação das atividades virtuais de crianças e adolescentes. Cabe aos responsáveis instruir, proteger, acompanhar e educar seus filhos sobre o comportamento adequado no ambiente online, auxiliando-os na distinção entre conteúdos que favorecem ou comprometem seu desenvolvimento. Essa dinâmica configura-se como um tema relevante e complexo, especialmente diante do avanço das TICs e da internet, em um cenário marcado pela transferência, por parte dos pais, da responsabilidade educativa que lhes compete (SOBRINHO; DIB; BARROS, 2024).

Quando aqueles que deveriam assumir o papel de supervisores se deixam absorver pelo desejo constante de conexão tecnológica, instaura-se uma realidade na qual a conectividade virtual ganha relevância, contribuindo para a formação de gerações carentes de suporte emocional, social e constitucional (FALCÃO, 2019). Porém, muitos cuidadores desconhecem que a ausência de supervisão no uso da internet por crianças e adolescentes pode configurar abandono digital (MENDES; SANTOS, 2022).

O uso excessivo das TICs, sem o devido acompanhamento, pode acarretar sérios prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Essa forma de negligência, embora ocorra no âmbito virtual, não é menos nociva do que a omissão física, pois expõe os jovens a diversos riscos, como *dependência tecnológica* (SELAK; MERKAŠ; IVANKOVIĆ, 2024), *cyberbullying*, aliciamento online e contato com conteúdos inadequados à sua faixa etária. Um dos principais fatores que favorecem o abandono digital é a falta de conhecimento, por parte dos pais, sobre as ferramentas e plataformas acessadas pelos filhos. Por não dominarem o ambiente virtual, muitos adultos sentem-se inseguros para impor limites ou acompanhar adequadamente as atividades online dos jovens, mantendo crianças e adolescentes vulneráveis aos riscos do ambiente digital. Além disso, o uso excessivo de dispositivos digitais, sem supervisão, contribui para o distanciamento do convívio familiar e social, impactando negativamente o desenvolvimento de habilidades interpessoais (COSTA; RESENDE, 2024).

É importante destacar que a parentalidade distraída e o abandono digital não são fenômenos isolados, mas interligados. Ambos os conceitos revelam formas contemporâneas de fragilização da parentalidade, que se manifestam tanto na convivência cotidiana quanto na mediação das experiências digitais dos filhos. A escolha por investigar o fenômeno da parentalidade distraída e do abandono digital justifica-se pela crescente relevância dessas temáticas na contemporaneidade. Em um contexto no qual as TICs se integram de forma intensa e irreversível à vida cotidiana, observa-se que muitos pais e cuidadores, ainda que de maneira não intencional, acabam por dividir ou deslocar sua atenção dos filhos para os dispositivos digitais. Tal comportamento impacta diretamente a qualidade da interação familiar, comprometendo o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender os fenômenos da parentalidade distraída e do abandono digital no contexto das relações familiares contemporâneas.

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, caracterizada como uma estratégia de investigação científica, pautada por protocolos metodológicos rigorosos, com o objetivo de reunir, avaliar, sintetizar e organizar evidências sobre um determinado assunto, proporcionando um panorama abrangente do tema (GALVÃO; RICARTE, 2019). A revisão foi conduzida conforme as diretrizes do protocolo Preferred Reporting Items for Systematic *Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), que estabelece critérios padronizados para garantir a qualidade e a transparência do processo (GALVÃO; RICARTE, 2019).

O processo metodológico compreendeu as seguintes etapas: (a) formulação da pergunta de pesquisa; (b) elaboração de um protocolo metodológico que orientou todas as fases do estudo; (c) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (d) desenvolvimento da estratégia de busca e seleção das bases de dados; (e) triagem dos estudos com base nos critérios estabelecidos; (f) avaliação da qualidade metodológica dos estudos selecionados; (g) extração sistemática dos dados relevantes; (h) organização e síntese dos dados; e (i) análise da consistência das evidências e apresentação dos resultados (DONATO; DONATO, 2019).

As buscas foram realizadas em agosto e outubro de 2025, nas bases de dados SciELO, PsycInfo, LILACS, EBSCO, PubMed, Periódicos Capes e Google Scholar. Foram utilizados descritores em inglês e português, combinados por operadores booleanos, compreendendo: "parentalidade distraída", "abandono digital", "*distracted parenting*", "*digital abandonment*", "parentalidade distraída" AND "abandono digital"; "*distracted parenting*" AND "*digital abandonment*"; "parentalidade distraída" OR "abandono digital", "*distracted parenting*" OR "*digital abandonment*".

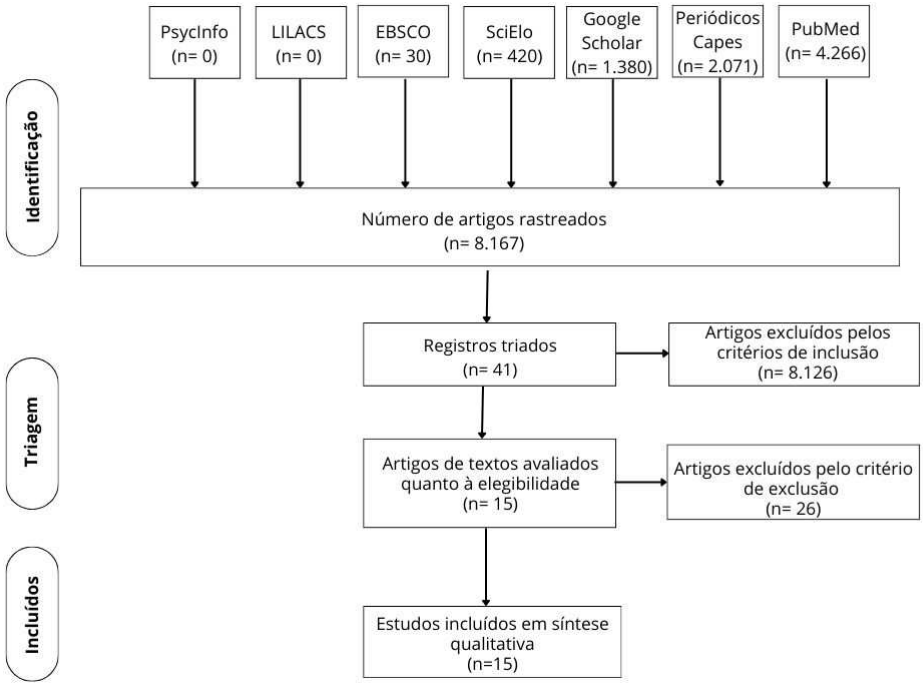
Os critérios de inclusão adotados foram: artigos empíricos, publicados nos últimos cinco anos, e que apresentassem aderência ao objetivo da pesquisa. Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, anais de eventos, teses, dissertações, resumos expandidos, capítulos de livros, publicações indisponíveis na íntegra ou com acesso restrito e artigos duplicados. Importante salientar que não foi aplicado nenhum critério relacionado à idade dos filhos na seleção dos estudos. Além disso, a triagem inicial foi conduzida com base no conteúdo dos resumos. Por fim, a seleção dos estudos foi realizada por dois revisores independentes, e os dados foram analisados por meio de abordagem descritiva, buscando identificar convergências e tendências entre os achados empíricos.

Resultados

No presente estudo, foram encontradas 8.167 publicações, nas bases de dados selecionadas, distribuídas da seguinte forma: EBSCO (n=30), SciELO (n=420), Google Scholar (n=1.380), Periódicos Capes (n=2.071) e PubMed (n=4.266). Não foram encontrados estudos nas bases de dados PsycInfo e LILACS.

Após a aplicação dos critérios de inclusão, 8.126 estudos foram excluídos por não atenderem aos requisitos estabelecidos. Em seguida, 26 foram descartados por se enquadrarem nos critérios de exclusão. Ao final do processo de triagem, 15 artigos foram selecionados para leitura na íntegra, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaboração própria.

Os 15 estudos incluídos na revisão estão organizados na Tabela 1, contendo informações sobre autores, ano de publicação, objetivos, principais resultados e conclusão.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos

Autor/Ano	Objetivo	Resultados	Conclusão
Cimino, Silvia; Cerniglia, Luca (2025)	Avaliar o impacto do uso da tecnologia digital parental durante as refeições na qualidade das interações alimentares e nos sintomas de desregulação infantil.	O uso de celular durante as refeições piorou a interação com o filho, tornando-a mais conflituosa e menos afetiva. As crianças apresentaram mais problemas comportamentais.	A presença de tecnologia durante as refeições familiares demonstra impactos negativos nas interações e no bem-estar infantil.
Pan Zhang; Xiaoying Wang (2025)	Examinar a associação entre o phubbing parental e o retraimento social em crianças em idade pré-escolar.	O uso do celular pelos pais na presença dos filhos aumenta os conflitos familiares e intensifica emoções negativas nas crianças, apresentando retraimento social.	O uso excessivo do celular na presença dos filhos leva ao retraimento social em crianças por meio dos conflitos familiares e gera emoções negativas que resultam no isolamento social.
U. Tahir; D. Sarwar, A. Tahir (2025)	Examinar a influência das mídias digitais na interação familiar, especificamente na interação entre pais e filhos.	O uso excessivo das mídias sociais reduz a interação familiar, aumenta a distância emocional entre pais e filhos e diminui atividades em conjunto.	O uso excessivo das mídias digitais está associado à dificuldade de conexão emocional e ao sentimento de solidão.
Audrey-Ann Deneault et al. (2024)	Explorar se há associações prospectivas direcionais entre a tecnoferência parental percebida e os sintomas emergentes de saúde mental dos adolescentes.	Adolescentes que percebiam maior tecnoferência dos pais relataram mais dificuldades de saúde mental, como sintomas de ansiedade e problemas de atenção e hiperatividade.	A tecnoferência parental influencia negativamente a saúde mental dos adolescentes.
Souhir Chamam et al. (2024)	Testar se a tecnoferência afeta as habilidades de interação e comunicação de pais e crianças pequenas, além da distração parental em atividades com caneta e papel.	A distração parental, seja em papel-caneta ou em tela, reduziu a sensibilidade dos pais, o engajamento das crianças e a reciprocidade das interações, além de diminuir a quantidade e a diversidade da fala parental.	O impacto negativo das telas não decorre especificamente do meio digital, mas do afastamento dos pais da interação com os filhos.

Autor/Ano	Objetivo	Resultados	Conclusão
Michal Dolev-Cohen; Sameret Ricon (2024)	Examinar o uso problemático de smartphones pelos pais, especificamente, a correlação entre tecnoferência e distração parental, e seus efeitos na condição psicológica das crianças e no bem-estar dos pais.	Maior distração e uso problemático de tecnologia se associaram a menor bem-estar dos pais e maiores dificuldades psicológicas das crianças.	A integração de dispositivos digitais à vida familiar contribui para a distração dos pais, que pode afetar negativamente o bem-estar emocional das crianças.
Ghea Tsang, Wing Kei Wong (2025)	Examinar o impacto da parentalidade digital no comportamento social de crianças de 7 a 12 anos.	O controle parental excessivo e sem comunicação pode gerar rebeldia, isolamento e comportamentos antissociais.	A mediação ativa e comunicativa favorece a empatia e cooperação, enquanto práticas restritivas podem gerar isolamento.
Muhammad A. N. Hamami, Aryudho Widyatno (2025)	Determinar a extensão da influência do phubbing parental na solidão adolescente.	O phubbing parental aumenta os sentimentos de solidão, especialmente entre meninas e adolescentes.	O phubbing parental influencia de forma significativa, mas moderada, a solidão em adolescentes.
Muhammad Akram, Kiran Farzand (2022)	Analisar os impactos da utilização excessiva das mídias sociais pelos pais no relacionamento e na comunicação entre pais e filhos.	O uso excessivo de redes sociais pelos pais diminui a atenção e comunicação com os filhos, prejudicando o vínculo afetivo e o desenvolvimento emocional das crianças.	O uso de redes sociais e dispositivos digitais altera as interações familiares, podendo ser prejudicial ou benéfico, dependendo do contexto de uso.
Song T. et al. (2024)	Examinar a relação entre o vício dos pais em smartphones e a regulação emocional de crianças em idade pré-escolar.	O vício em smartphones dos pais esteve negativamente associado à regulação emocional infantil, com efeito materno mais intenso.	O vício em smartphones de pais e mães prejudica a regulação emocional de crianças pré-escolares.
Grazielle Dias Frota; Zena Eisenberg (2025)	Investigar a influência do uso de smartphones nas relações entre pais e filhos.	A tecnoferência prejudica a qualidade das interações e gera distanciamento entre pais e filhos.	O uso excessivo de smartphones pelos pais gera insatisfação e conflitos, impactando negativamente as relações entre pais e filhos.

Autor/Ano	Objetivo	Resultados	Conclusão
Dongqing Yu et al. (2024)	Investigar os impactos prejudiciais do uso problemático do telefone celular pelas mães nos comportamentos hiperativos de seus filhos, bem como os mecanismos subjacentes.	O uso problemático de celulares pelas mães foi um preditor positivo da hiperatividade infantil, mediado pelo conflito trabalho-família e pela disfunção na interação pais-filhos.	O uso problemático de celulares pelas mães está associado a maior hiperatividade em pré-escolares.
Jinzhe Zhao et al. (2023)	Investigar a associação entre phubbing parental e agressão interpessoal, bem como o papel mediador da sensibilidade à rejeição entre adolescentes.	O phubbing parental leva à agressividade adolescente ao aumentar sua sensibilidade à rejeição. O clima escolar amplifica esse efeito inicial, mas depois atenua a agressividade resultante.	O phubbing parental aumenta a agressividade adolescente via sensibilidade à rejeição e destaca o papel moderador do clima escolar.
LV Huan et al. (2022)	Explorar o papel mediador do apego mãe-filho na relação entre o phubbing materno e os problemas emocionais e comportamentais das crianças, bem como o papel do estresse parental materno como efeito mediador.	O phubbing materno prejudicou o apego mãe-filho e aumentou os problemas das crianças. Baixos níveis de estresse parental atenuaram o impacto, enquanto altos níveis intensificaram.	O phubbing materno aumenta problemas emocionais e comportamentais em pré-escolares, sendo o impacto mediado pelo apego mãe-filho e moderado pelo estresse materno.
Matea Bodrožij Selak; Marina Merkas; Ana Žulec Ivankoviy (2024)	Examinar as associações entre as dificuldades dos pais na regulação emocional, o risco de dependência de smartphones e as interrupções nas interações entre pais e filhos.	Maiores dificuldades de regulação emocional aumentaram o risco de dependência de smartphones, o que contribui para a tecnoferência, indicando efeito indireto significativo.	Há um papel mediador do risco de dependência de smartphones entre dificuldades de regulação emocional e tecnoferência.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à distribuição temporal das publicações, observou-se maior concentração nos anos de 2024 (n = 6) e 2025 (n = 6), com menor representatividade nos anos de 2022 (n = 2) e 2023 (n = 1). Esse padrão sugere um aumento recente do interesse acadêmico pelo tema, refletindo sua crescente relevância no contexto contemporâneo.

Apesar da presença de estudos sobre o fenômeno da parentalidade distraída, não foram identificadas publicações elegíveis que abordassem diretamente o abandono digital. Essa lacuna evidencia o caráter emergente do tema e sua ainda incipiente categorização no meio científico, reforçando a necessidade de investigações mais aprofundadas e sistemáticas sobre o assunto.

No que se refere à procedência geográfica das pesquisas, verificou-se predominância de estudos realizados na China (n = 6), seguida por Paquistão (n = 2), Canadá (n = 1), Suíça (n = 1), Israel (n = 1), Indonésia (n = 1), Croácia (n = 1), Brasil (n = 1) e Itália (n = 1). Essa diversidade geográfica contribui para uma compreensão mais ampla do fenômeno, embora ainda haja concentração em determinados contextos socioculturais.

Em relação à abordagem metodológica, a maioria dos estudos utilizou delineamento quantitativo (n = 13), enquanto apenas dois adotaram metodologia qualitativa (n = 2). Quanto ao tipo de delineamento, predominam os estudos transversais (n = 12), seguidos por um estudo qualitativo exploratório (n = 1), um estudo de coorte longitudinal (n = 1) e um estudo experimental (n = 1).

Esses dados indicam uma tendência à investigação descritiva e correlacional, com menor presença de estudos de natureza longitudinal ou intervencionista. Assim, os resultados devem ser interpretados como associações observadas, considerando o delineamento correlacional dos estudos.

Para análise dos artigos selecionados, foram definidas duas categorias temáticas: Impacto da parentalidade distraída na qualidade do vínculo e comunicação familiar e Consequências psicossociais e comportamentais da parentalidade distraída em crianças e adolescentes.

Impacto da parentalidade distraída na qualidade do vínculo e comunicação familiar

O estudo conduzido por Tahir, Sarwar e Tahir (2025) identificou uma correlação significativa entre o uso intensivo de mídias digitais e o distanciamento nas relações entre pais e filhos. O tempo dedicado às tecnologias pode comprometer a interação face a face, restringindo os momentos de convivência familiar, diminuindo o diálogo e enfraquecendo a proximidade emocional, uma vez que os membros da família passam a sentir-se desconectados. Como consequência, os filhos tendem a apresentar dificuldades em partilhar emoções, preocupações e experiências pessoais com os pais presencialmente. Além disso, o comportamento distraído dos adultos favorece a ocultação das atividades online por parte das crianças e adolescentes, comprometendo a confiança mútua no ambiente familiar.

Em consonância, Muhammad e Farzand (2022) observaram que, ao priorizarem o uso do celular, os pais podem deixar de oferecer atenção plena aos filhos, prejudicando a construção de uma relação segura e saudável, essencial ao desenvolvimento infantil. Esse fenômeno, denominado *presença ausente* (MUHAMMAD; FARZAND, 2022), descreve situações nas quais os pais estão fisicamente presentes, mas mentalmente distantes, resultando em uma redução significativa na qualidade da comunicação, mesmo quando compartilham o mesmo espaço. O estudo também aponta que pais relataram receber críticas de outros membros da família, especialmente em lares multigeracionais, nos quais avós ou sogros questionam a atenção dedicada às crianças. Tais críticas são frequentemente dirigidas às mães, as quais sofrem a pressão decorrente das expectativas tradicionais de cuidado parental.

Corroborando esses achados, Frota e Eisenberg (2025) constataram que os próprios pais reconhecem que o uso excessivo de smartphones compromete o vínculo com os filhos, ao gerar insatisfação e sentimentos de negligência por parte das crianças. Os relatos revelam a integração diária dos dispositivos móveis na rotina dos pais, a ponto de competir com a atenção destinada aos filhos. Os entrevistados apresentam consciência

dos impactos negativos desse comportamento, mencionando conflitos familiares associados ao uso dos aparelhos, bem como sentimento de culpa decorrente da mágoa e do distanciamento emocional dos filhos, aspectos que se configuram como barreiras à comunicação e coesão familiar.

Em contraponto, embora a interferência tecnológica seja uma forma prevalente de distração parental contemporânea, os dispositivos digitais diferenciam-se de outras distrações por serem portáteis, onipresentes e oferecerem estímulos contínuos que competem diretamente com a atenção dos pais. O estudo de Chamam et al. (2024) indica que o problema está além do tipo de dispositivo utilizado, revelando que qualquer atividade que desvie a atenção dos pais pode impactar negativamente a qualidade do vínculo e da comunicação familiar. Os dados indicam uma deterioração na qualidade da interação em situações de distração, com os pais demonstrando menor sensibilidade aos sinais e necessidades das crianças. Estas, por sua vez, apresentaram menor envolvimento social, como contato visual e iniciativa de interação, além de comportamentos de retraimento e negatividade. Assim, a dinâmica entre pais e filhos mostrou-se prejudicada, com menor reciprocidade e fluidez nas interações, além de maior tensão relacional. No que se refere à comunicação verbal, verificou-se que os pais produziram menos palavras e menor variedade lexical durante os momentos de distração, reduzindo o *input* linguístico dirigido à criança, aspecto essencial para o desenvolvimento da linguagem. Contudo, não foram identificadas diferenças significativas na comunicação verbal e não verbal das crianças entre os momentos com e sem distração, sugerindo que estas mantêm esforços comunicativos para reconquistar a atenção dos adultos.

Selak, Merkaš e Ivanković (2024) investigaram como a regulação emocional dos pais e o comportamento compulsivo com os smartphones se relacionam com as interrupções nas interações familiares. Os resultados evidenciaram que, quanto maiores forem as dificuldades dos pais em gerir emoções negativas, maior o risco de dependência dos aparelhos eletrônicos, e consequentemente, maior a frequência de interferências nas relações com os filhos. Embora não tenha sido observado um efeito direto entre dificuldades de regulação emocional e interrupções tecnológicas, pais que apresentam dificuldades no gerenciamento das emoções demonstraram maior propensão ao uso excessivo dos dispositivos durante os momentos de interação com os filhos. Os celulares, nesse contexto, funcionam como mecanismos de escape ou estratégias de regulação emocional mal adaptativas para alguns pais, afastando-os da interação presente com a criança.

Complementarmente, Dolev-Cohen e Ricon (2024) demonstraram que as interrupções nas interações entre pais e filhos devido aos dispositivos tecnológicos e o uso problemático da tecnologia pelos pais estão associadas a um menor bem-estar emocional parental. O estudo também identificou que mães relataram níveis mais altos de comportamento compulsivo com smartphones em comparação aos pais, uma vez que as mulheres usam os dispositivos móveis como estratégia para lidar com a sobrecarga das responsabilidades de cuidado. Adicionalmente, a composição do núcleo familiar influenciou os padrões de distração tecnológica: pais com apenas filhas relataram menor distração em comparação àqueles com filhos homens ou de ambos os sexos, indicando que dinâmicas familiares específicas podem moderar a expressão da parentalidade distraída. Outro achado relevante refere-se à maior frequência de uso do celular por parte dos pais durante momentos de interação, enquanto as mães, segundo os relatos, procuram priorizar o contato direto com os filhos (MUHAMMAD; FARZAND, 2022).

Consequências psicossociais e comportamentais da parentalidade distraída em crianças e adolescentes

Os estudos de LV et al. (2022) evidenciam que o comportamento de ignorar a criança em favor do uso do celular pode estar associado ao aumento de problemas emocionais e comportamentais na infância, por comprometer o vínculo afetivo e torná-lo menos seguro. A pesquisa revelou que, quanto maior for o envolvimento das mães em "*práticas de negligência tecnológica*" (LV et al., 2022), maior a incidência de sintomas como hiperatividade, dificuldades de conduta, problemas emocionais e prejuízos nas interações sociais das crianças. Tais experiências são frequentemente interpretadas pelos filhos como formas de rejeição e negligência, desencadeando comportamentos disruptivos como tentativa de obter atenção.

Adicionalmente, a pesquisa identificou que, para mães com baixos níveis de estresse, o apego seguro atua como fator protetivo, estando associado a menor incidência de problemas emocionais e comportamentais nas crianças. Contudo, em contextos de elevado estresse, esse efeito protetivo é neutralizado, indicando que altos níveis de sobrecarga emocional podem aumentar a vulnerabilidade infantil mesmo quando o vínculo afetivo é positivo (LV et al., 2022).

De modo convergente, Song et al. (2024) observaram uma relação direta entre o "*uso problemático de tecnologia*" (DOLEV-COHEN; RICON, 2024), pelos pais e a capacidade de regulação emocional de crianças em idade pré-escolar. Segundo os pesquisadores, quanto mais os pais apresentam comportamentos tecnológicos disfuncionais, maior é a dificuldade das crianças em gerenciarem suas próprias emoções. O estudo também identificou que o "*vício tecnológico*" (SONG et al., 2024) das mães exerce um impacto mais significativo do que o dos pais na regulação emocional infantil.

A pesquisa de Dolev-Cohen e Ricon (2024) apontou que as interrupções tecnológicas (tecnoferência) e o comprometimento do bem-estar parental podem estar relacionados ao aumento de dificuldades psicológicas nas crianças, com maiores níveis de ansiedade, depressão, distúrbios de identidade e problemas de conduta. A tecnoferência e o uso problemático da tecnologia não afetam as crianças apenas de forma direta, mas também indireta, uma vez que pais emocionalmente indisponíveis se tornam menos capazes de oferecer suporte adequado às necessidades das crianças.

Em adolescentes, a investigação de Hamami e Widyatno (2025) revelou que aqueles que percebem seus pais frequentemente imersos em celulares tendem a apresentar níveis mais elevados de solidão. Observou-se ainda que adolescentes do sexo feminino e jovens do grupo etário intermediário, que compreende o final da adolescência inicial e o início da adolescência tardia, foram os que relataram os níveis mais altos tanto de negligência digital parental quanto de sentimentos de solidão. As causas de solidão mais citadas pelos adolescentes incluíram a falta de amigos e o sentimento de estar sozinho e negligenciado pelos pais.

Um contexto específico de impacto foi analisado por Cimino e Cerniglia (2025), que investigaram o uso de tecnologias digitais pelas mães durante as refeições. Os dados demonstraram que, nos casos em que as mães usavam os celulares durante a alimentação, as crianças exibiram maior recusa alimentar, traços emocionais problemáticos em relação à comida, bem como maior dificuldade em regular suas emoções e comportamentos de forma adaptativa. Além disso, as mães relataram funcionamento global mais disruptivo nos filhos, incluindo problemas externalizantes como agressividade e déficits de atenção.

No âmbito comportamental, os achados reforçam a associação entre a parentalidade distraída e o aumento de problemas externalizantes. Yu et al. (2024) identificaram que a *dependência tecnológica* (SELAK; MERKAŠ; IVANKOVIĆ, 2024) das mães é um fator de risco para o comportamento hiperativo de crianças pré-escolares. O mecanismo por trás dessa relação envolve a negligência e o distanciamento mãe-filho, que favorecem o surgimento de tais comportamentos. O uso problemático dos celulares também foi associado ao aumento de conflitos laborais e familiares, agravando as dificuldades nas interações com os filhos. Os autores concluíram que existe, portanto, um caminho indireto, onde o uso dos smartphones está associado ao conflito trabalho-família, depois à desordem interativa, e por fim, à hiperatividade. Porém, os resultados evidenciam que o impacto negativo não decorre somente do uso excessivo dos dispositivos, mas da sobrecarga e do estresse gerados por esse conflito, que comprometem a qualidade da relação e o comportamento infantil.

De forma complementar, Zhao et al. (2023) sugerem que a negligência da interação parental em função do uso de smartphones foi relacionada a níveis mais altos de agressividade entre adolescentes, muitas vezes derivada da frustração por se sentirem rejeitados. O fenômeno da parentalidade distraída também influencia, de maneira indireta, o aumento da sensibilidade à rejeição e da ansiedade social, tornando os jovens mais propensos a interpretar ambiguidades nas interações como provocações intencionais, o que aciona respostas agressivas como mecanismo de defesa.

O estudo também examinou o papel do clima escolar, constatando que o impacto da distração parental no comportamento agressivo persiste independentemente da qualidade do ambiente escolar. No entanto, o contexto escolar modula a forma como esse comportamento se manifesta. Em ambientes escolares negativos e hostis, adolescentes podem desenvolver maior sensibilidade à rejeição, tornando as relações com colegas um preditor mais forte de agressividade do que a negligência parental. Por outro lado, em ambientes escolares positivos, caracterizados por relações de apoio e oportunidades de autonomia, os adolescentes dispõem de mais recursos para lidar com suas inseguranças sociais sem recorrer à agressão. Contudo, Zhao et al. (2023) apontam que esse mesmo ambiente positivo pode, paradoxalmente, intensificar a percepção de rejeição quando contrasta com a negligência vivenciada em casa.

Deneault et al. (2024) acrescentam que adolescentes com mais sintomas de ansiedade tendem a perceber com maior intensidade as distrações tecnológicas dos pais, embora a tecnoferência em si não tenha se mostrado um fator de aumento para a ansiedade. Contudo, a percepção da distração parental esteve associada a níveis mais altos de desatenção e hiperatividade, indicando que a parentalidade distraída pode contribuir para o agravamento dessas dificuldades. Destaca-se que todas as associações identificadas apresentaram magnitude de efeito pequena, porém estatisticamente significativa.

Na mesma direção, Muhammad e Farzand (2022) observaram que os filhos de pais distraídos tendem a se tornar mais agressivos, ansiosos ou verbalizam sentimentos de abandono. Nesse sentido, em alguns casos, os pais relataram perceber que a falta de resposta dos filhos a tentativas de interação refletia a consequência de seus próprios comportamentos anteriores de desconexão e negligência.

A dimensão social do desenvolvimento também é fortemente influenciada. O estudo de Tsang e Wong (2025) destacou que o tipo de mediação digital parental adotada pelos pais exerce uma influência direta no comportamento social de crianças de 7 a 12 anos. Os autores analisaram três tipos de parentalidade digital: mediação ativa, que envolve

diálogo, regras e orientação conjunta; coutilização, que diz respeito à participação compartilhada nas atividades digitais; e mediação restritiva, que se refere à imposição de limites sem diálogo.

Os resultados mostraram que as crianças cujos pais adotam a mediação ativa tendem a apresentar o desenvolvimento de habilidades sociais positivas, como empatia, cooperação e capacidade de resolução de problemas. Isso sugere que, ao compreenderem o motivo das regras e perceberem o envolvimento parental no ambiente digital, as crianças internalizam valores sociais de maneira mais eficaz. Além disso, o uso compartilhado também se destacou como um fator positivo, pois o compartilhamento de experiências digitais promove interpretações críticas de conteúdos online e fortalece os vínculos familiares. Por outro lado, o estudo revela que a mediação restritiva, marcada por controle excessivo e ausência de comunicação, mostrou-se contraproducente, associando-se à frustração e desconfiança nas crianças. Desse modo, esta estratégia pode incentivar comportamentos secretos, rebeldia, diminuir a capacidade de tomada de decisão e aumentar o risco de condutas antissociais (TSANG; WONG, 2025).

Por fim, Zhang e Wang (2025) analisaram que, quanto mais os pais se distraem com os aparelhos móveis durante a interação com os filhos, maior é a tendência de isolamento social das crianças, que passam a preferir brincar sozinhas e evitar contatos com os pares. A interferência tecnológica também contribui para o aumento de conflitos familiares, uma vez que a atenção dividida dos pais gera frustração e comunicação menos afetiva. Esse ambiente conflituoso favorece comportamentos de retraimento social, como uma forma de lidar com as interações estressantes. Do mesmo modo, a irritabilidade e tristeza são internalizadas por crianças que se sentem desamparadas devido à distração tecnológica dos pais, ocasionando a intensificação dessas emoções, as quais se manifestam principalmente por meio do afastamento social. Porém, os resultados indicam que a influência da distração tecnológica dos pais no isolamento social da criança não ocorre de forma isolada, e sim por meio de mecanismos relacionais e emocionais como o conflito parental e as emoções negativas.

Discussão

Embora alguns autores sugiram relações de causalidade, é necessário destacar que os delineamentos utilizados não permitem tal afirmação. Os resultados devem ser compreendidos como associações observadas, considerando o delineamento correlacional dos estudos.

Nesse sentido, os achados dos resultados convergem com estudos anteriores que documentam como a atenção parental dirigida a dispositivos móveis resulta em menor diálogo e maior hostilidade em resposta às tentativas de interação das crianças (FALCÃO, 2019; FROTA; EISENBERG, 2025; KUSHLEV; DUNN, 2019; MCDANIEL; RADESKY, 2018a; MUHAMMAD; FARZAND, 2022). Este comportamento parental também está associado a uma menor responsividade às necessidades da criança, que é um elemento fundamental para a construção de um apego seguro (MCDANIEL; RADESKY, 2018a). Ademais, os próprios pais reconhecem que o uso do celular afeta seu estado emocional e cognitivo, dificultando a leitura dos sinais sutis das crianças e, consequentemente, enfraquecendo o vínculo parental (KUSHLEV; DUNN, 2019).

A frequência com que os pais permitem que os dispositivos interrompam as interações com seus filhos é associada a um apego inseguro. De fato, o sentimento de desengajamento

dos pais das crianças está implicado em resultados negativos, com os pais deslocando a atenção para o telefone, e não para os filhos. Da mesma forma, os membros da família às vezes relatam sentir-se ignorados por causa do uso do dispositivo, levando à frustração e ao conflito interpessoal. Assim, esse fenômeno pode envolver o deslocamento das relações familiares e o conflito familiar sobre o uso (KILDARE; MIDDLEMISS, 2017; XIE et al., 2019).

Consequentemente, a indisponibilidade parental desencadeia estratégias compensatórias nas crianças, que intensificam comportamentos de busca por atenção (MYRUSKI et al., 2018). Isto é evidenciado por meio de comportamentos como birras, elevação da voz e atitudes impulsivas, reações frequentemente motivadas pela frustração diante da distração materna ou paterna (RADESKY et al., 2016). A partir disso, as crianças podem interpretar seus pais como inacessíveis e menos atenciosos, impedindo a formação de vínculos saudáveis (SELAK; MERKAŠ; IVANKOVIĆ, 2025).

Outrossim, com base na teoria da aceitação-rejeição, o comportamento das crianças é influenciado por sua percepção de aceitação ou rejeição de outras pessoas significativas, especialmente seus pais. Quando os pais estão preocupados com a tecnologia e não fornecem disponibilidade emocional e capacidade de resposta, as crianças podem perceber isso como rejeição ou negligência. Em resposta, as crianças podem buscar fontes alternativas de conforto e estímulo para compensar a falta de conexão emocional com seus pais (ZHANG et al., 2025).

Essas reações são especialmente significativas considerando que os pais são figuras centrais na estruturação das habilidades socioemocionais infantis. Para um desenvolvimento saudável, é essencial que os cuidadores compreendam o estado mental e as motivações por trás dos comportamentos da criança, de modo a intervir adequadamente no processo de regulação emocional. No entanto, em contextos de parentalidade distraída, os pais demonstram menor capacidade de compreensão do estado mental e das intenções dos filhos (RADESKY et al., 2018).

Já na adolescência, a menor percepção de calor parental atua como mecanismo para níveis mais elevados de ansiedade, depressão e envolvimento em *cyberbullying* (STOCKDALE; COYNE; PADILLA-WALKER, 2018). Ainda sob tal ótica, McDaniel e Radesky (2018b) observaram que o uso problemático de tecnologia digital pelos pais resulta em maiores problemas de comportamento externalizantes dos filhos, como agressividade e hiperatividade, os quais aumentam o estresse parental e levam os adultos a recorrerem aos dispositivos tecnológicos como forma de escape.

Isso corresponde a achados anteriores que indicam que o uso excessivo de dispositivos digitais pelos pais se deve, em grande parte, à ansiedade e à dificuldade de regular as próprias emoções. Nesses casos, os dispositivos móveis funcionam como um meio de regulação emocional diante das tensões entre trabalho, cuidados infantis e estresse cotidiano (MCDANIEL; COYNE, 2016b). Além disso, a negligência parental em relação às necessidades de conexão de seus filhos adolescentes pode intensificar as percepções de rejeição, resultando em menor autoestima e maior vulnerabilidade a problemas de saúde mental (DIXON et al., 2023).

O fenômeno da parentalidade distraída configura-se como um objeto de estudo recente, com relativamente poucos estudos dedicados a compreender seus efeitos nas dinâmicas familiares (KNITTER; ZEMP, 2020). Isso é evidenciado, pois os estudos existentes são frequentemente limitados por amostras reduzidas e pela avaliação do uso tecnológico em episódios breves de interação (MCDANIEL; RADESKY, 2018b). Da mesma forma, o

conceito de abandono digital é ainda pouco explorado em profundidade (MARUCO; RAMPAZZO, 2020), reforçando a necessidade de maior investimento investigativo nessa área emergente. Essa falta de evidências sistematizadas, tanto quantitativas quanto qualitativas, impede uma compreensão completa do fenômeno e a implementação de políticas públicas eficazes (VILLICAÑA, 2023).

A análise foi comprometida devido à escassez de evidências sobre o assunto investigado. Essa limitação pode estar relacionada à multiplicidade de descritores utilizados na literatura, como *technoference*, parentalidade digital ou literacia digital, o que reforça a necessidade de futuros estudos que ampliem estratégias de busca e considerem essa diversidade terminológica (LEÃO et al., 2024).

Além disso, pesquisas contrastantes sobre crianças pequenas foram conduzidas nos Estados Unidos, enquanto estudos com adolescentes ocorreram predominantemente na China, o que limita a generalização dos achados para outros países. Esses fatores reforçam a necessidade de pesquisas em contextos geográficos mais amplos, a fim de subsidiar futuramente diretrizes para as famílias quanto ao uso da tecnologia no ambiente doméstico (DIXON et al., 2023).

Conclusão

Este estudo teve como objetivo compreender os fenômenos da parentalidade distraída e do abandono digital no contexto das relações familiares contemporâneas. Os resultados evidenciam uma predominância de pesquisas voltadas à parentalidade distraída, especialmente em contextos internacionais, enquanto o abandono digital permanece como um tema emergente e ainda pouco explorado.

As evidências analisadas indicam que a parentalidade distraída fragiliza o vínculo afetivo e impacta no desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescente, manifestando-se em comportamentos internalizantes e externalizantes. Tais manifestações são frequentemente interpretadas como respostas à percepção de rejeição e negligência emocional por parte das figuras parentais. Esses achados fornecem subsídios relevantes para pais, educadores e profissionais da saúde, ao reforçar a importância da presença parental qualificada e da comunicação afetiva no ambiente familiar.

Além disso, os resultados sugerem que o gênero exerce influência relevante na parentalidade distraída. Evidências apontam que mães e pais vivenciam esse fenômeno de forma distinta, indicando a necessidade de futuros estudos que aprofundem essas diferenças.

O mapeamento realizado fornece um panorama atual das investigações sobre o tema, mas também revela limitações decorrentes do recorte temporal e dos descritores utilizados. Futuros estudos que ampliem o período de análise, diversifiquem estratégias de busca e explorem diferentes contextos socioculturais poderão enriquecer e aprofundar a compreensão do fenômeno.

Assim, esta revisão contribui ao destacar a parentalidade distraída como um campo consolidado de investigação e o abandono digital como uma lacuna significativa, cuja exploração futura é fundamental para subsidiar práticas de prevenção e intervenção mais eficazes. Conclui-se que práticas parentais mais conscientes e atentas são fundamentais para fortalecer os laços familiares e assegurar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas

ÁGUA, J., G. et al. Partner Phubbing: Portuguese validation. **Psicologia, Saúde & Doença**, v. 20, n. 1, p. 234-241, 2019.

BRANDON, M. T. Parent distraction with phones, reasons for use, and impacts on parenting and child outcomes: a review of the emerging research. **Human Behav and Emerg Tech,** n. 2, p. 72-80, 2019.

CHAMAM, S. et al. Effects of digital and non-digital parental distraction on parent-child interaction and communication. **Frontiers in child and adolescent psychiatry,** v. 3, e1330331, 2024.

CIMINO, S.; CERNIGLIA, L. Integrating Screens and Spoons: An Exploratory Study on Digital Technology's Influence on Parent–Child Interactions. **European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education**, v. 15, n. 3, p. 1-8, 2025.

COSTA, S.; RESENDE, A. O abandono digital de crianças e adolescentes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 3648-3659, nov. 2024.

DENEAULT, A. et al. Perceived Parental Distraction by Technology and Mental Health Among Emerging Adolescents. **JAMA Network Open**, v. 7, n. 8, e2428261, 2024.

DIXON, D. et al. Parental technoference and adolescents' mental health and violent behaviour: a scoping review. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 1-13, 2023.

DOLEV-COHEN, M.; RICON, T. The associations between parents' technoference, their problematic use of digital technology, and the psychological state of their children. **Psychology of Popular Media**, v. 13, n. 2, p. 171-179, 2024.

DONATO, H.; DONATO, M. Stages for Undertaking a Systematic Review. **Acta Médica Portuguesa**, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

FALCÃO, L. P. O Fenômeno da Parentalidade Distraída e Abandono Afetivo: Quanto Custa o Cuidado na Sociedade Tecnológica. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 56-72, 2019.

FROTA, G.; EISENBERG, Z. A presença de smartphones no lar: tecnoferência entre pais e filhos no Brasil. **Revista Cocar**, v. 22, n. 40, p. 1-14, 2025.

GALVÃO, M. C.; RICARTE, I. L. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion:** Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

HAMAMI, M.; WIDYATNO, A. Parental Phubbing and Adolescent Loneliness: A Study Of Digital Neglect In Families. **Jurnal Sains Psikologi**, v. 14, n. 1, p. 172-187, 2025.

KILDARE, C.; MIDDLEMISS, W. Impact of parents mobile device use on parent-child interaction: A literature review. **Computers in Human Behavior**, v. 75, p. 579-593, 2017.

KNITTER, B.; ZEMP, M. Digital Family Life: A Systematic Review of the Impact of Parental Smartphone Use on Parent-Child Interactions. **Digital Psychology**, v. 1, n. 1, p. 29-43, 2020.

KUSHLEV, K.; DUNN, E. Smartphones distract parents from cultivating feelings of connection when spending time with their children. **Journal of Social and Personal Relationships,** v. 36, n. 6, p. 1619-1639, 2019.

LEÃO, L. C. et . Challenges in research on screen media use in Early childhood: Conceptual, practical, and measurement aspects. In: FRIZZO, G. B. (Org.). **Digital media and early child development:** Theoretical and empirical issues. Cham: Springer, 2024. p. 7-24.

LV, H. et al. The Effect of Mother Phubbing on Young Children's Emotional and Behavioral Problems: A Moderated Mediation Model of Mother-Child Attachment and Parenting Stress. **International journal of environmental research and public health**, v. 19, n. 24, e 16911, 2022.

MARQUES, A. A parentalidade excessiva e as implicações na aprendizagem. **Construção psicopedagógica**, v. 23, n. 24, p. 41-51, 2015.

MARUCO, F. O.; RAMPAZZO, L. O Abandono Digital de Incapaz e os Impactos Nocivos pela falta do dever de vigilância parental. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, v. 6, n. 1, p. 35-54, 2020.

MCDANIEL, B.; COYNE, S. Technology interference in the parenting of young children: Implications for mothers' perceptions of coparenting. **The Social Science Journal**, v. 53, n. 4, p. 435-443, 2016.

MCDANIEL, B.; RADESKY, J. Technoference: Longitudinal Associations between Parent Technology Use, Parenting Stress, and Child Behavior Problems. **Pediatrics Research**, v. 84, n. 2, p. 210-218, 2018a.

_____. Technoference: Parent Distraction with Technology and Associations with Child Behavior Problems. **Child Development**, v. 89, n. 1, p. 100-109, 2018b.

MENDES, D. S.; SANTOS, I. B. Abandono digital e tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: novas perspectivas a partir da LGPD e do direito de família. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, v. 8, n. 1, p. 18-35, 2022.

MILANEZ, C. M. et al. O funcionamento familiar na saúde emocional e psicológica de crianças e adolescentes. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 47, p. 1-16, 2019.

MUHAMMAD, A.; FARZAND, K. Distracted Parenting: Excessive Parental Utilization Of Social Media And Its Impact On The Communication And Relationship Between Children And Their Parents. **Educational Research And Innovation**, v. 2, n. 2, p. 37-50, 2022.

MYRUSKI, S. et al. Digital disruption? Maternal mobile device use is related to infant social-emotional functioning. **Developmental Science**, v. 21, n. 4, e12610, 2018.

NÓBREGA, L. B.; GOUVEIA, Y. B.; PORCINO, J. M. Cuidado, parentalidade e a destituição do poder familiar. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2021.

RADESKY, J. et al. Parent Perspectives on Their Mobile Technology Use: The Excitement and Exhaustion of Parenting while Connected. **Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics**, v. 37, n. 9, p. 694-701, 2016.

RADESKY, J. et al. Maternal Mental Representations of the Child and Mobile Phone Use During Parent-Child Mealtimes. **Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics**, v. 39, n. 4, p. 310-317, 2018.

SCHOLZ, A. L. et al. O exercício da parentalidade no contexto atual e o lugar da criança como protagonista. **Estudos de Psicanálise**, n. 44, p. 15-22, 2015.

SELAK, M.; MERKAŠ, M.; IVANKOVIĆ, A. Distracted parenting: How do parents' emotional regulation and problematic smartphone use contribute to the interruptions of parent-child interactions? **Human Technology**, v. 20, n. 3, p. 577-591, 2024.

_____. Effects of Parents' Smartphone Use on Children's Emotions, Behavior, and Subjective Well-Being. **European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2025.

SOBRINHO, I.; DIB, R.; BARROS, K. Responsabilidade civil dos pais ao abandono digital de crianças e adolescentes. **Revista Delos**, v. 17, n. 61, p. 1-22, 2024.

SONG, T. et al. The relationship between parental smartphone addiction and preschool children's emotional regulation. **Alpha Psychiatry**, v. 25, n. 6, p. 713-720, 2024.

SOUZA, F.; FONTELLA, C. Diga, Gérard, o que é a parentalidade? **Clínica e Cultura**, v .5, n. 1, p. 107-120, 2016.

STOCKDALE, L.; COYNE, S.; PADILLA-WALKER, L. Parent and child technoference and socioemotional behavioral outcomes: A nationally representative study of 10 to 20 year old adolescents. **Computers in Human Behavior**, v. 88, p. 219-226, 2018.

TAHIR, U.; SARWAR, D.; TAHIR, A. Impact of social media on parent child relationship: Exploring communication barriers and emotional distance. **Social Sciences Spectrum**, v. 4, n. 1, p. 425-446, 2025.

THOLL, F.; BEIRAS, A. Terapia familiar com crianças: a importância da interlocução teórico-prática para a superação dos desafios no processo de formação do terapeuta. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 26, n. 58, p. 86-97, 2017.

TSANG, G.; WONG, W. The Impact of Digital Parenting on the Social Behavior of Children Aged 7-12 Years. **Acta Psychology**, v. 4, n. 2, p. 82-90, 2025.

VILLICAÑA, R. Childhood and adolescence: abandonment in the digital age. **Sociology International Journal**, v. 7, n. 6, p. 281-282, 2023.

WAGNER, A. et al. **Família & internet: a era da informação e a vida cotidiana.** São Leopoldo: Editora Sinodal, 2010.

XIE, X. et al. Parents' phubbing increases Adolescents' Mobile phone addiction: Roles of parent-child attachment, deviant peers, and gender. **Children and Youth Services Review**, v. 105, e1044262019.

YU, D. et al. The Relationship Between Maternal Problematic Mobile Phone Use and Hyperactive Behavior in Preschool Children: The Moderating Effect of Family Parenting Support on Chain Mediation, Psychology. **Research and Behavior Management**, v. 17, p. 2665-2680, 2024.

ZHANG J., et al. Parental Technoference and Child Problematic Media Use: Meta-Analysis. **Journal of Medical Internet Research**, v. 27, e57636 2025.

ZHANG, P.; WANG, X. The impact of parental phubbing on social withdrawal in preschool children: the serial mediating roles of parent-child conflict and negative emotions. **BMC psychology**, v. 13, n. 36, p. 1-9, 2025.

ZHAO, J. et al. The Relationship Between Parental Phubbing and Interpersonal Aggression in Adolescents: The Role of Rejection Sensitivity and School Climate. **Journal of Interpersonal Violence,** v. 38. p. 7630-7655, 2023.

ZORNIG, S. M. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.

Resumo Observa-se uma crescente presença de dispositivos eletrônicos no cotidiano familiar, provocando mudanças na dinâmica entre pais e filhos. Este estudo tem como objetivo compreender os fenômenos da parentalidade distraída e do abandono digital no contexto das relações familiares contemporâneas. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura nas bases SciELO, PsycInfo, LILACS, EBSCO, PubMed, Periódicos Capes e Google Scholar, utilizando descritores em inglês e português: "parentalidade distraída", "abandono digital", "distracted parenting" e "digital abandonment", em diferentes combinações. Os resultados indicam que a parentalidade distraída compromete a qualidade dos vínculos e da comunicação entre pais e filhos, favorecendo sentimentos de rejeição e negligência em crianças e adolescentes. Essas experiências podem desencadear problemas psicossociais, emocionais e comportamentais, impactando negativamente o desenvolvimento. Conclui-se que práticas parentais mais conscientes e atentas são fundamentais para fortalecer os laços familiares e assegurar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: parentalidade, psicologia, família, tecnologia.

Cuando los padres desaparecen detrás de las pantallas:
revisión sistemática sobre parentalidad distraída y abandono digital

Resumen Existe una creciente presencia de dispositivos electrónicos en la vida familiar cotidiana, provocando cambios en la dinámica entre padres e hijos. Este estudio busca comprender los fenómenos de la crianza distraída y el abandono digital en el contexto de las relaciones familiares contemporáneas. Para ello, se realizó una revisión sistemática de la literatura en SciELO, PsycInfo, LILACS, EBSCO, PubMed, Capes Journals y Google Scholar, utilizando descriptores en inglés y portugués: "parentalidade distraída", "abandono digital", "distracted parenting" y "digital abandonment", en diferentes combinaciones. Los resultados indican que la crianza distraída compromete la calidad de los vínculos y la comunicación entre padres e hijos, fomentando sentimientos de rechazo y abandono en niños y adolescentes. Estas experiencias pueden desencadenar problemas psicosociales, emocionales y conductuales, impactando negativamente en el desarrollo. Se concluye que prácticas de crianza más conscientes y atentas son fundamentales para fortalecer los lazos familiares y asegurar el desarrollo saludable de niños y adolescentes.

Palabras clave: parentalidad, psicología, familia, tecnología.

When Parents Disappear Behind Screens:
Systematic Review on Distracted Parenting and Digital Abandonment

Abstract There is a growing presence of electronic devices in daily family life, causing significant changes in the dynamics between parents and children. This study aims to understand the phenomena of distracted parenting and digital abandonment in the context of contemporary family relationships. To this end, a systematic literature review was conducted in the SciELO, PsycInfo, LILACS, EBSCO, PubMed, Capes Journals, and Google Scholar databases, using descriptors in English and Portuguese: "parentalidade distraída", "abandono digital", "distracted parenting", and "digital abandonment", in different combinations. The results indicate that distracted parenting compromises the quality of bonds and communication between parents and children, fostering feelings of rejection and neglect in children and adolescents. These experiences can trigger psychosocial, emotional, and behavioral problems, negatively impacting development. It is concluded that more conscious and attentive parenting practices are fundamental to strengthening family ties and ensuring the healthy development of children and adolescents.

Keywords: parenting, psychology, family, technology.

DATA DE RECEBIMENTO: 16/12/2025

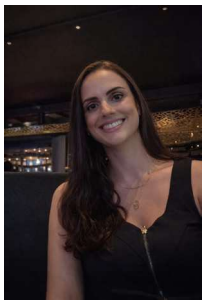
DATA DE APROVAÇÃO: 14/04/2026



Amanda Machado de Oliveira

Psicóloga pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil e pós-graduanda em Psicologia Clínica pela mesma instituição. Pós-graduanda em Psicanálise e Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil.

E-mail: amandaoli579@gmail.com



Christianne Leduc Bastos Antunes

Doutora em Envelhecimento Humano pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil. Mestre em Psicologia pela Faculdade Meridional (IMED), Brasil e Psicóloga pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Brasil. Docente e Coordenadora do Curso de Psicologia da UPF.

E-mail: chrisbastos@upf.br

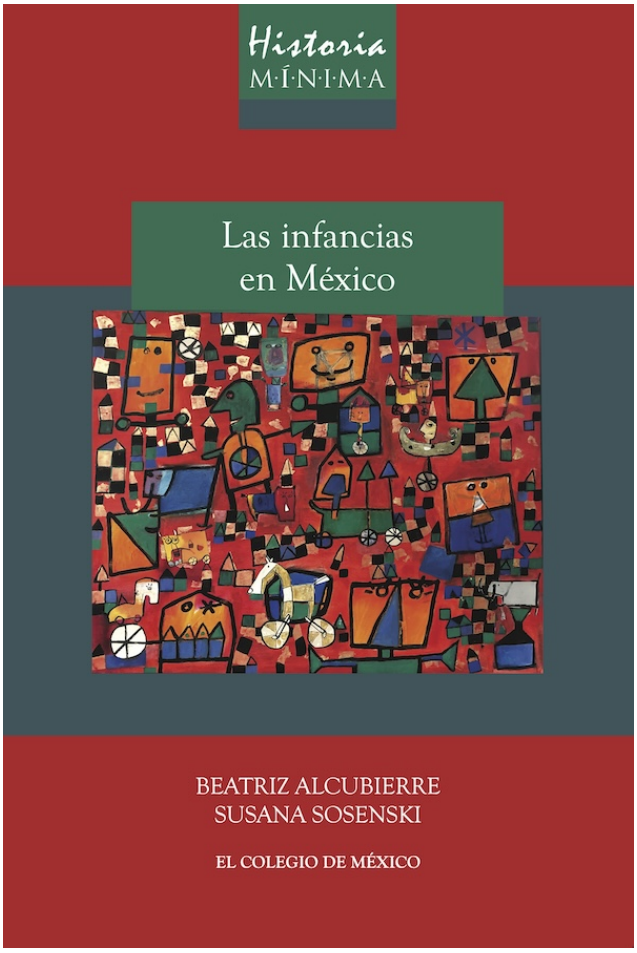
Historia mínima:
Las infancias en México, por Susana Sosenski y Beatriz Alcubierre

RESEÑA POR

Elisangela da Silva Machieski

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, Brasil.1

https://orcid.org/0000-0002-1394-5180



De gotitas a ríos: la solidez de las infancias en la historia mexicana

La lectura de *Historia mínima: Las infancias en México* genera una sensación de asombro semejante a la que muchas personas experimentan en la niñez al descubrir pequeños almanaques o libros de curiosidades que abrían ventanas hacia mundos lejanos y tiempos pasados. La diferencia fundamental, claro, es que esta obra no es un compendio de datos aislados, sino el fruto de un trabajo historiográfico sólido, llevado a cabo por Susana Sosenski y Beatriz Alcubierre, dos de las principales especialistas en los estudios de las infancias en América Latina. El encanto que produce radica precisamente en la capacidad de las autoras de traducir un campo de investigación altamente especializado en una narrativa ágil y profundamente significativa. Al terminar sus páginas, uno se siente como aquella niña o aquel niño que cierra un libro y se queda lleno de preguntas, con ganas de seguir indagando y comprendiendo. Esa es quizá la primera gran contribución de la obra: despertar la curiosidad y mostrar que la historia de las infancias no solo existe, sino que resulta indispensable para pensar la sociedad en su conjunto, en su totalidad.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

El libro, que fue publicado por El Colegio de México en 2024, forma parte de la *Colección Historias mínimas*, cuya propuesta es presentar grandes temas históricos de manera sintética y accesible. La obra logra combinar claridad narrativa, profundidad analítica y sensibilidad, despertando en la lectura tanto asombro como reflexión crítica. Además, el libro despierta preguntas, suscita encantamientos y permite reconocer que la infancia no puede seguir siendo tratada como una categoría homogénea ni como una mera etapa de transición hacia la adultez, sino como un espacio social, cultural y político en el que se producen experiencias complejas atravesadas por marcadores de clase, género, raza y edad.

Uno de los mayores desafíos - y, consecuentemente, un gran mérito del libro - es que, a pesar de la imposibilidad de incluir citas textuales o referencias detalladas, las autoras encuentran maneras de dar crédito a la multiplicidad de manos que han construido el campo de la historia de las infancias en México. Incorporan referencias a múltiples investigaciones y autores, trazando un mapa historiográfico de la historia de las infancias mexicanas que permite entender la construcción del conocimiento en este campo. Tal propuesta evidencia un diálogo productivo entre perspectivas complementarias, enriqueciendo la narrativa y consolidando la obra como un ejemplo de colaboración académica. Además, el reconocimiento de estas investigaciones colectivas refuerza la idea de que el campo ha alcanzado una madurez historiográfica suficiente para sostener obras de síntesis como esta.

A la vez, la escritura conjunta de Sosenski y Alcubierre, dos historiadoras con trayectorias propias y complementarias, es un ejemplo de colaboración intelectual que enriquece el resultado final. En este sentido, el libro no solo pregunta quiénes eran esos niños y niñas, sino que también explora cómo se relacionaban con su entorno, cómo eran apropiados, educados, explotados, cuidados o marginados, y qué papel desempeñaban como sujetos sociales en diferentes temporalidades. Este énfasis en la relacionalidad permite pensar la infancia no como una etapa natural y estática de la vida, sino como una construcción histórica atravesada por tensiones, disputas y transformaciones. El recorrido histórico de la obra no se limita a describir las experiencias infantiles, sino que problematiza las relaciones entre niños y adultos, la apropiación de sus cuerpos, los procesos de educación y cuidado, la explotación y la participación social. Este enfoque relacional permite pensar la infancia como una categoría fluida, cambiante y situada, en la que los sujetos infantiles interactúan con las instituciones, la familia, la comunidad y el Estado.

Desde el mundo mesoamericano hasta el siglo XX, cada uno de los cuatro capítulos revela cómo la niñez ha sido una categoría histórica plural, cambiante y profundamente marcada por las tensiones sociales, políticas y culturales de su tiempo. En Mesoamérica, los niños aparecen como gotitas que se solidificaban a través de rituales y cuidados comunitarios, en un universo simbólico que desafía la visión eurocéntrica de la infancia; en la Nueva España, esas experiencias se transformaron drásticamente con la Conquista, donde la idealización del niño europeo convivía con la brutal explotación y marginación de infancias indígenas y esclavizadas. El siglo XIX introduce la modernidad y, con ella, la "edad de la inocencia", pero también expone la contradicción entre el discurso que exaltaba la pureza infantil y una realidad marcada por el trabajo y la disciplina estatal. Ya en el siglo XX, los niños emergen como agentes políticos en la Revolución Mexicana, pero pronto son absorbidos por el sistema capitalista como símbolos de progreso y consumidores en el Milagro Mexicano. A través de este recorrido, Alcubierre y Sosenski muestran que las infancias no constituyen un estado homogéneo ni natural, sino una construcción histórica en constante negociación con relaciones de poder, desigualdades y posibilidades de agencia.

Tomo como préstamo la afirmación de Alfredo López Austin sobre los bebés en el México antiguo: él decía que los niños nacían en un estado líquido y se solidificaban a través de los cuidados maternos y comunitarios. De manera similar, el libro de Sosenski y Alcubierre convierte a las infancias mexicanas en realidades sólidas dentro de la historiografía, otorgándoles densidad, agencia y visibilidad histórica. De este modo, la narrativa no solo representa las infancias, sino que las reivindica como actores histórico imprescindibles, superando perspectivas adultocéntricas que aún predominan en muchos estudios históricos o sociales en constante transformación, que se nutre de cuidados, disputas y representaciones. La referencia al agua no solo ilustra la fluidez de la infancia, sino que permite al lector imaginar los procesos históricos de manera más vívida y emocional. Las "agüitas" que se solidifican a través del tiempo se convierten en símbolos de la capacidad del historiador para recuperar experiencias infantiles, incluso cuando las fuentes documentales son escasas o fragmentarias. La obra, así, funciona tanto como síntesis historiográfica como inspiración para investigadores que buscan pensar la infancia desde nuevas perspectivas, reconociendo su diversidad y complejidad.

Otro aspecto destacable es el modo en que la obra enfrenta la dificultad metodológica de acceder a las voces de los niños, dado que las fuentes históricas rara vez recogen directamente sus testimonios. Las autoras resuelven esta limitación articulando un corpus amplio que incluye registros oficiales, iconografía, literatura, documentos escolares y representaciones culturales, lo que permite reconstruir no solo cómo los adultos imaginaron a los niños, sino también cómo los niños se insertaban en esos mundos de significación. Esta estrategia, que combina lectura crítica de fuentes con sensibilidad interpretativa, se alinea con lo que otros historiadores han llamado "leer contra el archivo", es decir, buscar en los silencios, en las representaciones y en los márgenes las huellas de sujetos históricamente invisibilizados.

Sosenski y Alcubierre demuestran, por medio del libro, que la historia de las infancias no es un campo menor o secundario dentro de la historiografía, como algunos todavía sostienen. Muy por el contrario, es una perspectiva que permite replantear preguntas fundamentales sobre la sociedad, cuestionar visiones adultocéntricas y reconocer a niños y niñas como sujetos históricos activos. Aunque el libro se centra en el caso mexicano, sus reflexiones y hallazgos resultan enormemente útiles para otros contextos latinoamericanos, ya que ofrecen inspiración, herramientas y comparaciones posibles para quienes investigamos las infancias en distintos lugares del continente. Es posible afirmar que la obra no solo sintetiza la producción previa, sino que también abre ventanas para nuevas investigaciones, mostrando que mirar la historia desde la perspectiva de las infancias enriquece nuestra comprensión de los procesos sociales y culturales. Sosenski y Alcubierre han escrito un libro que conmueve, que enseña, que inspira, y que invita a no dejar escapar entre los dedos la oportunidad de dar espacio a la voz y lugar a los niños y niñas en nuestras narrativas históricas. Su lectura es, por tanto, indispensable para quienes se interesen en la historia de México, en la historiografía latinoamericana y, de manera más amplia, en la construcción de miradas críticas y sensibles sobre la infancia.

Historia mínima: Las infancias en México es un libro que combina rigor, claridad y sensibilidad, capaz de emocionar y de provocar reflexión crítica. Sosenski y Alcubierre lo lograron: cambiaron el estado líquido de esos niños y niñas por el estado sólido; ellos ya no escapan por entre los dedos del tiempo, ganaron el estado sólido por la pluma de esas dos grandes historiadoras. Al leer el libro, es posible percibir que esas gotitas, que inicialmente, cuando hablamos de agua - o mejor, de infancia - nos parecen uniformes, no lo son: Susana y Beatriz nos presentan la diferencia sobre lo que era ser niño y niña en diferentes espacios temporales mexicanos. Al recuperar a los niños como protagonistas históricos, evitan tanto la romantización ingenua como la reducción adultocéntrica, proponiendo una mirada plural y compleja que reconoce a las infancias como actores legítimos de la historia.

Al igual que el agua de la metáfora inicial, el texto fluye entre pasado y presente, entre investigación académica y narrativa accesible, contribuyendo así con la consolidación de un campo de estudios imprescindible para comprender las sociedades del ayer y del hoy. Así, al cerrar el libro, queda la impresión de que esas gotitas que antes se dispersaron en silencios, vacíos documentales o interpretaciones adultocéntricas ahora encuentran cauces firmes para fluir dentro de la historiografía. El trabajo de Sosenski y Alcubierre no solo logra solidificar las experiencias infantiles en otros tiempos, sino que también nos recuerda que, al igual que el agua, las infancias siempre encuentran caminos para abrirse paso, incluso en medio de las rocas más duras de la invisibilización. En este sentido, la obra no es únicamente un ejercicio académico, sino un río que invita a nuevos afluentes, a más investigaciones que alimenten un caudal colectivo de conocimiento y sensibilidad sobre las infancias en México y América Latina.

Referencias Bibliográficas

ALCUBIERRE, B.; SOSENSKI, S. Historia mínima de las infancias en México. Ciudad de México: El Colegio de México, 2024, 201p. ISBN 978-607-564-586-5.

Palabras clave: historia de las infancias, historia de México, representaciones de las infancias, agencia de niños y niñas.

FECHA DE RECEPCIÓN: 02/09/2025

FECHA DE APROBACIÓN: 23/11/2025

Elisangela da Silva Machieski

Doutora e mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é representante do Brasil na Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina (REHIAL).

Email: lismachieski@gmail.com

Diálogos intergeracionais Xukuru-Kariri:
alfabetizando com plantas medicinais na Mata da Cafurna, por Koram Xukuru-Kariri (Maria Eliete Alves de Souza) e Suzana Santos Libardi

Resenha por

Edson Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, Pernambuco, Brasil

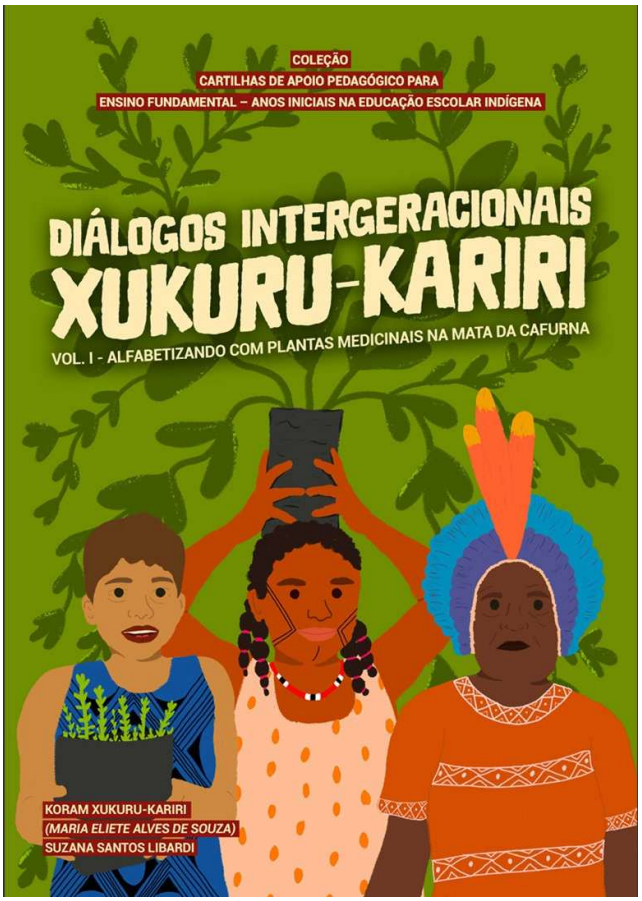
https://orcid.org/0000-0002-6213-9927

Indígenas crianças Xukuru-Kariri em Alagoas: protagonismos e conhecimentos sobre as plantas medicinais

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2022) contabilizou um expressivo contingente de indígenas crianças. Entre aquelas que habitam Terras Indígenas, aproximadamente metade é composta por crianças, percentual superior à média nacional, na qual quase um terço da população indígena possui menos de 14 anos.[1] Esses dados são significativos, mas também preocupantes, pois evidenciam a necessidade de formulação de políticas públicas direcionadas a esse público, especialmente no que se refere à Educação Escolar Indígena, aos currículos, aos conteúdos ensinados e às abordagens pedagógicas adotadas Em resposta a essas demandas, foi publicada, em 2025, na cidade de Palmeira dos Índios, em Alagoas, a cartilha "*Diálogos intergeracionais Xukuru-Kariri: alfabetizando com plantas medicinais na Mata da Cafurna*. A obra constitui o volume 1 da Coleção Cartilhas de Apoio Pedagógico para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais na Educação Escolar Indígena.

1 Ver https://educa.ibge.gov.br/crancas/brasil/nosso-povo/22324 Acesso em: 25 nov. 2025.

A publicação evidenciou outra questão: o reduzido número de estudos sobre indígenas crianças no Brasil. Uma pesquisa realizada em 2023 constatou essa lacuna ao identificar a escassez de investigações sobre o tema e, igualmente, sobre a Educação Escolar Indígena voltada às crianças indígenas (PEREIRA, 2024). Além disso, reflexões que consideram os protagonismos das crianças indígenas são ainda mais escassas, uma vez que a maioria das pesquisas se concentra no agir sociopolítico coletivo dos povos indígenas, especialmente na luta pelo reconhecimento e pela garantia de direitos, sobretudo pela demarcação de seus territórios diante dos inúmeros conflitos, perseguições e diferentes formas de violência enfrentadas pelos povos indígenas em todas as regiões do país.



Os Xukuru-Kariri habitam, majoritariamente, o município de Palmeira dos Índios e o município vizinho Taquarana, habitando no interior de Alagoas, no semiárido nordestino (SILVA; MACEDO, 2021). Em Palmeira dos Índios, habitam em mais de uma dezena de aldeias, em um território fragmentado em "ilhas", circundadas por pequenos posseiros e fazendeiros. Nesse contexto, a oligarquia local mobiliza-se na negação da existência dos indígenas e condenando a demarcação do território indígena[2]. Famílias Xukuru-Kariri habitam também os municípios de Pedrosa e Ibotirama, na Bahia; Caldas e Brumadinho, em Minas Gerais. As migrações e dispersão Xukuru-Kariri ocorrem há longa data, motivadas pela busca de trabalho e de melhores condições de vida, diante dos conflitos e das invasões promovidas, sobretudo, por fazendeiros no território tradicional, bem como pela limitada disponibilidade de terras para habitar e cultivar (ROCHA, 2025).

A publicação ora resenhada foi organizada pela indígena Koram Xukuru-Kariri (Maria Eliete Alves de Souza) e pela pesquisadora Suzana Santos Libardi, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Palmeira dos Índios). Entretanto, a obra foi pensada e elaborada em 2024 com a efetiva participação em rodas de conversas e oficinas de 11 indígenas crianças Xukuru-Kariri, moradoras na Aldeia Mata da Cafurna, em Palmeira dos Índios. A cartilha constitui uma realização do Espaço Maria da Terra, localizado na referida aldeia, do Grupo de Leitura em Estudos da Infância (GLEI) e do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Psicologia Escolar/Educacional do Semiárido Alagoano (LAPES), ambos vinculados ao Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL. Trata-se de uma iniciativa relevante para o reconhecimento, a valorização e a divulgação de conhecimentos indígenas, contando com o apoio da universidade pública e evidenciando o compromisso social e a dedicação de pesquisadores(as) junto às comunidades indígenas.

2 O movimento anti-indígena em Palmeira dos Índios. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/11/25/homologacao-terra-indigena-xukuru-kariri-palmeira-dos-indios-confronto>. Acesso em: 25 nov. 2025

Na publicação, informa-se que a Aldeia Mata da Cafurna é habitada por 248 famílias, de acordo com informações do serviço público de saúde local. A escola da comunidade atende 174 alunos, nas modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens, Adultos e Idosos e no Atendimento Educacional Especializado. Criada em novembro de 1986, a instituição constitui-se como o principal espaço de formação das crianças e jovens da aldeia, sendo resultado das mobilizações das gerações anteriores pela implantação e continuidade de uma educação escolar indígena. A elaboração da cartilha surgiu a partir de um convite dos indígenas Xukuru-Kariri, com o objetivo de "contribuir com a alfabetização contextualizada no âmbito da Educação Escolar Indígena". O material foi elaborado com a participação de indígenas crianças, no segundo ano do Ensino Fundamental, estudantes na escola da Aldeia.

Destaca-se, ainda, que a publicação esteve diretamente conectada ao contexto sociopolítico da democracia brasileira, especialmente durante e após as eleições presidenciais de 2022, evidenciando a importância da defesa dos direitos indígenas e dos direitos humanos. Nesse cenário, ressaltam-se as mobilizações dos povos indígenas em prol da garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), sobretudo no que se refere à proteção dos territórios e às discussões sobre questões ambientais e climáticas. O texto é resultado do projeto de extensão *O olhar de crianças indígenas no agreste alagoano*, organizado a partir de nove atividades realizadas pelas Indígenas crianças Xukuru-Kariri na Aldeia Mata da Cafurna

Todas as atividades estavam vinculadas às relações estabelecidas com o ambiente habitado, abordando as conexões cotidianas com a natureza. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a produção de vasos para plantas a partir da reutilização de resíduos plásticos, especialmente garrafas PET; a observação de elementos naturais no percurso entre a casa e a escola; os conhecimentos sobre as chamadas "plantas poderosas" – folhas, raízes, cascas e outras espécies medicinais utilizadas pelos indígenas –; a realização de pesquisas com indígenas idosos; e os registros dos usos dessas plantas, acompanhados de suas representações por meio de desenhos produzidos pelas crianças. Ao final de cada atividade, foi inserida a seção intitulada *FAÇA VOCÊ*, contendo sugestões e orientações destinadas às pessoas interessadas em organizar e desenvolver as atividades em seus próprios contextos de atuação.

Após a nona e última atividade, a cartilha apresenta uma seção denominada *Receitas Produzidas*, Percebendo a ausência de subsídios didáticos específicos, a cartilha foi pensada e elaborada por indígenas para os indígenas. Com a chamada "pedagogia da mata" a proposta consiste em discutir, no espaço escolar, os conhecimentos dos idosos, os saberes produzidos na escola e aqueles próprios do povo indígena, promovendo a circulação de conhecimentos e as trocas de experiências por meio de "ações educativas indígenas envolvendo as novas gerações".

Referências bibliográficas

XUKURU-KARIRI, K.;LIBARDI, S. S. Diálogos intergeracionais Xukuru-Kariri: alfabetizando com plantas medicinais na Mata da Cafurna. Palmeira dos Índios, 2025. ISBN 978-65-01-41962-6.

PEREIRA, A. S. M.; COSTA, M. A. A. da; NASCIMENTO, K. A. S. do. Os pequenos Curumins: o estado do conhecimento da produção científica sobre crianças indígenas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 76, p. 42-55, 2024.

Disponível:<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982030520240001000042&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 nov. 2025.

ROCHA, A. S. da. **Xukuru-Kariri:** migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste (1952-1990). 2. ed. ver. e amp. Palmeira dos Índios, AL: Editora GPHIAL, 2024. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/c%C3%B3pia-editora-gphial-1>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SILVA, E.; MACEDO, M. R. de (org.). **Os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, Alagoas**: História, memórias e patrimônio. Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

Palavras-chave: indígenas Xukuru-Kariri, criança indígenas, plantas medicinais.

DATA DE RECEBIMENTO: 18/12/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 16/06/2026

Edson Silva (Edson Hely Silva)

Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Professor Titular de História da Universidade Federal de Pernambuco. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Universidade Federal de Pernambuco e no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil.

E-mail: edsonsilva@capufpe.com

Levantamento Bibliográfico / Relevamiento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de maio de 2025 a julho de 2026, cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

–

En esta sección, presentamos el levantamiento bibliográfico de los libros publicados en Latinoamérica, en portugués y español, en las áreas de Ciencias Humanas y Sociales sobre infancia y juventud. Se presentan las obras publicadas de mayo de 2025 a julio de 2026, cuyas informaciones se han podido obtener en los sitios web de sus respectivas editoriales.

1 **Autolesiones y situaciones de suicidio en adolescentes. Una perspectiva clínica ampliada. Herramientas para intervenir desde las instituciones (ISBN 978-631-6603-11-1)**
Autores: Daniel Korinfeld y Daniel Levy
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 192 páginas.

1 **Alimentação como prática pedagógica: Contextos e experiências na educação infantil (ISBN 978-65-5650-216-8)**
Organizadoras: Gabriela Scramingnon; Liana Santos; Maria Clara Camões
Editora: Papirus, Campinas, 224 páginas

2 **Ensayos para una psicopedagogía crítica (ISBN 978-987-814-676-8)**
Autora: Andrea Kazansky
Editora: Biblos, Buenos Aires, 104 páginas

3 **Processos discursivos de alfabetização: Autoria, interação e criação (ISBN 978-65-5650-224-3)**
Organizadoras: Cecilia Maria Aldigueri Goulart, Maria Cristina Corais, Victoria Wilson
Editora: Papirus, Campinas, 223 páginas

4 **Infância sequestrada pelas telas (A): O desafio de educar na era digital (ISBN 978-65-5592-070-3)**
Autores: Daniel Becker; Ilan Brenman
Editora: Papirus - 7 Mares, Campinas, 160 páginas

5 **Llegar a ser de otro modo: Futuridad, violencia e infancias en los márgenes urbanos (ISBN: 978-6319143485)**
Autora: Valeria Llobet
Editora: Unsam Edita, Buenos Aires, 193 páginas

6 **Adolescências plurais (ISBN 978-65-5505-277-0)**
Autora: Andréa Máris Campos Guerra
Editora: Perspectiva, São Paulo, 128 páginas

7 **Adolescências Trans (ISBN 9788410672550)**
Autora: Noemi Parra
Editora: Catarata, Santiago, 208 páginas

8 **O governo assistencial da infância na história do Brasil (ISBN 9786557146330)**
Autor: Sílvio José Benelli
Editora: Editora da UNESP, São Paulo

9 **Juventude e Clima - Vozes do Futuro (ISBN 9786555556278)**
Autores: Alfredo Pena-Veja; Elimar Pinheiro do Nascimento
Editora: Cortez, São Paulo, 208 páginas

10 **Infâncias outras re-existentes reafirmando sua outra infância humana (ISBN 9788532673596)**
Autor: Miguel G. Arroyo
Editora: Vozes, Rio de Janeiro, 440 páginas

11 **Tecendo Redes, Conexões e Práticas em Psicologia Escolar (ISBN 9788555241758)**
Organizadoras: Cleon S. Cerezer; Fernanda Real Dotto; Katherinne Rozy Vieira Gonzaga
Editora: Zagodoni, São Paulo, 236 páginas

12 **O Futuro Se Faz Hoje: Infância, adolescência e juventude (ISBN 9788571085503)**
Organizadoras: Cristiana Carneiro; Joana Garcia
Editora: Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 100 páginas

13 **Crianças, adolescentes e jovens: viver no fim do mundo (ISBN 9788555241680)**
Organizadoras: Marta Rezende Cardoso; Beatriz Akemi Takeiti; Simone Ouvinha Peres
Editora: Zagodoni, Sãi Paulo, 176 páginas

14 **Violência do sexual na adolescência (ISBN 9788555241444)**
Organizadoras: Raquel Moreno Garcia; Florian Houssier
Editora: Zagodoni, São Paulo, 144 páginas

15 **Fazendo comuns na escola... construir um mundo outro (ISBN 9786589014416)**
Coordenadora: Lucia Rabello de Castro
Editora: Contracapa, Rio de Janeiro, 270 páginas

16 **Infancias, género y ruralidad (ISBN 978-956-396-363-2)**
Editoras: Pilar Uribe; Mariela Contreras; Elizabeth Martínez
Editora: Cuarto Propio, Santiago, 222 páginas

17 **Paparicação: O que as Práticas Educativas Produzem e Revelam Sobre Raça na Creche? (ISBN 978-6525081656)**
Autora: Fabiana de Oliveira
Editora: Appris, Curitiba, 126 páginas

18 **Vozes do Silêncio: Ser Negro com Deficiência no Ensino Fundamental – Por Estudantes Negros com Deficiência e Suas Famílias (978-6525084138)**
Autora: Nathalia Araujo de Sá
Editora: Appris, Curitiba, 366 páginas

19 **Floresta~Escola: Uma Muvuca de Práticas Educativas Desemparedadas (ISBN 978-6525076997)**
Autor: Rafael Branco Cruz
Editora: Appris, Curitiba, 210 páginas

20 **Nem Sempre o Danúbio é Azul: Qual Destino para o Infantil no Tempo das Funções Parentais Terceirizadas? (ISBN 978-6525076157)**
Autora: Leila Guimarães Lobo de Mendonça
Editora: Appris, Curitiba, 267 páginas

21 **Lutos não reconhecidos na infância e na adolescência (ISBN 978-6555491906)**
Organizadoras: Ana Clara Bastos; Louisanne A. 'Sennyey Sanchez; Patrícia Camps
Editora: Summus, São Paulo, 232 páginas

22 **A Relação entre Escola e Sociedade: Práticas de Educação Social e a Pedagogização da Vida (ISBN 978-6525086668)**
Autor: W.I Góes
Editora: Appris, Curitiba, 146 páginas

23 **TDAH: Um Estudo Sobre a Medicalização da Infância (ISBN 978-6525076126)**
Autora: Giuliana Sorbara Ferreira
Editora: Appris, Curitiba, 173 páginas

24 **''FALAMOS DESSE CHÃO'': entre compassos e descompassos da (des)proteção de direitos humanos de crianças e adolescentes (ISBN 9786583454027)**
Organizador/a: Eunice Teresinha Fávero; Alan de Loiola Alves
Editora: EDUC-Capes, São Paulo, 226 páginas

25 **Juventudes por el derecho a la ciudad: Trayectos de resistencia en el suroriente de Bogotá (ISBN 9789587879575)**
Autora: Luisa Fernanda Cortés Navarro
Editora: U. Distrital, Bogotá, 165 páginas

26 **Violência urbana, juvenicídio e judicialização de conflitos criminais (ISBN 9788528307290)**
Autor: Sergio Moreira da Costa
Editora: EDUC, São Paulo, 224 páginas

27 **Generación algoritmo: El desánimo y la ansiedad en la telaraña digital (ISBN 978-631-6603-92-0)**
Autor: Juan Vasen
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 168 páginas

28 **Suicidio en el campo de las infancias y adolescencias: Una mirada psicoanalítica e interdisciplinaria (ISBN 978-631-6603-87-6)**
Diretora: Liliana Verónica Moneta
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 152 páginas

29 **Participación política juvenil: memorias, resistencias y re-existencias para la paz: un análisis comparativo de las políticas públicas de juventud (ISBN 978-958-782-729-3)**
Editores: Edwin Diomedes Jaime Ruiz; Aidaluz Sánchez Arismendi
Editora: Universidad Santo Tomás, Bogotá, 315 páginas

30 **Brincar sem barreiras: Infâncias, afetos e inclusão (ISBN 978-8546231218)**
Autora: Ione da Silva Guterres
Editora: Paco editorial, Jundiaí, 108 páginas

31 **La infancia y el sentido interrumpido. Ensayo sobre la fractura ontológica del cuidado (ISBN 9786076424308)**
Autor: Saúl Arellano Almanza
Editora: UNAM, Cidade do México, 267 páginas

32 **Juventudes indígenas en la Alameda Central; Desafíos analíticos y apuntes etnográficos sobre la etnicidad urbana (ISBN 9786072613249)**
Autora: Aída Analco Martínez
Editora: Gedimex, Cidade do México, 218 páginas

33 **Juventudes no adolescentes (ISBN 9786316702081)**
Autor: Luciano Rodríguez Costa
Editora: Topia, Buenos Aires, 202 páginas

34 **La violencia escolar desde adentro. Cómo la perciben y la construyen los estudiantes (ISBN 978-987-771-332-9)**
Autora: Sandra Bulacio
Editora: HomoSapiens Ediciones, Santa Fe, 128 páginas

35 **Infancias en juego: Jóvenes mexicanos frente la violencia de Grand Theft Auto V (ISBN 9786072613232)**
Autor: José Alberto Ramírez Zaragoza
Editora: Gedisa, Cidade do México, 176 páginas

36 **Infâncias plurais: Tensões, dissidências e subjetividades na educação infantil (ISBN 978-65-89374-47-3)**
Organizadoras: Nubea Rodrigues Xavier; Magda Sarat
Editora: Editora da UEMS, Dourado, 189 páginas

37 **A concepção de infância retratada nas obras de Candido Portinari (ISBN 978-65-89374-48-0)**
Autora: Keyla Andrea Santiago Oliveira
Editora: Editora da UEMS, Dourado, 283 páginas

38 **Conceição Evaristo: infância como território político (ISBN 978-65-5942-327-9)**
Autor/a: Maria Aparecida Cruz de Oliveira; Anderson Luís Nunes da Mata
Editora: Editora da UFPB, João Pessoa, 174 páginas

39 **À meia luz: infância, subjetividade e educação infantil (ISBN 9788546230853)**
Autora: Lucilene Schunck Costa Pisaneschi
Editora: Paco Editorial, Jundiaí, 240 páginas

40 **Infâncias e saberes das crianças: escutas antropológicas (ISBN 9786588457238)**
Organizadoras: Adriana Friedmann, Josca Ailine Baroukh
Editora: Panda Books, São Paulo, 272 páginas

41 **Ser criança e a sociologia da infância (ISBN 978-65-251-8236-0)**
Organizadora: Anete Abromowicz
Editora: CRV, Curitiba, 184 páginas

42 **Adolescências e olhares em saúde: desafios, cuidados e afetos (ISBN 9788584045419)**
Organizadoras: Dolores Lima da Costa Vidal, Aline de Carvalho Martins
Editora: Hucitec, São Paulo, 186 páginas

43 **Radicalização política e juventude no Brasil: a formação de identidade coletiva nas comunidades gamers no Discord (ISBN 978-85-8404-553-2)**
Autor: João Victor Barbosa Ferreira
Editora: Hucitec, São Paulo, 176 páginas

44 **Corpo criança em movimento na educação de novas gerações (ISBN 978-85-8404-539-6)**
Autoras: Déborah Helenise Lemes de Paula; Marynelma Camargo Garanhani
Editora: Hucitec, São Paulo, 136 páginas

45 **Interseções: As crianças como agentes da produção do espaço habitado (ISBN 978-65-251-9155-3)**
Organizadoras: Thaisa Sampaio Sarmento; Morgana Duarte Cavalcante
Editora: CRV, Curitiba, 144 páginas

46 **Juventudes em movimento: Múltiplas, vivas e insurgentes (ISBN 978-65-251-8832-4)**
Organizador/as: Lila Cristina Xavier Luz; Heloisa Dias Bezerra; Shara Jane Holanda Costa Adad; Beatriz Akemi Takeiti; Flávio Munhoz Sofiati
Editora: CRV, Curitiba, 486 páginas

47 **Bordando experiências estéticas: Cartografias do devir-criança na Baixada (ISBN 978-65-251-8941-3)**
Autora: Leila de Carvalho Mendes
Editora: CRV, Curitiba, 122 páginas